

SUMÁRIO

	LISTA DE SIGLAS	04
	LISTA DE FIGURAS	05
	LISTA DE TABELAS	08
	LISTA DE GRÁFICOS	12
	LISTA DE MAPAS	13
	INTRODUÇÃO	14
	METODOLOGIA	15
	OBJETIVOS DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL	16
1.	ASPECTOS REGIONAIS	17
1.1	Histórico	17
1.2	O Município Espaço Regional	19
1.2.1	Microrregiões de Cascavel, Foz do Iguaçu e de Toledo.	20
1.3	Informações Geopolíticas do Município	55
1.4	Metodologia CPD	59
2.	ASPECTOS AMBIENTAIS	60
2.1	Clima	61
2.2	Relevo, geologia e pedologia	63
2.3	Hidrografia	67
2.3.1	Pontos de Poluição	71
2.4	Vegetação e Áreas de Preservação	74
2.5	Condicionantes, Geotécnicas	74
2.6	Hipsometria	75
2.7	Condicionantes, Deficiências e Potencialidades	79
3.	ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS	79
3.1	Distribuição da População no Território	79
3.2	Perfil Econômico	86
3.2.1	Condicionante Econômica	87
3.2.2	Setor Primário – Agropecuária	88
3.2.3	Setor Secundário – Indústria	95
3.2.4	Setor Terciário – Comércio e Serviços	96

3.2.5	Aspectos Culturais e Turísticos	98
3.2.6	Condicionantes, Deficiências e Potencialidades	101
4.	ASPECTOS SÓCIO-ESPACIAIS	101
4.1	Evolução e Ocupação do Solo Urbano	101
4.2	Uso da Ocupação do Solo Urbano	107
4.3	Demanda do Solo Urbano	114
4.4	Uso e Ocupação do Solo Rural	119
4.5	Condicionantes, Deficiências e Potencialidades	120
5.	ASPECTOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	120
5.1	Infra-estrutura Urbana	120
5.1.1	Saneamento Ambiental	120
5.1.1.1	Abastecimento de Água	120
5.1.1.2	Esgotamento Sanitário	125
5.1.1.3	Drenagem	125
5.1.1.4	Resíduos Sólidos	125
5.1.1.5	Limpeza Urbana	126
5.1.2	Energia Elétrica e Iluminação Pública	127
5.1.3	Pavimentação	129
5.1.4	Arborização Urbana	133
5.1.5	Passeios Públicos	133
5.1.6	Sistema Viário	133
5.2	Equipamentos Urbanos	136
5.2.1	Saúde	136
5.2.2	Educação	141
5.2.3	Assistência Social	149
5.2.3.1	Benefícios Eventuais	149
5.2.3.2	Atividades Realizadas pela Secretaria	151
5.2.4	Cultura, Esporte	153
5.2.4.1	Cultura	153
5.2.4.2	Esporte	158
5.2.4.3	Turismo	159
5.2.5	Segurança Pública	160

5.2.6	Recreação	160
5.3	Serviços Públicos	161
5.3.1	Transportes	161
5.3.2	Telecomunicações	162
5.3.2.1	Telefonia	162
5.3.3	Equipamentos Administrativos e prestação de serviços	162
5.4	Condicionantes, Deficiências e Potencialidades	164
6.	ASPECTOS INTITUCIONAIS	164
6.1	Unidades Administrativas Municipais Relacionadas ao PDM	164
6.2	Análise da Legislação Vigente no Município	167
6.3	Análise Inter-Relacional das Legislações Federal, Estadual e Municipal Pertinentes	167
6.4	Caracterização das finanças Municipais	172
6.5	Condicionantes, Deficiências e Potencialidades	177
7.	RESULTADOS DA ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA	177
7.1	Síntese dos Condicionantes, Deficiências e Potencialidades	177
7.1.1	Condicionantes	177
7.1.2	Deficiências	178
7.1.3	Potencialidades	178
7.2	Reuniões Comunitárias	178
7.3	Resultados das Reuniões Comunitárias	182
7.3.1	Potencialidades	182
7.3.2	Deficiências	182
7.4	Temas mais abordados	185
8.	CONCLUSÃO	187
9.	REFERÊNCIAS	188
10.	ANEXOS	191
	Anexo I – Proposta do SEMAE para o PDM de Mercedes	191
	Anexo II – Comissão Municipal de Defesa Civil – Regimento Interno	191

LISTA DE SIGLAS

ADEOP – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná;
AMOP – Associação dos Municípios do Oeste do Paraná.
AMPR – Associação dos Municípios do Estado do Paraná
COPEL – Companhia Paranaense de Energia
EMATER – Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
FUNDETEC – Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico
IAP – Instituto Ambiental do Paraná
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira
LDO – Leis de Diretrizes Orçamentárias
LOA – Lei do Orçamento Anual
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
PAI – Plano de Ação e Investimentos
PARANACIDADE – Serviço Social Autônomo Paranacidade
PDM – Plano Diretor Municipal
PPA – Plano Plurianual
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRDE – Planos Regionais Desenvolvimento Estratégico Estado do Paraná
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná
SEDU – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano
SMS – Secretaria Municipal de Saúde
SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SEFA – Secretaria de Estado da Fazenda

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Empório Groff	18
Figura 02	Antiga Av. Guaíra	19
Figura 03	Localização da Mesorregião N° 06 no Estado do Paraná	19
Figura 04	Microrregião do Paraná	20
Figura 05	Evolução de Habitantes e População Urbana da Mesorregião	22
Figura 06	Evolução da População Rural e Grau de Urbanização	23
Figura 07	Mapa da População Urbana Residente nos municípios	23
Figura 08	Mapa das Grandes Bacias Hidrográficas do Paraná	24
Figura 09	Hidrografia do Estado do Paraná	26
Figura 10	Cobertura Florestal Mesorregião Oeste	28
Figura 11	Aeroporto Municipal Rubem Bertha	30
Figura 12	Mapa Infra-estrutura viária, Portos e Aeroportos – PR	31
Figura 13	Mapa rodoviário de Mercedes	32
Figura 14	Mapa de Transporte do Paraná – ampliado região de Mercedes	32
Figura 15	Mapa Nivelamento de Centralidade dos Municípios na Mesorregião Oeste Paranaense	34
Figura 16	Mapa Índice de Desenvolvimento Humano Municipal na Mesorregião Oeste do Paraná	37
Figura 17	Levantamento da Expectativa de Vida ao nascer na Microrregião de Toledo	39
Figura 18	Levantamento da Relação entre a População Rural e Urbana na Microrregião de Toledo	40
Figura 19	Levantamento da Taxa de Analfabetismo na Microrregião de Toledo	43
Figura 20	Levantamento de Renda per capita na Microrregião de Toledo	44
Figura 21	Levantamento de Desigualdade de Renda na Microrregião de Toledo	45
Figura 22	Mapa com culturas Predominantes na pauta do Município –	48

2001

Figura 23	Mapa Domicílios Urbanos com Serviços de Saneamento básico	50
Figura 24	Mapa Domicílios Rurais com Serviços de Saneamento Básico	51
Figura 25	Mapa número médio de séries concluídas pela população de anos ou mais de idade - 2000	55
Figura 26	Municípios vizinhos de Mercedes	56
Figura 27	Mapa rodoviário	58
Figura 28	Mapa clima geral do Paraná	61
Figura 29	Mapa temperatura Média Anual	62
Figura 30	Mapa precipitação média anual	62
Figura 31	Mapa Geologia do Paraná	64
Figura 32	Levantamento e Reconhecimento do Solo, com relação aos Grandes Grupos de solos das Microrregiões	65
Figura 33	Mapa de Geologia da Meso-região Oeste	66
Figura 34	Hidrografia da Mesorregião Oeste do Paraná	67
Figura 35	Bacia do Paraná III	68
Figura 36	Hidrografia do Município de Mercedes	69
Figura 37	Vegetação do Estado do Paraná	74
Figura 38	Relevo do Estado do Paraná	75
Figura 39	Mapa de Declividade Mesorregião Oeste do Paraná	77
Figura 40	Mapa de Declividade Mesorregião Oeste do Paraná com ampliação para Mercedes	77
Figura 41	Levantamento de Altimetria das Microrregião de Toledo	78
Figura 42	Soja Safra Normal da Microrregião de Toledo	90
Figura 43	Percentual de Leite da Microrregião de Toledo	93
Figura 44	Produção de Suínos na Microrregião de Toledo	94
Figura 45	Setor Terciário	97
Figura 46	Praça Parigot de Souza – sede urbana	98
Figura 47	Praça Parigot de Souza – sede urbana	99
Figura 48	Praça Parigot de Souza – sede urbana	99

Figura 49	Área de Lazer do Arroio Guaçu	99
Figura 50	Área de Lazer do Arroio Guaçu	100
Figura 51	Noite cultural – Casa da cultura	100
Figura 52	Noite cultural – Casa da Cultura	100
Figura 53	Evolução da ocupação urbana	102
Figura 54	Localização abastecedouros – rede água no território municipal	121
Figura 55	Av. Mário Totta	136
Figura 56	Av. João XXIII	136
Figura 57	Escola Municipal Caetano Munhoz da Rocha – Arroio Guaçu	147
Figura 58	Taxa de Analfabetismo	148
Figura 59	Casa da cultura	158
Figura 60	Terminal Turístico – Arroio Guaçu	159
Figura 61	Sub destacamento da policia militar no Distrito de Arroio Guaçu	160
Figura 62	Praça Parigot de Souza – sede urbana	161
Figura 63	Organograma funcional – Prefeitura Municipal	166
Figura 64	Formulário – Deficiência	180
Figura 65	Formulário - Potencialidades	181

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	O município de Mercedes integra-se na Mesorregião Nº 06 – Oeste do Paraná.	22
Tabela 02	Relação de municípios da Microrregião com os referenciais em População estimada, Km², PIB mensal e PIB per capita.	33
Tabela 03	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, dos Municípios da Microrregião de Toledo	35
Tabela 04	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	36
Tabela 05	Municípios da Microrregião com Expectativa de Vida, Grau de Urbanização e Taxa de Crescimento Total, taxa de Crescimento Rural e Taxa de Crescimento Urbano	38
Tabela 06	Municípios da Microrregião com Taxa de Analfabetismo, Renda Municipal per Capita Desigualdade de Renda e Taxa de Pobreza Rural	42
Tabela 07	Valor da produção agrícola de alguns Municípios da Mesorregião Oeste do Paraná e sua participação em relação ao Estado do Paraná	46
Tabela 08	Valor da produção das principais lavouras, segundo os municípios da microrregião de Toledo	47
Tabela 09	Total de domicílios permanentes Urbanos, Rurais e percentual de atendimento, segundo as condições de saneamento por município PR – 2000	49
Tabela 10	Indicadores de Atendimento Educacional de Frequência Faixa Etária de Idade - IBGE 2000	53
Tabela 11	Alunos Matriculados na Pré-Escola, ensino Fundamental e ensino Médio	54
Tabela 12	Matrículas, Corpo Docente e Estabelecimentos de Ensino na Educação Básicas Mercedes/2005	54
Tabela 13	Informações Geopolíticas do Município	57
Tabela 14	Aspectos Regionais - Principais Condicionantes, Deficiências e Potencialidades no Município de Mercedes	60

em 2007

Tabela 15	Principais rios e córregos do Município de Mercedes e seus afluentes	67
Tabela 16	Qualidade da água consumida em Mercedes	72
Tabela 17	Médias mensais dos resultados das análises referentes aos parâmetros básicos de qualidade de água de Mercedes no período de maio a dezembro de 2006	73
Tabela 18	Aspectos Ambientais no Município de Mercedes – 2007	79
Tabela 19	População Rural, variação absoluta e percentual no período de 1970-2000 da mesorregião Oeste	80
Tabela 20	Comparativo Densidade Populacional Municipal, Estadual e Nacional	81
Tabela 21	Crescimento da população de Mercedes	82
Tabela 22	Crescimento da População segundo sexos – 1996 – 2000	82
Tabela 23	Taxa de crescimento populacional – Mercedes	82
Tabela 24	Taxa de Urbanização – Mercedes	83
Tabela 25	População Censitária Segundo as Faixas Etárias e Sexo – 2000	84
Tabela 26	População Economicamente Ativa (PEA) Segundo Zona e Sexo – 2000	85
Tabela 27	Domicílios e Moradores	86
Tabela 28	População Ocupada Segundo as Atividades Econômicas – 2000	86
Tabela 29	Numero de Estabelecimentos e Empregos Segundo as Atividades Econômicas – 2005	87
Tabela 30	Produto Interno Bruto (PIB) Per Capita – 2000	87
Tabela 31	PIB a Preço Básico Segundo os Ramos de Atividades – 2004	88
Tabela 32	Valor Adicionado Segundo os Ramos de Atividades – 2004 e 2005	88
Tabela 33	Lavoura Temporária	91
Tabela 34	Produção da Pecuária, Aves e Produtos de Origem Animal	95

Tabela 35	Produção da Silvicultura	95
Tabela 36	Aspectos Sócio-Econômicos – condicionantes, deficiências e potencialidades no Município de Mercedes – 2007	101
Tabela 37	Loteamentos do Município de Mercedes	103
Tabela 38	Numero de Domicílios segundo uso e zona -2000	107
Tabela 39	Numero de estabelecimentos Segundo Atividades Econômicas – 2005	107
Tabela 40	Projeção da População Total – 10 anos	116
Tabela 41	Aspectos Sócio-Espaciais - condicionantes, deficiências e potencialidades no Município de Mercedes – 2007	120
Tabela 42	Abastecimento de água	123
Tabela 43	Abastecimento de Água, Segundo as Categorias – 2007	123
Tabela 44	Esgotamento Sanitário	125
Tabela 45	Estimativa do lixo gerado no Município.	126
Tabela 46	Média mensal de resíduos sólidos coletados e reciclados pela empresa SADI Limpeza.	126
Tabela 47	Destino do Lixo	126
Tabela 48	Consumo e número de consumidores de energia elétrica 2006	127
Tabela 49	Percentual por tipo de pavimentação na área urbana2007	129
Tabela 50	Obitos Hospitalares 2005	137
Tabela 51	Numero de Matrículas no ano de 2007	146
Tabela 52	Taxa de aprovação escolar	147
Tabela 53	Taxa de analfabetismo segundo as faixas etárias	147
Tabela 54	Aspectos Infra-Estrutura e Serviços Públicos - condicionantes, deficiências e potencialidades no Município de Mercedes – 2007	164
Tabela 55	Demonstrativo segundo categoria econômica – Exercício de dezembro de 2005	172
Tabela 56	Demonstrativo da Receita segundo Categoria Econômica – Exercício de dezembro de 2006	174
Tabela 57	Estimativas de arrecadação e investimentos do Município de Mercedes, com a projeção de 5% a.a	176

Tabela 58	Aspectos Institucionais - condicionantes, deficiências e potencialidades no Município de Mercedes – 2007	177
Tabela 59	Cronograma das Reuniões Comunitárias	179
Tabela 60	Temas mais abordados nas reuniões comunitárias – POTENCIALIDADES	185
Tabela 61	Temas mais abordados nas reuniões comunitárias - DEFICIÊNCIAS	185

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	População pela faixa etária	84
Gráfico 02	Evolução da Produção Agrícola 1999 a 2005	89
Gráfico 03	Evolução da Produção agropecuária de 1999 a 2005	91
Gráfico 04	Evolução da Produção silvicultura de 1999 a 2005	95
Gráfico 05	Número de Matrículas entre os anos de 2000 e 2005	145
Gráfico 06	Número de Matrículas na educação infantil entre os anos de 2000 e 2005	145
Gráfico 07	Número de matrículas no ensino fundamental entre os anos de 2000 e 2005	146
Gráfico 08	Número de Matrículas no ensino médio entre os anos de 2000 e 2005	146

LISTA DE MAPAS

Mapa 01	Hipsometria Municipal	76
Mapa 02	Loteamento e Bairros	104
Mapa 03	Evolução da Ocupação Urbana	106
Mapa 04	Distribuição Espacial dos Equipamentos Urbanos	109
Mapa 05	Uso e Ocupação do solo urbano – Sede Urbana	110
Mapa 06	Uso e Ocupação do solo urbano – Distrito Arroio Guaçu	112
Mapa 07	Uso e Ocupação do solo urbano – Distrito Três Irmãs	113
Mapa 08	Perímetro Urbano – Sede Urbana	115
Mapa 09	Perímetro Urbano – Distrito Arroio Guaçu	117
Mapa 10	Perímetro Urbano – Distrito Três Irmãs	118
Mapa 11	Rede de distribuição de água potável – Sede Urbana	124
Mapa 12	Rede de iluminação Pública – Sede Urbana	128
Mapa 13	Pavimentação – Sede Urbana	130
Mapa 14	Pavimentação - Distrito Arroio Guaçu	131
Mapa 15	Pavimentação - Distrito Três Irmãs	132
Mapa 16	Sistema Viário Municipal	134
Mapa 17	Sistema Viário Urbano	135
Mapa 18	Equipamentos de saúde – Sede Urbana	138
Mapa 19	Equipamentos de saúde – Distrito Três Irmãs	139
Mapa 20	Equipamentos de saúde – Distrito Arroio Guaçu	140
Mapa 21	Equipamentos de Educação – Sede Urbana	142
Mapa 22	Equipamentos de Educação – Distrito Três Irmãs	143
Mapa 23	Equipamentos de Educação – Distrito Arroio Guaçu	144
Mapa 24	Equipamentos de Esporte, Cultura e Lazer – Sede urbana	155
Mapa 25	Equipamentos de Esporte, Cultura e Lazer – Distrito Três Irmãs	156
Mapa 26	Equipamentos de Esporte, Cultura e Lazer – Distrito Arroio Guaçu	157
Mapa 27	Equipamentos Administrativos – Sede Urbana	163

INTRODUÇÃO

O plano diretor é um instrumento organizado e realizado pela prefeitura e que tem como objetivo definir o padrão de desenvolvimento da ocupação urbana da cidade. É por meio deste, que devem ser identificadas e analisadas as características físicas, as atividades predominantes e as vocações da cidade, bem como as situações problematizadas e potencialidades; para que em conjunto com a sociedade a prefeitura possa determinar a forma de crescimento a ser promovida e os objetivos a serem alcançados, buscando sempre qualidade de vida da população e a conservação dos recursos naturais.

Sabe-se que a equipe técnica e gestora deste processo possuem o desafio de instituir formas de planejamento e controle do território municipal utilizando suas potencialidades e limites do seu meio físico, de forma que os impactos de seu crescimento e desenvolvimento não se traduzam em desequilíbrios e deseconomias.

Estamos vivendo hoje um momento diferenciado do planejamento urbano das cidades brasileiras: As cidades começam a ter um planejamento urbano feito por agentes formados por um paradigma não mais aceito pela academia, mas ainda fortemente enraizado no imaginário técnico, político e da população.

Um planejamento que busca a politização do urbano. Um planejamento urbano onde o processo é tão importante quanto os produtos. Um planejamento urbano estratégico que prioriza a questão habitacional em detrimento de aspectos físico-territoriais.

A cidade de Mercedes, assim como inúmeras outras cidades brasileiras, está passando por profundas mudanças, buscando garantir um futuro com desenvolvimento equilibrado e sustentável, além de trabalhar para garantir o direito à moradia digna e um ambiente saudável.

O Plano diretor de Mercedes deverá ser um instrumento capaz de orientar o desenvolvimento do município de uma maneira ordenada e racional.

O Plano Diretor é o fruto do trabalho coletivo de uma sociedade. Nela está materializada a história de um povo, suas relações sociais, políticas, econômicas e religiosas.

Sua existência ao longo do tempo é determinada pela necessidade humana de se agregar, de se interrelacionar, de se organizar em torno do bem estar comum; de produzir e trocar bens e serviços, de criar cultura e arte; de manifestar sentimentos e anseios.

Este trabalho tem o objetivo de apresentar uma Leitura Técnica da Cidade a partir de dados já existentes na Prefeitura e de fontes secundárias com o objetivo de lançar e embasar o processo de discussão do Plano diretor. A

leitura técnica busca descrever de forma sucinta as características históricas, ambientais, socioeconômicas, urbanas e físicas do Município de Mercedes, bem como todos os desafios que devem ser vencidos pelo plano diretor.

METODOLOGIA

A metodologia de participação respeitou a Resolução nº 25, de 18 de março de 2005, do Conselho Nacional das Cidades, que emite orientações e recomendações para atender as diretrizes gerais fixadas no art. 2º do Estatuto da Cidade, visando “a gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano” (BRASIL, 2001).

Utilizou-se uma metodologia de planejamento que previu e viabilizou a participação dos técnicos da Prefeitura Municipal, como também da sociedade civil, segmentos econômicos e da classe política local, nas diversas fases do processo, e possibilitou uma ampla identificação dos desafios a serem superados pelo desenvolvimento municipal, garantindo: promoção de debates entre os técnicos dos diversos departamentos municipais e também destes com técnicos das esferas estaduais e federais, para situações específicas.

A promoção de reuniões regionalizadas, temáticas, audiências públicas e debates com a participação de representantes de todos os segmentos da sociedade civil; A publicidade quanto aos documentos e informações produzidos; O acesso de qualquer interessado aos documentos e informações. Na metodologia utilizaram-se mecanismos de informações que, aplicados em conjunto com as informações secundárias coletadas, possibilitou construir um projeto municipal que incorporou a vivência, as expectativas e as prioridades dos seus cidadãos. O Plano de Trabalho foi observado na execução dos serviços e, se houver necessidade, o mesmo deverá ser alterado, a qualquer tempo, face a situações posteriores que o justifiquem, argumentando-se no próprio Plano de Trabalho as causas de sua modificação.

Uma das fontes legais para a elaboração deste Trabalho é o Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001). Seu propósito é o de apresentar e discutir quais os instrumentos possíveis e como podem ser implantados no Município de Mercedes.

O Estatuto da Cidade é aqui considerado um importante documento que inova não apenas na instrumentalização da política urbana que se origina no Plano Diretor, mas, também, na própria forma de elaboração deste Plano. Assim, três questões caracterizam o presente Plano: A forma democrática como ele deve ser elaborado. Foram aqui valorizados os instrumentos de participação de toda a sociedade na definição de soluções e prioridades que devem ser adotadas na inversão do recurso público.

A preocupação com o cumprimento da função social da cidade, de seu solo e da forma como são priorizadas as ações decorrentes de sua gestão. O Plano Diretor é necessário para aqueles municípios que decidam utilizar os instrumentos de valorização de função social de propriedade urbana, tal qual anunciado no Estatuto das Cidades. A partir do Plano de Trabalho elaborado pela Consultoria, a Prefeitura Municipal levantou recursos financeiros e humanos necessários à implementação do processo participativo. Sob a coordenação da Prefeitura Municipal, detalharam-se os processos de mobilização e comunicação da sociedade, de modo que viabilizou a construção coletiva do PDM.

OBJETIVOS DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Este trabalho pretende descrever setorialmente os problemas, levantando suas causas e estabelecendo diretrizes para reverter às questões de ordem econômica e social através da vocação do município.

Por definição, o Plano Diretor deve ser o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, conforme preceitua o artigo 182. da Constituição Federal de 1988, propondo medidas que promovam a garantia da função social da cidade e da propriedade urbana. Sua elaboração deve interferir no processo de desenvolvimento local, a partir do entendimento dos aspectos políticos, sociais, econômicos, financeiros, culturais e ambientais, que determinam sua evolução e contribuem para a ocupação do seu território.

Construído de forma participativa, envolvendo representantes do setor público e sociedade civil, o Plano Diretor deve indicar caminhos e não apenas atuar como ordenador espacial de atividades, captando, inclusive as ações de âmbito intermunicipal, estadual e/ou nacional, que tenham repercussões sobre seu território. O alcance destes objetivos está diretamente ligado com a instalação de um processo de planejamento participativo eficiente, que perpetue a discussão do Plano Diretor através dos anos, independente dos grupos políticos que venham conduzir a administração municipal.

A sustentabilidade das cidades brasileiras vai depender da capacidade de reorganizar os nossos espaços, gerir novas economias externas, controlar o processo de aglomeração, melhorar a qualidade de vida das nossas populações e superar as desigualdades socioeconômicas como condição para o crescimento econômico, e não como sua consequência.

1. ASPECTOS REGIONAIS

1.1 Histórico

Mercedes, assim como os municípios vizinhos, foi colonizada pela madeireira Maripá – Madeireira Rio Paraná - com sede em Porto Alegre no Rio Grande do Sul; que se instalou na região da atual cidade de Toledo no ano de 1946 com o objetivo de extrair madeira e colonizar a região, organizando e vendendo terras para os colonos migrantes. Os primeiros registros que se tem sobre a compra de terras feitas por migrantes no território da atual Mercedes, datam de fevereiro de 1951, sendo que a ocupação só tomou fôlego em meados do ano de 1952.

Para essa região vieram principalmente migrantes dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo a grande maioria de origem alemã. Os primeiros colonos que compraram e ocuparam essas terras, podem ser considerados os pioneiros de Mercedes, mas é importante lembrar que existem registros de presença humana na região antes desse período, como os caboclos, índios e paraguaios.

Assim entre 1951 e 1966, colonos e comerciantes vindos de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e de outras regiões do Paraná “moldaram a área rural e urbana de Mercedes, assim como as vilas Três Irmãs e Arroio Guaçu.” Hoje distritos do município de Mercedes.

A maioria dos migrantes que chegaram a Mercedes já eram agricultores e pecuaristas experientes e aqui implantaram o plantio de milho, mandioca, feijão entre outros produtos e a criação de porcos, aves e gado; também chegaram a região migrantes com necessidade de adquirir propriedades para exercer profissões como de pedreiro, marceneiro, ferreiro, professor entre outras atividades. E assim se formou a população mercedense.

A produção da região de Mercedes era baseada na agricultura familiar e de subsistência, mas parte da produção também atendia o mercado, principalmente as colheitas de milho, mandioca e soja, e a criação de suínos, que eram vendidos para frigoríficos da região de Ponta Grossa.

Outra cultura que foi implantada em Mercedes por algum tempo, foi o cultivo da hortelã, que era utilizado para a produção de óleo para a exportação; essa era uma atividade que necessitava de grande quantidade de mão-de-obra, por isso esse foi um período que trouxe quantidade considerável de pessoas para o município.

Mercedes recebeu esse nome no princípio da década de 1950, época em que vieram para essa região grande número de migrantes, formando um pequeno núcleo urbano e definindo mais ou menos os perímetros existentes hoje no município. O nome, pelo que se conta nos relatos dos mais antigos, foi dado

em homenagem à filha de um habitante local que trabalhava com a extração de madeira.

No dia 31 de dezembro de 1962, Mercedes torna-se distrito de Marechal Cândido Rondon, e passa a ser governada pelo subprefeito Willy Hamm. Conforme dados da prefeitura de Marechal Cândido Rondon, 1960 Mercedes contava com uma população de 1509 habitantes, contando sede e área rural.

Já em 1981, Mercedes passou a ter 5752 habitantes, e já contava com energia elétrica, iluminação pública, abastecimento de água, escolas de 1º e 2º grau, subdelegacia, praça, agência do Banco Bamerindus S/A, posto avançado do Banco do Brasil S/A, entreposto da Copagril (Cooperativa Agrícola Mista Rondon), Hospital particular e já estava com as principais ruas asfaltadas; ou seja, já apresentava todas as condições de infra-estrutura necessárias para se emancipar politicamente de Marechal Cândido Rondon. Por esse motivo foi fundado no dia 11 de maio de 1989, a Associação Amigos de Mercedes, com o objetivo de tornar Mercedes um Município independente; o que começou a se concretizar com o plebiscito que aconteceu no dia 11 de março de 1991, quando 80% da população mercedense votou a favor da criação do município.

Mercedes foi desmembrado de Marechal Cândido Rondon e elevado à categoria de município pela lei estadual nº 9370 de 13 de setembro de 1990, e instalado no dia 1º de janeiro de 1993, tendo como seu primeiro prefeito nomeado em 1992, o Senhor Lídio José Schneider.

FONTE: GREGORY, Valdir; VANDERLINDE, Tarcísio; MYSKIW, Antonio Marcos; **Mercedes: Uma história de encontros**; Editora Germânica, 2004.



Figura 01: Empório Groff

Fonte: Acervo PMM – 1950 (Prefeitura Municipal de Mercedes)



Figura 02: Antiga Av. Guaira. Hoje, Av. João XXIII.

Fonte: Acervo PMM – 1960 (Prefeitura Municipal de Mercedes)

1.2 O Município Espaço Regional

A Região Oeste do Paraná está identificada como território da Mesorregião Geográfica do Oeste do Estado do Paraná. Esta mesorregião está dividida em três microrregiões, a saber: Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo (UNIOESTE; ITAIPU).



Figura 03: Localização da Mesorregião Nº 06 no Estado do Paraná.

Fonte: IPARDES.



Figura 04: Microrregiões do Paraná
Fonte: IPARDES.

1.2.1 Microrregiões de Cascavel, Foz do Iguaçu e de Toledo.

A Mesorregião Oeste compreende um conjunto de 50 municípios que abrangem uma área territorial de aproximadamente 2.290.859 hectares, (11.5 % da área estadual). Esta região está no Terceiro Planalto Paranaense e faz fronteira com a Argentina e o Paraguai (IPARDES, 2003).

De acordo com o IBGE (1996) as três microrregiões detêm uma população estimada em 1.083.121 de habitantes, sendo que estes se subdividem em:

- Microrregião Geográfica de Foz do Iguaçu: 368.454 habitantes;
- Microrregião Geográfica de Cascavel: 378.471 habitantes;
- Microrregião Geográfica de Toledo: 336.196 habitantes;

A história da Região Oeste do Paraná está atrelada aos movimentos migratórios oriundos do Sul do Brasil, em especial do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A formação cultural e a forma de exploração econômica característica desta região é um fato marcante na organização das propriedades dos colonos de origem germânica e italiana em seus locais de origem.

Por isso, a estrutura de propriedade da terra refletiu tanto os interesses das colonizadoras quanto a forma de organização dos pioneiros. Ressalta-se, ainda, que até a década de 1980, a Região Oeste do Paraná foi fronteira de ocupação agropecuária com a incorporação de novas terras ao cultivo de grãos e a criação de animais, o que marca um fluxo migratório acentuado em

períodos recentes. Sendo assim, os laços familiares e culturais fazem com que a população tenha certa identidade com os povos do extremo sul, guardando características muito semelhantes. Por outro lado, em termos econômicos, o parque agroindustrial de aves e suínos tornou-se um comprador de insumos, principalmente de Santa Catarina, criando um intercâmbio comercial importante entre as regiões Oeste e Sudoeste catarinense.

No prognóstico do documento intitulado: Mesorregião Oeste do Paraná, diagnóstico e perspectivas, de autoria da UNIOESTE e da ITAIPU Binacional, as iniciativas de desenvolvimento para a Região Oeste do Paraná devem ser buscadas por mecanismos de participação da sociedade nas decisões descentralizadas de planejamento, buscando sempre o desenvolvimento integrado. Isto implica em responsabilidade política e técnica para validação dos processos e formulações políticas para a Região. Esta questão exige um amplo esforço de PARCERIA entre o Governo, em todos os seus níveis, as empresas privadas e a sociedade organizada.

Parceria que pressupõe, contudo uma nova abordagem para a estratégia regional, enfatizando mais as potencialidades que as limitações, privilegiando o consenso sobre as confrontações e buscando, de um modo geral, integrar as regiões periféricas no mesmo processo de transformação tecnológica, econômica, social e cultural dos locais centrais, o que deverá elevar toda a Região a novos patamares de desenvolvimento, no futuro próximo.

Isto remete à necessidade cada vez maior de exercitar a capacidade criativa da sociedade. Em economia de mercado, só é possível deter as tendências estruturais ao centralismo econômico mediante ação política, a qual requer visão ampla do processo social. Somente a vontade política pode evitar que a difusão da racionalidade econômica venha transformar um tecido social diversificado num amálgama de consumidores passivos.

Dentro deste contexto, configura-se a necessidade da Região Oeste do Paraná, aprimorar os mecanismos de organização para o desenvolvimento. A ampliação das discussões empreendidas em organismos políticos existentes como AMOP – Associação dos Municípios do Oeste do Paraná, ACAMOP e Conselho dos Municípios “Lindeiros”, tornam-se primordiais para as discussões sobre o desenvolvimento presente e futuro da Região.

O Município de Mercedes integra a Mesorregião Geográfica nº 06 – Oeste do Paraná, e microrregião geográfica 22 – Toledo.

Tabela 01: O município de Mercedes integra-se na Mesorregião Nº 06 – Oeste do Paraná.

22. Microrregião de Toledo	23. Microrregião de Cascavel	24. Microrregião de Foz do Iguaçu
Assis Chateaubriand	Anahy	Céu Azul
Diamante do Oeste	Boa Vista da Aparecida	Foz do Iguaçu
Entre Rios do Oeste	Braganey	Matelândia
Formosa do Oeste	Cafelândia	Medianeira
Guaíra	Campo Bonito	Missal
Iracema do Oeste	Capitão Leônidas Marques	Ramilândia
Jesuítas	Cascavel	Santa Terezinha
Marechal Cândido Rondon	Catanduvas	São Miguel do Iguaçu
Maripá	Corbélia	Serranópolis do Iguaçu
MERCEDES	Diamante do Sul	Vera Cruz do Oeste
Nova Santa Rosa	Guaraniaçu	
Ouro Verde do Oeste	Ibema	
Palotina	Iguatu	
Pato Bragado	Itaipulândia	
Quatro Pontes	Lindoeste	
Santa Helena	Nova Aurora	
São José das Palmeiras	Santa Lúcia	
São Pedro do Iguaçu	Santa Tereza do Oeste	
Terra Roxa	Três Barras do Paraná	
Toledo		
Tupãssi		

Fonte: IPARDES; 2003.

Nessa Mesorregião (06) a população teve um avanço da década de 70 até o ano de 2000, chegando ao grau de urbanização de 81,6%.

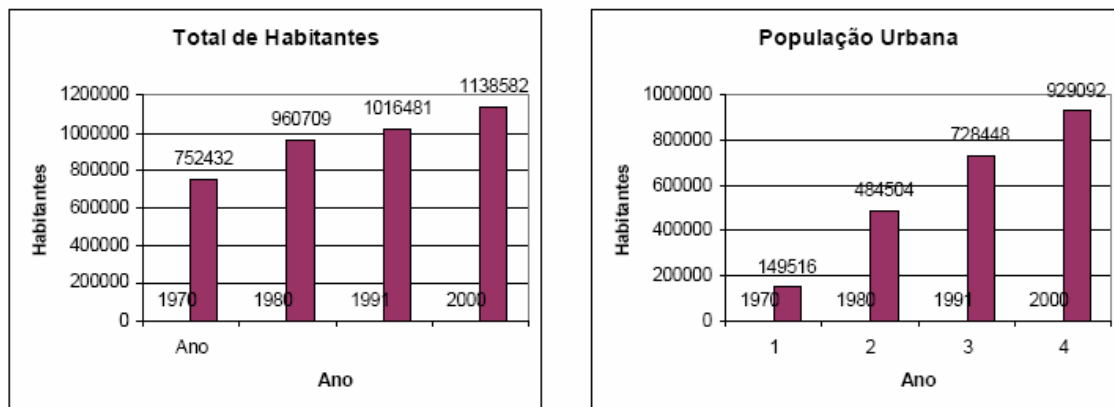


Figura 05: Evolução de Habitantes e População Urbana da Mesorregião.

Fonte: IPARDES/IBGE.

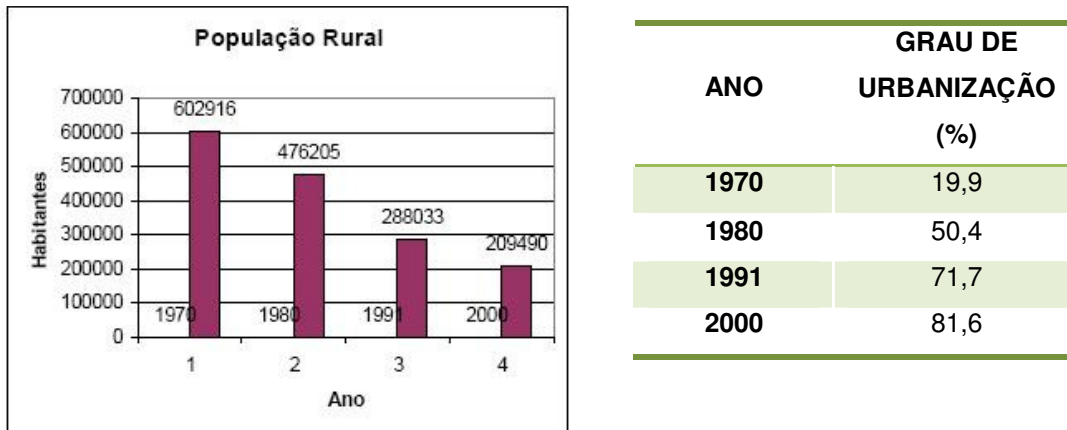


Figura 06: Evolução da População Rural e Grau de Urbanização
Fonte: IPARDES/IBGE.

Dos municípios que compõe a Mesorregião Oeste Paranaense, Foz do Iguaçu e Cascavel possuem o maior número de habitantes, seguido do município de Toledo, sendo cada um desses municípios a sede de uma microrregião.

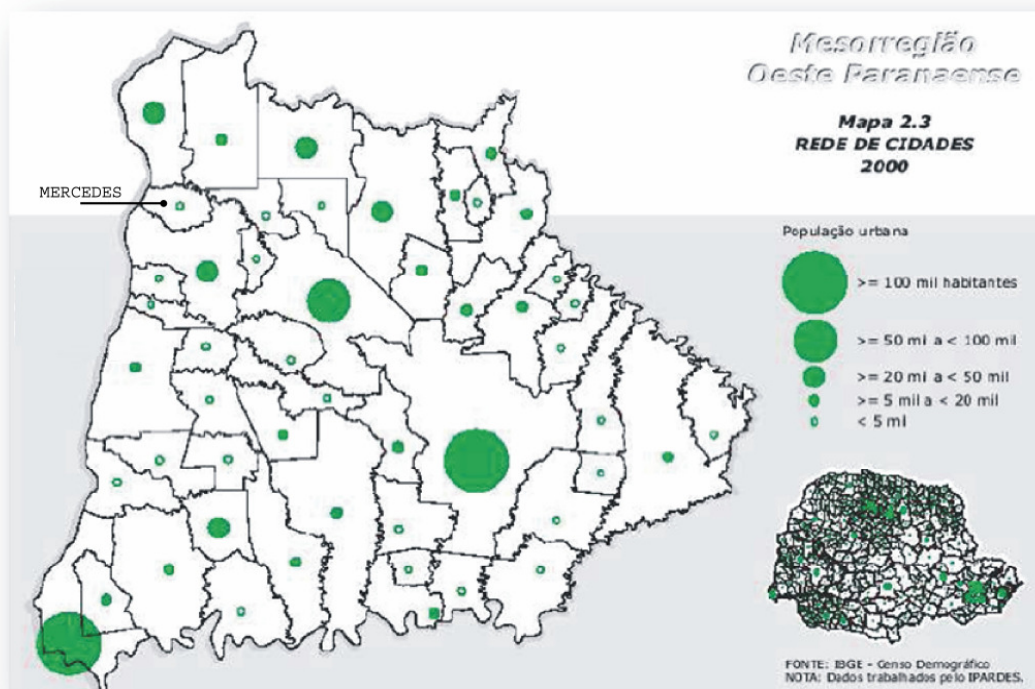


Figura 07: Mapa da População Urbana Residente nos municípios.
Fonte: IPARDES 2003.

De uma forma geral, a região é confinada pelos rios Piquiri, Iguaçu e Paraná. O relevo regional é pouco acidentado, num plano inclinado, com altitudes variando entre 900 metros no município de Guaraniaçu e 180 metros no município de Foz do Iguaçu (FUNDETEC – Plano Diretor, 1995, p.18). Para estabelecer o entendimento dos condicionantes ambientais avaliados a partir

da bacia hidrográfica, temos que primeiramente entender a composição de bacias do Estado do Paraná, o que está na bacia Platina ou do Prata, que é constituída pelas sub-bacias do Rio Paraná, Paraguai e Uruguai, que drena as áreas do Brasil, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai.

O Rio Paraná possui aproximadamente 4.900 Km de extensão, é o segundo em comprimento da América do Sul. Sua formação é dada pela união dos rios Grande e Paranaíba na divisa de MS/MG/SP e seus principais afluentes – na margem esquerda, são os rios Tietê, Parapanema e Iguaçu e na margem direita seus principais afluentes são os rios Suruí, Verde e Pardo. Situa-se na fronteira entre Brasil e Paraguai e nesta está implantada a usina Binacional de Itaipu, que gera 12.700 Mw (IBGE, 1992).

O Município de Mercedes está na bacia hidrográfica do Rio Paraná, que se divide em bacias menores, o Município se encontra no lado oeste da bacia hidrográfica do Paraná 3 conforme (Figura 08).

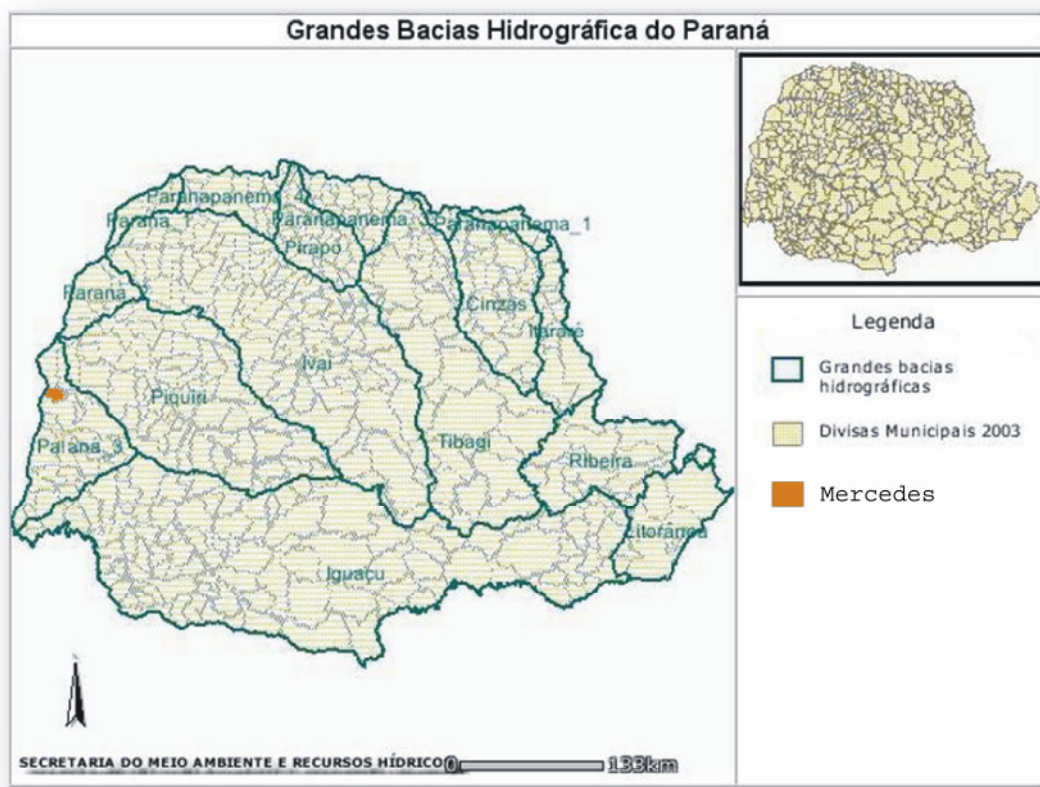


Figura 08: Mapa das Grandes Bacias Hidrográficas do Paraná
Fonte: Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Disponível em:
<http://webgeo.pr.gov.br/website/gestao/viewer.htm>. acessado em 25 jun. 2007

As Bacias Hidrográficas são as unidades ambientais naturais de planejamento, configuram-se como áreas coletoras das águas pluviais que escoam no solo e atingem os cursos d'água. Cada bacia hidrográfica é limitada pelos divisores de águas, formados pelas cotas de maiores altitudes.

A forma da bacia hidrográfica é importante devido ao tempo que as águas das chuvas levam para atingir o rio principal. Quanto mais estreita e mais longa for a bacia, menor será esse tempo. Isso se torna importante em áreas urbanas, para a previsão de ocorrência de eventuais enchentes. A rede de drenagem em uma bacia hidrográfica é formada pelo rio principal e seus afluentes. Quanto maior a eficiência da drenagem, mais rápido se dará a enchente. O tipo dos solos também tem influência direta na infiltração e na constituição da rede.

A gestão por bacias hidrográficas visa buscar a participação conjunta de autoridades locais, setores privados e comunidade, incorporar a variável ambiental na expansão e melhoria da qualidade de vida da população, além de atuar como suporte aos processos de decisão do desenvolvimento. Dessa forma, o principal objetivo de um processo de gestão por bacias hidrográficas é tratar de maneira integrada os sistemas hídricos buscando aproveitá-los, protegê-los e recuperá-los a fim de satisfazer as crescentes demandas da população e assegurando seu uso para as gerações futuras.

Em uma mesma bacia convivem diversos usuários com diferentes tipos de demanda, tais como: consumo humano, criação de animais, agricultura, energético, industrial ou mineração, entre outros. Diante desta diversidade de interesses não é exagerado afirmar que a gestão da água é precisamente a gestão e o manejo dos conflitos entre: o homem e o ambiente natural, os múltiplos usuários que competem pelo mesmo recurso, os usuários atuais e as futuras gerações e os usuários de um espaço sujeito a intervenções externas. As bacias, seus recursos naturais (fauna, flora e solo) e os grupos sociais possuem diferentes características biológicas, sociais, econômicas e culturais que permitem individualizar e ordenar seu manejo em função de suas particularidades e identidade.

(Fonte: Plano Diretor de São Miguel do Iguaçu/2004)



Na maior parte dessa região ocorre o clima Subtropical úmido Mesotérmico (Cfa), de verões quentes, pouca frequência de geadas e chuvas concentradas nos meses de verão, a temperatura oscila, nos meses mais quentes, superior a 22°C e nos meses mais frios inferior a 18°C. O índice pluviométrico vai de 1.300 e 1.700 mm, com umidade relativa do ar de 75%, sem deficiência hídrica.

Há incidência de clima Subtropical Mesotérmico (Cfb) nos locais de maior altitude, com menor abrangência na região, e incide nas áreas ao longo do eixo da BR 277 e dos principais divisores de água. Esse clima caracteriza-se por apresentar verões frescos e inverno com geadas severas e frequentes, não há estação seca, a temperatura nos meses mais quente é inferior a 22º e nos mais frios menores de 18º, as chuvas ocorrem entre 1.700 e 1.800 mm, a umidade de ar de 80%, sem deficiência hídrica (MAACK, 1969 apud IPARDES, 2003).

A cobertura vegetal da área corresponde a 11,46% da cobertura vegetal original, caracteriza-se por Floresta de Araucária ou Floresta Ombrófila Mista (Floresta Ombrófila, Mista) – representa 22% desse total da região e a Floresta Estacional Semidecidual (Floresta Estacional decidual e Semidecidual), que representa 78%. A maior parcela de remanescentes florestais está concentrada na área do Parque Nacional do Iguaçu, como pode ser observado na figura 10.

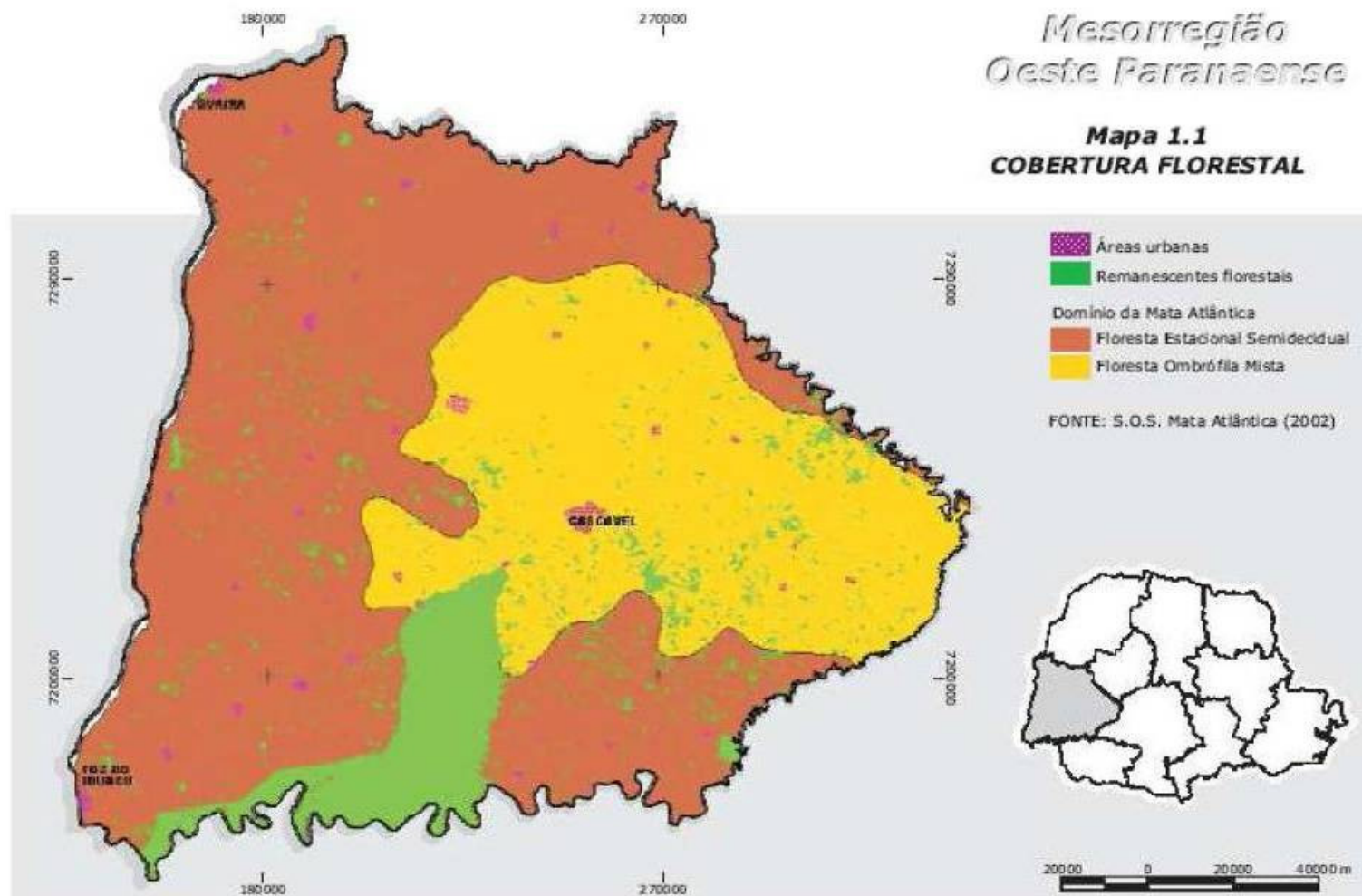


Figura 10: Cobertura Florestal Mesorregião Oeste
Fonte: IPARDES 2003.

O relevo da região apresenta um percentual de 50% que vai de plano a suavemente ondulado (0% a 10% - até 6º), são áreas aptas ao cultivo com manejo mecanizado e não mecanizado, à pecuária e ao reflorestamento. O Paraná possui desde 1997 a interligação entre as cidades pólos de Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel e Guarapuava, o denominado Anel de Integração, o que possibilita o deslocamento mais rápido, pela grande maioria já estar com disponibilidade de trafegabilidade em pista dupla de sentido único. O principal eixo de deslocamento econômico da Região Oeste é a BR 277, onde se concentra o maior tráfego de veículos e de estabelecimento industriais, que liga a Região a Capital do Estado, e que integra o citado Anel, ligando o Porto de Paranaguá a Foz do Iguaçu.

Os aspectos relativos à infra-estrutura viária da região Oeste têm importância impar para o desenvolvimento e são servidos pelas seguintes principais rodovias:

Rodovias Federais:

- BR 277 ligando Foz do Iguaçu a Curitiba;
- BR 467 ligando Toledo a Marechal Cândido Rondon e ao Sul do estado do Mato Grosso do Sul;
- BR 369 ligando Cascavel ao Norte do Estado do Paraná;
- Rodovias Estaduais:
- PR 317 ligando Toledo a Santa Helena
- PR 495 ligando Medianeira a Santa Helena
- PR 497 ligando São Miguel do Iguaçu a Missal e acessando a PR 495

As rodovias principais passam pela sede dos municípios da região oeste, geralmente cortando a malha urbana, com exceção de alguns municípios que possuem ligações secundárias com essas rodovias.

O principal meio de deslocamento a partir do Município de Mercedes se dá pela Br163, que interliga ao Município de Guaíra ao norte, e ao Município de Marechal Cândido Rondon ao sul e sudeste.

Quanto ao transporte aéreo da região podemos enfocar o Aeroporto do Município de Foz do Iguaçu como de maior destaque denominado Aeroporto Internacional Cataratas, como o maior aeroporto da região, com o maior volume de pousos e decolagens regulares, localizada na BR- 469Km 16,5, região sul do município , contendo pista com pavimentação asfáltica de dimensões de 2200 x 45 m e administrada pela Infraero. Apresenta em média um total de 791 pousos e decolagens por mês. (Infraero - Foz do Iguaçu 2006).

O aeroporto público mais próximo de Mercedes é o Aeroporto Ruben Bertha situado em Marechal Cândido Rondon e administrado pela prefeitura municipal. O aeroporto de Marechal Cândido Rondon conta com pista asfáltica de dimensões 1400x30m, recebe 6 pousos e decolagens por mês, não opera com linha aérea regular, não opera com instrumentos e não opera no período noturno.



Figura 11: Aeroporto Municipal Ruben Bertha
Fonte: <http://www.pr.gov.br>

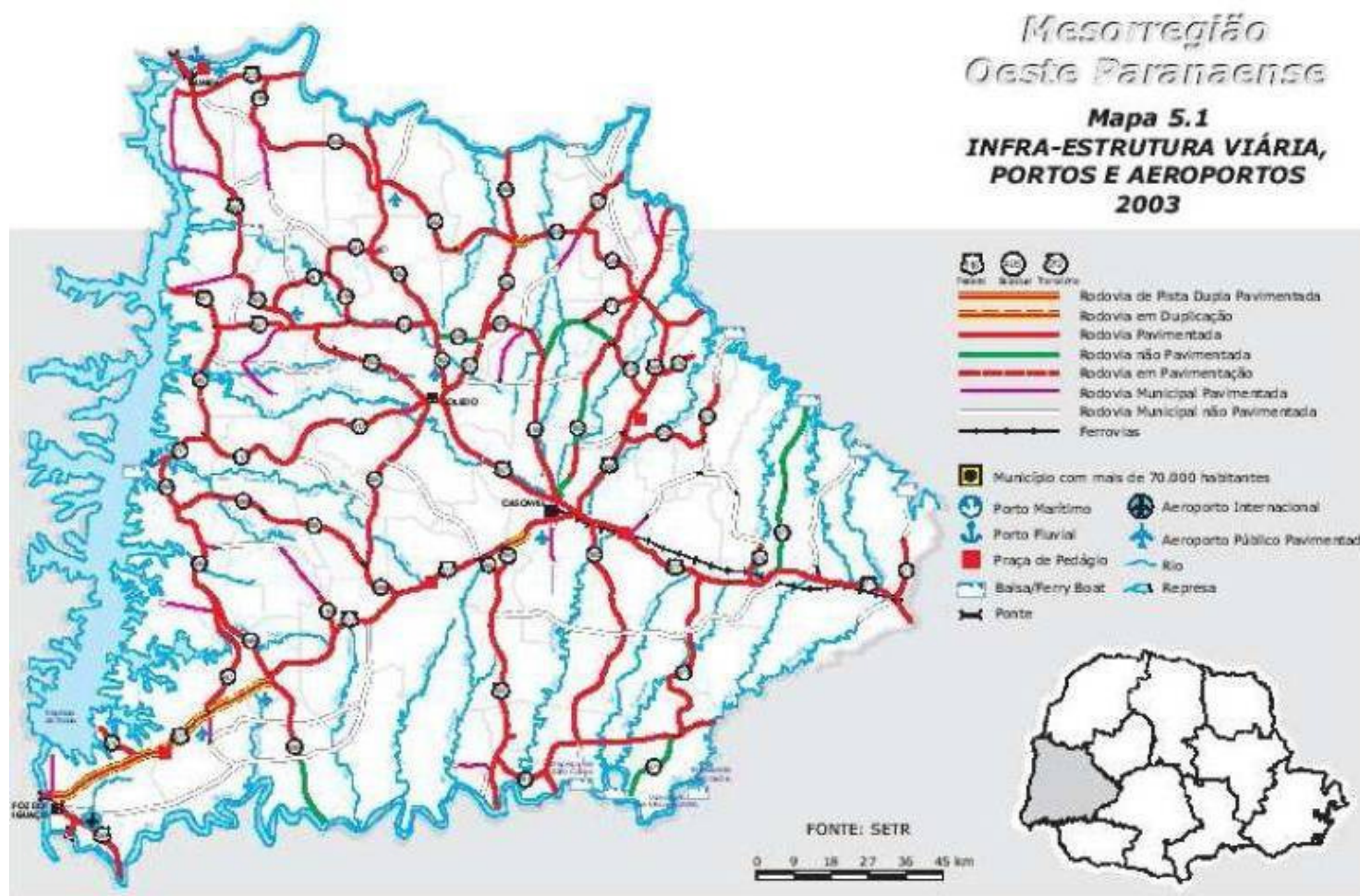


Figura 12: Mapa Infra-Estrutura Viária, Portos e Aeroportos – PR

Fonte: Governo do Estado do Paraná

Disponível em: <http://webgeo.pr.gov.br/website/setr/viewer.htm>. Acesso em 25 jun 2007

Plano Diretor do Município de Mercedes – Paraná



Figura 13: Mapa rodoviário de Mercedes

Fonte: Disponível em: www.googlemaps.com acessado em 8 de agosto de 2007

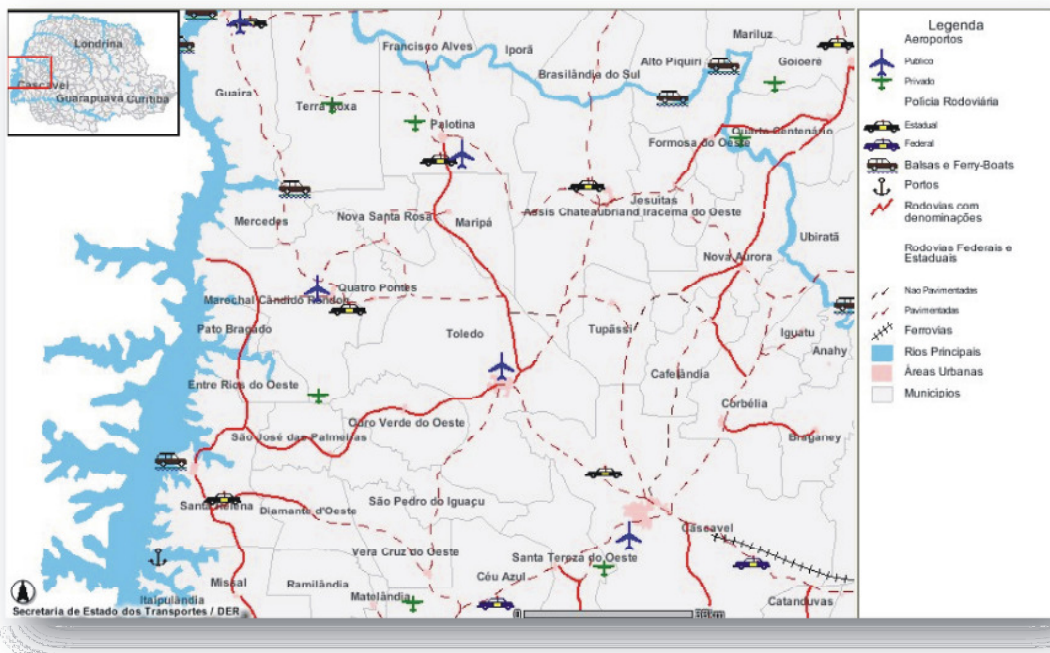


Figura 14: Mapa de Transporte do Paraná – Ampliado na região de Mercedes

Fonte: Disponível em: <http://webgeo.pr.gov.br/website/setr/viewer.htm>. Acesso em 08 de agosto 2007.

Tabela 02: Relação de municípios da Microrregião com os referenciais em População estimada, Km² e PIB per capita.

Municípios	População Censo 2000	População Estimativa 2006	Área de unidade terr.(km2)	PIB per capita 2003(reais)
Diamante do Oeste	4.878	1.644	30.847,04	5.895
Entre Rios do Oeste	3.328	3.626	12.148,06	13.875
Guaíra	28.659	27.668	59.292,07	5.677
Marechal Cândido Rondon	41.007	45.369	74.711,66	10.412
Maripá	5.889	5.494	28.538,15	15.407
Mercedes	4.608	4.905	19.962,36	8.133
Nova Santa Rosa	7.125	7.196	20.809,51	9.853
Ouro Verde do Oeste	5.472	4.838	29.360,01	10.643
Palotina	25.771	26.872	64.982,42	14.335
Pato Bragado	4.049	4.428	13.660,89	12.154
Quatro Pontes	3.646	3.637	11.345,80	14.534
Santa Helena	20.491	21.696	75.668,74	6.738
São José das Palmeiras	4.102	2.998	18.325,35	5.640
São Pedro do Iguaçu	7.277	6.277	30.956,07	9.261
Terra Roxa	16.300	13.698	79.740,42	8.505
Toledo	98.200	107.033	119.534,26	11.902

Fonte: IBGE, 2001.

Na mesorregião Oeste as principais centralidades apontadas na hierarquia de centros da rede urbana brasileira como Centro Sub-Regional 1, ou seja, nível forte é o município de Cascavel, seguida de Foz do Iguaçu com nível forte para médio – posição de Centro Sub-Regional 2 e com nível de centralidade médio temos o município de Toledo e de Medianeira. Segue os seguintes parâmetros (IPARDES, 34): 6 Máximo, 5 Muito forte, 4 Forte, 3 Forte para médio1, 2 Médio, 1 Médio para fraco, 0 Fraco e muito fraco.

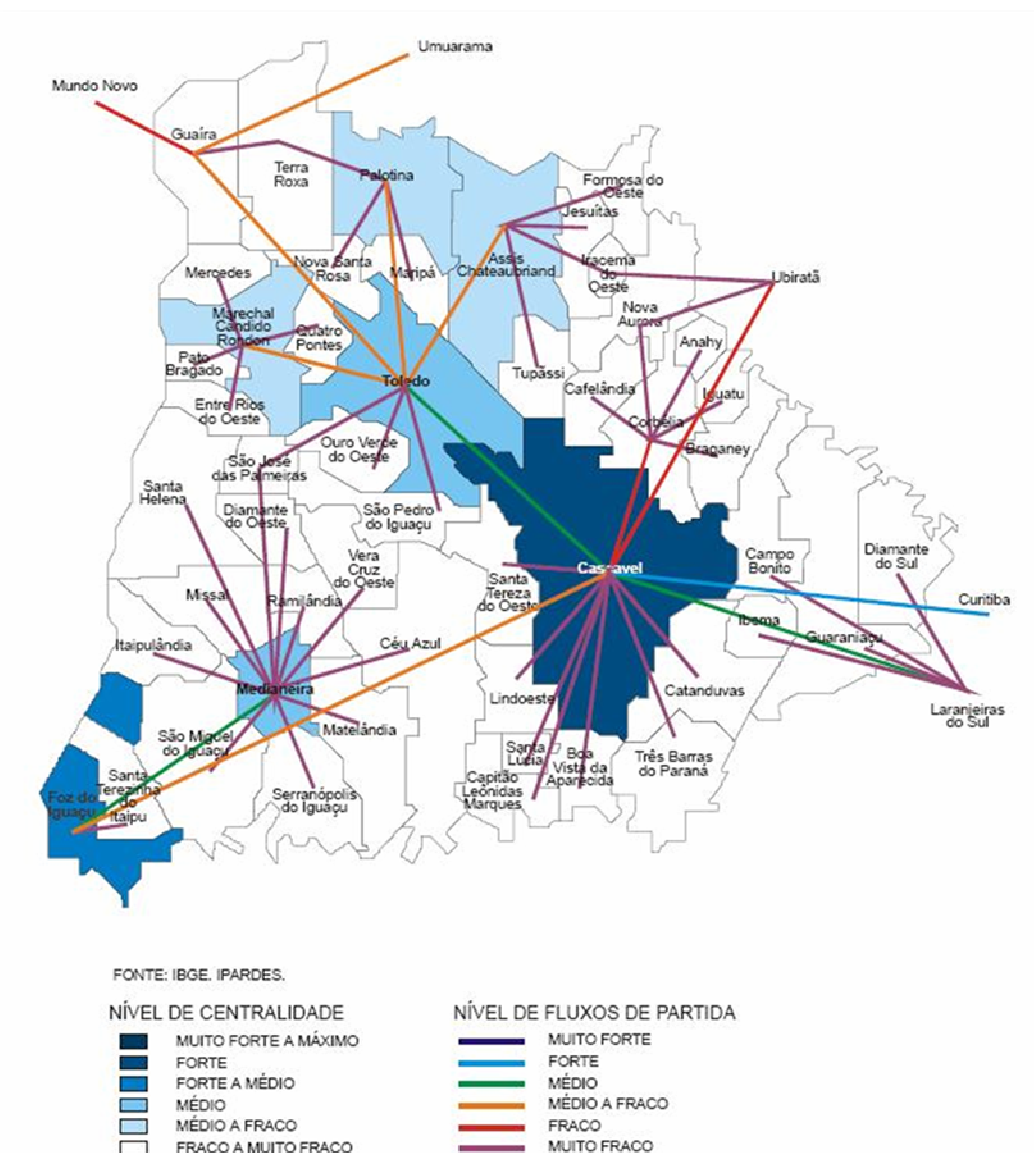


Figura 15: Mapa Nivelamento de Centralidade dos Municípios na Mesorregião Oeste Paranaense.
Fonte: PDM Missal, 2005.

Quanto aos indicadores podemos citar o Índice de Desenvolvimento Humano que foi criado originalmente para medir o nível de desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). O índice varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; os países com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano; países com IDH maior que 0,800 têm desenvolvimento considerado alto.

Segundo pesquisa do IPEA, Fundação João Pinheiro (MG) e PNUD, o Brasil melhorou sua posição no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) nos

últimos nove anos, passando de 0,707, em 1991, para 0,769, em 2000. Em comparação com 1991, o índice aumentou para todos os estados e quase todos os municípios brasileiros. Na classificação internacional, o Brasil continua sendo um país de médio desenvolvimento humano.

Para aferir o nível de desenvolvimento humano de municípios os parâmetros são os mesmos: educação, longevidade e renda da população, mas alguns dos indicadores usados são diferentes. Embora analisem os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDH municipal (IDHM) são mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores. Em janeiro de 2003, o IPARDES publicou o Índice de Desenvolvimento Humano – Anotações sobre o Desempenho do Paraná, onde analisa o comportamento dos municípios paranaenses quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 2000 (IDH-M) e de seus componentes. Neste documento, Curitiba apresenta-se como o município com o melhor IDH-M do Estado, com um índice de 0,788.

Em 1991, o IDH-M de Curitiba era de 0,819. Em 9 anos, este índice evoluiu, alcançando o índice de 0,856. Nesse mesmo período, Mercedes passou de um IDH-M de 0,725 em 1991 para 0,816 no ano de 2000. Segue na tabela abaixo o IDHM de todos os municípios da Microrregião e respectivamente o IDHM-L, IDHM-E e IDHM-R.

Tabela 03: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, dos Municípios da Microrregião de Toledo .

Município	AREA_HA	ÁREA_KM2	IDH_M	IDH_L	IDH_E	IDH_R	RENDAPER CAPITA
Entre Rios do Oeste	10305,38	121,48	0,847	0,872	0,923	0,745	337,95
Guaíra	46375,87	592,92	0,777	0,769	0,868	0,695	250,68
Marechal Cândido Rondon	71297,16	747,12	0,829	0,808	0,932	0,747	341,71
Maripá	28726,94	285,38	0,845	0,875	0,931	0,729	308,04
Mercedes	19052,23	199,62	0,816	0,817	0,880	0,750	349,05
Nova Santa Rosa	20751,62	208,10	0,806	0,789	0,928	0,702	261,16
Ouro Verde do Oeste	29305,70	293,60	0,764	0,790	0,861	0,640	180,74
Palotina	94811,66	649,82	0,832	0,817	0,922	0,756	360,61
Pato Bragado	10685,34	136,61	0,821	0,833	0,910	0,720	292,17
Quatro Pontes	11448,05	113,46	0,850	0,878	0,944	0,729	308,47
Santa Helena	55359,41	756,69	0,726	0,709	0,820	0,650	191,46
São José das Palmeiras	18372,10	183,25	0,724	0,767	0,794	0,610	150,67
São Pedro do Iguaçu	30855,17	309,56	0,732	0,769	0,816	0,612	152,93
Terra Roxa	80178,83	797,40	0,764	0,789	0,841	0,661	204,68
Toledo	120082,39	1195,34	0,827	0,823	0,927	0,730	309,47

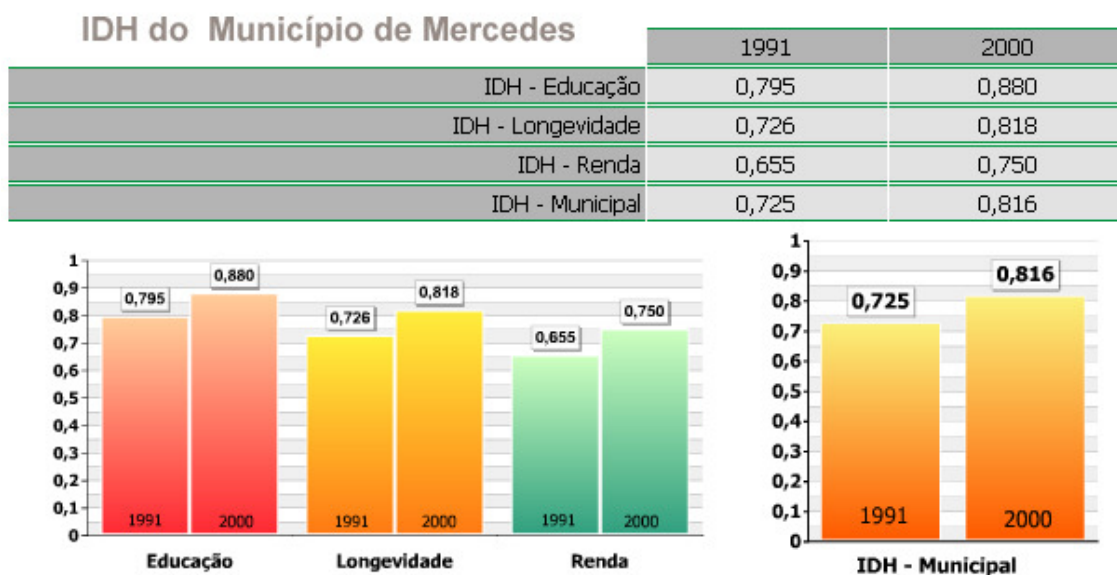
Fonte: Emater, 2000.

Legenda do IDHM:

L – Longevidade E – Educação R – Renda

A tabela abaixo demonstra o crescimento do IDH-M do Município de Mercedes entre 1991 e 2000.

Tabela 04: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal



Fonte: AMPR – Associação dos Municípios do Paraná – 2000

Em relação aos fatores usados para se determinar o IDH-M, é possível notar que houve avanço no crescimento dos índices principalmente no fator renda, porém os fatores educação e longevidade tiveram um crescimento que pode ser considerado baixo se comparado com desenvolvimento desses mesmos fatores em municípios da região. Mesmo assim Mercedes apresenta um IDH-M alto em comparação com a média regional e até estadual.

Quanto à renda municipal, Mercedes apresenta um índice alto de crescimento, sendo que a renda per capita do município é de 349,05, uma das mais altas da microrregião de Toledo, ficando atrás apenas da renda do município de Palotina que apresenta uma renda per capita de 360,61. A taxa de pobreza do município é de 13,6%, o que é considerado um índice baixo. (IBGE/IPARDES 2000).

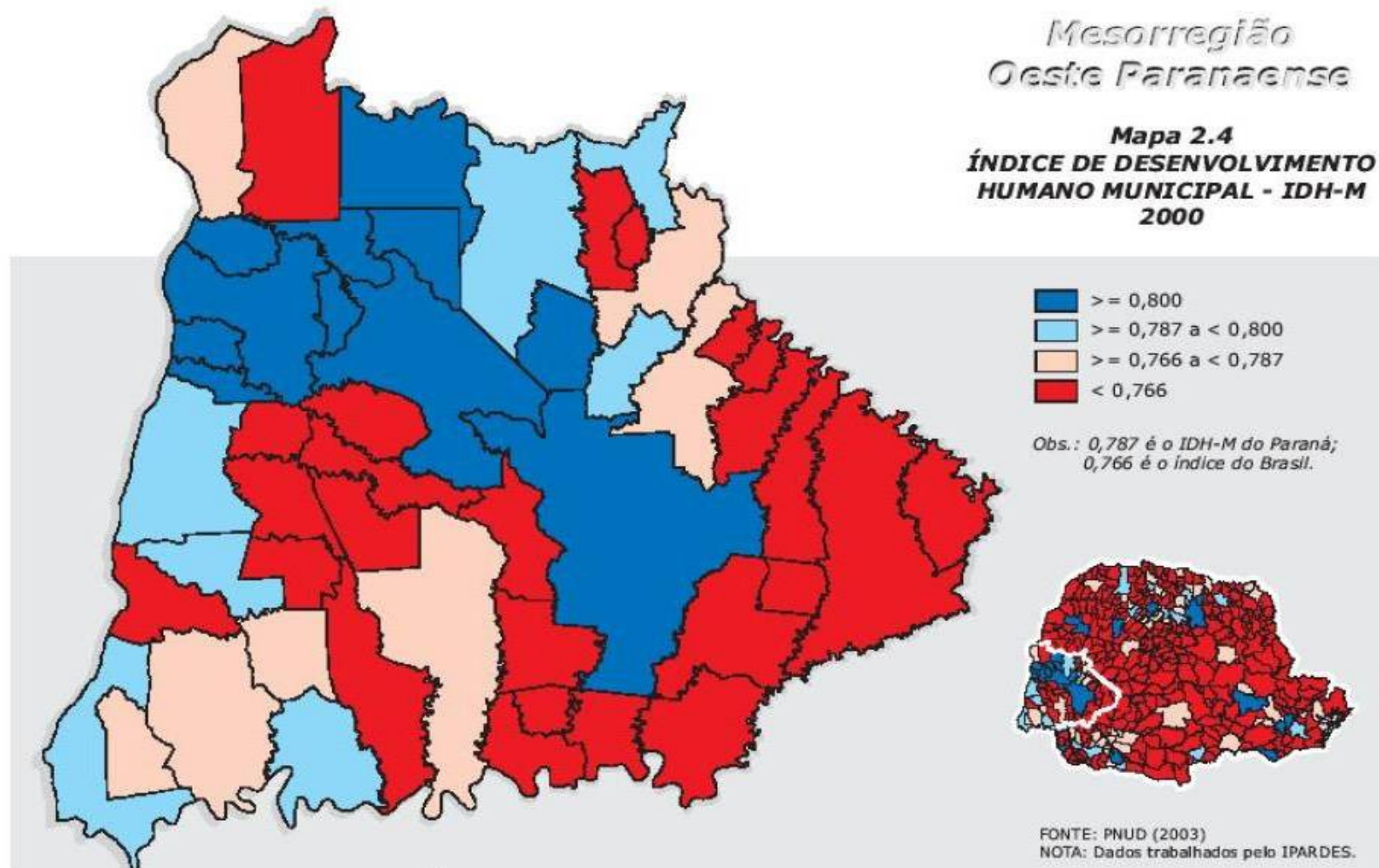


Figura 16: Mapa Índice de Desenvolvimento Humano Municipal na Mesorregião Oeste do Paraná.

Fonte: IPARDES 2003.

A expectativa de vida ao nascer da Microrregião de Toledo varia de 77,67 anos na cidade de Quatro Pontes, ao menor índice que é de 71,01 anos da cidade de São José das Palmeiras. (tabela 05).

O Município de Mercedes apresenta o menor índice de urbanização da microrregião, que é de 32,47%, enquanto o município que apresenta o maior índice de desenvolvimento urbano da região é Toledo com 87,49% da sua população morando na área urbana.

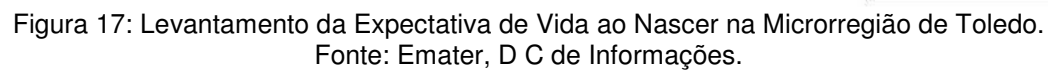
No total contando a área rural e urbana Mercedes tem a maior taxa de crescimento da microrregião, de 6,9%, sendo o crescimento urbano de 8,07% e o rural de – 1,15%. Enquanto o menor índice de crescimento da microrregião é do Município de Quatro Pontes com uma taxa negativa de –0,02%.

Os altos índices de crescimento do Município de Mercedes devem-se em grande parte ao potencial produtivo do solo, a localização que facilita o escoamento de mercadorias, a qualidade de vida, entre outros fatores positivos; nota-se que apesar de taxa de crescimento rural do município ser negativa, ainda assim o êxodo rural é pouco acentuado e Mercedes continua sendo um município predominantemente rural.

Tabela 05: Municípios da Microrregião com Expectativa de Vida, Grau de Urbanização e Taxa de Crescimento Total, taxa de Crescimento Rural e Taxa de Crescimento Urbano.

Municípios	Esp. de vida ao nascer	Grau de Urb. (%)	Tx. de Cresc. Total (%)	Tx. de Cresc. Rural (%)	Tx. de Cresc. Urb. (%)
Entre Rios do Oeste	77,31	59,83	1,48	-3,88	7,83
Guaíra	71,14	86,81	-0,51	-6,98	0,99
Marechal Cândido Rondon	73,48	76,20	1,75	-3,17	3,95
Maripá	77,52	50,96	-0,94	-4,35	-4,03
Mercedes	74,05	32,47	1,05	-1,15	8,07
Nova Santa Rosa	72,36	54,69	0,13	-2,06	2,40
Ouro Verde do Oeste	72,41	61,82	-1,62	-3,84	0,05
Palotina	74,05	80,48	0,66	-3,18	1,86
Pato Bragado	75,00	57,87	1,55	-2,38	5,82
Quatro Pontes	77,67	49,20	-0,02	-3,29	5,06
Santa Helena	72,36	47,91	0,93	-1,63	4,73
São José das Palmeiras	71,01	55,07	-3,42	-6,13	-0,47
São Pedro do Iguaçu	71,14	55,01	-1,89	-7,02	6,09
Terra Roxa	72,36	67,74	-2,17	-4,63	-0,74
Toledo	74,40	87,49	1,47	-3,07	2,32

Fonte: Iparde, 2005.



RELAÇÃO ENTRE POPULAÇÃO RURAL / URBANA

REGIÃO DE TOLEDO

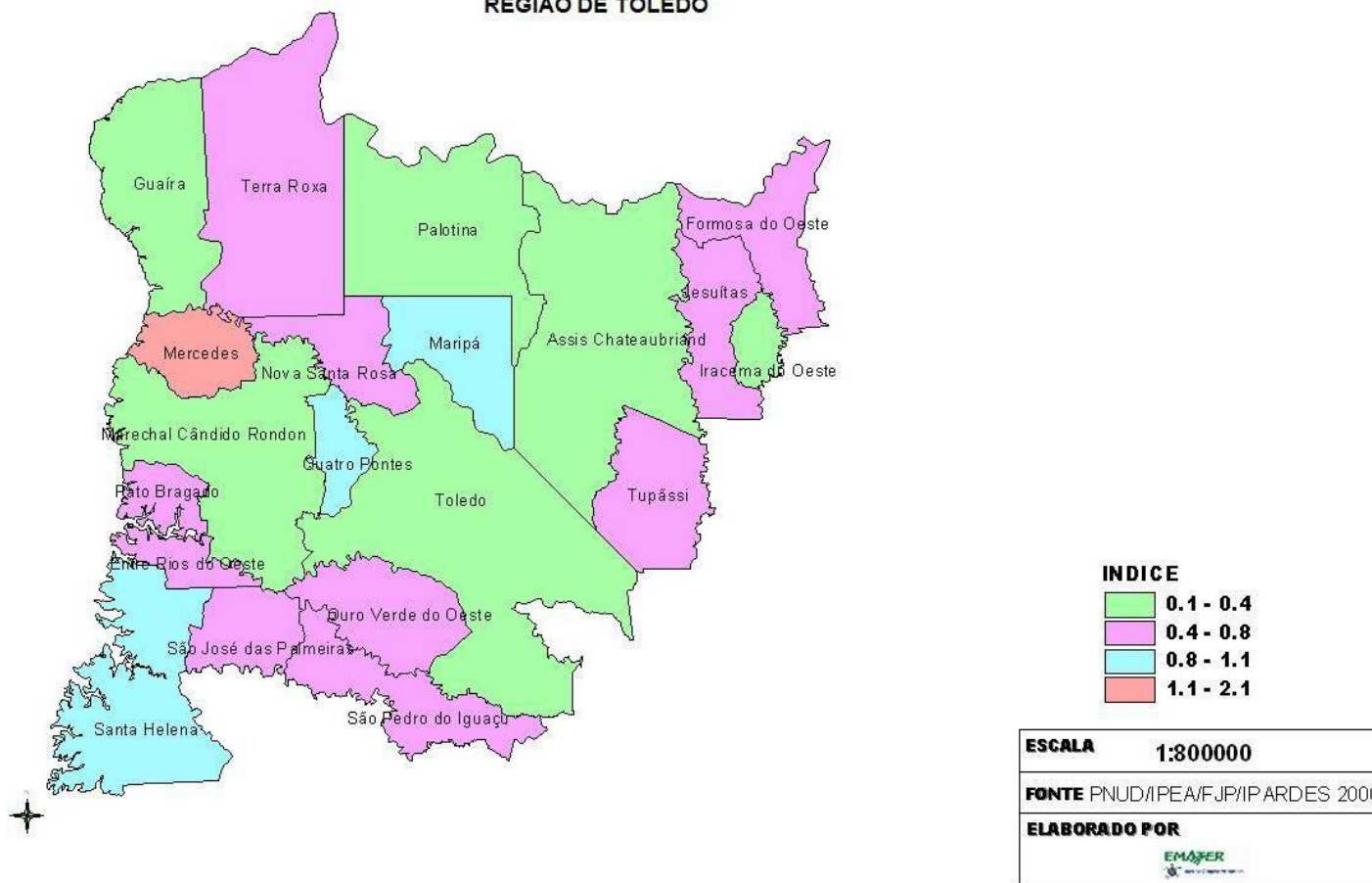


Figura 18: Levantamento da Relação entre a População Rural e Urbana na Microrregião de Toledo.
Fonte: Emater, CD de Informações.

A taxa de analfabetismo de Mercedes é de 5,9%, um nível baixo se comparado à média dos municípios da microrregião. A maior taxa de analfabetismo da microrregião de Toledo é do município de São José das Palmeiras sendo de 19,6%, enquanto a menor taxa regional é a do município de Quatro Pontes que é de 2,3%. Quanto à renda per capita municipal Mercedes apresenta um bom índice de R\$349,05 reais ficando atrás na microrregião apenas de Palotina que tem a renda per capita de R\$360,61 reais. Esse dois aspectos são muito positivos para o Município de Mercedes, deve-se continuar o bom trabalho na educação para se atingir cada vez um índice menor de analfabetismo.

Quanto à distribuição de renda, esta piorou na última década em 66,3% dos municípios brasileiros, ou 3.654 cidades. Em outros 370 a desigualdade permaneceu inalterada e, em 1.483, houve queda. Na média geral do Brasil, a desigualdade de renda também aumentou na última década e o país já ocupa o sexto lugar entre os países com pior distribuição de renda. Os dados constam do "Atlas do Desenvolvimento Humano", divulgado pelo Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e Fundação João Pinheiro. No Brasil, o índice que mede a desigualdade de renda subiu de 0,53 para 0,56 entre 1991 e 2000. Esse índice pode variar de 0 a 1, sendo 1 a desigualdade máxima.

Na microrregião de Toledo o município que apresenta maior taxa de desigualdade é Quatro Pontes cujo índice atinge 0,66, já o município com menor índice de desigualdade é Guaíra com 0,44. O nível de desigualdade do Município de Mercedes é de 0,55, o que é um índice intermediário entre os municípios da microrregião.

Outro indicador a ser trabalhado é a taxa de pobreza, que indica o percentual de famílias residentes no município com uma renda mensal inferior a meio salário mínimo; a maior taxa de pobreza apresentada na microrregião é a do município de São Pedro do Iguaçu com uma porcentagem de 34,72% da população em situação de pobreza, e a menor taxa de pobreza é a do Município de Quatro Pontes, cujo índice atinge 7,92%. A taxa de pobreza do Município de Mercedes é de 13,62%, o que se comparado com os outros municípios da microrregião é uma porcentagem razoavelmente baixa.

Tabela 06: Municípios da Microrregião com Taxa de Analfabetismo, Renda Municipal per Capita, Desigualdade de Renda e Taxa de Pobreza Rural.

Municípios	Taxa de Analfab. (%)	Renda Municipal Per capita (R\$)	Desigualdade de Renda	Taxa de Pobreza (%) ¹
Entre Rios do Oeste	3,3	337,95	0,56	9,49
Guaíra	11,2	250,68	0,44	30,25
Marechal Cândido Rondon	4,0	341,71	0,56	12,41
Maripá	4,4	308,04	0,55	13,22
Mercedes	5,9	349,05	0,49	13,62
Nova Santa Rosa	4,4	261,16	0,61	14,68
Ouro Verde do Oeste	11,4	180,74	0,59	32,91
Palotina	7,0	360,61	0,48	14,81
Pato Bragado	4,8	292,17	0,50	18,88
Quatro Pontes	2,3	308,47	0,66	7,92
Santa Helena	7,9	256,81	0,49	25,82
São José das Palmeiras	19,6	150,67	0,60	16,49
São Pedro do Iguaçu	16,2	152,93	0,54	34,72
Terra Roxa	12,9	204,68	0,55	24,18
Toledo	6,8	309,47	0,56	14,26

Fonte: EMATER CD de Informações. ¹ Fonte IPARDES 2003

TAXA DE ANALFABETISMO

REGIÃO DE TOLEDO

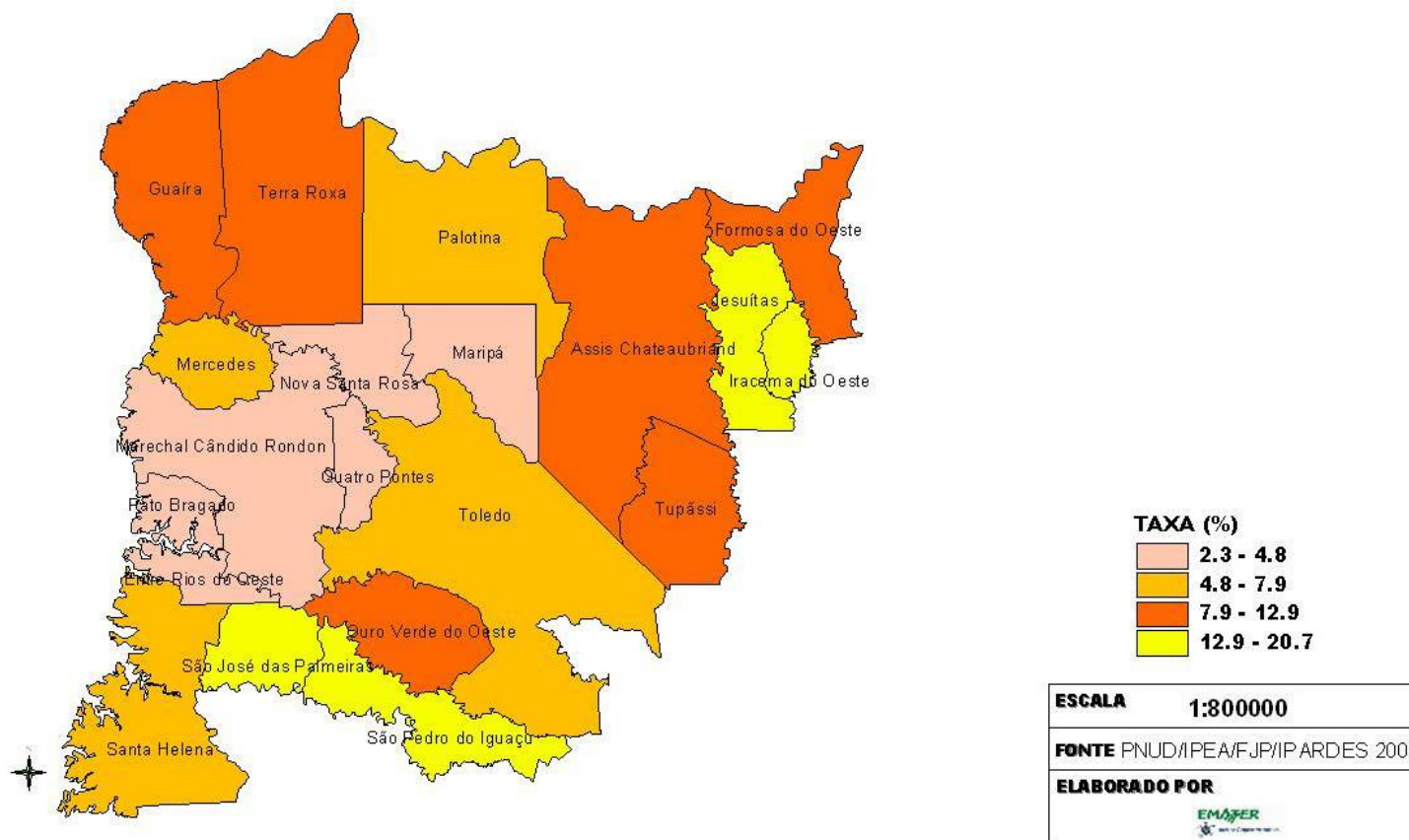


Figura 19: Levantamento da Taxa de Analfabetismo na Microrregião de Toledo
Fonte: Emater, CD de Informações.

RENDA MUNICIPAL PER CAPITA

REGIÃO DE TOLEDO

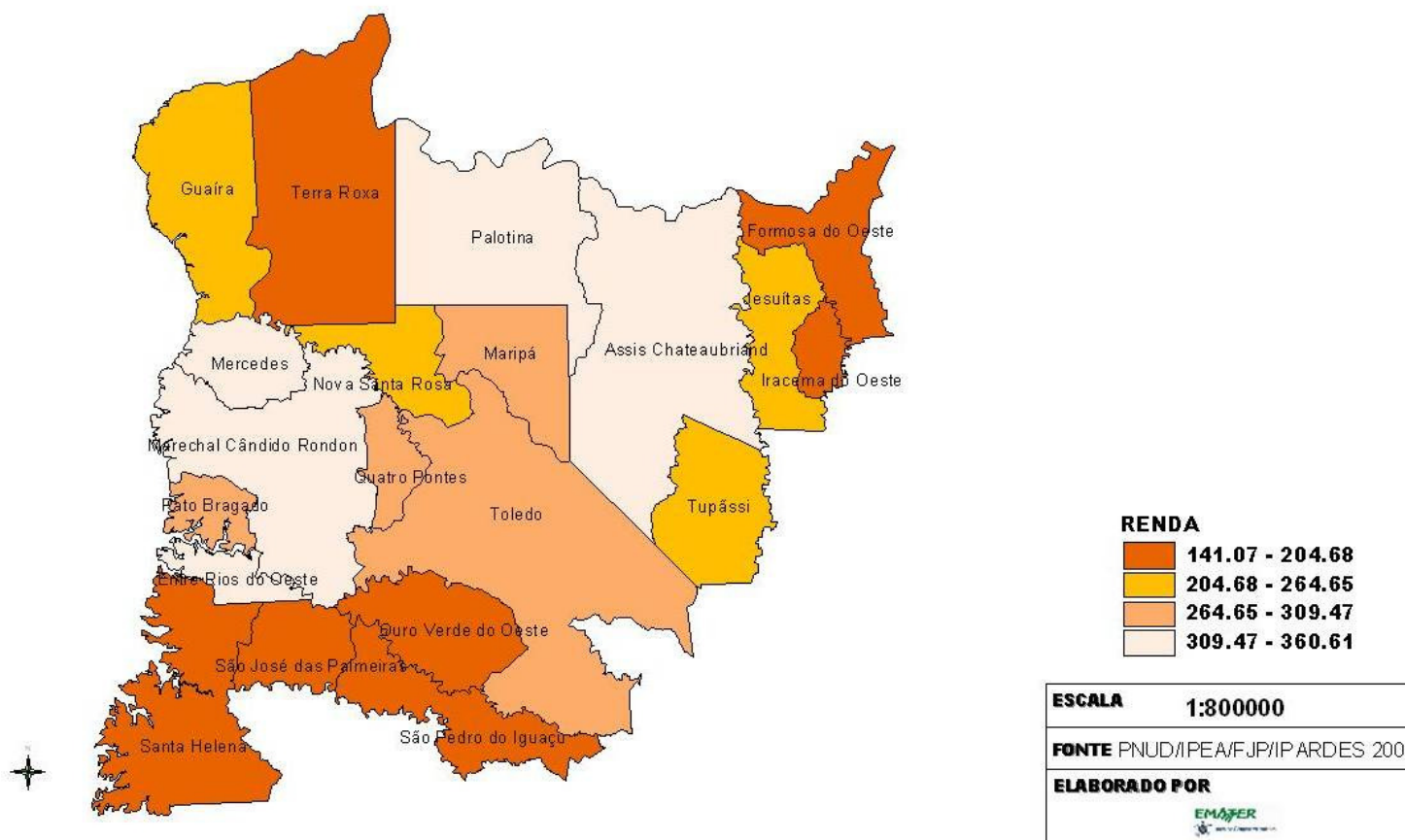


Figura 20: Levantamento de Renda per capita na Microrregião de Toledo.
Fonte: Emater, CD de Informações.

DESIGUALDADE DE RENDA

REGIÃO DE TOLEDO

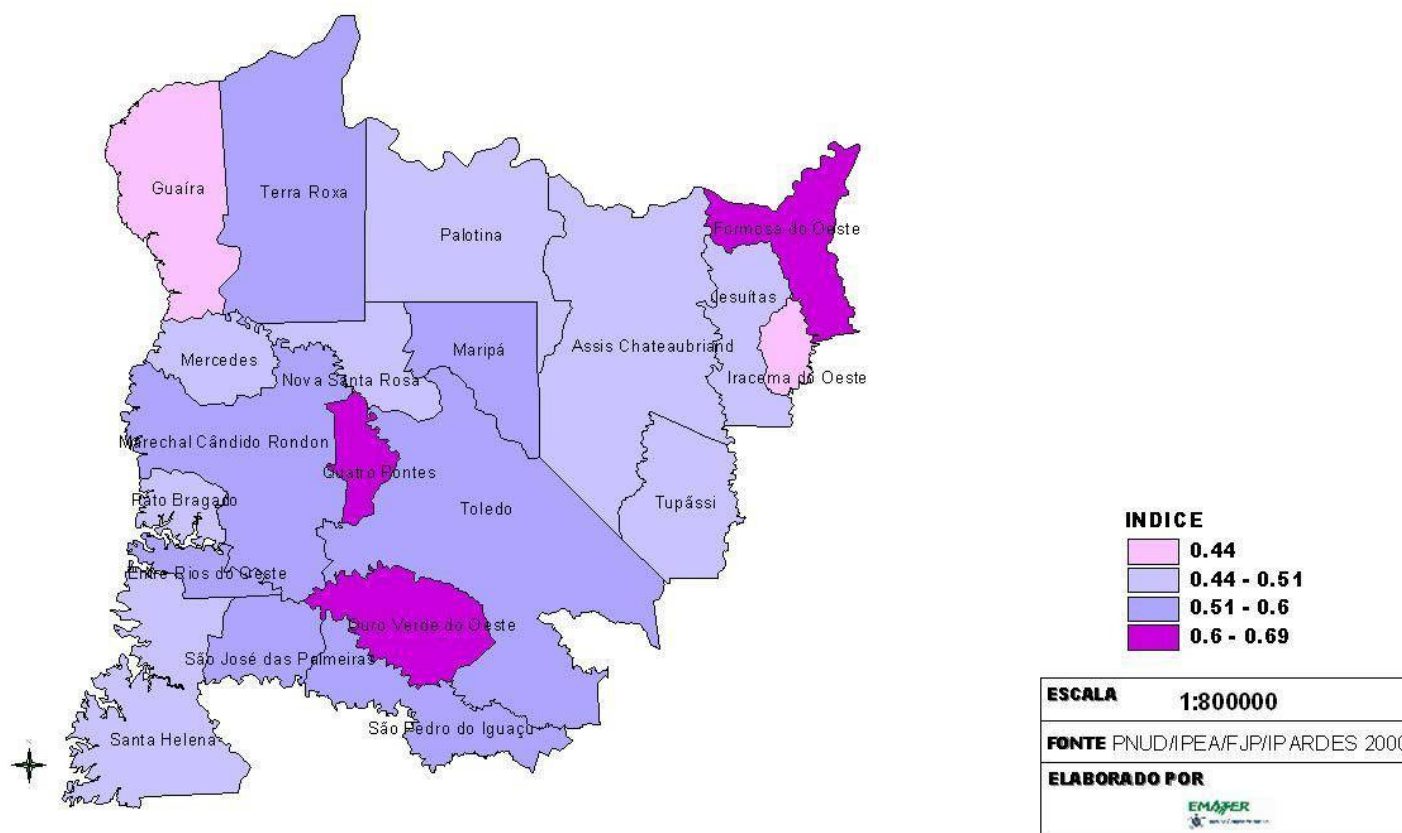


Figura 21: Levantamento de Desigualdade de Renda na Microrregião de Toledo.
Fonte: Emater, CD de Informações

Quanto aos aspectos relacionados à área de Saúde Pública, podemos dizer que a 20ª Regional de Saúde, administra uma área que abrange 18 municípios dentre eles o de Mercedes, cobrindo uma área geográfica em torno de 8.150.248 km², com sede no posto de saúde situado no próprio município e atendimentos hospitalares de grande vulto em hospitais de Marechal Cândido Rondon, Toledo e Cascavel. O atendimento de Saúde é disponibilizado a uma população regional de 323.173 habitantes (IBGE, 2005), sendo que desta população 4.861 (IBGE, 2005) estão no município de Mercedes, representando cerca de menos de 1% de toda a população regional. Quanto ao Indicador de Mortalidade geral do município em estudo em relação ao Estado do Paraná através do perfil epidemiológico no ano de 2003, dados coletados da Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, o município de Mercedes se apresenta com um coeficiente de mortalidade de 6,98, ficando acima da média estadual que é de 5,76.

Quanto ao aspecto econômico podemos demonstrar que a atividade produtiva do Oeste Paranaense a princípio foi voltada ao extrativismo da madeira com a devastação das matas naturais e fortalecendo a agropecuária e a agroindústria. O cultivo de soja foi um dos mais disseminados na região, de 5.000 hectares em 1960, o cultivo da soja evoluiu para 172.000 em 1969 (PERIN apud IPARDES, 2003, p. 69). E em 1990 eram 679.749 ha cultivados, e em 2001 foram cultivados com soja 733.114 ha (IBGE, apud IPARDES, 2003, p. 69).

A Mesorregião Oeste participa com 17,3% no valor da produção agrícola do Paraná, com destaque para as cidades de Assis Chateaubriand (7,9%), Cascavel (7,7%) e Toledo (6,8%), na microrregião de Toledo. Mercedes acrescenta 30452,78 (R\$ mil) a produção regional sendo responsável por 2,25 da produção agrícola da Mesorregião Oeste do Paraná.

Tabela 07: Valor da produção agrícola de alguns Municípios da Mesorregião Oeste do Paraná e sua participação em relação ao Estado do Paraná

Municípios	Valor da produção (R\$mil)	Participação na Mesorregião (%)	Participação no Estado (%)
Missal	22.198	1,8	0,3
São Miguel do Iguçu	54.314	4,5	0,8
Medianeira	14.005	1,3	0,2
Mercedes	30452,78	2,25	0,45
Mesorregião Oeste	1.219.991	100	17,3
Estado do Paraná	7.049.396	-	-

Fonte: IBGE – Produção agrícola Municipal apud IPARDES, 2003.

A Mesorregião Oeste Paranaense vem se destacando e se especializando na produção de grãos (soja, trigo e milho), na microrregião o destaque é para o município de Toledo e Palotina seguido pelo município de Terra Roxa. Na produção agrícola de Mercedes, predomina o plantio de soja, seguido pelo milho, mandioca e trigo, nessa ordem de importância.

Tabela 08: Valor da produção das principais lavouras, segundo os municípios da microrregião de Toledo.

Municípios	Soja		Milho		Trigo		Mandioca		Algodão	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Entre Rios do Oeste	6.864	70,2	2.263	22,7	—	0	300	3,5	—	0
Guaíra	33.420	45,5	1.815	24,0	7.452	4,1	4.959	18,1	145	6,0
Marechal Cândido Rondon	30.568	45,6	2.408	39,1	5.980	4,0	17.000	9,4	—	0
Maripá	25.121	62,1	4.352	17,3	7.200	8,5	1.225	12,0	—	0
Mercedes	7.653	46,1	966	20,5	2.340	11,6	2.400	18	—	0
Nova Santa Rosa	16.281	39,4	2.156	36,0	—	0	735	21,0	—	0
Ouro Verde do Oeste	14.525	49,1	1.336	18,0	1.638	5,0	120	0	194	24,4
Palotina	52.592	59,4	11.087	33,8	10.800	4,9	—	0	—	0
Pato Bragado	5.377	39,4	2.052	49,1	—	0	1.313	8,7	—	0
Quatro Pontes	12.583	50,3	770	40,6	—	0	225	5,6	—	0
Santa Helena	31.067	54,3	8.452	30,8	2.600	4,2	2.310	5,1	—	0
São José das Palmeiras	1.830	22,7	362	24,5	191	0	1.800	5,4	229	35,9
São Pedro do Iguaçu	16.636	54,4	1.446	17,7	2.418	11,7	—	0	115	7,7
Terra Roxa	48.856	59,8	5.233	25,8	9.600	3,2	2.254	7,8	—	0
Toledo	82.938	65,7	16.055	16,4	13.650	14,2	1.500	1,7	—	0

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal apud IPARDES, 2003.

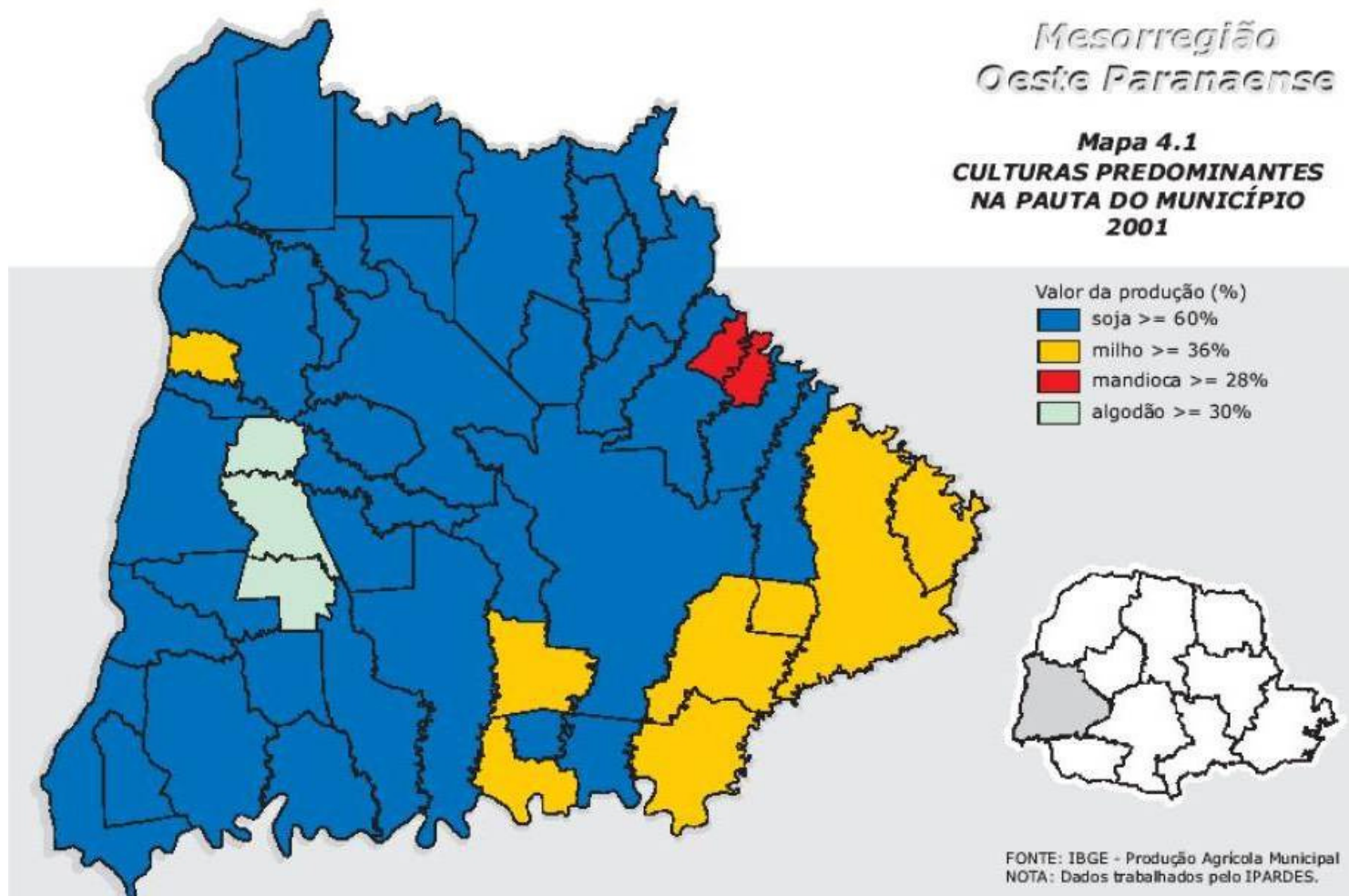


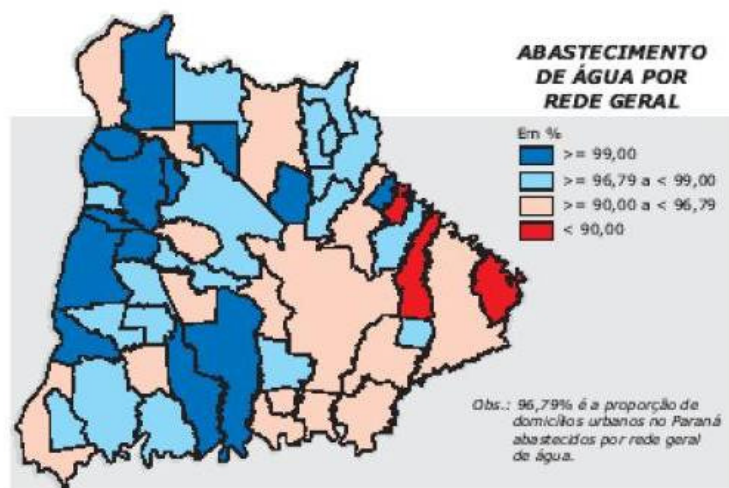
Figura 22: Mapa com Culturas Predominantes na pauta do Município – 2001.
Fonte: IPARDES 2001-Mapa atualizado para a cultura predominante no Município de Mercedes 2001

Sobre os aspectos de infra-estrutura Mercedes conta com um bom atendimento na área de abastecimento de água, sendo que 100% da área urbana e 38,5% da área rural é atendida pela rede geral de água, enquanto o restante dos moradores da área rural que não são atendidos pela rede de água fazem uso de poços particulares. O índice de atendimento a rede de água da mesorregião é de 95% a 96% e o do estado do Paraná é de 96,79%. Quanto ao esgotamento sanitário Mercedes, assim com a grande maioria de municípios da região, não apresenta rede de tratamento de esgoto, e a população faz uso de fossas sépticas tanto no interior como na cidade. A falta de unidades de tratamento de esgoto pode ser considerada um dos grandes problemas da Mesorregião Oeste. Quanto ao recolhimento de lixo não existem grandes problemas na região, já que os gestores públicos têm investido nesse aspecto. O sistema de recolhimento de lixo de Mercedes atende 99,18% da população urbana e 3,68% da população rural.

Tabela 09: Total de domicílios permanentes Urbanos, Rurais e percentual de atendimento, segundo as condições de saneamento por município PR – 2000.

Municípios	Total de Domicílios		Domicílios Atendidos (%)					
			Abastecimento de Água por rede geral (%)		Esgoto Sanitário (%) ⁽¹⁾		Lixo Coletado ⁽²⁾	
	Urban.	Rurais	Urban.	Rurais	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.
Entre Rios do Oeste	627	397	100	86,31	3,24	37,72	94,67	12,45
Guaíra	7.766	1.306	95,44	9,02	45,92	0	91,26	2,89
Marechal Cândido Rondon	10.298	3.074	99,59	33,18	4,22	3,45	97,61	5,92
Maripá	956	910	100	10,7	2,33	18,56	99,39	15,47
Mercedes	481	891	100	38,07	5,8	2,22	99,18	3,68
Nova Santa Rosa	1.244	1.004	93,25	16,12	3,54	1,88	93,91	7,32
Ouro Verde do Oeste	1.018	637	95,3	12,34	0,55	0	94,49	3,37
Palotina	6.407	1.503	98,24	10,31	19,49	1,56	96,57	3,79
Pato Bragado	753	494	98,35	64,44	2,31	0,54	100	9,56
Quatro Pontes	605	555	100	25,25	0,91	3,38	97,47	3,27
Santa Helena	2.956	3.227	100	88,25	48,42	16,37	98,45	33,74
São José das Palmeiras	678	557	100	15,67	0	0,91	96,23	5,54
São Pedro do Iguaçu	1.206	989	96,92	10,25	0	0	81,58	5,7
Terra Roxa	3.539	1.778	99,12	12,27	0,87	0	96,69	15,03
Toledo	26.562	3.766	97,59	12,61	29,65	3,08	95,41	1,39

Fonte: IBGE – Censo Demográfico. Dados trabalhados pelo IPARDES, 2003. ⁽¹⁾ Para domicílios urbanos foi considerada a condição de ligados à rede pública e para rurais o uso de fossa séptica, ⁽²⁾ Lixo coletado ou depositado em caçambas.



Mesorregião Oeste Paranaense

Mapa 2.7
DOMICÍLIOS URBANOS COM SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO 2000

FONTE: IBGE - Censo Demográfico
NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

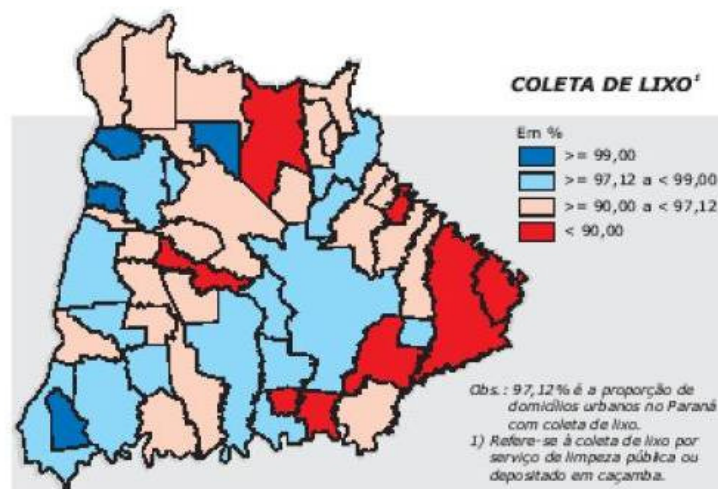
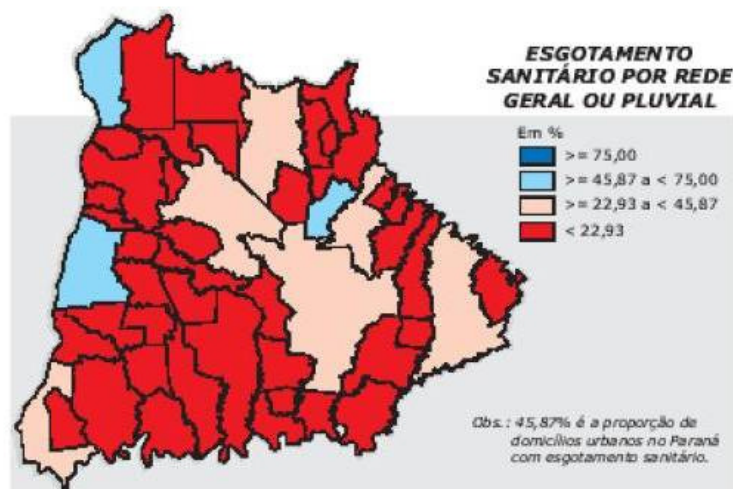
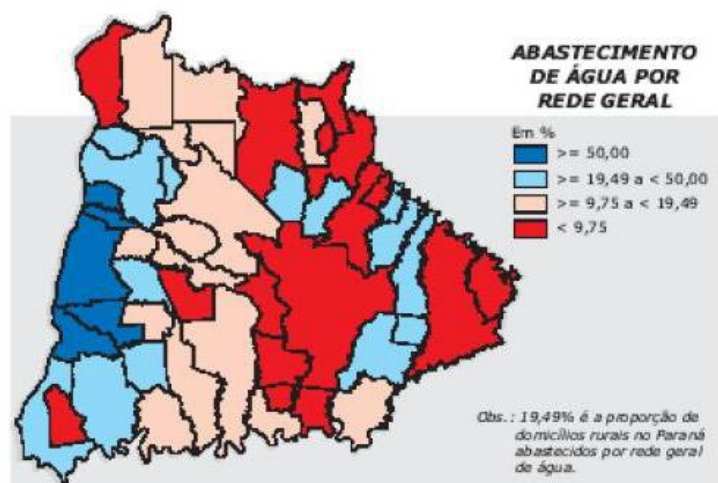


Figura 23: Mapa Domicílios Urbanos com Serviços de Saneamento Básico/2000.
Fonte: IPARDES, 2003.



Mesorregião Oeste Paranaense

Mapa 2.8
DOMICÍLIOS RURAIS COM SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO 2000

FONTE: IBGE - Censo Demográfico
NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

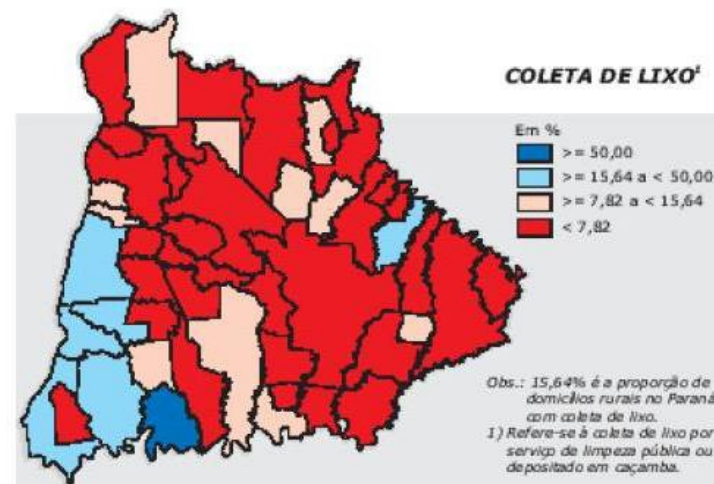
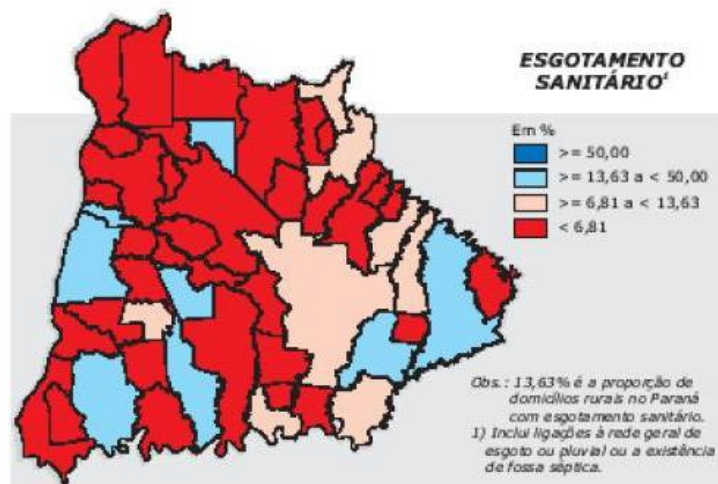


Figura 24: Mapa Domicílios Rurais com Serviços de Saneamento Básico /2000.
Fonte: IPARDES, 2003.

A taxa de frequência à escola ou nos Centros de Educação Infantil é uma dimensão associada à desigualdade social, pois sinaliza o acesso aos sistemas de ensino público. Indica a proporção de crianças de cada grupo de idade que está freqüentando o sistema de ensino. O acesso aos Centros de Educação Infantil é feito por crianças de 0 a 3 anos, verifica-se que a média do Estado é de 9,67%, os municípios com menor índice de acesso da microrregião é Iracema do Oeste e Entre Rios do Oeste, Pato Bragado e Quatro Pontes (0,3%), e o maior índice é de Toledo (10%), superior a média do estado, estando o Município de Mercedes com um dos mais baixos índices de 0,4%. As crianças de 4 a 5 anos correspondem parte da frequência da pré-escola, os municípios que se destacam na microrregião são Santa Helena (75,84%), Tupãssi (70,5%) e Pato Bragado (70,19%), Mercedes apresenta um índice de frequência de 65,3% estando bem acima da média Paranaense (53,26%).

As crianças de 7 a 14 anos correspondem ao ensino fundamental considerado obrigatória para essa faixa de idade, os percentuais na microrregião estão acima da média do estado, e o Município de Mercedes apresenta o índice de 89,58% ficando abaixo da média regional.

Os jovens de 15 a 22 anos apresentam frequência de 1,37% no Município de Mercedes e o destaque da microrregião é do município de Palotina (17,54%) nesta faixa de idade. E para os jovens de 22 anos ou mais, apenas 0,36% freqüentam a escola, índice muito abaixo do desejado.

Tabela 10: Indicadores de Atendimento Educacional de Frequência Faixa Etária de Idade - IBGE 2000

Município	% 0 a 3 anos	% 4 a 5 anos	% 5 a 6 anos	% 7 a 14 anos	% 15 a 22 anos	% 22 anos ou mais
Assis Chateaubriand	2,8	39,12	77,52	95,99	12,19	1,73
Diamante d'Oeste	0,5	29,92	59,48	90,90	1,9	0,83
Entre Rios do Oeste	0,3	69,14	91,47	93,26	4,56	1,19
Formosa do Oeste	0,6	28,12	65,95	94,06	6,96	1,09
Guaíra	3,0	43,17	73,54	90,75	9,2	2,83
Iracema do Oeste	0,3	63,64	81,62	84,99	1,71	0,34
Jesuítas	0,8	37,3	71,6	81,48	7,98	1,15
Mal. Cândido Rondon	0,4	48,64	77,57	97,04	16,84	1,92
Maripá	0,5	57,48	87,2	95,52	6,37	0,34
Mercedes	0,4	65,3	90,01	89,58	1,37	0,36
Nova Santa Rosa	0,6	65,62	90,62	94,94	5,73	0,5
Ouro Verde do Oeste	0,5	42,14	75,3	94,61	3,49	1,04
Palotina	2,0	49,59	84,32	95,55	17,54	2,06
Pato Bragado	0,3	70,19	91,58	95,22	3,62	0,3
Quatro Pontes	0,3	53,41	89,82	93,87	7,42	0,86
Santa Helena	1,9	75,84	93,22	93,71	9,6	2,39
São José das Palmeiras	0,4	39,66	73,89	92,95	1,54	0,27
São Pedro do Iguaçu	0,7	40,89	77,95	94,18	2,27	0,43
Terra Roxa	1,5	35,57	68,96	88,93	6,57	0,93
Toledo	10	55,87	86,69	91,86	14,88	2,52
Tupãssi	0,7	70,5	93,12	74,10	7,41	0,81
Estado do Paraná	9,67	53,26	95,65	73,09	33,49	6,01

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

A quantidade de alunos matriculados na Microrregião de Toledo na pré-escola em 2003 foi no total de 3.315, no ensino fundamental temos um total de 17.396 e no ensino médio de 6.041 alunos, totalizando um número de 26.752 alunos matriculados nesta Microrregião.

No ano de 2003 se matricularam ao todo 1153 alunos no Município de Mercedes, desses 218 na pré-escola, 737 no ensino fundamental e 198 no ensino médio, todos na rede pública de ensino, sendo que não existem escolas particulares no município. Representando 4,30% do total de alunos que se matricularam em toda a microrregião de Toledo no mesmo ano.

Já no ano de 2007 o numero de matriculas aumentou para 1163, não sendo um aumento relevante.

Tabela 11: Alunos Matriculados na Pré-Escola, ensino Fundamental e ensino Médio.

Municípios	Pré-Escola			Ensino Fundamental			Ensino Médio			Total Geral
	Púb	Priv.	Tot	Púb	Priv.	Tot	Púb	Priv	Tot	
Entre Rios do Oeste	104	—	104	531	—	531	141	73	214	849
Guaíra	698	184	882	4372	526	4898	1225	221	1446	7226
Marechal C. Rondon	570	362	932	5877	824	6701	1627	385	2012	9645
Maripá	196	23	219	799	—	799	267	—	267	1285
Mercedes	218	—	218	737	—	737	198	—	198	1153
Nova Santa Rosa	245	—	245	1154	—	1154	342	—	342	1741
Ouro Verde do Oeste	137	—	137	912	—	912	262	—	262	1311
Palotina	764	258	1022	3731	516	4247	991	219	1210	6479
Pato Bragado	193	—	193	676	—	676	228	—	228	1097
Quatro Pontes	141	—	141	501	—	501	154	—	154	796
Santa Helena	862	44	906	3702	148	3850	1123	74	1197	5953
São José das Palmeiras	128	—	128	710	—	710	274	—	274	1.112
São Pedro do Iguçu	215	—	215	1229	—	1229	291	—	291	1735
Terra Roxa	288	101	389	2320	98	2418	763	—	763	3570
Toledo	2624	691	3315	15.940	1456	17.396	5478	563	6041	26752

Fonte: MEC/INEP (IPARDES, 2003)

Tabela 12: Matrículas, Corpo Docente e Estabelecimentos de Ensino na Educação Básicas Mercedes/2005

EDUCAÇÃO BÁSICA	CRECHE	PRÉ-ESCOLAR	FUNDAMENTAL	MÉDIO
Matrículas	42	218	737	198
Estadual	-	-	363	198
Municipal	42	218	374	-
Docentes	-	8	52	19
Estadual	-	-	30	19
Municipal	-	8	22	-
Estabelecimentos de Ensinos	-	2	5	1
Estadual	-	-	2	1
Municipal	-	2	1	-

Fonte: MEC - INEP

Nota: Corpo Docente - um docente pode lecionar em mais de um grau / modalidade de ensino.

Quanto ao número médio de séries concluídas pela população de adolescentes, jovens e adultos da Mesorregião Oeste Paranaense, destaca-se o município de Cascavel que apresenta os melhores índices da região neste aspecto, bem acima da média de séries concluídas do estado que é de 6,53, seguindo dos municípios de Foz do Iguaçu, Toledo, Palotina, Marechal Cândido Rondon, Quatro Pontes, Entre Rios do Oeste e Cafelândia que também se encontram acima da média do estado. Os demais municípios da Mesorregião encontram-se abaixo da média do estado, incluindo o Município de Mercedes cuja média de series completadas por adolescentes e adultos é de 4 a 6,53.

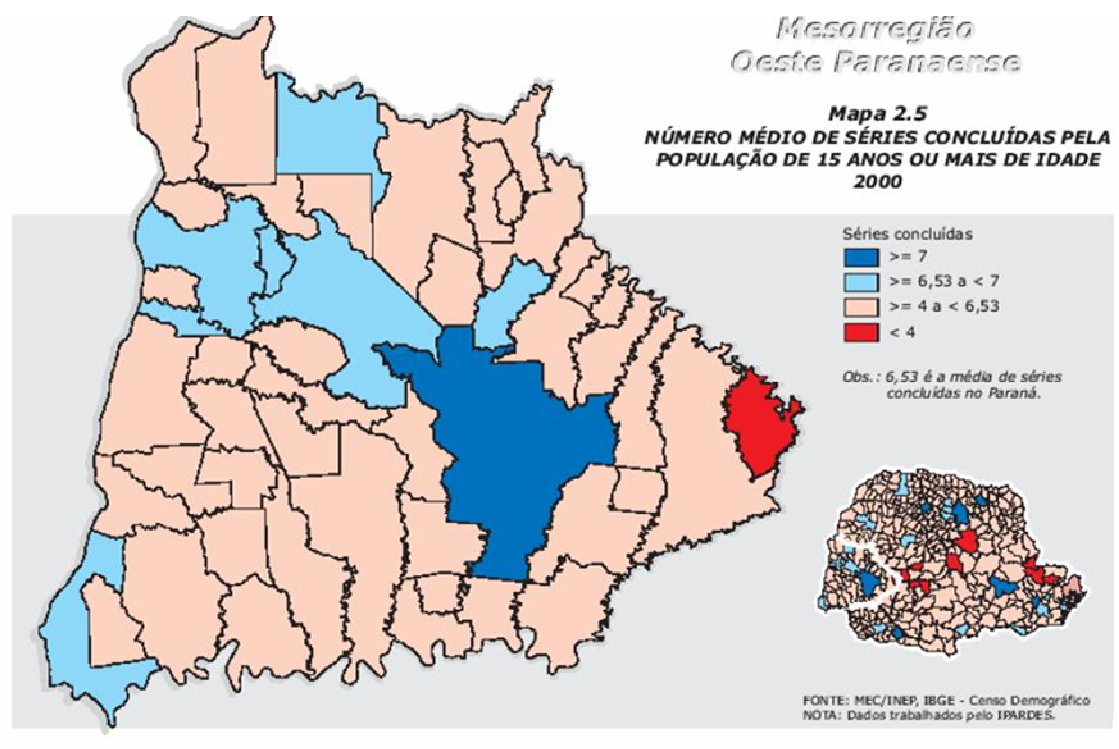


Figura 25: Mapa Número Médio de Séries Concluídas pela População de 15 anos ou mais de idade – 2000.

Fonte: IPARDES, 2003

1.3 Informações Geopolíticas do Município

O Município de Mercedes está localizado geograficamente a 24 ° 27 ' 14 " de latitude sul e 54 ° 09 ' 42 " de longitude oeste, com altitude média de 408 metros de altura; a área total do município segundo a SEMA, é de 199,084 km², dos quais aproximadamente 60 km² são áreas alagadas pelo lago do Itaipu; representando 0,09 % do Estado, 0,03 % da Região.

Mercedes se desmembrou do Município de Marechal Cândido Rondon no dia 13 de setembro do ano de 1990 conforme a lei estadual Nº 9370, e foi instalado no dia 1 ° de janeiro de 1993.

A sede municipal dista 589 km de Curitiba e 60km de Toledo, principal cidade da Microrregião; a principal via de acesso terrestre é a BR 163, saindo do município de Marechal Cândido Rondon sentido ao município de Guaira.

O Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu fica a uma distância de 180 km, via rodoviária.

O Aeroporto Regional de Cascavel, situado no município de Cascavel, fica a uma distância de 100 km, via rodoviária.

Mercedes está distante 680 km do Porto de Paranaguá.

Faz divisa com o município de Marechal Cândido Rondon ao sul e sudeste, os municípios de Guaíra e Terra Roxa ao norte e nordeste, o município de Nova Santa Rosa ao leste, e com a República do Paraguai a oeste.



Figura 26: Municípios vizinhos de Mercedes
Fonte: IPARDES

Tabela 13: Informações Geopolíticas do Município

Altitude	408,00 m
Longitude W-GR	54 ° 09 ' 42 " W
Latitude Sul	24 ° 27 ' 14 " S
Limites	Ao sul e sudeste – Marechal Cândido Rondon; Ao norte e nordeste – Guaira e Terra Roxa; A leste – Nova Santa Rosa A oeste – República do Paraguai
Áreas Municipais	199,084 Km ²
Área Alagada	201 km ²
População Total - 2000	4608 habitantes
População Urbana – 2000	1.496 habitantes
População Rural – 2000	3.112 habitantes
População estimada - 2006	4.905 habitantes
Densidade Demográfica	24,64 hab/km ³
Aeroporto mais próximo	22 km de Marechal Cândido Rondon
Distância Sede á Curitiba	589 km
Porto Paranaguá	680 km
Foz do Iguaçu	180 km (até o Aeroporto de Foz do Iguaçu)
Distancia a sede da Microrregião (Toledo)	60Km

Fonte: IPARDES/ IBGE – 2003

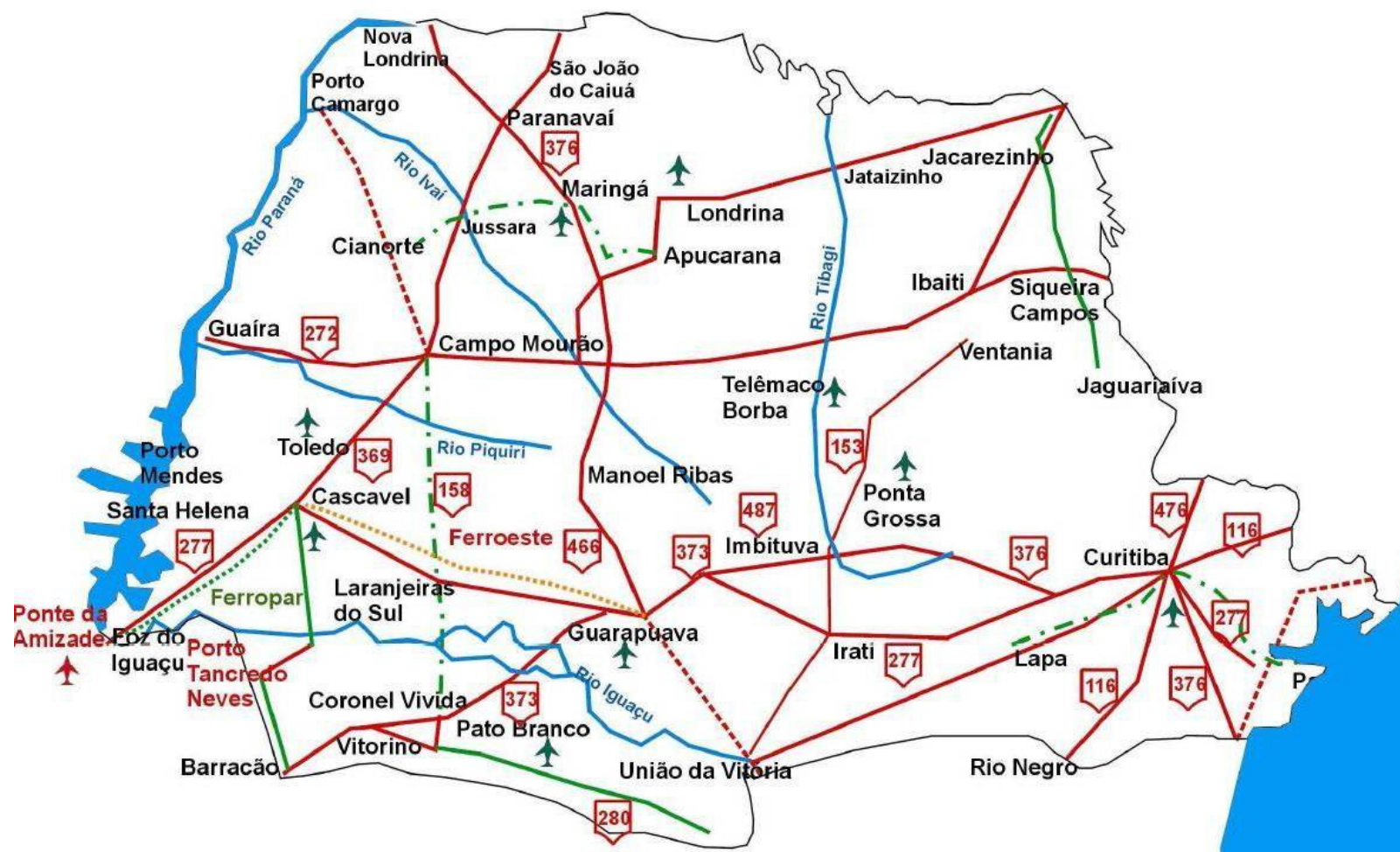


Figura 27: Mapa Rodoviário.

Fonte: Disponível: <http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./estadual/index.html&conteudo=./estadual/pr5.html>. Acessado em 28 jun 2007.

1.4 Metodologia CPD (Condicionantes, Deficiências e Potencialidades)

A metodologia adotada nesta fase é a do CPD (**Condicionantes, Deficiências e Potencialidades**) que se trata de uma sistemática de organização dos dados levantados que possibilita sua análise de forma compreensível, sendo um instrumento de muita eficiência na apresentação e discussão de Planos Diretores Municipais. A visão de forma sintética proporcionada por este método é também extremamente eficaz para a definição de estratégias de ações, visando o dar um rumo ao município em relação diversos aspectos. Ao se adotar a metodologia CDP, classifica-se os dados levantados em três categorias básicas:

CONDICIONANTES

As condicionantes são os elementos existentes ou projetados que não podem ou não devem ser alterados, devendo ser mantidos ou preservados pelo Plano Diretor Municipal Participativo. O caráter das condicionantes pode ser espacial, funcional, ambiental, de infra-estrutura, sócio-econômico, administrativo ou legal.

DEFICIÊNCIAS

Entendem-se como deficiências situações que significam problemas qualitativos e quantitativos no contexto urbano e rural e que devem ser alterados, melhorados ou eliminados. Assim como as condicionantes, as deficiências também podem ser de caráter espacial, funcional, ambiental, de infra-estrutura, sócio-econômico, administrativo ou legal.

POTENCIALIDADES

Entendem-se como potencialidades elementos, recursos ou vantagens que até então não foram aproveitados adequadamente e podem ser incorporados positivamente ao sistema urbano e rural, sanando suas deficiências ou desenvolvendo-o no sentido de melhorar seu estado atual.

Tabela 14: Aspectos Regionais - Principais Condicionantes, Deficiências e Potencialidades no Município de Mercedes em 2007

ASPECTOS	CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
✓ Regionais	✓ Localização estratégica na Região Oeste do Paraná; ✓ Relevo regional é pouco acidentado com pequena variação de altitude; ✓ A BR 163 margeando a sede urbana, permitindo fácil acesso aos municípios vizinhos; ✓ Município Lindeiro ao Lago de Itaipu.	✓ Falta de indústrias (agro-indústria); ✓ Falta mão obra qualificada; ✓ Uso de defensivos agrícolas (sem o devido controle)	✓ Boa infra-estrutura de serviços públicos; ✓ Menor índice de urbanização e o maior índice de desenvolvimento urbano; ✓ A renda municipal apresenta um alto índice de crescimento uma das mais altas da microrregião; ✓ Vocação natural agrícola; ✓ Próximo a Cooperativas Agrícolas (emprego de mão de obra e compra da produção agrícola); ✓ Pertence ao Pólo Turístico da Região Lindeira ao Lago de Itaipu;

2. ASPECTOS AMBIENTAIS

2.1 Clima

No território de Mercedes, segundo classificação de Köppen, predomina o clima Subtropical Úmido ou Mesotérmico, que possui no mês mais frio a temperatura média inferior a 18°C e superior a -3°C, com presença de verão e inverno bem definidos, possibilidades de geadas e chuvas regulares em todos os meses. A predominância é do subtropical úmido com verões quente (Cfb), com temperatura média no mês mais quente superior a 22° C e temperatura média inferior a 18° C no mês mais frio 10.

A temperatura média anual é de 21°C. Em virtude das massas de ar frias oriundas da Argentina as geadas quando ocorrem são nas áreas de relevo mais baixo e sua frequência vem sofrendo alteração.

As chuvas ocorrem de forma distribuída durante todo o ano, o que acaba por favorecer a diversificação de culturas agrícolas no município, e varia de 1.800 a 2.000 mm/ano (figura 30).

O período de maior índice pluviométrico vai de setembro a janeiro, mesmo período de plantio das culturas de verão.

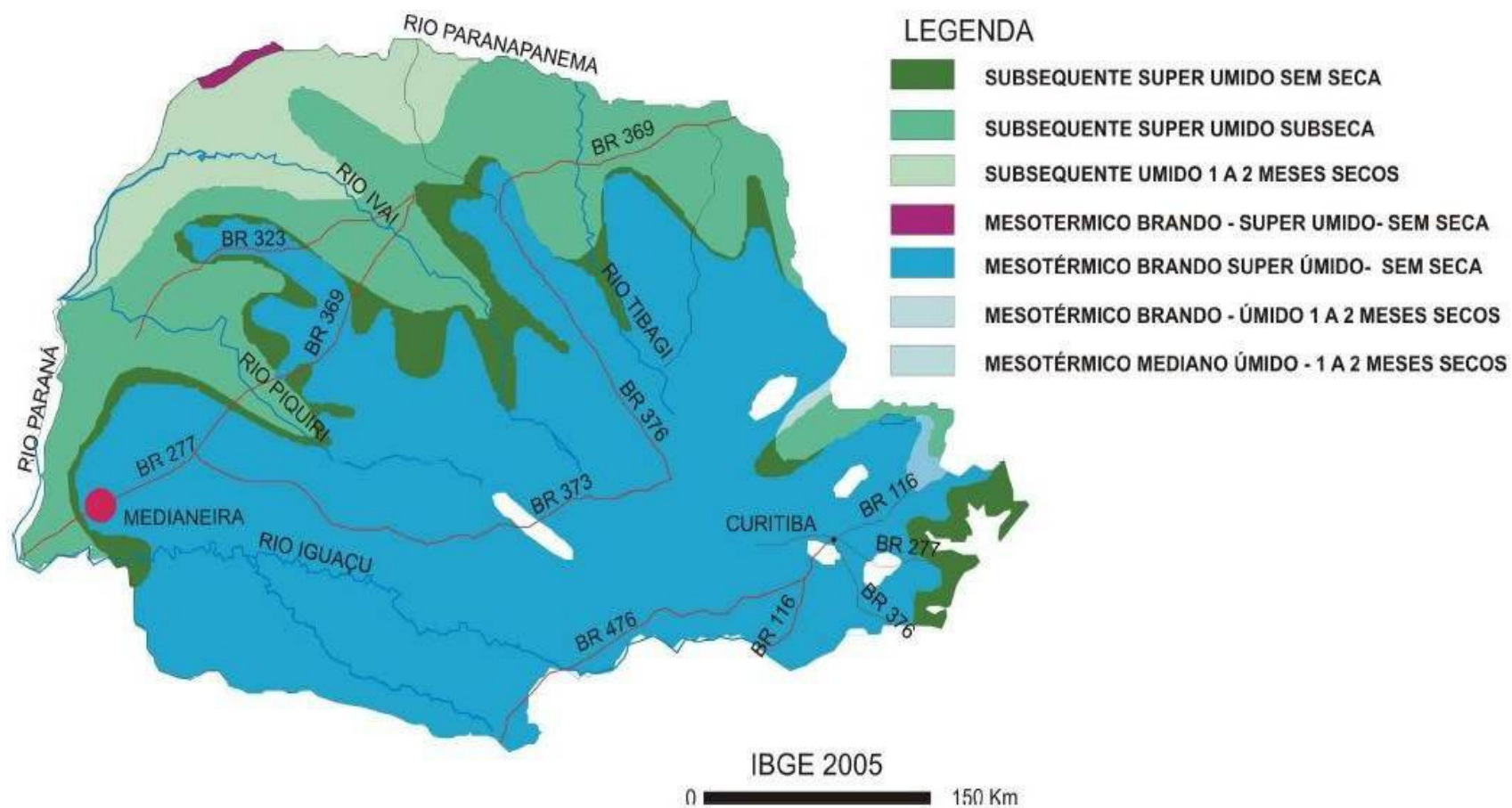


Figura 28: Mapa Clima Geral do Paraná
Fonte: IBGE 2005

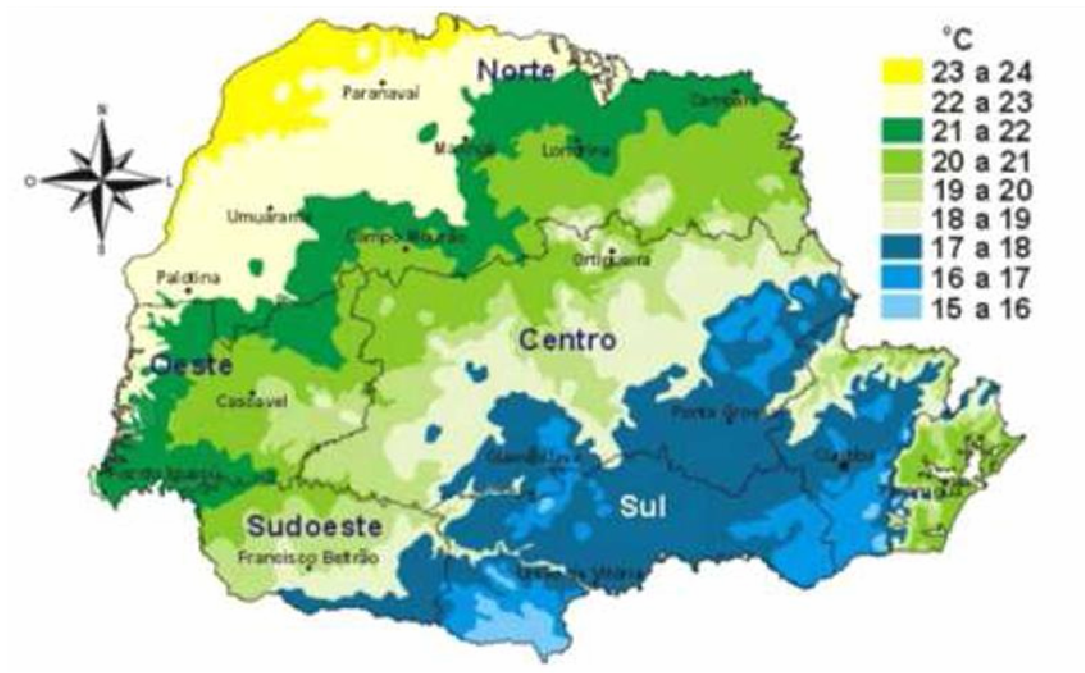


Figura 29: Mapa Temperatura Média Anual
Fonte: IAPAR

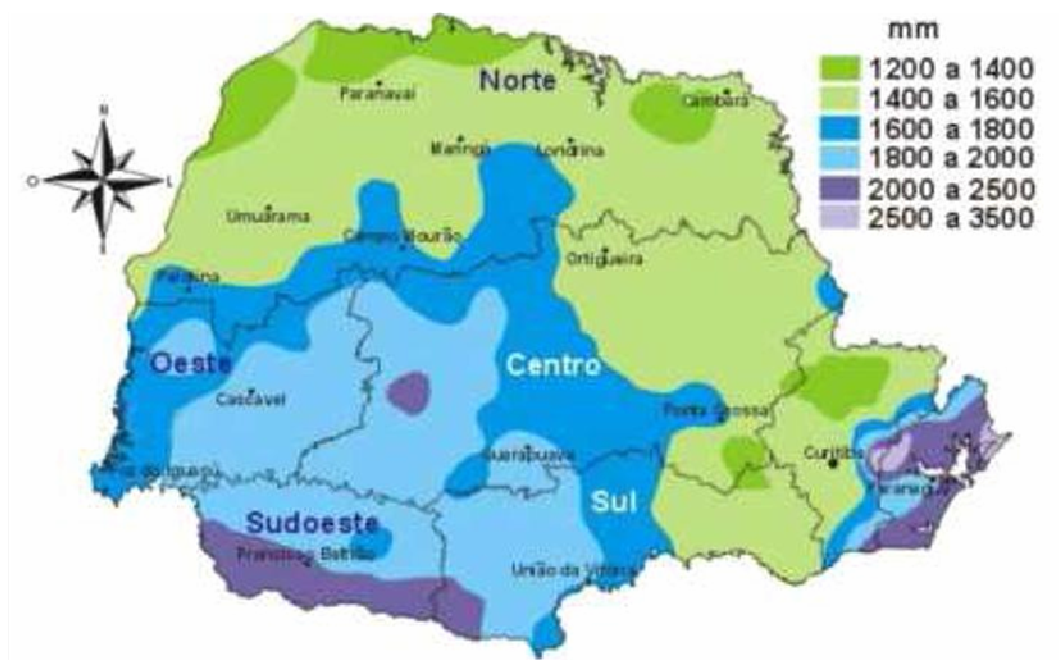


Figura 30: Mapa Precipitação Média Anual
Fonte: IAPAR

2.2. Relevo, geologia e pedologia

O relevo do Estado do Paraná se divide em quatro partes, sendo elas; o litoral, o primeiro planalto ou o de Curitiba, o segundo planalto ou o de Ponta Grossa e o terceiro planalto ou o de Guarapuava, o Município de Mercedes se encontra no Terceiro Planalto do Paraná, que por sua vez é dividido em cinco partes pelos rios Tibagi, Ivaí, Piquiri e Iguaçu, formando os planaltos de Cambará e São Jerônimo da Serra, Apucarana, Campo Mourão, Guarapuava e Palmas.(MINEROPAR, 2002).

A geologia do município é classificada como formação serra geral do grupo São Bento, da idade jurássico-cretácea, com rochas efusivas básicas toleíticas com basaltos maciços e amigdalóides, afaníticos, cinzentos a pretos, raramente andesíticos. Derrames de vulcanismo de fissura continental.(MINEROPAR, 2002).

A alteração das rochas basálticas associadas ao clima local originou os solos do tipo terra roxa. As aluviões recentes encontram-se ao longo do rio Coteigipe, tendo aproximadamente 6 km de extensão e largura variando de 100 a 300m, são constituído essencialmente por argilas vermelhas, recomendadas para a produção de tijolos, telhas e outras peças de uso na construção civil (MINEROPAR, 2002). O mapa apresentado na (Mapa 31), mostra o Estado do Paraná e as várias unidades classificadas de acordo com a idade geológica.

O Município de Mercedes está no Terceiro Planalto Paranaense na Bacia do Paraná que recobre a maior porção do Estado. “É uma bacia sedimentar, intracratônica ou sinéclise, que evoluiu sobre a Plataforma Sul Americana e sua formação teve início a cerca de 400 milhões de anos, no período Devoniano terminando no Cretáceo” (Mineropar, s/d). Mercedes está inserida na Bacia do Paraná, no período Mesozóico e sedimentação e magmatismo básico e alcalino. Esta faixa é denominada grupo São Bento e compreende mais da metade do território paranaense (53%) é ocupado pelos derrames basálticos do imenso vulcanismo fissural continental ocorrido no período Jurássico/Triássico e que dotou o Estado, além das possibilidades do desenvolvimento de um solo de excelente qualidade, da ocorrência de minerais de cobre, ágatas e ametistas.

Possui predominância de solo classificado como Latossolo Roxo distrófico, esse solo possui textura argilosa, com boa capacidade de retenção de água, aeração e permeabilidade. Possui baixa fertilidade natural e é suscetível ao fenômeno erosivo.

Encontra-se presente em áreas com relevo ondulado, favorecendo a erosão laminar, seguida de erosão de sulcos quando submetidas a chuvas de intensidade fortes. Seguido de solo de Terra Roxa estrutura eutrófica, encontra-se nas áreas de relevo ondulado com textura argilosa de alta fertilidade natural.

Nos locais onde o relevo é fortemente ondulado e relativamente montanhoso o solo é do tipo Litólicos eutróficos. Apresenta razoável susceptibilidade ao efeito erosivo e afloramento das rochas na superfície.

O território municipal é basicamente plano, salvo pequenas ondulações, o solo é composto 89% de terra roxa, 5% de terra arenosa e 6% de outros tipos de terra.

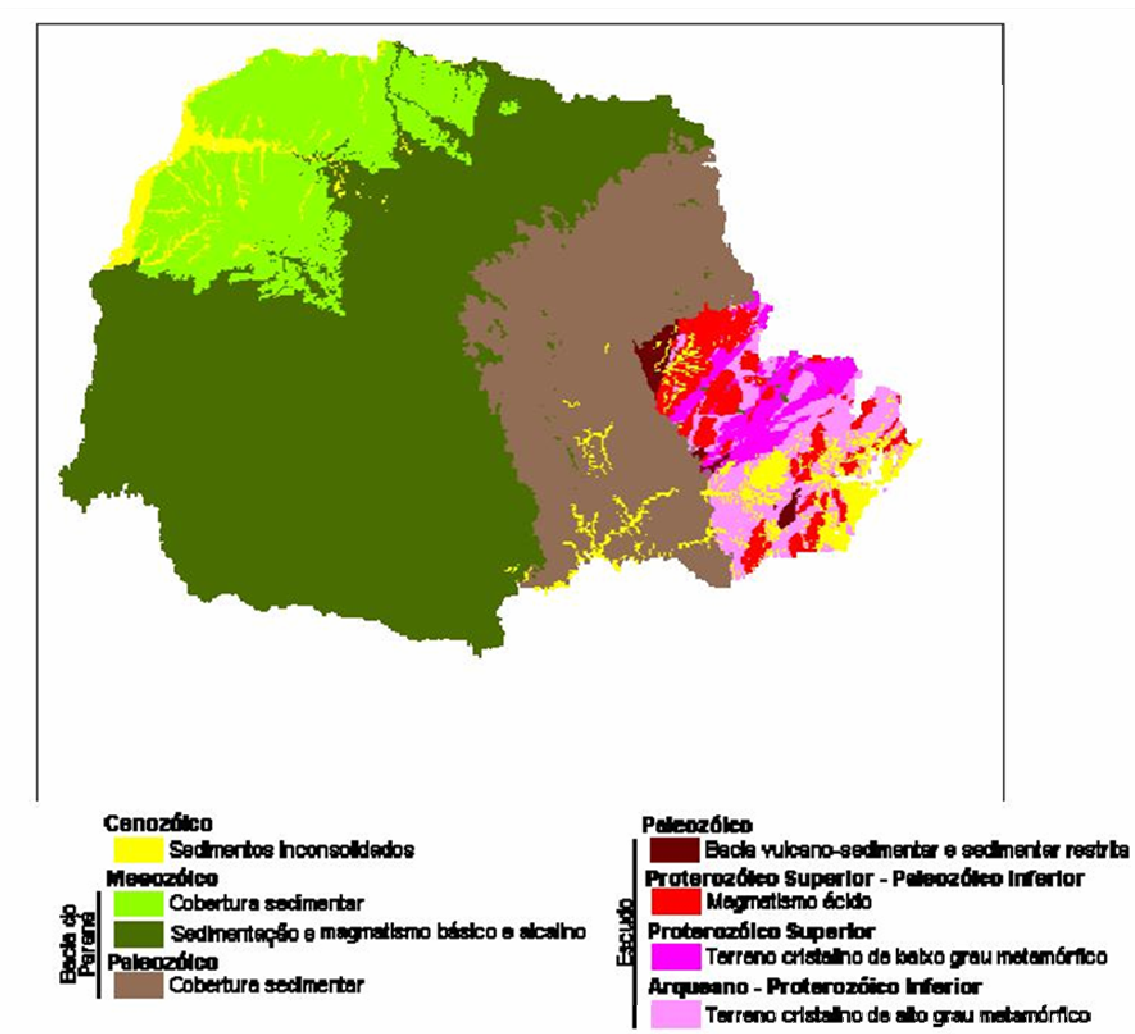


Figura 31: Mapa Geologia do Paraná
Fonte: Mineropar.

LEVANTAMENTO DE RECONHECIMENTO DOS SOLOS

REGIÃO DE TOLEDO

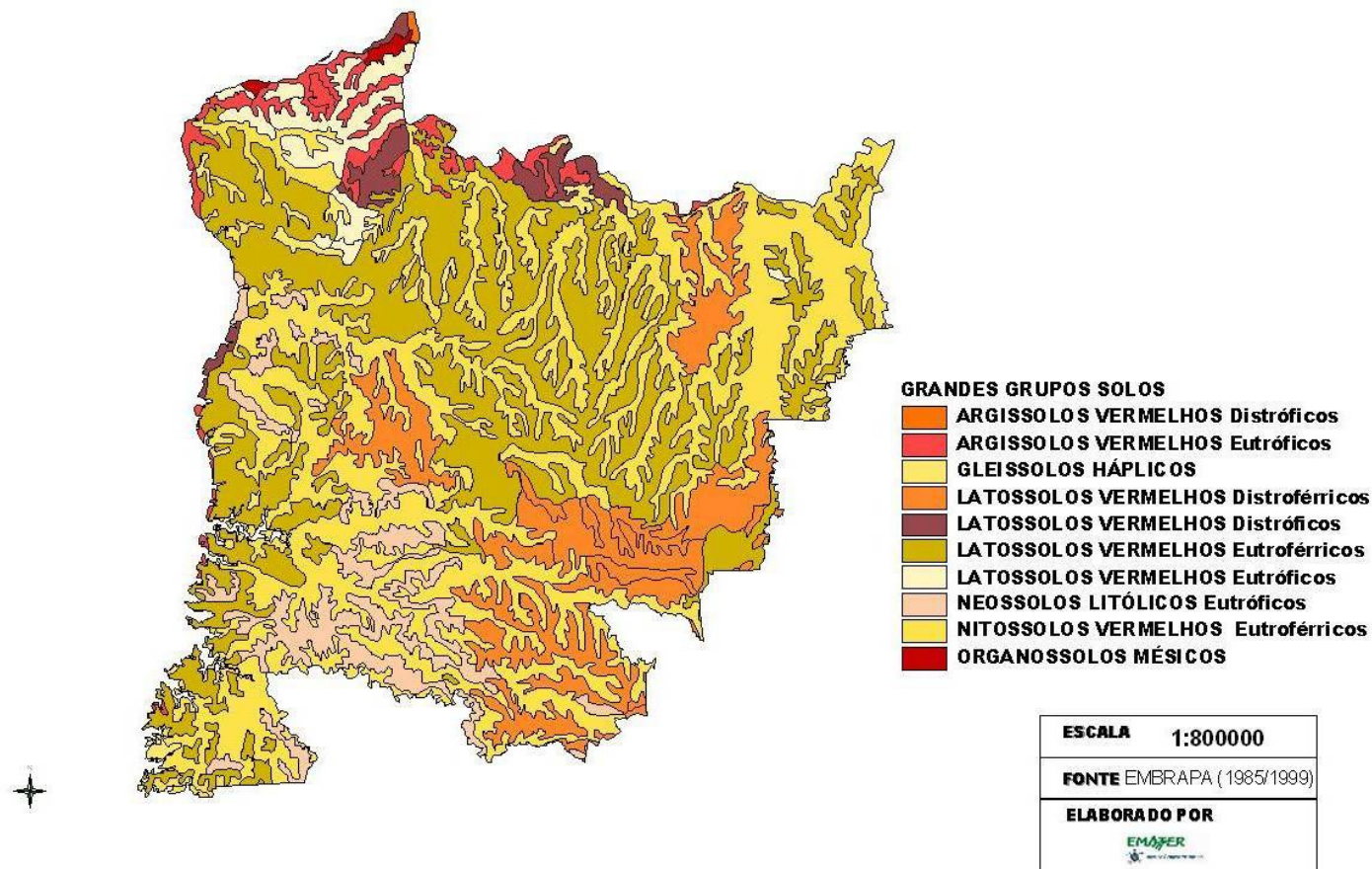


Figura 32: Levantamento e Reconhecimento do Solo, com relação aos Grandes Grupos de solos das Microrregiões.
Fonte: Emater CD de Informações

GEOLOGIA DA MESO-REGIÃO OESTE

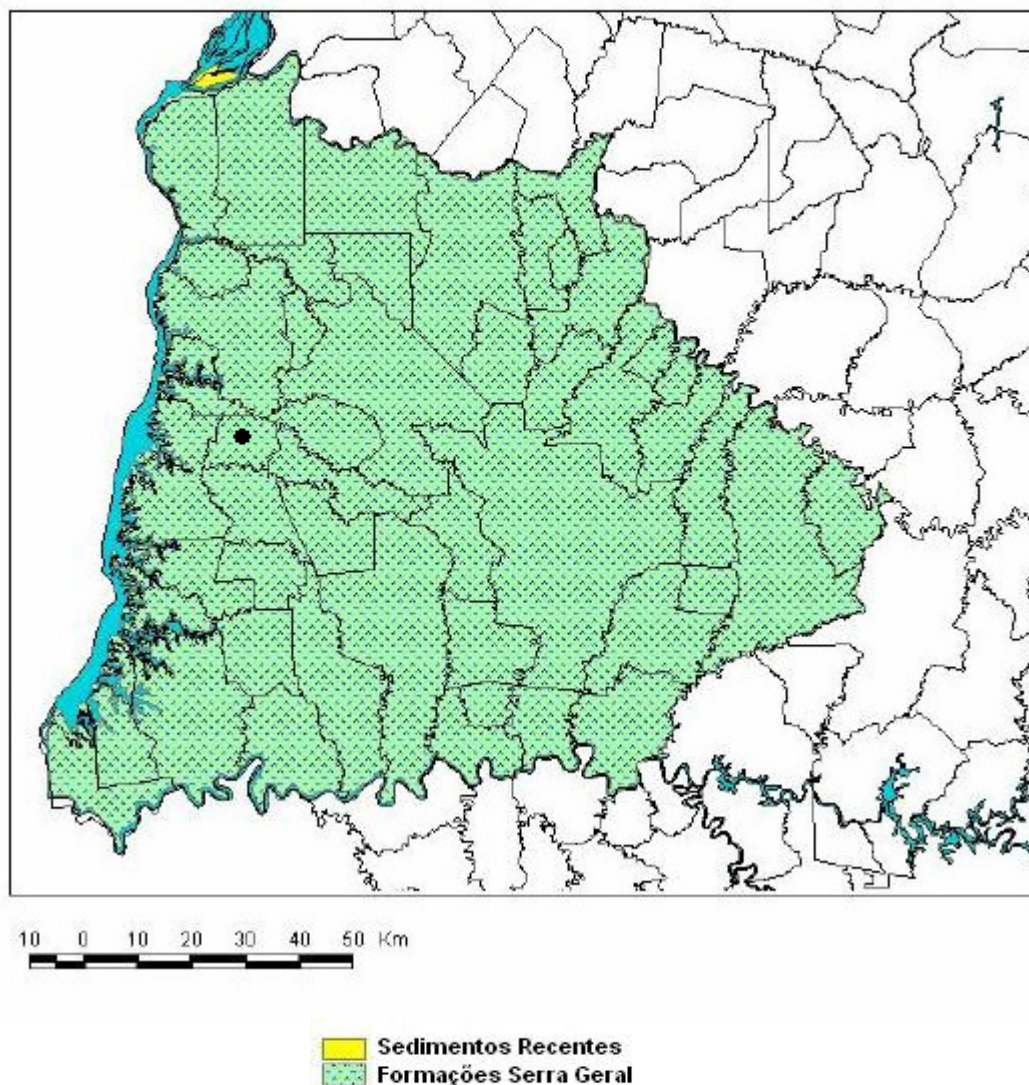


Figura 33: Mapa de Geologia da Meso-Região Oeste

Fonte: disponível em: http://www.pr.gov.br/zee/pdf/potencialidades_fragilidades_rochas.pdf acessado em 22 de jun 2007.

2.3. Hidrografia

O Município de Mercedes está localizada na Bacia Hidrográfica Paraná III, município é banhado ao norte e nordeste pelo Rio Guaçu, que faz a divisa municipal com Guaíra e Terra Roxa, ao sul e sudoeste pelo Arroio São Luiz, Lajeado Sete de Setembro e Sanga São Luiz fazem a divisa de Mercedes com Marechal Cândido Rondon; pelo Leste a Sanga Mercedes também faz a divisa com Marechal Cândido Rondon; e pelo lado oeste pelo lago da barragem de Itaipu. Entre os principais córregos encontrados no município podemos citar a Sanga Guilherme, Lajeado da Matte, Sanga Forquilha, entre outros.(Figura 36)

No meio rural os córregos sofrem o impacto da poluição causada pelo uso de agrotóxicos, dejetos de animais despejados em lugares impróprios e o não cumprimento das leis que regem sobre o plantio de matas ciliares; situação que vem aos poucos sendo revertida pelos trabalhos de reflorestamento dos espaços ao redor dos córregos e a conscientização da população realizada principalmente pelo projeto “Cultivando Água Boa” da Itaipu Binacional em parceria com os municípios que compõem a bacia do Paraná III.

Tabela 15: Principais rios e córregos do Município de Mercedes e seus afluentes

Rios	Afluentes - Córregos
Rio Guaçu	- Sanga Guaíba,
	- Sanga Quinze de Novembro
	- Sanga Guilherme
	- Lajeado Mineiro
	- Sanga Balisa
	- Sanga Forquilha
Arroio São Luiz	- Lajeado Belmonte
	- Sanga Tapejara

Fonte: Prefeitura Municipal de Mercedes (PMM) – 2007

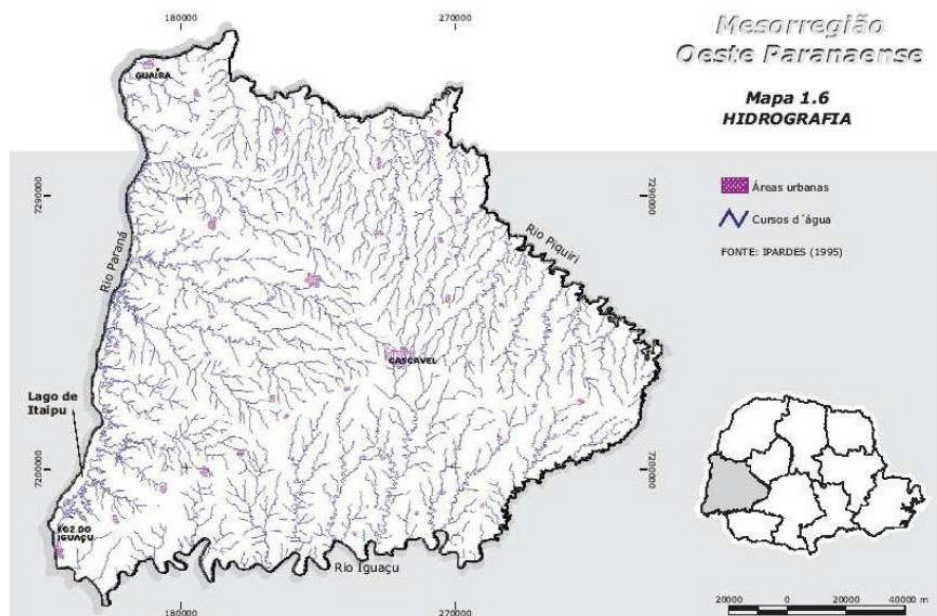


Figura 34: Hidrografia da Mesorregião Oeste do Paraná
Fonte: IPARDES 2003

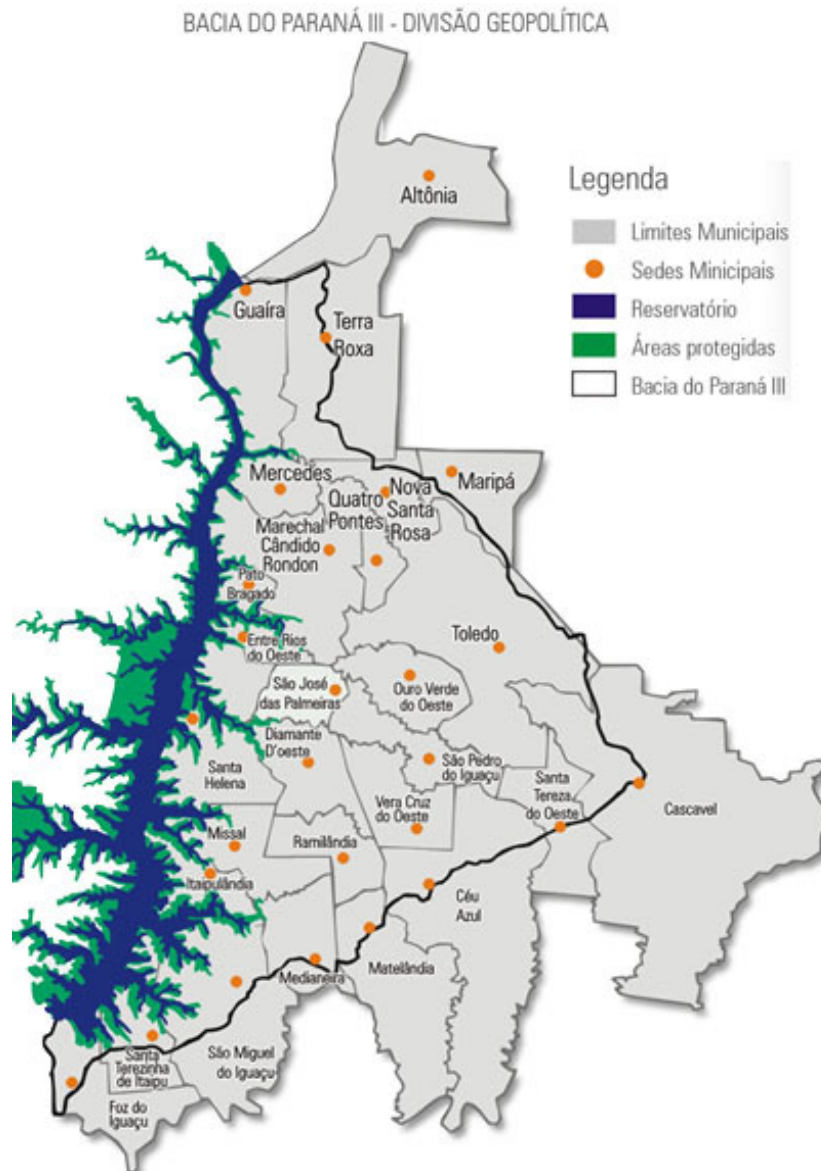


Figura 35: Bacia do Parana III
Fonte: IPARDES 2003.

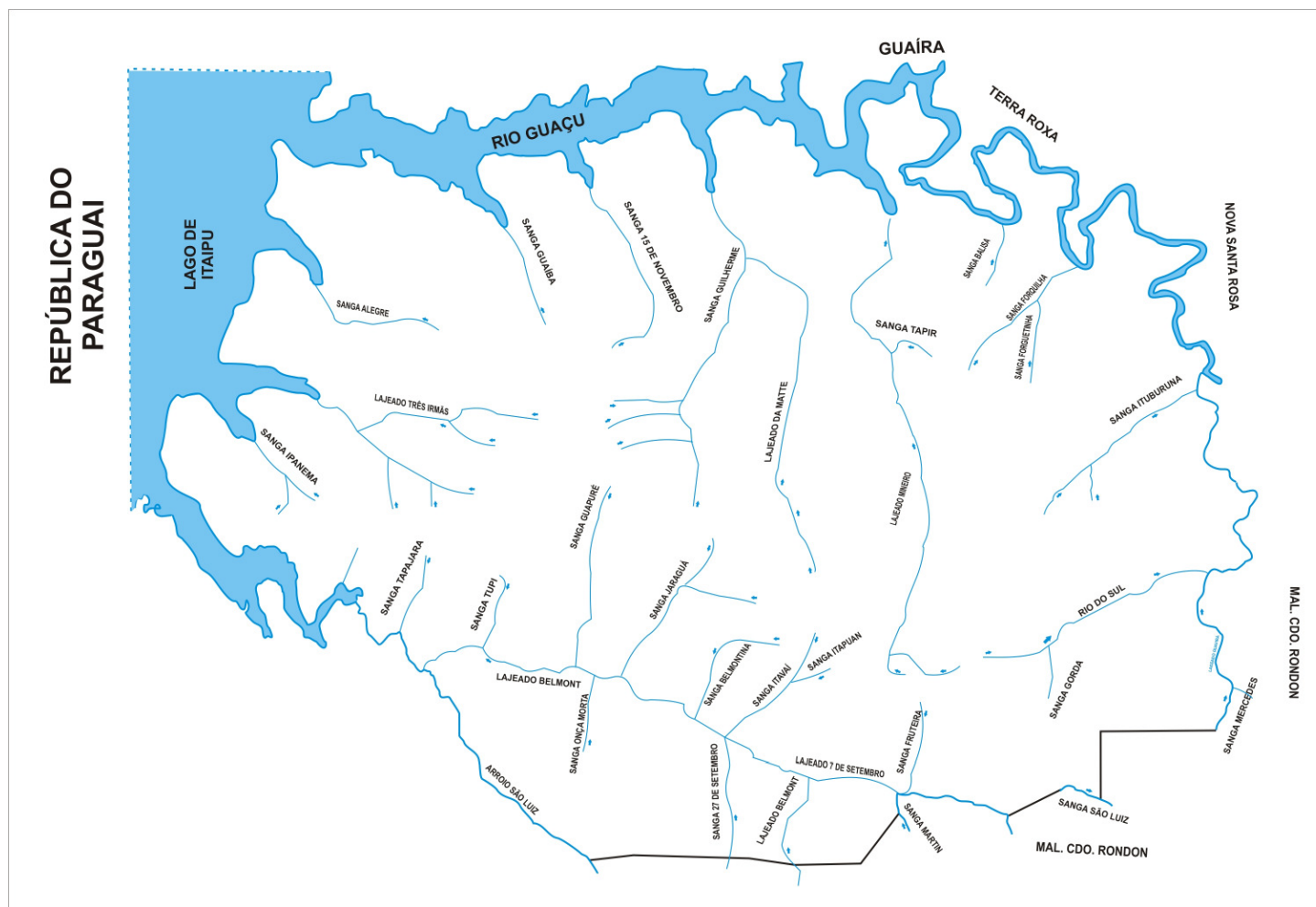


Figura 36: Hidrografia do Município de Mercedes
Fonte: PMM (Prefeitura Municipal de Mercedes)

A Lei Federal Nº 4771 de 1965, denominada Código Florestal, é o principal instrumento legal de suporte ao planejamento de um Município ou região quanto aos aspectos relacionados às áreas de preservação permanente. O Código Florestal estabelece ainda que nas áreas urbanas e de expansão urbana, deve-se observar o disposto nos Planos Diretores Municipais e Leis de Uso e Ocupação do Solo, os quais por sua vez também devem atender o Código Florestal. Dessa forma, são áreas de preservação permanente, segundo o Código Florestal Brasileiro, aquelas cujas florestas e demais formas de vegetação situam-se:

- ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água;
- ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;
- nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados olhos d'água, qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura;
- no topo de morros, montes, montanhas e serras;
- nas encostas ou partes destas com declive superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive;
- nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;
- nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais;
- em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação.

Quanto ao primeiro item acima, a faixa de preservação ao longo dos rios varia conforme a largura do leito do curso d'água:

- 30 metros para os cursos d' água de menos de 10 metros de largura;
- 50 metros para os cursos d' água que tenham de 10 a 50 metros de largura;
- 100 metros para os cursos d' água que tenham de 50 a 200 metros de largura;
- 200 metros para os cursos d' água que tenham de 200 a 500 metros de largura;
- 500 metros para os cursos d' água que tenham largura superior a 600 metros.

Consideram-se também áreas de preservação permanente as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas, entre outras: a proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico ou histórico; a asilar exemplares da fauna ou flora ameaçadas de extinção; a manter o ambiente necessário à vida das populações silvícolas. Determina também que a exploração nas propriedades privadas é permitida, desde que 20% da área total seja resguardada. A Lei Federal 9.985 de 2000, Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, estabelece que as áreas de preservação permanente ao redor de lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais, desde o seu nível mais alto medido horizontalmente, em faixa marginal cuja largura mínima será de 100 metros para as represas hidrelétricas.

(Fonte: Plano Diretor de São Miguel do Iguaçu/2004).

2.3.1 Pontos de Poluição

Quanto aos pontos de poluição da região, um fato preocupante é a falta de tratamento do esgoto na maioria dos municípios da região que atinge os cursos d'água da sub-bacia do Rio Paraná. No ano de 2000 a carga poluidora potencial urbana era de 28.653 kg/DBO5/dia, e apenas 13,3% da população dos meio urbanos da região de cobertura da AMOP (Associação dos Municípios do Oeste do Estado do Paraná) eram atendidas por rede de coleta de esgoto. A poluição industrial potencial era de 65.116 Kg/DBO5/dia desses 4.323 Kg/DBO5/dia eram lançados nos cursos d'água, representando 6,7% da carga industrial poluidora da região. outro fator que trás uma carga poluidora adicional aos cursos d'água é o escoamento superficial das águas pluviais nas áreas urbanas e rurais.

Anualmente o índice de degradação do solo atinge 0,07mm, principalmente nos municípios de Toledo, Cascavel, Marechal Cândido Rondon e Guaíra, sendo esse índice menor na região de Foz do Iguaçu. (Plano de Desenvolvimento Regional – AMOP, 2000).

Para se avaliar a qualidade da água é usado o índice IQA, que varia de 0 a 100, sendo de 0 a 36 considerado de qualidade ruim, de 37 a 51 aceitável, de 52 a 79 boa e de 80 a 100 de ótima qualidade. As avaliações realizadas nas duas estações de medição de qualidade das águas superficiais da região da AMOP, situadas em Foz do Iguaçu e Guaíra apontaram os índices de IQA entre bom e ótimo. Com os resultados positivos dessas avaliações pode-se afirmar que as águas presentes nas três sub-bacias da região (sub-bacias do Rio Piquiri, Rio Iguaçu e Rio Paraná) não há restrições para o uso público, industrial, para irrigação ou para outros fins possíveis.

A qualidade da água consumida no Município de Mercedes é avaliada em um relatório semestral realizado pelo SEMAE - Serviço Municipal de Água e Esgoto – que é um órgão integrante da administração direta do Município de Mercedes; a seguir se encontram as tabelas com informações sobre a qualidade da água consumida em Mercedes, retiradas do último relatório da SEMAE.

Tabela 16: Qualidade da água consumida em Mercedes - 2000

Localidade	Manancial	Localização	Proteção	Qualidade
Mercedes-Sede	Minas – 170 m de rede de drenagem Vazão: 50 m³/h	Lote Rural nº 2 do 27º Perímetro.	As drenagens estão protegidas por uma área de aproximadamente 10.000 m², sendo ocupadas por pastagens. A montante existe o cultivo de culturas diversas, e em dias de chuvas intensas verifica-se cor e turbidez na água.	A qualidade é boa, no entanto, em períodos de chuva intensa deixa a desejar.
Três Irmãs	Poço Semi-Artesiano (Tubular Profundo) de 6": 18,0 m³/h, Nível Estático 37,0 m	Chácara nº 1 da Zona Suburbana.	O poço é protegido com uma tubulação de ferro galvanizado até a profundidade na qual se estabelece o limite entre o solo argiloso e a rocha matriz. Uma área de 100 m² ao redor do poço é protegida com uma cerca em arame farpado, e o solo é recoberto com lona plástica preta e pedra brita.	A qualidade é muito boa classificada como ÁGUA MINERAL NATURAL FLUORETADA.
Arroio-guaçu	Poço Semi-Artesiano (Tubular Profundo) de 4": 13,20 m³/h, Nível Estático 16,5 m	Lote Rural nº 152 do 38º Perímetro.	O poço é protegido com uma tubulação de ferro galvanizado até a profundidade na qual se estabelece o limite entre o solo argiloso e a rocha matriz. Uma área de 100 m² ao redor do poço é protegida com uma cerca em arame farpado, e o solo é recoberto com lona plástica preta e pedra brita.	A qualidade é muito boa classificada como ÁGUA MINERAL NATURAL RICA EM CARBONATOS
Novo Rio do Sul	Poço Semi-Artesiano (Tubular Profundo) de 6": 6,0 m³/h, Nível Estático 48,85 m	Lote Rural 54-A do 28º Perímetro.	O poço é protegido com uma tubulação de ferro galvanizado até a profundidade na qual se estabelece o limite entre o solo argiloso e a rocha matriz. Uma área de 77 m² ao redor do poço é protegida com uma cerca de tela, tipo alambrado, e o solo é recoberto com lona plástica preta e pedra brita.	A qualidade é muito boa classificada como ÁGUA MINERAL NATURAL FLUORETADA.

Fonte: SEMAE

Tabela 17: Médias mensais dos resultados das análises referentes aos parâmetros básicos de qualidade de água de Mercedes no período de maio a dezembro de 2006.

SEDE	PARÂMETRO	UNIDADE	VMP ⁽¹⁾	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA	NAP ⁽²⁾	NAR ⁽³⁾	NAFP ⁽⁴⁾
	pH	uH ⁽⁵⁾	6,0 A 9,5	6,14	6,09	6,16	6,25	6,35	6,05	6,1	6,26	6,29	6,32	6,2	6,48	6,22	48	48	4
	COR APARENTE	UT ⁽⁶⁾	15	1,80	1,80	1,80	2,00	0,83	1	1,5	4,75	1,3	2	1,5	0,75	1,75	48	48	0
	TURBIDEZ	mg/L ⁽⁷⁾	5	1,06	1,09	1,05	1,02	0,7	0,82	0,76	1,29	0,84	1,1	0,94	0,97	0,97	48	48	17
	COLOR LIVRE (Cl ₂)	mg/L	0,2 A 2,0	1,20	1,28	1,34	1,30	1,14	1,31	1,02	1,29	1,25	1,22	1,03	1,26	1,22	1237	1237	8
	FLÚOR (F)	NMP ⁽⁸⁾	1,5	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#
	COLIFORMES TOTAIS	NMP	AUSÊNCIA	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0		48	54	2
	ESCHERICHIA COLI		AUSÊNCIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		48	54	0
TRÊS IRMÃS	PARÂMETRO	UNIDADE	VMP ⁽¹⁾	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA	NAP ⁽²⁾	NAR ⁽³⁾	NAFP ⁽⁴⁾
	pH	uH ⁽⁵⁾	6,0 A 9,5	7,63	7,52	7,55	7,60	7,5	7,43	7,44	7,51	7,7	7,73	7,57	7,7	7,57	16	16	0
	COR APARENTE	UT ⁽⁶⁾	15	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	16	16	0
	TURBIDEZ	mg/L ⁽⁷⁾	5	0,53	0,52	0,55	0,58	0,36	0,35	0,36	0,3	0,48	0,47	0,34	0,51	0,45	16	16	0
	COLOR LIVRE (Cl ₂)	mg/L	0,2 A 2,0	0,44	0,76	0,85	0,88	1,06	1,6	1,12	1,46	1,13	1,43	1,34	1,03	1,09	1048	1048	38
	FLÚOR (F)	NMP ⁽⁸⁾	1,5	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#
	COLIFORMES TOTAIS	NMP	AUSÊNCIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1		16	19	1
	ESCHERICHIA COLI		AUSÊNCIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		16	19	0
ARROIO GUAÇU	PARÂMETRO	UNIDADE	VMP ⁽¹⁾	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA	NAP ⁽²⁾	NAR ⁽³⁾	NAFP ⁽⁴⁾
	pH	uH ⁽⁵⁾	6,0 A 9,5	7,83	7,75	7,81	7,81	7,66	7,71	7,63	7,81	7,73	7,93	7,58	7,96	7,77	16	16	0
	COR APARENTE	UT ⁽⁶⁾	15	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	16	16	0
	TURBIDEZ	mg/L ⁽⁷⁾	5	0,58	0,51	0,52	0,58	0,36	0,37	0,37	0,28	0,46	0,46	0,33	0,51	0,44	16	16	0
	COLOR LIVRE (Cl ₂)	mg/L	0,2 A 2,0	0,57	0,90	0,89	0,78	0,77	1,22	1,08	1,8	1,19	1,3	1	1	1,04	1187	1187	28
	FLÚOR (F)	NMP ⁽⁸⁾	1,5	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#
	COLIFORMES TOTAIS	NMP	AUSÊNCIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		16	16	0
	ESCHERICHIA COLI		AUSÊNCIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		16	16	0
NOVO RIO DO SUL	PARÂMETRO	UNIDADE	VMP ⁽¹⁾	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA	NAP ⁽²⁾	NAR ⁽³⁾	NAFP ⁽⁴⁾
	pH	uH ⁽⁵⁾	6,0 A 9,5	#	#	#	#	#	#	#	7,3	7,38	7,34	7,37	7,46	7,37	10	10	0
	COR APARENTE	UT ⁽⁶⁾	15	#	#	#	#	#	#	#	4	0	0	0	0	0,80	10	10	0
	TURBIDEZ	mg/L ⁽⁷⁾	5	#	#	#	#	#	#	#	0,4	0,41	0,62	0,5	0,52	0,49	10	10	0
	COLOR LIVRE (Cl ₂)	mg/L	0,2 A 2,0	#	#	#	#	#	#	#	0,88	1,1	1,14	1,19	1,25	1,11	146	146	21
	FLÚOR (F)	NMP ⁽⁸⁾	1,5	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#
	COLIFORMES TOTAIS	NMP	AUSÊNCIA	#	#	#	#	#	#	#	0	0	0	0	0		10	10	0
	ESCHERICHIA COLI		AUSÊNCIA	#	#	#	#	#	#	#	0	0	0	0	0		10	10	0

Legenda:

- (1) VMP – Valor Máximo permitido ou Intervalo Recomendado
- (2) NAP – Número de Amostras Programadas
- (3) NAR – Número de Amostras Realizadas
- (4) NAFP – Número de Amostras Fora do Padrão
- (5) uH – Unidade Hazen (mg Pt-Co/L)
- (6) UT – Unidade de Turbidez
- (7) mg/L – Miligrama por Litro
- (8) NMP – Número Mais Provável

Fonte: SEMAE

2.4. Vegetação e Áreas de Preservação

É constituída por fanerófitos com gemas foliares protegidas da seca por escamas (catáfilos ou pêlos), tendo folhas adultas esclerófilas ou membranáceas decíduais. Em tal tipo de vegetação, a porcentagem das árvores caducifólias, no conjunto florestal e não das espécies que perdem as folhas individualmente, é de 20 e 50%. Nas áreas tropicais, é composta por mesofanerófitos que revestem, em geral, solos areníticos distróficos. Já nas áreas subtropicais, é composta por macrofanerófitos, pois revestem solos basálticos eutróficos.

O critério estabelecido com a finalidade exclusiva de propiciar um mapeamento contínuo de grandes áreas foi o das faixas altimétricas, utilizado também nas formações vegetacionais precedentes.

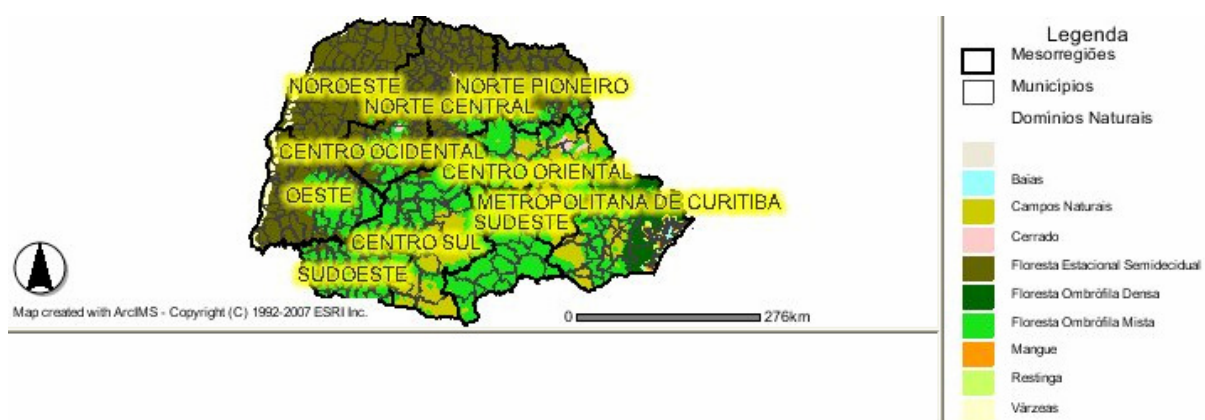


Figura 37: Vegetação do Estado do Paraná
Fonte: <http://www.ambientebrasil.com.br>

2.5 Condicionantes Geotécnicas

O substrato rochoso do município de Mercedes é formado por rochas ígneas básicas da Formação Serra Geral, compostas por basaltos maciços e amigdalóides, afaníticos, cinzentos a pretos, raramente andesitos, e intercalações de arenitos finos. Essas rochas têm baixo índice de vulnerabilidade à denudação (1,5), com alta resistência ao intemperismo e erosão.

As indicações geológicas para o planejamento são:

- Solos de Baixos – com declividade entre 0 a 5% presentes em aproximadamente menos de 30% da área urbana, são planícies aluvionares em áreas de baixios e fundos de vale possuem nível freático raso ou aflorante, solo argiloso, alta plasticidade e compressível. São áreas sujeitas a enchentes e inundações, áreas de equilíbrio hidrológico, áreas planas com possibilidade de circulação interna – aterro e sistema de drenagem eficiente, sendo considerada apta a ocupação com restrições.

- Solos Argilosos (latossolos) – com declividade entre 15 e 30% presentes em aproximadamente menos de 15% da área urbana. São áreas de solos argilosos rasos (1m), em encostas íngremes, suscetíveis a erosão linear – sulcos. Estas áreas apresentam processos erosivos localizados e precisam de adequação de sistemas de drenagem, circulação e edificações, tendo sido considerados aptos a ocupação com restrições.
- Solos argilosos (latossolos) – com declividade entre 0 e 15%, presentes em aproximadamente 50% da área urbana. São áreas aplainadas em relevo suave e onduladas de vertentes longas com grande amplitude de solos argilosos com média profundidade (1 a 5m) e boa capacidade de suporte de carga.

O solo do município de Mercedes, Segundo Mineropar, é composto por solos argilosos – latossolos (90%), que tem como características apresentarem pouca suscetibilidade à erosão somente nas áreas próximas aos rios e fundos de vales. Na área urbana a declividade é suave, variando de 0 a 10%, estabelecendo áreas com características geotécnicas adequadas a ocupação com facilidades na implantação de infra-estrutura enterrada e vias de circulação (Mapa 01).

2.6. Hipsometria

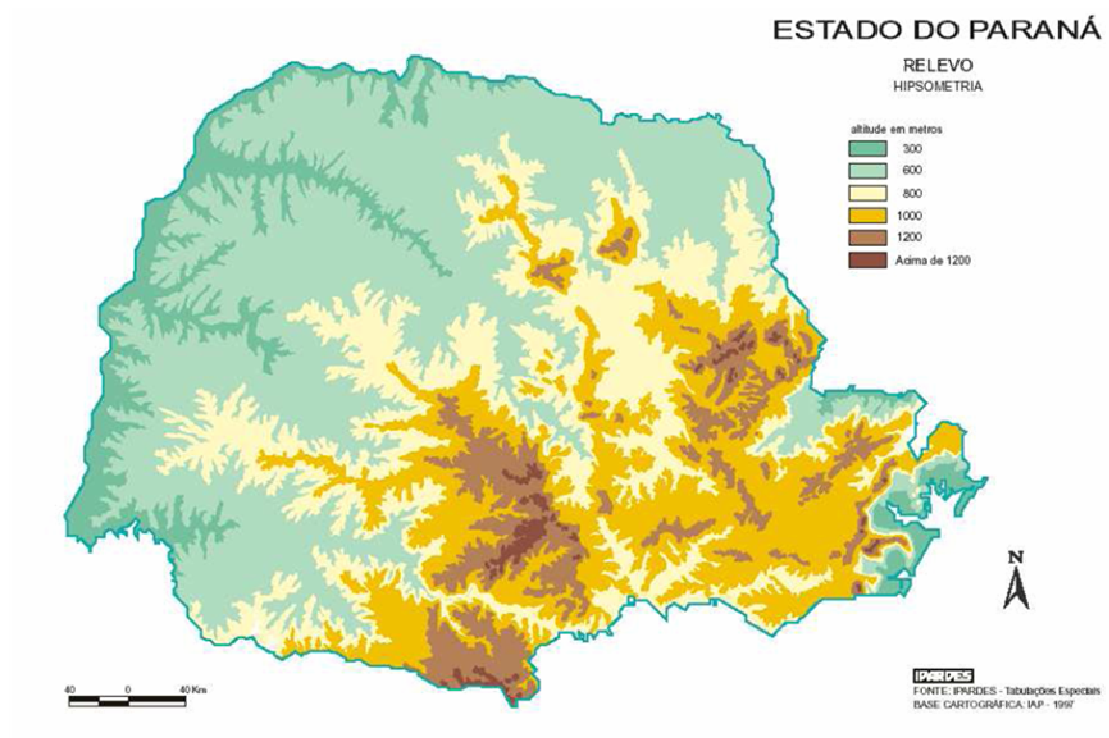
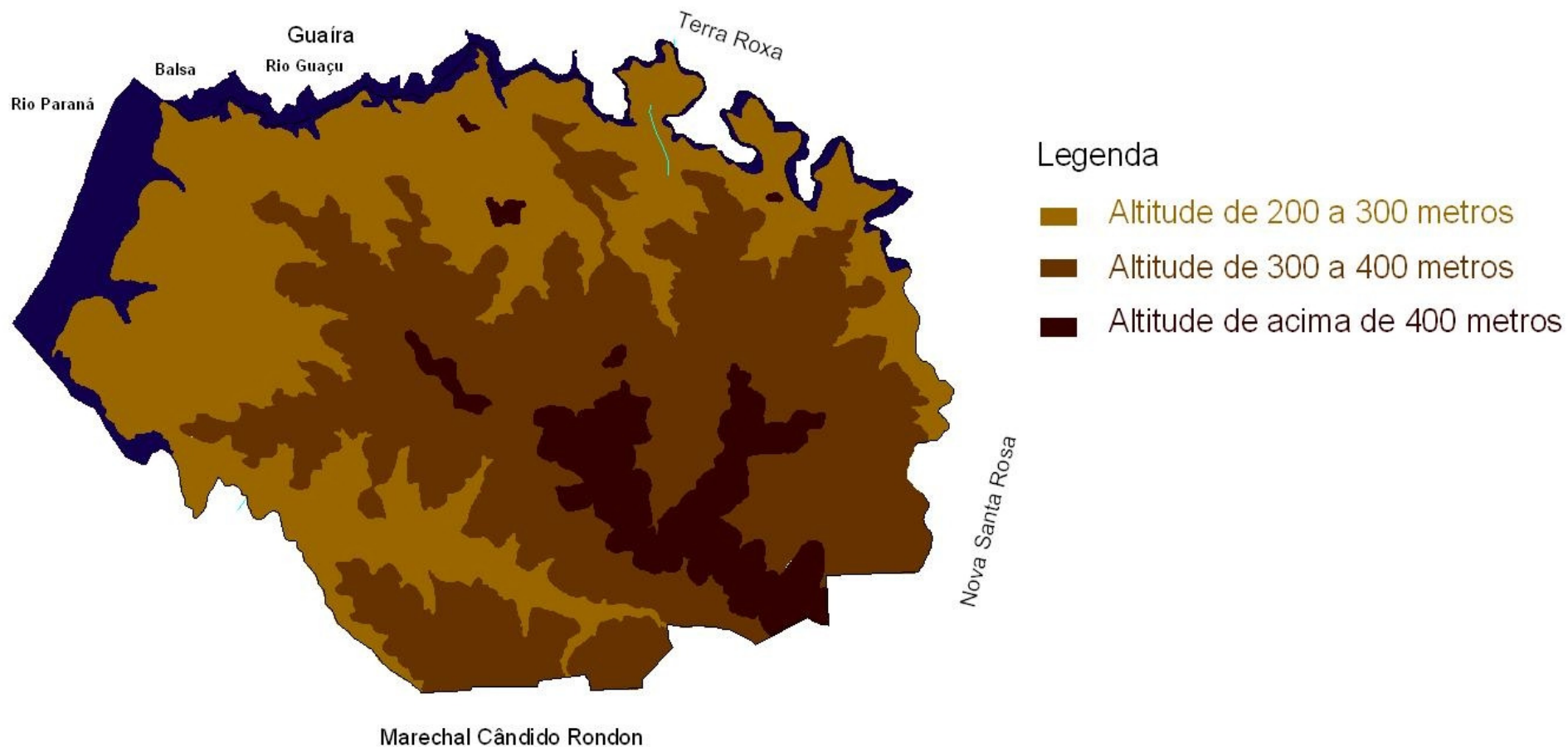


Figura 38: Relevo do Estado do Paraná
Fonte: IPARDES.

Mapa 01: Hpsometria Municipal

Mapa Hipsometria



Fonte: Prefeitura Municipal de Mercedes e ADEOP

Observa-se, na hipsometria municipal, figura 39, que o território do município de Mercedes possui em quase toda a sua área, uma altitude variando entre 200 a 300m. Pouca área elevada com altitude de 400m; e devido ao solo ser plano, o torna altamente produtivo para a questão agrícola, no que tange a mecanização.

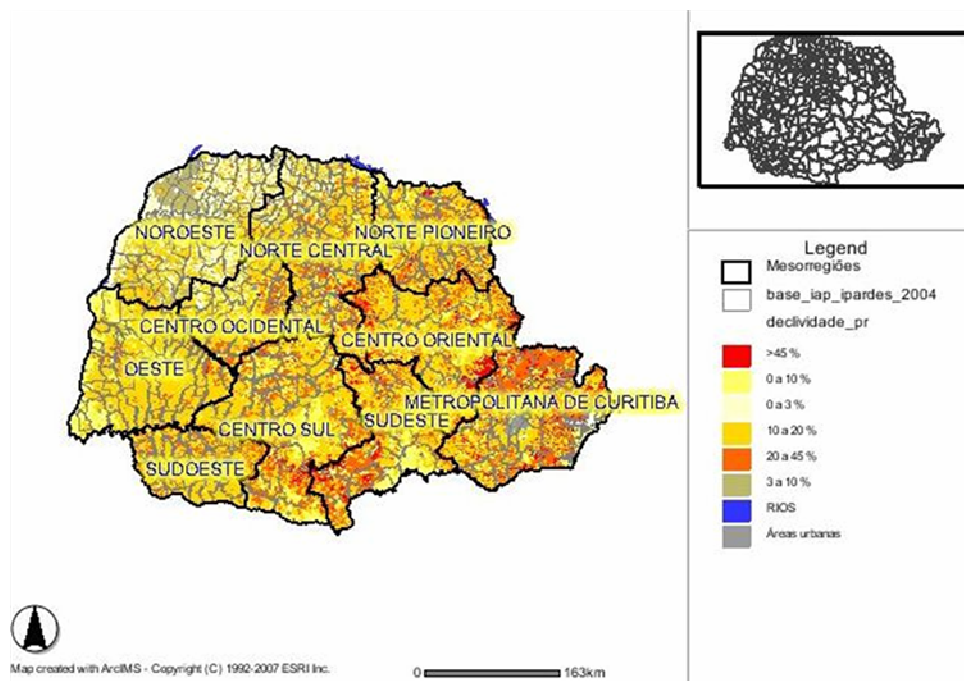


Figura 39: Mapa de Declividade Mesorregião Oeste do Paraná
Fonte: IPARDES.

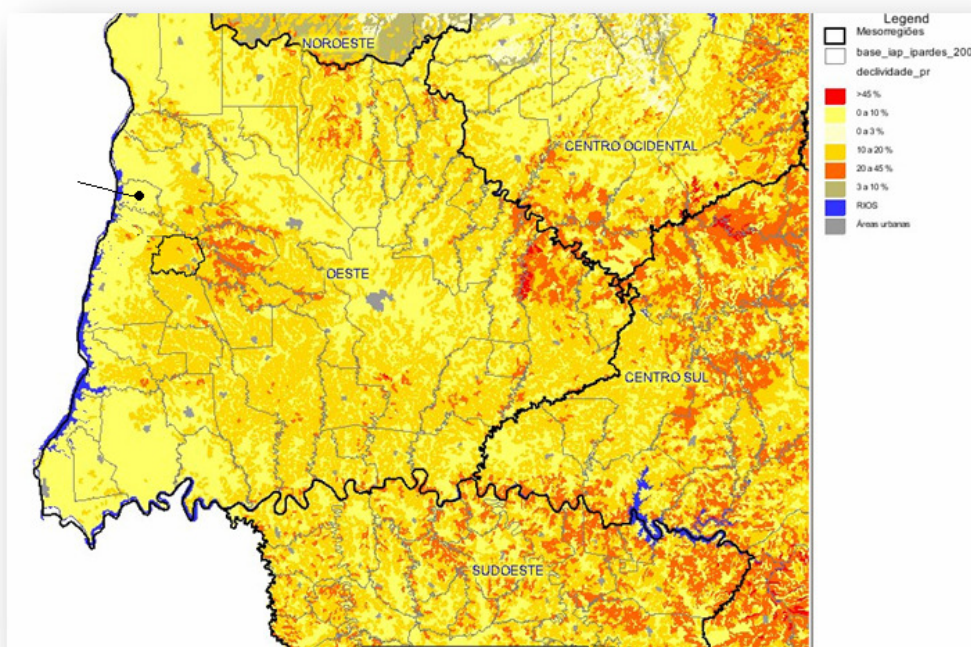


Figura 40: Mapa de Declividade Mesorregião Oeste do Paraná com Ampliação para Mercedes.
Fonte: IPARDES

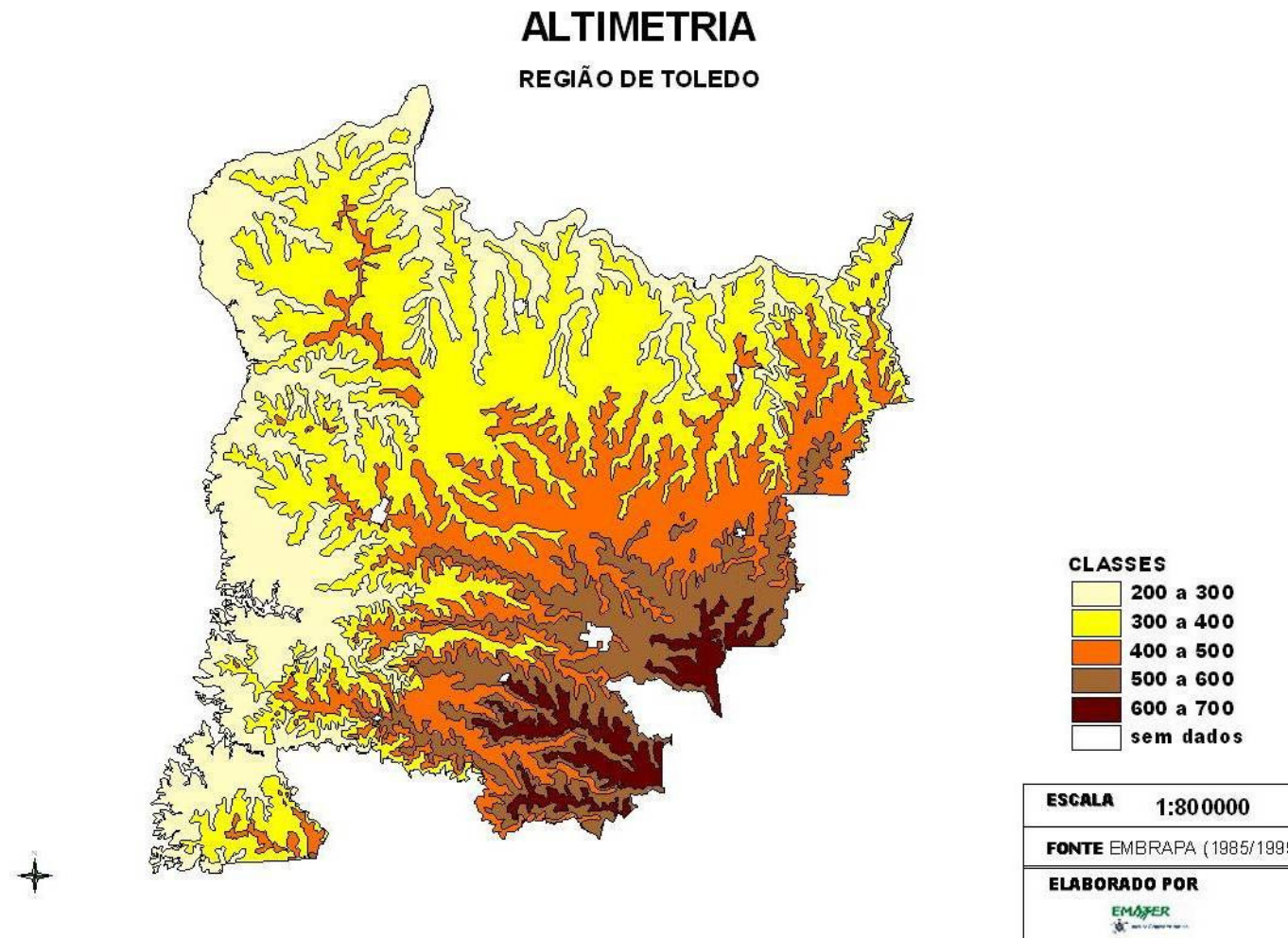


Figura 41: Levantamento de Altimetria das Microrregiões de Toledo.
Fonte: EMATER, CD de Informações.

2.7 Condicionantes, Deficiências e Potencialidades

Tabela 18: Aspectos Ambientais no Município de Mercedes – 2007

ASPECTOS	CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
Ambientais	✓ Clima	✓ Poluição dos rios	✓ Conservação do solo
	✓ Hidrografia	✓ Uso de defensivos agrícolas	✓ Relevô
	✓ Relevô	✓ Coleta de embalagens de agrotóxicos	✓ Clima
	✓ Lindeiro ao Lago de Itaipu	✓ Mata ciliar	✓ Hidrografia
	✓ Legislação Ambiental	✓ Patrulha rural	✓ Lindeiro ao Lago de Itaipu
		✓ Agroindústria	✓ Legislação Ambiental
		✓ Arborização urbana	

3. ASPECTOS SÓCIO- ECONÔMICOS

3.1 Distribuição da População no Território

A situação do uso e ocupação do território do Paraná nos dias atuais se deve aos diversos processos ocorridos ao longo da estruturação da economia e de toda a sociedade paranaense; cada processo econômico ou social se deu de modo diferenciado quanto a sua abrangência espacial.

Na ocupação do solo para a prática da agropecuária é levada em conta a condição física do território, enquanto a ocupação da área urbana tende a ser decidida pelos aspectos de infra-estrutura e condições de moradia oferecidas para a população presentes no local. Também a ocupação de uma determinada região sofre alterações em diferentes épocas

Considerando os diferentes meios de ocupação e as diferenças de cada um em épocas distintas, em uma perspectiva regional bem como as tendências do município em estudo, é possível chegar a uma análise mais geral sobre a história da ocupação socioeconômica do município, a realidade atual e uma previsão para a ocupação futura.

A mudança na distribuição espacial da população paranaense nas últimas décadas se dá principalmente pela variação que ocorreu da população rural entre 1970 e 2000, essa variação é principalmente notada na região oeste do Paraná. Esse êxodo da população da zona rural para as cidades ocorre principalmente pela adoção de práticas de agropecuária que agregam grandes espaços de terras na mão de poucos proprietários e alteram a ocupação da terra de local de moradia para área de produção em larga escala.

Tabela 19: População Rural, variação absoluta e percentual no período de 1970-2000 da mesorregião Oeste

Mesorregião	População 1970	População 2000	Variação 1970-2000 absoluta	Variação 1970-2000 percentual	Posição do indicador
Oeste Paranaense	602.916	209.490	-393.426	-65,25	1
Metropolitana de Curitiba	285.117	288.392	3275	1,15	4
Total do Paraná	4.425.000	1.777.374	-2.647.626	-59,84	-

Fonte: IBGE – Censos Demográficos

(1) o percentual refere-se à variação de 1970 a 2000 sobre a população de 1970.

(2) Categoria 1: elevado decréscimo populacional ($\geq 65,25\%$)

Categoria 4: variação positiva

O êxodo rural atingiu todo o estado com muita força nas últimas décadas, porém a mesoregião mais atingida foi o Oeste Paranaense com taxas superiores a 65%; a região oeste se destacou por seu crescimento na área da produção rural, contudo esse crescimento não trouxe renda e capacidade de sustentabilidade para a população em geral.

Essa população que migrou do meio rural, em sua grande maioria, procurou centros industrializados com possibilidades de emprego em outros estados, ou mesmo no Paraná, criando pontos específicos de crescimento urbano, também a região oeste obteve crescimento de alguns centros urbanos, mas não em um número expressivo.

Esse processo de migração da população rural para a cidade tende a diminuir devido a já baixa concentração do meio rural e a diminuição da população total.

O sistema rural de grandes propriedades agrícolas presentes na região oeste, gera sérios problemas na área social e principalmente na área ambiental, pela falta de controle no uso de agrotóxicos e outras práticas nocivas ao meio ambiente.

No caso de Mercedes, também ocorreu certa diminuição da população rural, porém foi pouco perceptível e o município continua tendo uma população predominantemente rural, com uma taxa de urbanização de apenas 32,47%, sendo o município menos urbanizado da microrregião de Toledo.

Segundo dados do Censo Demográfico de 1980, a Mesoregião Oeste paranaense já era a segunda região em número de habitantes, com uma população absoluta de 960.709, já a microrregião de Toledo apresentava um índice de 352.539 habitantes, enquanto na região da atual Mercedes no ano de 1981 residiam 5752 habitantes.

No ano de 2000 a população absoluta do oeste paranaense atinge o número de 1.138.582 e o município de Mercedes, 4608 habitantes. Já no ano de 2002 a população absoluta da Mesoregião Oeste de acordo com a estimativa do IBGE atinge o número de 1.163.080 habitantes e Mercedes atinge o índice de 4.695 habitantes. Comparando as densidades populacionais entre o Estado do Paraná e o Município de Mercedes no ano de 2000, nota-se que o município apresenta um

índice equivalente a menos da metade do índice estadual, 23,14 hab/km² do município contra 47,99 hab/km² do estado. Analisando os anos seguintes, nota-se que Mercedes vem apresentando um pequeno crescimento da densidade ano a ano, sendo que no ano de 2006 a densidade do município atinge o índice de 24,64 hab/km². (fonte: IPARDES)

Tabela 20: Comparativo Densidade Populacional Municipal, Estadual e Nacional - 2000

	Densidade (hab/km ²)	Área (Km ²)	População (habitantes)
Mercedes	23,14	199,084	4608
Paraná	47,99	199.281,70	1.138.582
Brasil	19,94	8.514.215,30	169.799.170

Fonte: IBGE - Censo 2000/IPARDES

A tabela a seguir apresenta os dados do crescimento demográfico de Mercedes desde o ano de 1991 até 2007, retirados dos censos demográficos, contagens populacionais e projeções preliminares realizadas pelo IBGE, como também dados da população residente no território que hoje corresponde ao Município de Mercedes nos anos de 1960 e 1981 cedidos pela Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon. Entre os anos de 1960 e 1980 nota-se um grande crescimento da população residente em Mercedes, que na época ainda pertencia ao município de Marechal Cândido Rondon, passando de 1509 habitantes em 1960 para 5752 habitantes em 1981.

Já entre os dados populacionais de 1981 até 1991, observa-se um grande decréscimo da população, de 5752 em 1981 para 4202 no ano de 1991, atingindo um índice negativo de -26,95% de crescimento populacional. A partir de 1991 Mercedes passa a ter um pequeno crescimento populacional e continua crescendo até os dias atuais; a média do crescimento geométrico para o ano de 2000 é de 1,05%, não tendo grandes variações nos anos anteriores e posteriores.

Tabela 21: Crescimento da população de Mercedes

Ano	Urbana	Rural	Total
1960*	-	-	1509
1981*	755	4997	5752
1991	752	3450	4202
1992			4.255
1993			4.119
1994			4.147
1995			4.176
1996			4.478
1997			4.578
1998			4.653
1999			4.737
2000	1496	3112	4.608
2001			4.658
2002			4.695
2003			4.730
2004			4.772
2005			4.861
2006			4.905
2007			4.949

Fonte: IBGE - Censos Demográficos e Contagem Populacional; para os anos intercensitários, estimativas preliminares dos totais populacionais.

* Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon (censo/distrito)

Quanto ao crescimento da população em relação ao gênero (masculino e feminino), a proporção não sofreu grandes alterações, sendo que em 1996 os homens eram a maioria com o índice de 50,02% da população, já em 2000 as mulheres passaram a frente com o índice de 50,18% da população.

Tabela 22: Crescimento da População segundo sexos – 1996 – 2000.

População Urbana	Mercedes – PR			
	1970	1980	1996	2000
Feminina:	--	--	2.238	2.312
Masculina:	--	--	2.240	2.296
Total:	--	--	4478	4608

Fonte: IBGE – 2000

O crescimento da população mercedense se dá de maneira mais aparente na área urbana do município, aonde apresentou entre os anos de 1991 e 2000 um crescimento de 49,73% , enquanto no meio rural nesse mesmo período houve um decréscimo de 10% na população. Mesmo com essa perda de população na zona rural o índice total de crescimento demográfico do município continua positivo, de 8,81%, e Mercedes continua a ser um município de população predominantemente rural.

Tabela 23: Taxa de crescimento populacional – Mercedes

Taxa de crescimento populacional entre os anos de 1991 a 2000		
Pop. Rural	Pop. Urbana	Pop. Total
-10%	49,73%	8,81%

Fonte: IBGE – Censos 2000.

A taxa de urbanização de um município é a porcentagem da população que reside no meio urbano em relação com a população total do mesmo. Analisando as taxas de urbanização do município de Mercedes do anos de 1991(17,89%) e 2000(32,47), mesmo com um crescimento de 14,58% no numero de moradores da área urbana, Mercedes continua a ser um município pouco urbanizado, com a menor taxa de urbanização da microrregião de Toledo, e muito abaixo da media estadual de urbanização que é de 81,4%. Na microrregião de Toledo, apenas Toledo, Palotina, Assis Chateaubriand e Guaíra, apresentam a taxa de Urbanização acima da Média estadual.

Tabela 24: Taxa de Urbanização – Mercedes.

População Total		População Urbana		População Rural		Taxa de Urbanização (%)	
1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
4202	4608	752	1496	3450	3112	17,89	32,00

Fonte: IBGE – Censos 2000.

A população de Mercedes pode ser considerada jovem, com um número elevado de habitantes com idades entre 1 e 20 anos. A proporção entre homens e mulheres é quase equivalente, cada um representando em torno de 50% da população municipal.

A população mercedense continua a ser predominantemente rural e a tendência é continuar assim, já que o decréscimo dos moradores rurais acontece de maneira sutil no município de Mercedes.

Tabela 25: População Censitária Segundo as Faixas Etárias e Sexo – 2000

FAIXA ETÁRIA (anos)	Masculino	Feminino	Total
Menores de 1 ano	38	33	71
De 1 a 4	200	183	383
De 5 a 9	200	211	411
De 10 a 14	189	219	408
De 15 a 19	223	192	415
De 20 a 24	179	183	362
De 25 a 29	179	209	388
De 30 a 34	223	196	419
De 35 a 39	191	168	359
De 40 a 44	135	154	289
De 45 a 49	125	125	250
De 50 a 54	123	106	229
De 55 a 59	95	92	187
De 60 a 64	87	90	177
De 65 a 69	78	70	148
De 70 e mais	85	98	183
TOTAL	2.312	2.296	4.608

Fonte: IBGE – Censo Demográfico – Resultados da amostra

População por faixa etária - IBGE 2000
Mercedes

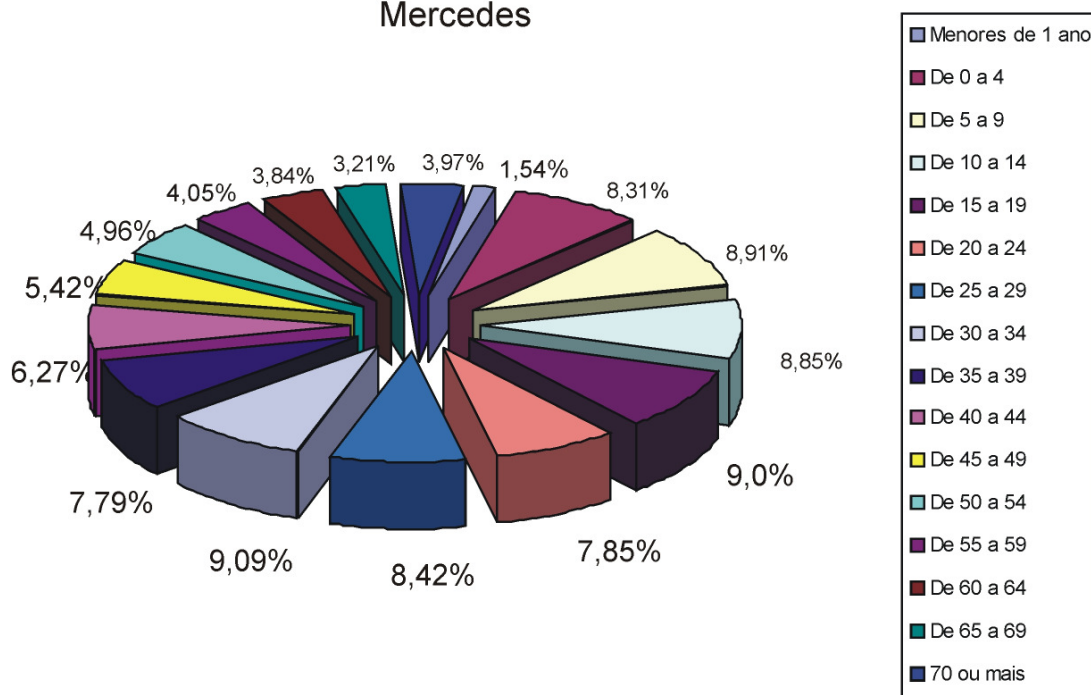


Gráfico 01: População pela Faixa etária

Fonte: IBGE- 2000

Quanto à população economicamente ativa (PEA) do município de Mercedes, nota-se que a maior parte da população está com a ocupação concentrada no meio rural, sendo que 73,93% da população economicamente ativa trabalham no campo enquanto apenas 26,06% trabalham na cidade. A maior parte da população economicamente ativa do município de Mercedes é constituída por homens, ocupando 68,17% dos empregos no município, enquanto as mulheres ocupam os outros 41,51%.

Tabela 26: População Economicamente Ativa (PEA) Segundo Zona e Sexo – 2000

Urbana	Rural	Masculino	Feminino	PEA Total
1.192	1.102	1.341	953	2.294

Fonte: IBGE – Censo Demográfico – Resultados da amostra Nota: PEA de 10 anos a mais.

Segundo dados do IBGE no ano de 2000 o número de domicílios construídos para fins residenciais em Mercedes era de 1.291, representando uma média de 3,56 pessoas por domicílio; desses 937 domicílios são próprios, 126 são alugados e 190 são cedidos.

Tabela 27: Domicílios e Moradores

Domicílios		Mercedes - PR	
		2000	
		Domicílios	Moradores
Total		1.291	4.596
Próprio		973	3.529
Próprio já quitado (a)		898	3.249
Próprio em aquisição (b)		75	280
Alugado (c)		126	383
Cedido		190	677
Cedido por empregador (d)		58	213
Cedido de outra forma (e)		132	464
Outra forma (f)		2	7

Domicílios	Moradores
(a) 69,56%	(a) 70,69%
(b) 5,81%	(b) 6,09%
(c) 9,76%	(c) 8,33%
(d) 4,49%	(d) 4,63%
(e) 10,22%	(e) 10,10%
(f) 0,15%	(f) 0,15%

Fonte: IBGE-2000

Quanto ao número de pessoas empregadas por setor, nota-se que o setor primário (agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca) detém o maior número de empregos no município, sendo que os empregados nesse setor representam 68,47% da população economicamente ativa. Logo em seguida o setor que mais emprega é o da indústria de transformação com 7,47% da população ativa. Com esse índice mais uma vez é possível notar a importância do meio rural nos fatores socioeconômicos do município.

Tabela 28: População Ocupada Segundo as Atividades Econômicas – 2000

Atividades Econômicas	N de Pessoas
Agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca	1.877
Indústria de transformação	208
Construção	92
Comércio, reparação de veículos automotivos, objetos pessoais e domésticos	134
Alojamento e alimentação	33
Transporte, armazenagem e comunicação	116
Intermediações financeiras, ativ. imobiliárias, aluguéis, serv. prestados a empresas	30
Administração pública, defesa e seguridade social	88
Educação	36
Saúde e serviços sociais	20
Outros serviços coletivos sociais e pessoais	21
Serviços domésticos	75
Atividades mal definidas	7
TOTAL	2.741

Fonte: IBGE - Censo Demográfico - Resultados da amostra

Tabela 29: Número de Estabelecimentos e Empregos Segundo as Atividades Econômicas – 2005

Atividades Econômicas	Estabelecimentos	Empregos
Indústria de produtos minerais não metálicos	2	9
Indústria metalúrgica	3	16
Indústria da madeira e do mobiliário	2	16
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	2	74
Indústria de produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico	3	42
Construção civil	1	4
Comércio varejista	39	108
Comércio atacadista	5	64
Instituições de crédito, seguro e de capitalização	2	7
Administradoras de imóveis, valores mobil., serv. técn. profis., aux. ativ. econ.	2	4
Total	61	344

Fonte: IPARDES

3.2 Perfil Econômico

No início da colonização do Oeste paranaense a produção foi voltada para o extrativismo de madeira, porém com a devastação das matas naturais essa atividade econômica foi trocada pela agropecuária e agroindústria que hoje representam a principal prática econômica da região. A cultura que mais se disseminou no oeste paranaense foi a soja passando de 5.000 hectares plantados no início da década de 60 para 172.000 hectares em 1969 (PERIN apud IPARDES, 2003, p.69), em 1990 já eram 679.729 hectares e em 2001 foram cultivados 733.114 hectares de soja (IBGE apud IPARDES, 2003, p.69). Hoje a mesorregião participa com 17,3% de toda a produção agrícola do Paraná.

A economia do município de Mercedes se baseia na produção agrícola, principalmente o cultivo de soja, trigo e mandioca; e também em menor escala na produção agropecuária, como a criação de aves, suínos e gado leiteiro.

3.2.1 Condicionante Econômica

A renda per capita mensal do Município de Mercedes é de R\$ 349,05, o que se comparado com a renda dos demais municípios da microrregião pode ser considerado uma média alta, sendo que na microrregião de Toledo apenas o município de Palotina apresenta uma renda superior de R\$360,61. Quanto ao Produto Interno Bruto do município, nota-se um grande avanço do ano de 2002(7.883) para o ano de 2003(13.521), seguido de um decréscimo de 2003(13.521) para 2004(12.033), estando acima da média do Paraná. O PIB de Mercedes representa 0,06% de todo o PIB estadual.

Tabela 30: Produto Interno Bruto (PIB) Per Capita – 2000

	(PIB) Total 2003 (reais)	(PIB) Per capita 2002	(PIB) Per capita 2003	(PIB) Per capita 2004
Mercedes	64.435.056	7.883	13.521	12.033
Estado do Paraná	98.999.740.251	8.241	9.891	10.725

Fonte: Ipardes, IBGE

Analisando o PIB a preço básico adicionado segundo ramo de atividade é possível notar a importância do setor primário na economia do município, já que o setor representou no ano de 2004 54,34% da economia mercedense contra 34,58% do setor terciário e 11,06% do setor secundário.

Tabela 31: PIB a Preço Básico Segundo os Ramos de Atividades – 2004

Ramos de Atividades	Valor (R\$1,00)
Produção primária	31.197.809
Indústria	5.317.342
Comércio	5.541.705
TOTAL	42.057.103

Fonte: IBGE, IPARDES

Analisando os valores adicionados ao município segundo o ramo de atividade nos anos de 2004 e 2005, nota-se uma queda de 7,46% na produção primária municipal, enquanto na área industrial houve um grande avanço de 99,75%, já na área comercial houve uma pequena perda de 2,63%. Nesse período houve um grande avanço na industrialização de Mercedes, sendo que a renda gerada para pelo setor ultrapassou o valor adicionado pelo comércio; contudo o setor de maior importância na geração de renda para o município continua sendo a produção primária.

Tabela 32: Valor Adicionado Segundo os Ramos de Atividades – 2004 e 2005

Ramos de Atividades	Valor (R\$ 1,00)	Valor (R\$1,00)
Produção primária	31.197.809	28.868.735
Indústria	5.317.342	10.621.876
Comércio / Serviços	5.541.705	5.395.836
Recursos / Autos	247	33.878
TOTAL	42.057.103	44.920.325

Fonte: IPARDES

Nota: Dados sujeitos à reavaliações pela fonte.

3.2.2 Setor Primário – Agropecuária

A base da produção da região Oeste do Paraná é o setor primário, principalmente a agricultura. A principal atividade da agricultura regional é a produção de soja; além da soja outro produto que se destaca pela grande produção é o trigo, que em muitos casos é plantado alternadamente nas mesmas terras que a soja, o que permite que o agricultor tenha duas safras anuais. Porém devido a esse modelo de produção implantado é cada vez maior o desgaste do solo da região. A produção agrícola de Mercedes, assim como a produção regional, predomina a monocultura e lavouras temporárias, tem como principal produto a soja, seguido da produção de trigo, mandioca e milho.

Tabela 33: Lavoura Temporária

Lavoura Temporária	Quantidade (tonelada)	Valor da produção (Mil Reais)	Área plantada (hectare)	Área colhida (Hectare)	Rendimento médio (kg/hectare)
Amendoim (em casca)	2	1	1	1	2000
Aveia (em grão)	90	14	100	100	900
Feijão (em grão)	11	17	12	12	916
Fumo (em folha)	365	621	156	156	2339
Mandioca	17000	3060	1000	1000	17000
Milho (em grão)	18080	4701	5700	5700	3171
Soja (em grão)	12570	9365	7875	7875	1596
Trigo (em grão)	2100	735	1000	1000	2100

Fonte: IBGE – 2005

O gráfico a seguir mostra a evolução da produção agrícola de Mercedes entre os anos de 1999 e 2005, é possível notar uma pequena variação dos valores no período entre 1999 a 2002, e um grande crescimento de 2002 para 2003, seguido de uma decréscimo nos dois próximos anos. Essa variação da produção agrícola de ano para ano, se deve aos fatores climáticos como geadas e secas, e a diferença de preços dos produtos e incentivos governamentais.

Evolução da produção agrícola de 1999 a 2005 - IBGE

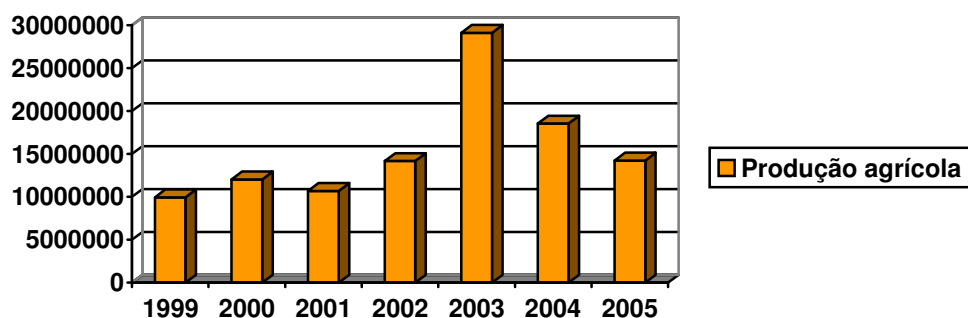


Gráfico 2: Evolução da Produção Agrícola de 1999 a 2005.

Fonte: IBGE

O valor da soja produzida na microrregião de Toledo corresponde a mais da metade do valor total da produção agrícola se comparado com a produção de outras culturas; os municípios da microrregião com os maiores índices de produção de soja são: Tupãssi, Terra Roxa, Iracema do Oeste e Assis Chateaubriand, enquanto os mais baixos índices de produção de soja são dos municípios de Quatro Pontes, Marechal Cândido Rondon, Pato Bragado e São José das Palmeiras. Quanto a Mercedes, a soja é responsável por 33 a 42 % da produção agrícola.

Plano Diretor do Município de Mercedes – Paraná

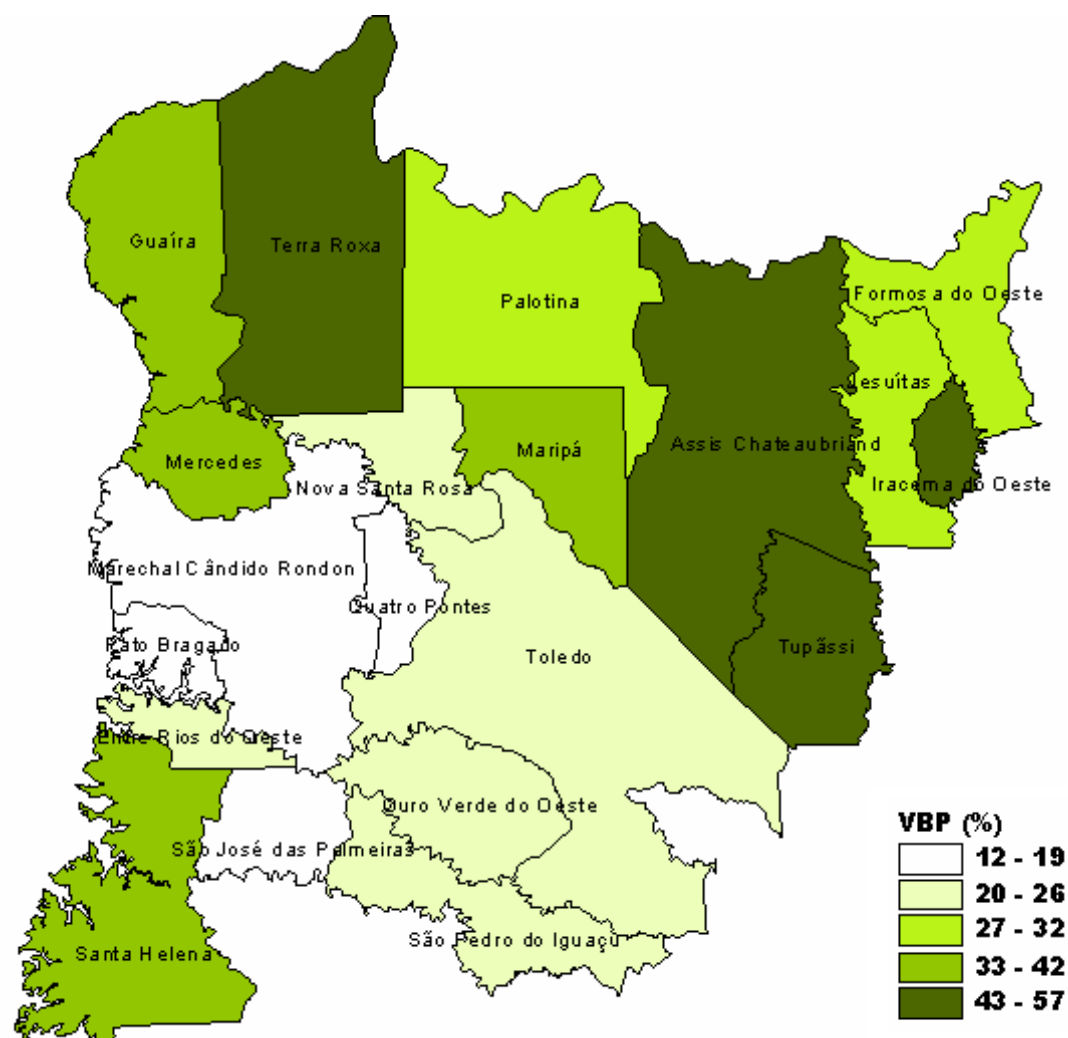


Figura 42: Soja Safra Normal da Microrregião de Toledo.
Fonte: EMATER (2000).

Quanto a pecuária na microrregião de Toledo, é voltada para a produção de aves e suínos para o aproveitamento industrial, também para a criação de bovinos. A produção pecuária da microrregião é voltada principalmente para a atividade avícola, sendo que essa ocupa 75% do valor bruto da produção pecuária, é possível notar a importância dessa atividade pelo alto nível tecnológico que ela se apresenta na região e pelas agro-indústrias regionais que fazem uso da produção avícola. Outra atividade pecuária que se destaca na microrregião de Toledo é a produção de suínos também voltados para atender as agro-indústrias regionais.

No município de Mercedes, a produção pecuária é voltada principalmente para a criação de aves, suínos e a gado leiteiro, como é demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 34: Produção da Pecuária, Aves e Produtos de Origem Animal

VARIAVEL	EFETIVO
Bovinos	14596 cabeças
Eqüinos	130 cabeças
Suínos	9769 cabeças
Asininos	12 cabeças
Muare	16 cabeças
Ovinos	27 cabeças
Galinhas	37655 cabeças
Galos, frangos, frangas e pintos.	160600 cabeças
Caprinos	35 cabeças
Vacas ordenhadas	7096 cabeças
Ovos de galinha	361 mil dúzias
Mel de abelha	29600 kg
Leite vaca	24087 mil litros
Codornas	590 cabeças
Ovos de codorna	14 mil dúzias

Fonte: IBGE – 2005

Evolução agropecuária de 1999 a 2005 - IBGE

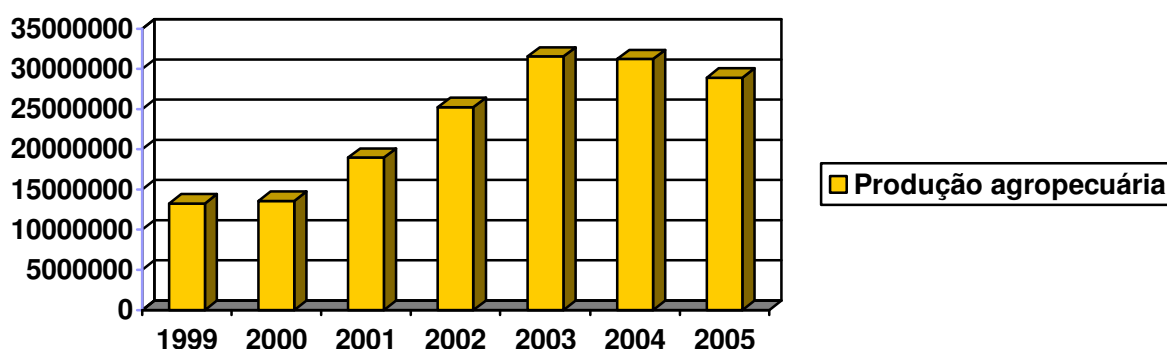


Gráfico 3: Evolução da Produção Agropecuária de 1999 a 2005.

Fonte: IBGE

A produção agropecuária de Mercedes, entre os anos de 1999 e 2003 demonstra um crescimento constante ano a ano, seguida de uma queda de produção nos dois anos seguintes.

Mercedes se destaca na microrregião com a produção leiteira junto com os municípios de Marechal Cândido Rondon e São José das Palmeiras, os três estão na faixa de 13 a 19% do valor bruto de produção adicionado pela criação de gado leiteiro.

Quanto a produção de suínos na microrregião de Toledo, os municípios de São Pedro do Iguaçu, Entre Rios do Oeste e Quatro Pontes são os que mais se destacam, com 39 a 54% de suínos criados em relação a criação de outros animais, já Mercedes não tem tanto destaque na criação de suínos, já que apenas 8 a 16% das criações de animais no municípios são de suínos.

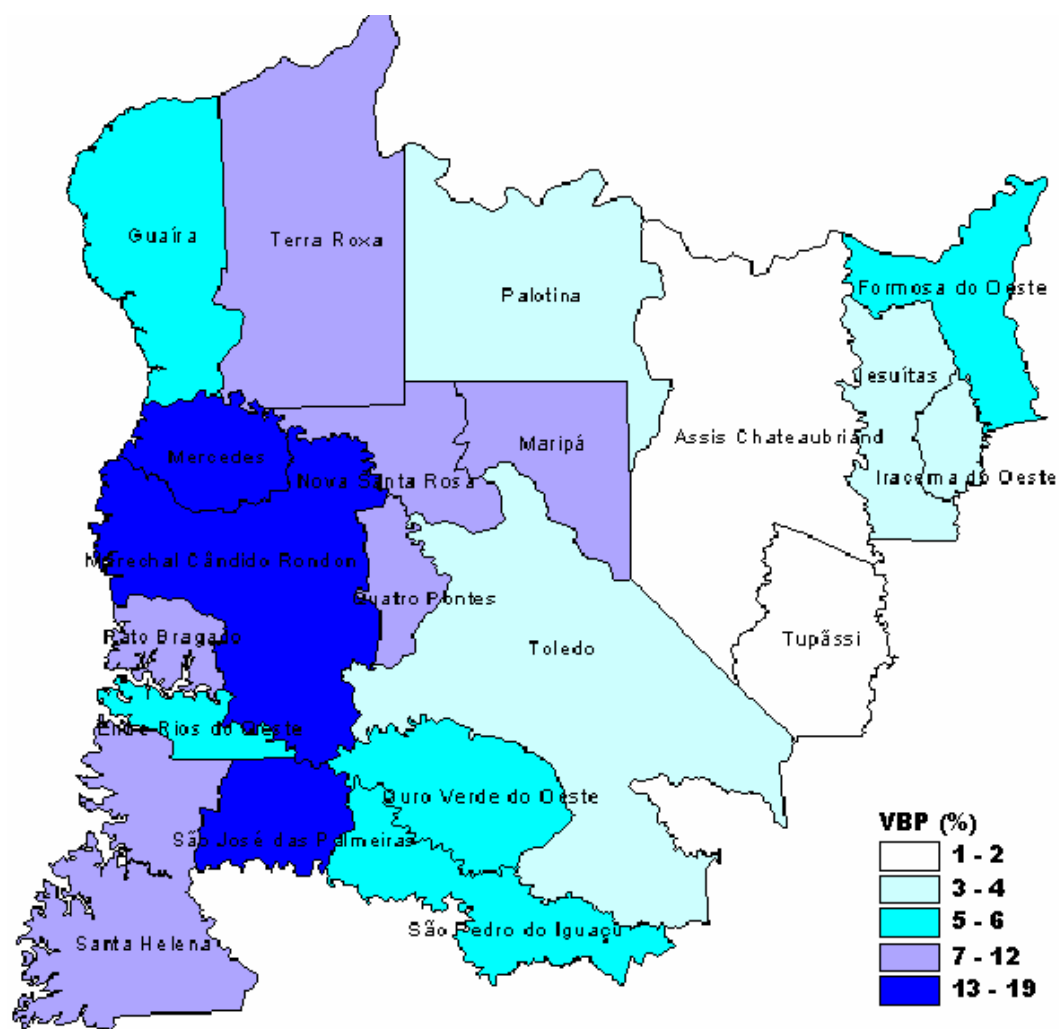


Figura 43: Percentual de Leite da Microrregião de Toledo.
Fonte: EMATER (2000)

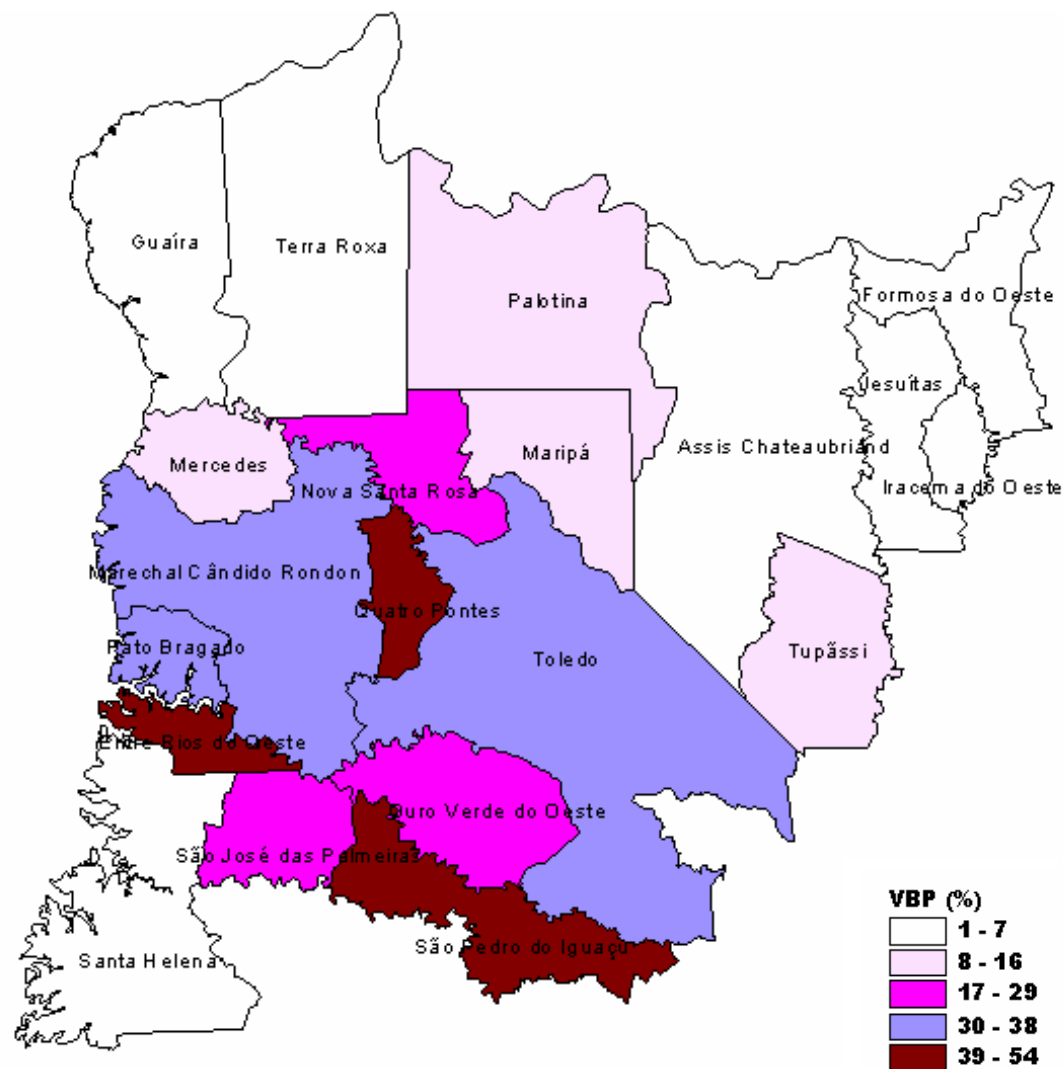


Figura 44: Produção de Suínos na Microrregião de Toledo
Fonte: EMATER (2000).

A extração de madeira no município de Mercedes não acrescenta valores expressivos ao valor acrescentado por todo o setor primário, sendo que no ano de 2004 representou apenas 0,29% do total da produção primária.

Tabela 35: Produção da Silvicultura

Madeira em toras – quantidade produzida	500 m3
Madeira em toras – valor da produção	R\$ 27.000
Lenha – quantidade produzida	1840 m3
Lenha – valor da produção	R\$ 37, 000

Fonte: IBGE - 2004

**Evolução da Produção da Silvicultura de 1999 a 2005 -
IBGE**

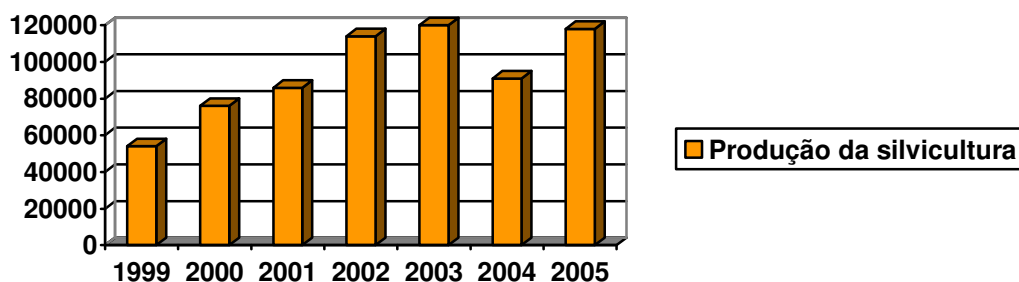


Gráfico 4: Evolução da Produção silvicultura de 1999 a 2005.

Fonte: IBGE – 2005

3.2.3 Setor Secundário – Indústria

O Estado do Paraná apresentou nas décadas de 70 e 80 indícios de que a sua economia se voltaria para a industrialização, nesse processo a agroindústria paranaense exerceu um papel importante.

A Mesorregião Oeste está posicionada em terceiro lugar em produção industrial do Paraná, o chamado Eixo Oeste é composto pela convergência de dois vetores de industriais; um que vem de Guaíra até Cascavel, passando por Marechal Cândido Rondon e Toledo; e o outro de Cascavel a Foz do Iguaçu, passando por Medianeira.

O setor industrial de Mercedes não apresenta grande desenvolvimento, apesar do crescimento que vem tendo nos últimos anos, principalmente no ano de 2005 quando o setor obteve um aumento de 99,75% no valor acrescentado ao município se comparado com o ano anterior. No ano de 2005 o setor secundário acrescentou um valor ligeiramente maior do que o setor terciário ao PIB do município.

No ano de 2005 segundo dados do IBGE, se encontravam no município sete estabelecimentos industriais, sendo duas indústrias do ramo têxtil, duas indústrias de madeiras e mobílias e três indústrias alimentícias, que juntas empregavam 147 pessoas.

3.2.4 Setor Terciário – Comércio e Serviços

O setor terciário do Município de Mercedes no ano de 2005 segundo dados do IBGE empregava 394, desses, 108 eram empregados pelo comércio varejista, 64 pelo comércio atacadista, 07 por instituições de crédito, seguro e de capitalização, 04 por administradoras de imóveis, valores Mobiliários, serviços técnicos profissionais, 33 pelo ramo de transporte e comunicações, 15 pelos serviços de alojamento, alimentação, reparo, manutenção, radiodifusão e televisão, 03 por serviços médicos, odontológicos e veterinários, e 156 trabalhavam nos setores de administração pública direta e indireta.

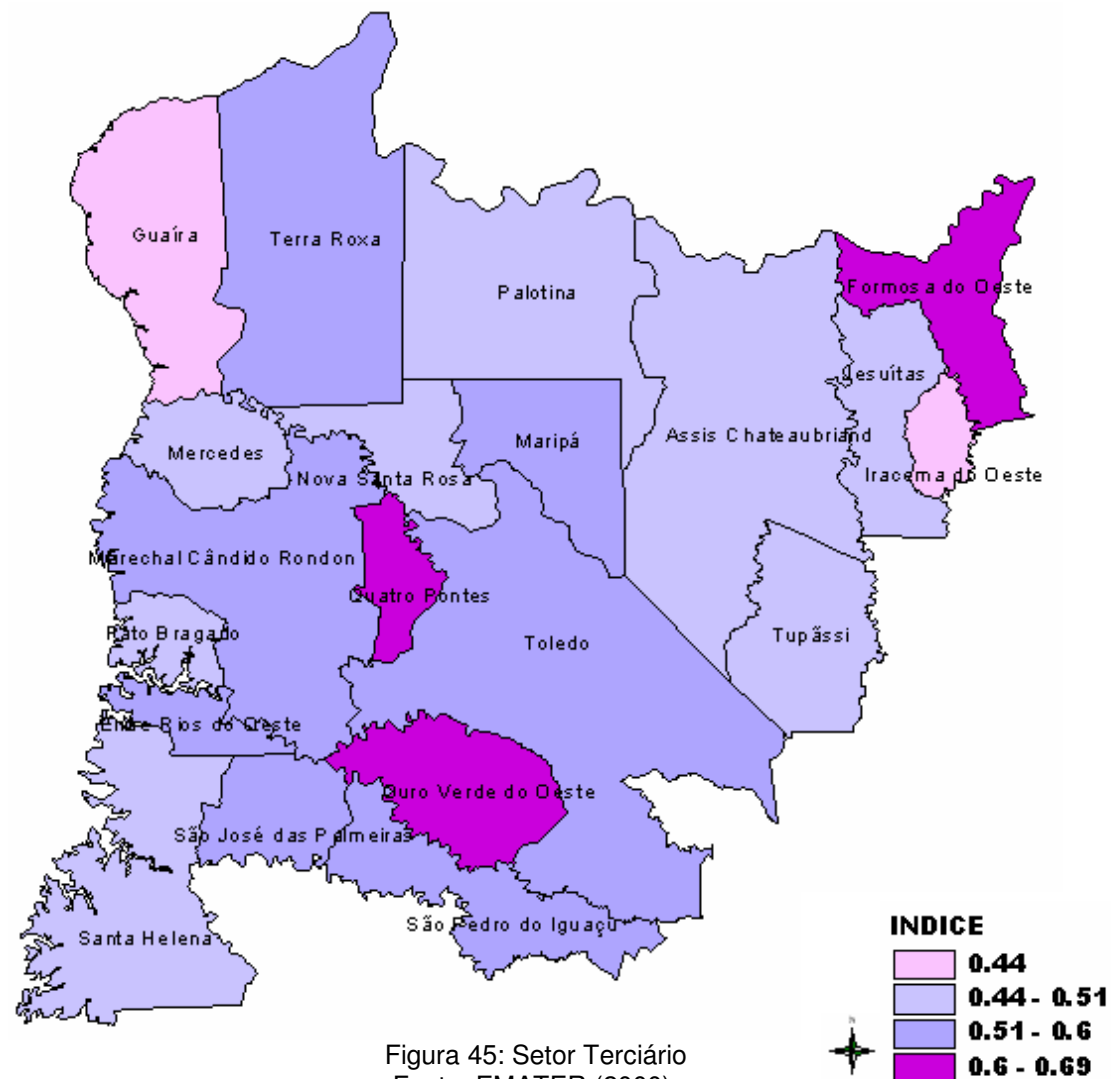


Figura 45: Setor Terciário
Fonte: EMATER (2000).

3.2.5. Aspectos Culturais e Turísticos

São encontrados no município equipamentos de lazer como a Praça Parigot de Souza (figuras 46,47 e 48) na sede, que conta com quadra de areia, playground, pista de patins e palco ao ar livre, é um local arborizado com iluminação e sanitários.

Outro ponto de lazer do município é o Parque de Lazer do Arroio Guaçu (figuras 49 e 50), localizado ao lado do lago de Itaipu, equipado com área de camping, churrasqueiras, mesas, sanitários, rampa para barco, ideal para prática de pesca esportiva e esportes náuticos.

São realizados eventos de recreação pública, como a festa de aniversário do município, que ocorre no mês de setembro, onde é servido o costelão recheado, prato típico de Mercedes; e a festa do caminhoneiro que acontece anualmente no mês de dezembro.

As localidades da área rural possuem campos ou quadras de futebol e salões comunitários onde são realizados festas e bailes freqüentemente.

No município também é muito forte a questão cultural. São realizados muitos eventos na Casa de Cultura como por exemplo, show de violões e guitarras (figura 51) e danças típicas (figura 52).



Figura 46: Praça Parigot de Souza – sede urbana
Fonte: Prefeitura Municipal de Mercedes/2007.



Figura 47: Praça Parigot de Souza – sede urbana
Fonte: Prefeitura Municipal de Mercedes/2007.



Figura 48: Praça Parigot de Souza – sede urbana
Fonte: Prefeitura Municipal de Mercedes/2007.



Figura 49: Área de Lazer do Arroio Iguaçu
Fonte: Prefeitura Municipal de Mercedes/2007.



Figura 50: Área de Lazer do Arroio Guaçu
Fonte: Prefeitura Municipal de Mercedes/2007.



Figura 51: Noite Cultural – Casa da Cultura
Fonte: Prefeitura Municipal de Mercedes/2007.



Figura 52: Noite Cultural – Casa da Cultura
Fonte: Prefeitura Municipal de Mercedes/2007.

3.2.6. Condicionantes, Deficiências e Potencialidades.

Tabela 36: Aspectos Sócio-Econômicos – condicionantes, deficiências e potencialidades no Município de Mercedes – 2007

ASPECTOS	CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
✓ Sócio-econômi-co	✓ A base da produção é o setor primário, principalmente a agricultura. ✓ Crescimento da população. ✓ População predominantemente rural. ✓ Geração de renda provem da produção primária. ✓ O relevo propicia a produção leiteira; ✓ Próximo do Eixo Oeste terceiro lugar em produção industrial do Paraná.	✓ Reestruturação do Setor de comércio e serviços ✓ Êxodo rural ✓ Qualificação profissional ✓ Falta de geração de emprego ✓ Reciclagem do lixo ✓ Áreas para a implementação de indústrias	✓ A base da produção é o setor primário, principalmente a agricultura. ✓ Crescimento da população. ✓ População predominantemente rural. ✓ A população economicamente ativa trabalha no campo; ✓ Crescimento da produção industrial, ✓ Geração de renda provem da produção primária. ✓ Projetos sociais ✓ Atendimento na saúde

4. ASPECTOS SÓCIO- ESPACIAIS

4.1. Evolução e Ocupação do Solo Urbano

A Mesorregião Oeste do Paraná foi ocupada principalmente migrantes vindos dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A ocupação urbana do Paraná se deu do lado leste para o Oeste, sendo a região oeste uma das últimas a serem urbanizadas.

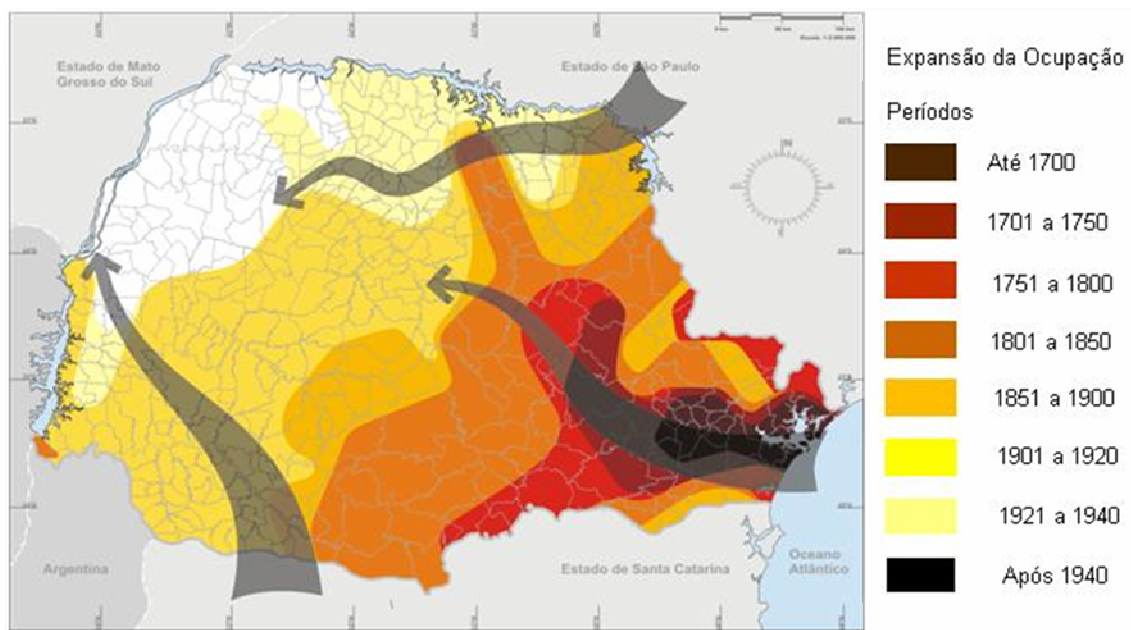


Figura 53: Evolução da ocupação urbana

Fonte: PRDE – Planos Regionais Desenvolvimento Estratégico Estado do Paraná, 2000.

A ocupação com finalidade de moradia no território onde hoje se encontra o Município de Mercedes, teve início na década de 50, quando a Madeireira Rio Paraná começou a venda de suas terras. Também data do início da década de 50 a venda dos primeiros lotes urbanos de Mercedes. Hoje Mercedes conta com uma área territorial de 199,084 km², contendo a sede, dois distritos (Três Irmãos e Arroio Guaçu), e outras 15 comunidades rurais.

A densidade demográfica do município baseada na estimativa da população feita pelo IBGE para o ano de 2006 é de 24,64 hab/km²; a densidade varia nos diferentes locais do município nas áreas rurais como nas áreas urbanas, como é possível notar que as áreas recentemente ocupadas na sede apresentam uma concentração maior de habitantes do que as primeiras áreas.

Em um estudo sobre o uso e ocupação de determinado espaço, a densidade demográfica assim como a distribuição da população são aspectos importantes a se analisar, já que locais com densidades altas fazem com que o acesso a infraestrutura urbana e aos serviços públicos seja facilitada, porém grandes densidades podem também acarretar problemas como congestionamentos, poluição sonora ou do ar, entre outros.

O projeto inicial da área urbana do município de Mercedes consistia em uma extensão retangular de 606.282m² dividida em 36 (trinta e seis) quadras de 100x100 metros cada; cada quadra foi dividida em 12 lotes, somando um total de 432 lotes. Esse projeto foi elaborado pela Madeireira Rio Paraná, na época em que esse território ainda pertencia a ela, com o objetivo de vender lotes urbanos na região; essa área

representa hoje o centro da cidade. A venda e a ocupação desses primeiros lotes urbanos teve início na década de 50.

O primeiro loteamento a ser implantado em Mercedes foi o Loteamento Pioneiro criado a parti da lei n^o: 216/92, no ano de 1992, disposto a sudeste do centro com uma área de 30.330 m²; esse primeiro loteamento não foi anexado junto a sede, sendo que na época foi criado um vazio urbano. No ano de 2004 foram criados mais dois loteamentos, a saber, o Lot. Papen e o Lot. Bela Vista; o Loteamento Papen foi anexado à sede municipal pela lei 115/94, que dispõe sobre a urbanização da chácara de número 24, localizada ao norte da sede municipal, esse loteamento acrescentou 49.235m² a cidade de Mercedes; já o Loteamento Bela Vista disposto ao sul do centro da cidade, foi anexado pela lei de número 074/94 e acrescentou 29.130m² à área urbana.

No ano de 1998 foram instalados os loteamentos Groff, Fassbinder e Progresso, que juntos acrescentaram 75846,17m² ao perímetro urbano mercedense. Em 1999 o Loteamento Nazaré foi criado, urbanizando uma área de 16.156,67m² do lote rural número 28. No ano seguinte foi criado o Loteamento Tropical, disposto ao lado do já existente Lot. Nazaré, acrescentando 16.160,93m² à malha urbana. Também no ano de 2000 foi criado o Parque Industrial, disposto a noroeste da sede com uma área de 48800 m².

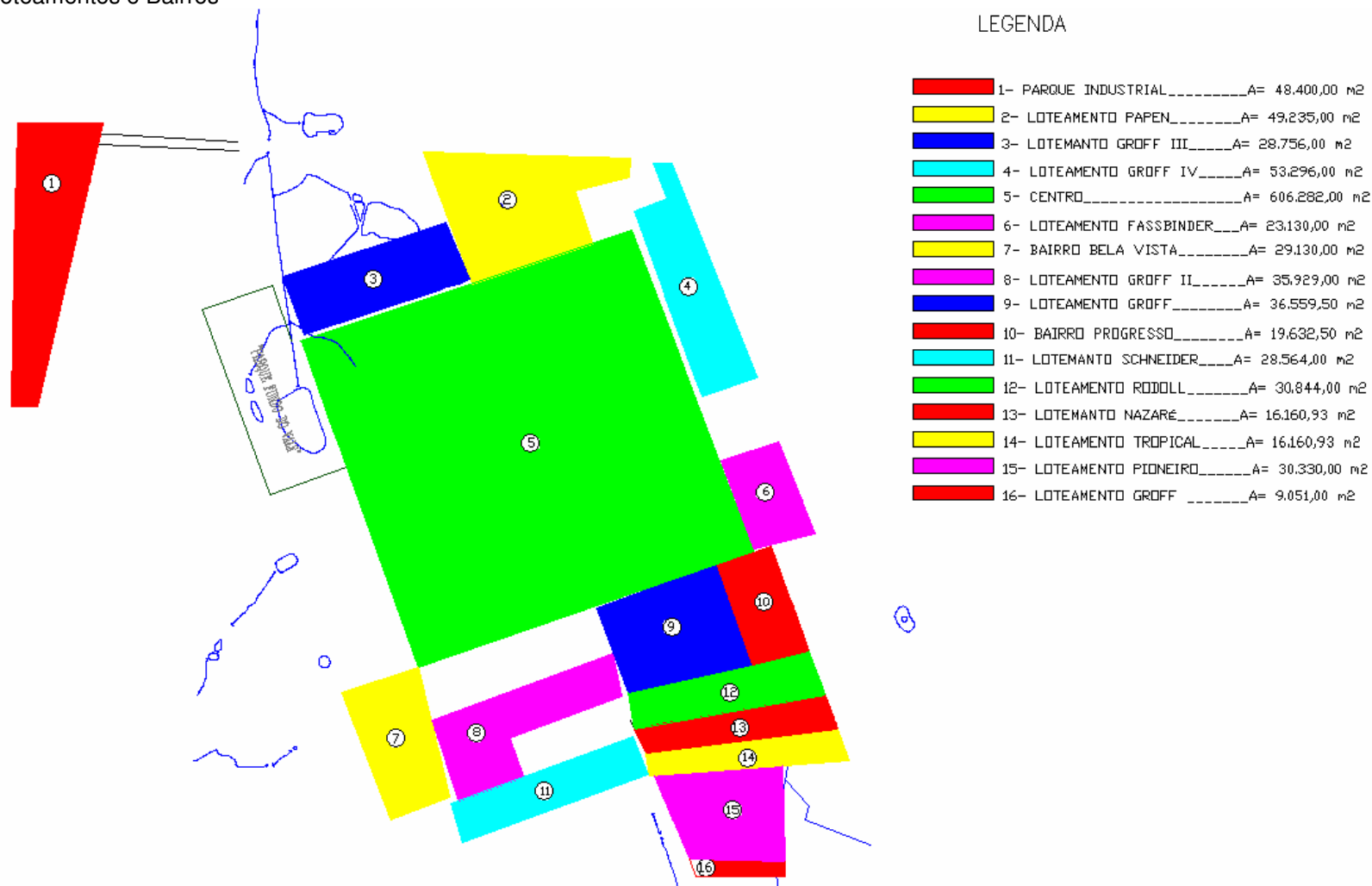
Em 2002 foram criados os loteamentos Groff II e Radoll, adicionando juntos uma área de 66.772m² a cidade de Mercedes. No ano seguinte o Loteamento Schneider com uma área total de 28.564m² foi anexado a sede. No ano de 2004 foi instalado o Loteamento Groff III, com uma área de 28.756m² e em 2005 foram instalados os loteamentos Groff IV e Groff V, somando juntos uma área de 62.347m².

Tabela 37: Loteamentos do Município de Mercedes

Loteamento	Área	Ano	lei	Chácara de origem
L. Pioneiro	30.330 m ²	1992	216/92	
L. Papen	49.235m ²	1994	115/94	24
L. Bela vista	29.130m ²	1994	074/94	076A e 77A
L. Progresso	19.132m ²	1998	043/98	Parte noroeste das chácaras 25 e 26
L. Fassbinder	23.130m ²	1998	026/98	20/21
L. Groff	36.559,50m ²	1998	024/98	Parte oeste das chácaras 25 e 26
L. Nazaré	16.156,67m ²	1999	052/2007	28
L. Tropical	16.160,93m ²	2000	001/2000	Parte centra e norte das chácaras 29/ 30b
Parque industrial	48800 m ²	2000	285/00	Lote rural 109
L. Groff II	35.928m ²	2002	045/02	64 e parte oeste da 63
L. Radoll	30.844m ²	2002	046/02	27
L. Schneider	28.564m ²	2003	030/03	62
L. Groff III	28.756m ²	2004	024/04	65
L. Groff IV	53.296m ²	2005	051/05	22 e 23
L. Groff V	9.051m ²	2005	026/04	Parte sul das chácaras 29/30b

Fonte: PMM (Prefeitura Municipal de Mercedes) - 2007

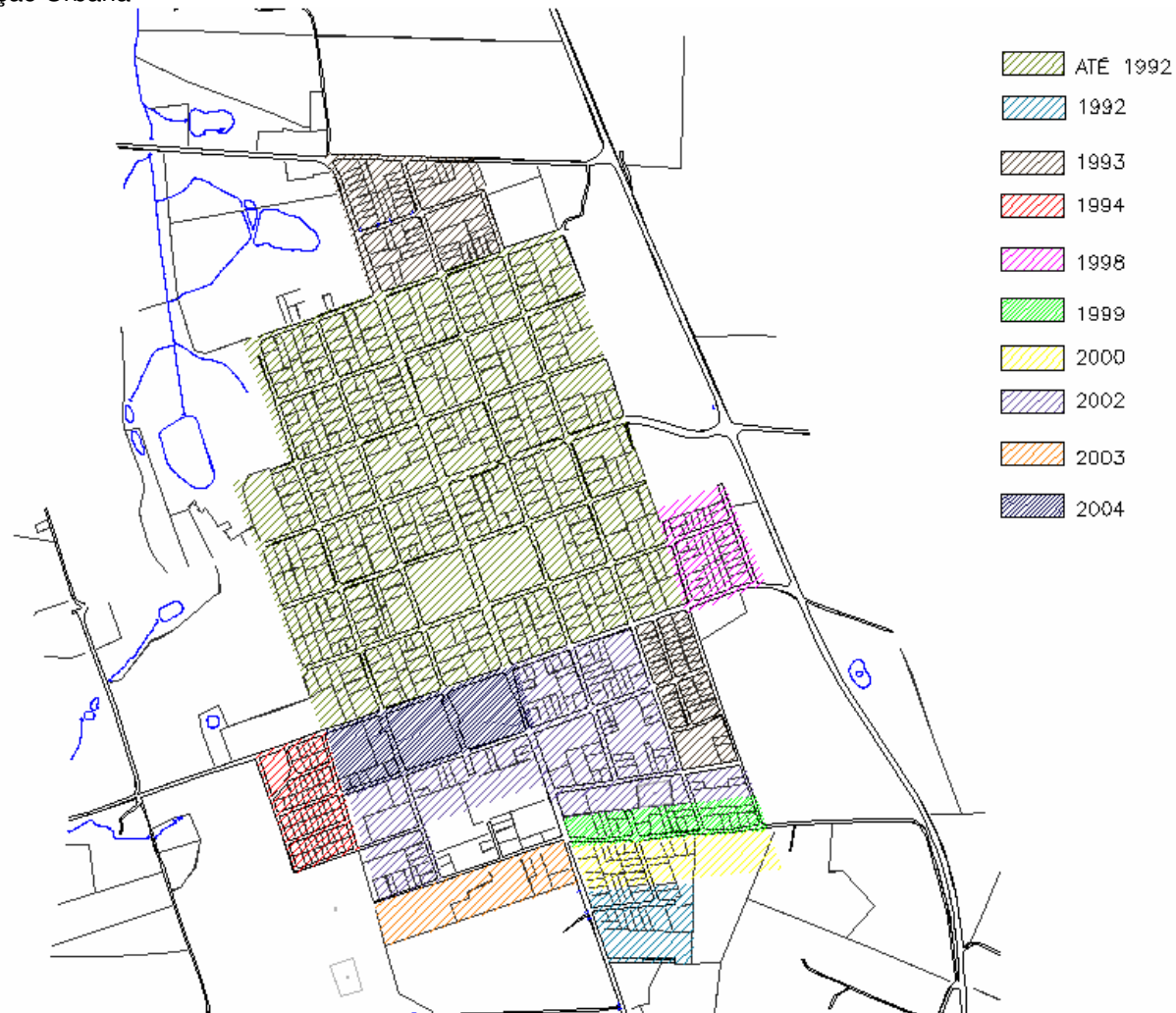
Mapa 02: Loteamentos e Bairros



Fonte: PMM 2007 (Prefeitura Municipal de Mercedes)

Quanto à instalação dos loteamentos na sede de Mercedes, é preciso esclarecer que a criação dos mesmos não se deu no ano de sua legalização, sendo que em alguns casos as chácaras já se encontravam urbanizadas, com lotes urbanos já definidos e ocupados quando a lei de criação do loteamento entrou em vigor. Como por exemplo o caso do Loteamento Nazaré que começou a ser ocupado no ano de 1999, contudo a lei de sua criação data do ano de 2007.

Mapa 03: Evolução da Ocupação Urbana



Fonte: PMM 2007 (Prefeitura Municipal de Mercedes)

Hoje a sede do Município de Mercedes é composta pela área inicial da cidade com 606.282m², mais quatorze loteamentos que juntos somam 406317,1m², além do parque industrial com uma área de 48800 m².

4.2 Uso da Ocupação do Solo Urbano

No ano de 2000 segundo dados do IBGE, no Município de Mercedes existiam 1372 domicílios, desses 481 se encontravam no meio urbano e 891 na área rural, representando 35,05% dos domicílios na zona urbana e 64,95% na zona rural.

Tabela 38: Número de Domicílios segundo uso e zona -2000

DOMICÍLIOS	URBANA	RURAL	TOTAL
Total de Domicílios	481	891	1.372
Coletivos	03	-	01
Particulares	478	891	1.369
Ocupados	456	840	1.296
Não Ocupados	22	51	73
De uso Ocasional	05	06	11
Vagos	17	44	61

Fonte: IPARDES, AMPR

Quanto à disposição dos domicílios na sede, nota-se que os mesmos se encontram distribuídos por toda a área urbana, porém em menor número na área da Avenida João XXIII. Ao longo da Avenida João XXIII predominam os edifícios voltados para as praticas comerciais e prestação de serviços, assim como também os edifícios e lotes mistos, que apresentam caráter comercial e ao mesmo tempo habitacional.

Tabela 39: Número de estabelecimentos Segundo Atividades Econômicas – 2005

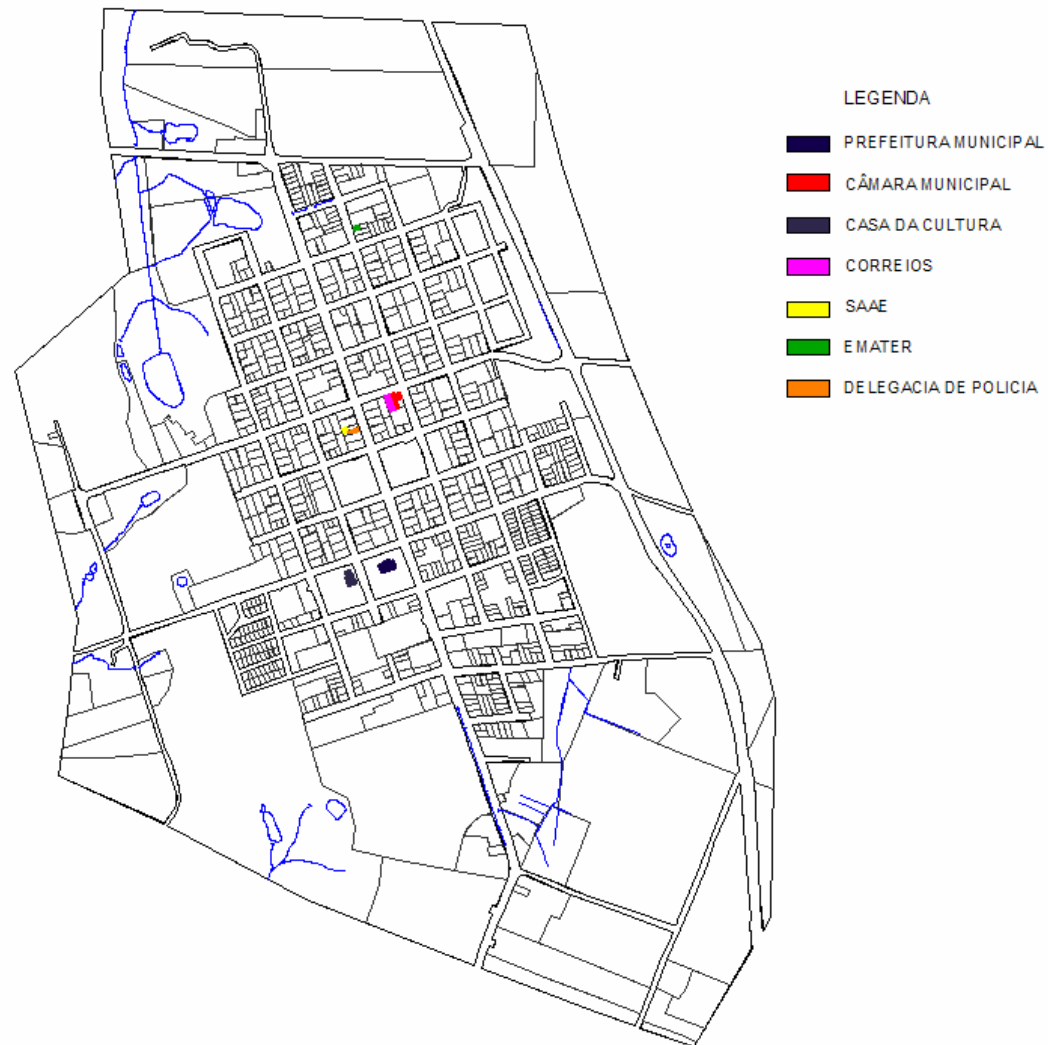
ATIVIDADES ECONÔMICAS	ESTABELECI MENTOS
Indústria de produtos minerais não metálicos	2
Indústria metalúrgica	3
Indústria da madeira e do mobiliário	2
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	2
Indústria de produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico	3
Construção civil	1
Comércio varejista	39
Comércio atacadista	5
Instituições de crédito, seguro e de capitalização	2
Administradoras de imóveis, valores mobil., serv. técn. profis., aux. ativ. econ.	2
Transporte e comunicações	7
Serviços de alojamento, alim., reparo, manut., radiodifusão e televisão	14
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	4
Administração pública direta e indireta	2
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca	15

Fonte: IPARDES, METRAIS

Os principais órgãos institucionais do município como as secretarias municipais, DETRAN e SEMAE estão situados dentro do edifício da prefeitura municipal, que fica próximo ao centro da sede urbana; próximos ao edifício da prefeitura municipal situam-se outros equipamentos públicos, como o pátio de máquinas, a Casa da Cultura, a sede do “Projeto Piá” e a Escola Municipal Tiradentes. Outro local de concentração de equipamentos públicos consiste no cruzamento da Rua Luiz Lorenzoni com a Avenida Mario Totta, neste ponto estão situados a Câmara Municipal, a Associação Comercial de Mercedes-ACIM, a Associação de Produtores de Mercedes-APROMER e a agência dos correios. Já outros equipamentos públicos e institucionais como igrejas, clubes, escola, centro de saúde, etc. se encontram distribuídos pela área urbana de Mercedes (Mapa 04).

Plano Diretor do Município de Mercedes – Paraná

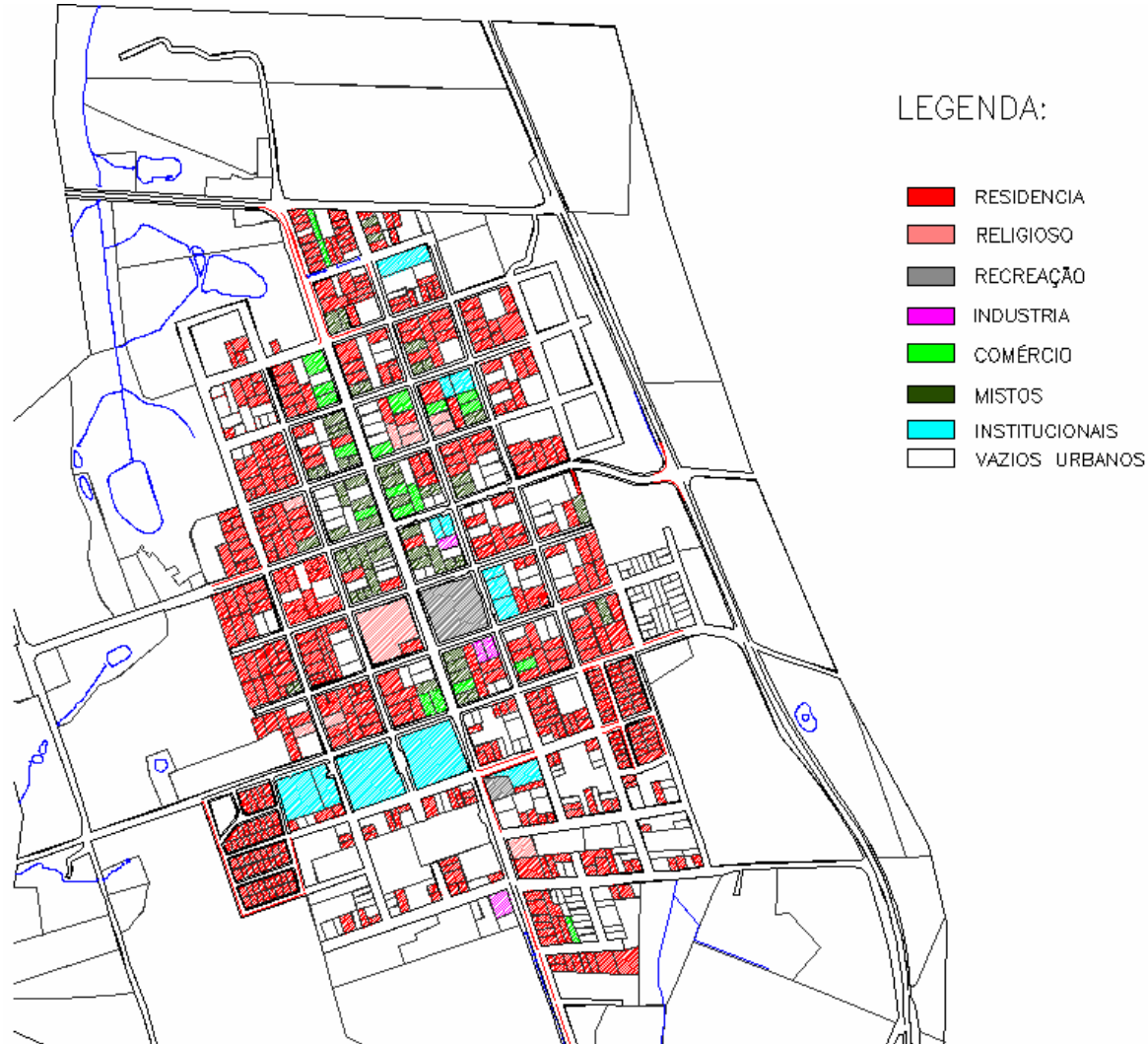
Mapa 04: Distribuição Espacial dos Equipamentos Urbanos



Fonte: PMM 2007 (Prefeitura Municipal de Mercedes)

Fone/ Fax: (45) 3565-3047 – Rua Marechal Candido Rondon, 490 - Jardim Social
CEP - 85.877-000 - São Miguel do Iguaçu – PR

Mapa 05: Uso e Ocupação do solo urbano – Sede Urbana



Fonte: PMM 2007 (Prefeitura Municipal de Mercedes)

Outro aspecto importante a se considerar em um estudo de ocupação do solo urbano são as possíveis ocupações irregulares, porém até o presente momento Mercedes não apresenta indícios de ocupações irregulares.(Mapa 05)

Observa-se que quanto a tipologia do uso do solo, predomina o uso residencial, mas está bem caracterizado um eixo de uso comercial e misto ao longo da Av. João XXIII, o que poderá ser considerado como uma zona especial do eixo viário em questão. (Mapa 06)

Nos Distritos de Arroio Guaçu e Três Irmãs, o uso predominante do solo é residencial, caracterizando uma área urbana tipicamente residencial. É grande o número de lotes baldios em ambos perímetros urbanos, o que deverá ser analisado a demanda do uso do solo X infra-estrutura instalada. (Mapa 07 e Mapa 08)

Plano Diretor do Município de Mercedes – Paraná

Mapa 06: Uso e Ocupação do solo urbano – Distrito Arroio Guaçu



Fonte: Prefeitura Municipal de Mercedes (PMM) – 2007)

Plano Diretor do Município de Mercedes – Paraná

Mapa 07: Uso e Ocupação do solo urbano – Distrito Três Irmãs



Fonte: Prefeitura Municipal de Mercedes (PMM) - 2007

4.3 Demanda do Solo Urbano

Observa-se na malha urbana que existem muitos lotes baldios, mas a demanda construtiva está em crescimento por se tratar de um município em ascensão. A maior parte dos lotes baldios estão localizados próximos a BR163, transformando-a num imã de crescimento urbano, em termos de uso e ocupação do solo. Nessa faixa periférica a BR 163, está sendo destinada ao uso residencial. O que devido á logística impressa à categoria de via de escoamento da produção regional, importante analisar como área destinada ao comércio e principalmente aos serviços essenciais.

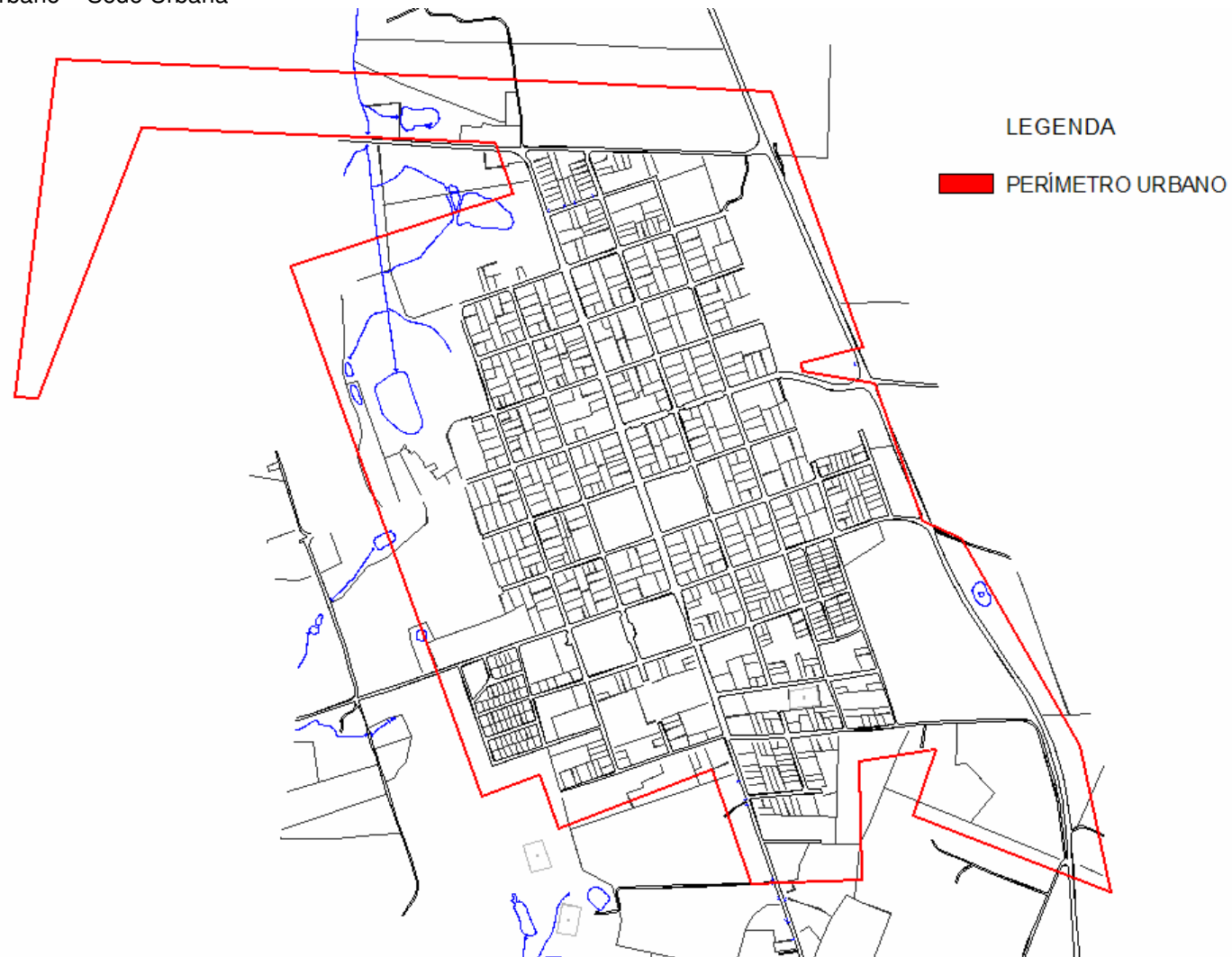
No loteamento inicial da sede urbana os lotes são maiores, aproximadamente, 800,00m² e ocupados em sua maioria por residências. Já os loteamentos posteriores, periféricos, as áreas são menores, numa média de 400,00m², caracterizando uma demanda maior de ocupação por se tratar de uso popular.

Importante acrescentar que ao longo da Av. João XXIII, a ocupação linear dos lotes caracteriza-se de forma comercial, serviços e residencial, evidenciando uma zona especial de comércio e serviços.

No perímetro urbano considerado, observa-se que praticamente não há vazios urbanos, o que torna viável em termos de investimentos na infra-estrutura x demanda construtiva. Possibilitando dessa forma, melhorar a infra-estrutura existente e promover incentivos fiscais para ocupação das áreas vazias.

O Perímetro Urbano aprovado pela Lei nº 120/95 – Cap. II absorve uma área aproximada de 4,19km², sendo que possui uma área loteada de 3,72km² e área de expansão urbana de 0,47km².

Mapa 08: Perímetro Urbano – Sede Urbana



Fonte: Prefeitura Municipal de Mercedes (PMM) - 2007

Ao oeste, existe um fundo de vale destinado a um lago municipal, não contida no perímetro urbano atual. Para fins de lazer e recuperação ambiental, é importante incorporar a área em uma proposta de ampliação do perímetro urbano, tornando a mesma em uma área urbanizada para fins de educação ambiental e lazer, conforme solicitação da comunidade.

Considerando a permanência da densidade de 1.492 hab/km² na área da sede urbana e a projeção populacional para o Município nos próximos 10 anos é de aproximadamente, 5.422 habitantes. Baseado nessa informação, é possível determinar que a área urbana deve ter aproximadamente 10 km² em 2017. Esse dado, no entanto, revela uma particularidade: a atual ocupação urbana de Mercedes é bastante rarefeita, sendo necessário, portanto, o aumento da densidade na área consolidada, não havendo a necessidade de expandi-la. Na tabela 39 trata da projeção da população para os próximos 10 anos, considerando uma taxa de urbanização de 1,49% conforme informações do PNUD/2000:

Tabela 40: Projeção da População Total – 10 anos

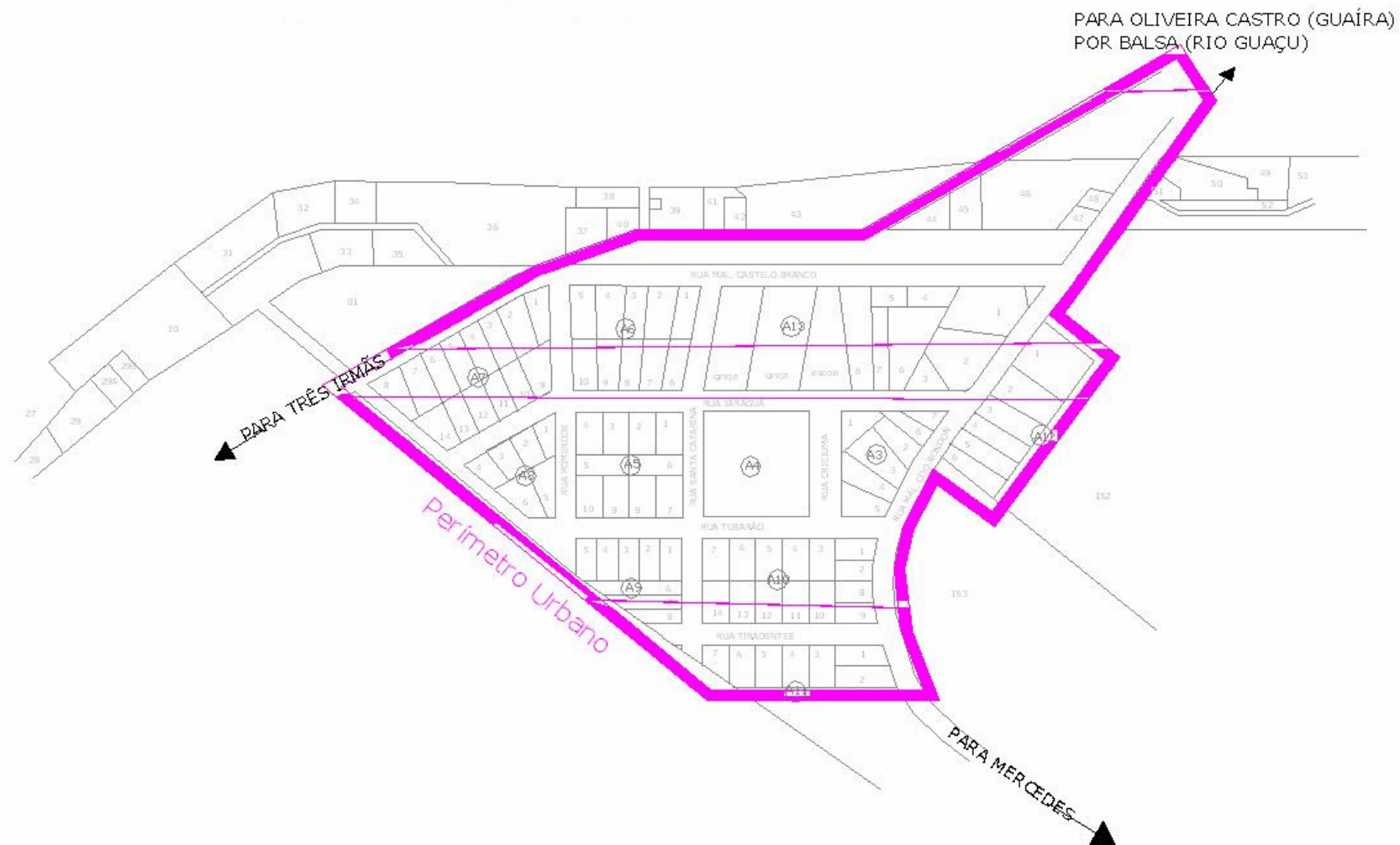
ANO	POPULAÇÃO
2006	4.608
2007	4.677
2008	4.746
2009	4.817
2010	4.889
2011	4.962
2012	5.036
2013	5.111
2014	5.187
2015	5.264
2016	5.342
2017	5.422

Fonte: Adaptado de IBGE/PNUD - 2000

Os perímetro urbanos dos Distritos de Arroio Guaçu e Três Irmãs tem respectivamente 14ha e 23ha, não necessitando ampliação dos mesmos pois existem muitos lotes baldios, onde deverão ser incentivados sua ocupação, ou seja, adensamento dos mesmos, tendo em vista a demanda X infra-estrutura executada.

Plano Diretor do Município de Mercedes – Paraná

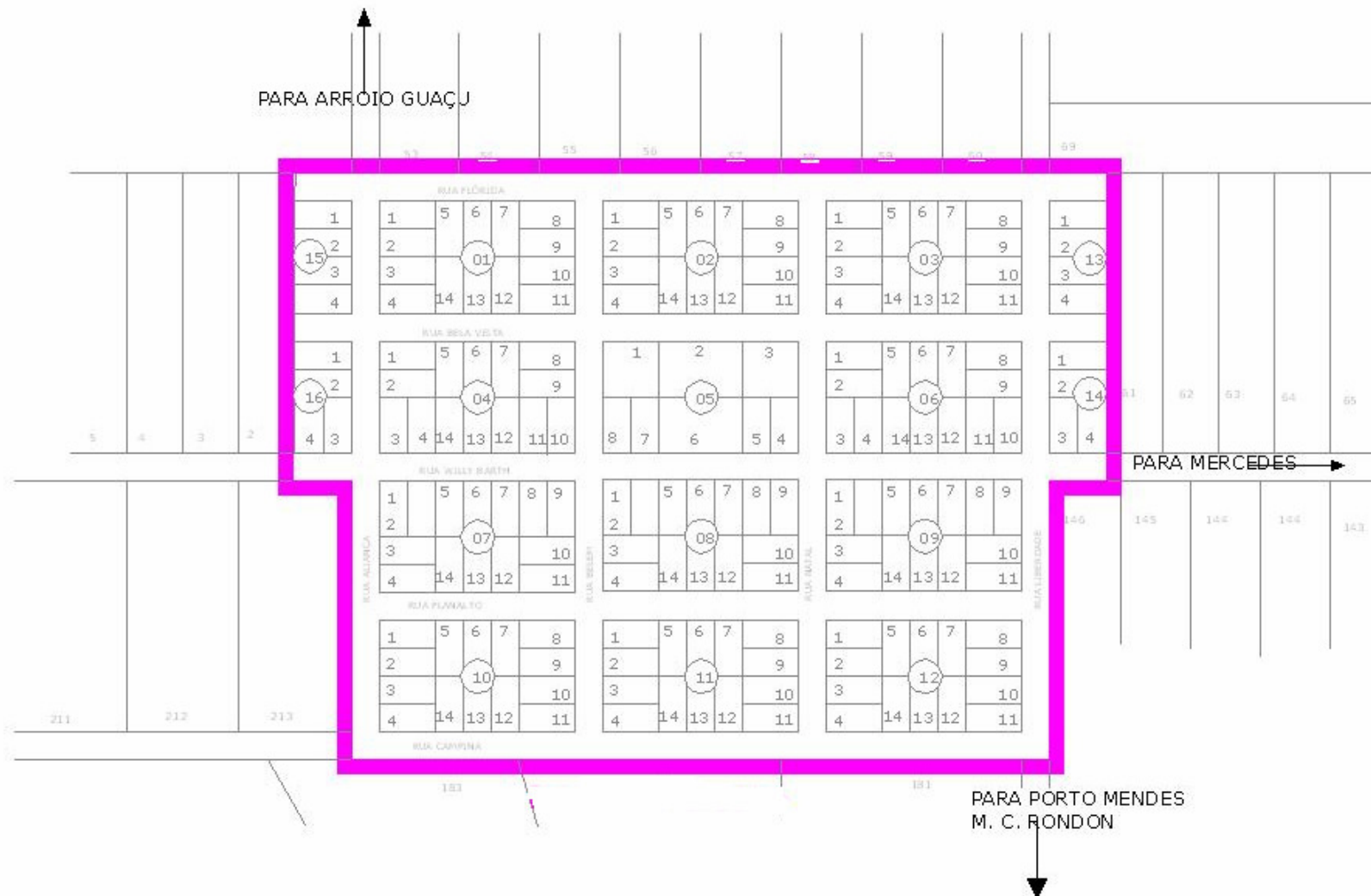
Mapa 09: Perímetro Urbano – Distrito Arroio Guaçu



Fonte: Prefeitura Municipal de Mercedes (PMM) - 2007

Plano Diretor do Município de Mercedes – Paraná

Mapa 10: Perímetro Urbano – Distrito Três Irmãs



Fonte: Prefeitura Municipal de Mercedes (PMM) - 2007

Fone/ Fax: (45) 3565-3047 – Rua Marechal Candido Rondon, 490 - Jardim Social
CEP - 85.877-000 - São Miguel do Iguazu – PR

4.4 Uso e Ocupação do Solo Rural

A maior parte da população mercedense habita no meio rural, segundo dados do censo demográfico de 2000, dos 4608 habitantes do município 3112 residiam no meio rural e 1496 na área urbana, sendo que 67,53% da população residem no campo e os outros 32,46% residem na cidade.

A área rural do Município de Mercedes é dividida em 15 comunidades rurais sendo elas: Sanga XV de Novembro, Sanga Guilherme, Sanga Matte, Sanga Mineira, Sanga Forquilha, Gruta, Novo Rio do Sul, Sanga Fruteira, São Luiz, Beira Rio, São Marcos, Sanga Guaíba, Aymoré, Sanga Alegre e Gleba; e dois distritos: Três Irmãs e Arroio Guaçu, porém a sede de ambos é considerada área urbana.

Quanto aos equipamentos de atendimento a população local, estão presentes na maior parte das comunidades rurais: pavilhões para festas, igrejas, campos de futebol; no passado existiam mais escolas nas comunidades rurais, hoje a maioria já foi desativada restando apenas as escolas situadas nos dois distritos, Três Irmãs e Arroio Guaçu, além das escolas da sede.

Sobre o acesso às comunidades rurais; existe uma rodovia que liga a sede de Mercedes ao distrito de Três Irmãs, e no caminho também atinge a comunidade rural Gleba, situada ao leste da sede. Existe também uma estrada de calçamento poliédrico irregular que interliga certo ponto da rodovia Mercedes/Três Irmãs até o distrito de Arroio Guaçu, que no caminho passa pelas comunidades de Sanga Guilherme, Sanga XV de Novembro e Sanga Guaíba. O acesso ao restante das comunidades rurais é realizado por estradas não pavimentadas.

No ano de 1996 segundo o censo agropecuário o meio rural de Mercedes era ocupado por 388 lavouras temporárias, 148 propriedades pecuárias, 228 propriedades de produção mista e uma propriedade de pesca e aquicultura.

O solo rural é ocupado em sua grande maioria por lavouras temporárias de produção de soja e trigo em pequenas e grandes propriedades rurais; no ano de 2005 em 7.800 hectares da área rural foram plantados soja e 3.600 hectares de trigo. Mercedes também se caracteriza pela produção de leite, sendo assim, o solo rural também é ocupado por pastagens e áreas de criação de gado.

4.5 Condicionantes, Deficiências e Potencialidades

Tabela 41: Aspectos Sócio-Espaciais - condicionantes, deficiências e potencialidades no Município de Mercedes – 2007

ASPECTOS	CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
SÓCIO-ESPACIAIS	✓ Situação geográfica - relevo ✓ Malha urbana existente ✓ Perímetro Urbano	✓ Uso e ocupação do solo urbano ✓ Reestruturação Urbana Central ✓ Lotes baldios ✓ Locais para lazer	✓ Malha urbana regular promove-fluidez ✓ Crescimento da malha urbana ✓ Crescimento populacional ✓ Boa localização da sede urbana em relação ao relevo

5. ASPECTOS DE INFRA ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

5.1 Infra-estrutura Urbana

5.1.1 Saneamento Ambiental

5.1.1.1 Abastecimento de água

O abastecimento de água no município de Mercedes é realizado pelo SEMAE - Serviço Municipal de Água e Esgoto que atende na Sede 776 famílias, 97 famílias em Três Irmãs, 108 famílias em Arroio Guaçu e 47 famílias em Novo Rio do Sul, somando em todo município o atendimento à 1028 famílias.

O SEMAE é um órgão integrante da administração direta do município de Mercedes, criado pela lei nº 505, de 30 de março de 2006, vinculado à secretaria de viação, obras e serviços urbanos, com a finalidade, entre outras, de planejar, coordenar, executar e manter os serviços de água potável e de esgoto sanitário no município.

As suas atividades iniciaram-se efetivamente a partir do mês de maio/2006. O SEMAE conta hoje com 5 funcionários; uma Responsável Técnica – Sra. Núbia Michelle Klaus Mohr; Chefe de Divisão de Manutenção e Ampliação da Rede de Água e Esgoto – Sr. Nilson Leandro, Romiro e Raulf Schaufemberger; Chefe de Divisão de Faturamento e Emissão de Faturas – Srta. Sandra Cristina Petri.

O SEMAE conta com quatro Sistemas de Abastecimento de Água, sendo um na Sede, Três Irmãs, Arroio Guaçu e Novo Rio do Sul. Os Mananciais que abastecem a Sede do Município e as localidades são:

Mercedes – Sede: Minas – 170 m de rede de drenagem Vazão: 50 m³/h; Lote Rural nº 2 do 27º Perímetro.

Três Irmãs - Poço Semi-Artesiano (Tubular Profundo) de 6": 18,0 m³/h, Nível Estático 37,0 m; Chácara nº 1 da Zona Suburbana.

Arroio Guaçu - Poço Semi-Artesiano (Tubular Profundo) de 4": 13,20 m³/h, Nível Estático 16,5 m Lote Rural nº 152 do 38º Perímetro.

Novo Rio do Sul - Poço Semi-Artesiano (Tubular Profundo) de 6": 6,0 m³/h, Nível Estático 48,85 m; Lote Rural 54-A do 28º Perímetro.

Abastecedores

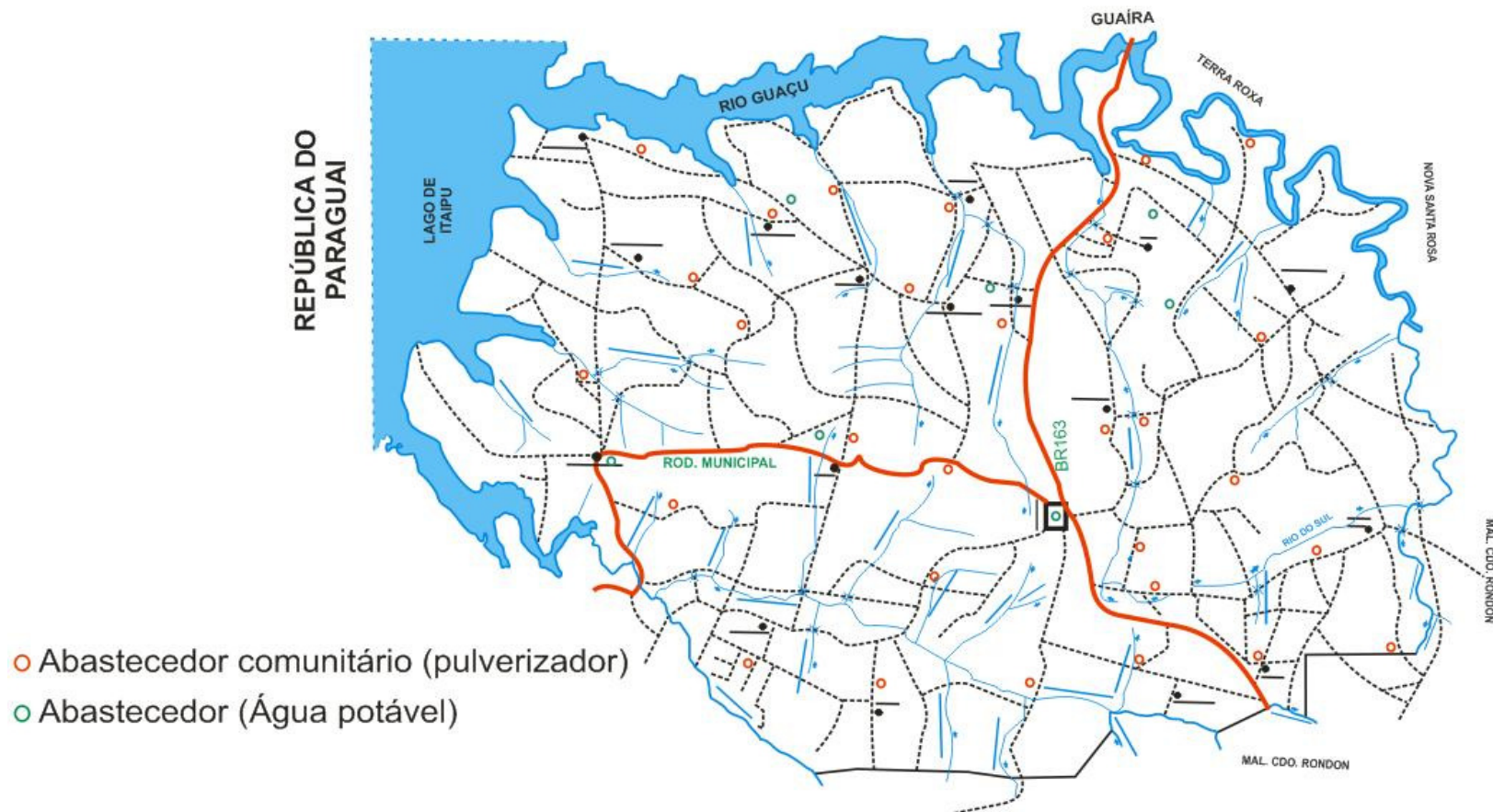


Figura 54 – Localização abastecedores – rede de água no território municipal
Fonte: Prefeitura Municipal de Mercedes - 2007

Em função das Águas do SEMAE serem de mananciais subterrâneos, as mesmas são classificadas como classe Especial pela Resolução do CONAMA nº 357/2005, necessitando para ser consumida, apenas, de simples desinfecção. Portanto, o tratamento da água distribuída para os consumidores de água do SEMAE se resume em: **Adição de Cloro** – di-cloro isocianurato de sódio - para prevenir possíveis contaminações bacteriológicas do manancial ou que possam adentrar ao longo da rede de distribuição. Na Sede e Localidades não é adicionado o Flúor, em função das dificuldades de dosar o produto e de executar análises.

O tratamento, cloração, é efetuado em cada um dos sistemas, sendo que cada sistema abastece uma localidade do Município e que é composto por uma caixa d'água elevada e outra apoiada para a Sede, uma elevada para as Três Irmãs e outra para o Novo Rio do Sul, mais duas caixas d'água elevadas para o Arroio Guaçu, equipamentos de recalque e tratamento. A distribuição da água é feita em marcha já a partir dos poços ou minas, por tubulações de ferro, PVC ou PE até o hidrômetro e o excedente vai para a caixa elevada.

Dentro de uma rotina anual, os reservatórios são limpos e higienizados e na rede de distribuição é executado um programa de descarga de água, com frequência mensal, ou quando necessário, para assegurar que a água não sofra alterações na qualidade. A água é tratada e fornecida à população pelo SEMAE, dentro dos padrões de potabilidade estabelecidos pela Portaria 518/GM do Ministério da Saúde. (SEMAE – Mercedes)

No ano de 2000 segundo dados do IBGE, do total de moradores era de 4.596, desses 2.713 eram atendidos de alguma forma pela rede geral de água, 1.869 faziam uso de poço ou nascente na propriedade e 14 utilizavam outra forma de abastecimento de água. Nos anos seguintes a tendência é de aumentar o número de moradores atendidos pela rede geral de água, já que a rede passa por processo de ampliação.

Tabela 42: Abastecimento de água

Abastecimento de Água	Mercedes-PR	
	2000	
Total	Domicílios	Moradores
Rede geral (a) 	784	2.713
Rede geral - canalizada em pelo menos um cômodo	782	2.706
Rede geral - canalizada só na propriedade ou terreno	2	7
Poço ou nascente (na propriedade) (b) 	502	1.869
Poço ou nascente (na propriedade) - canalizada em pelo menos um cômodo	491	1.837
Poço ou nascente (na propriedade) - canalizada só na propriedade ou terreno	6	20
Poço ou nascente (na propriedade) - não canalizada	5	12
Outra forma (c) 	5	14
Outra forma - canalizada em pelo menos um cômodo	4	13
Outra forma - canalizada só na propriedade ou terreno	--	--
Outra forma - não canalizada	1	1

Fonte: IBGE, 2000

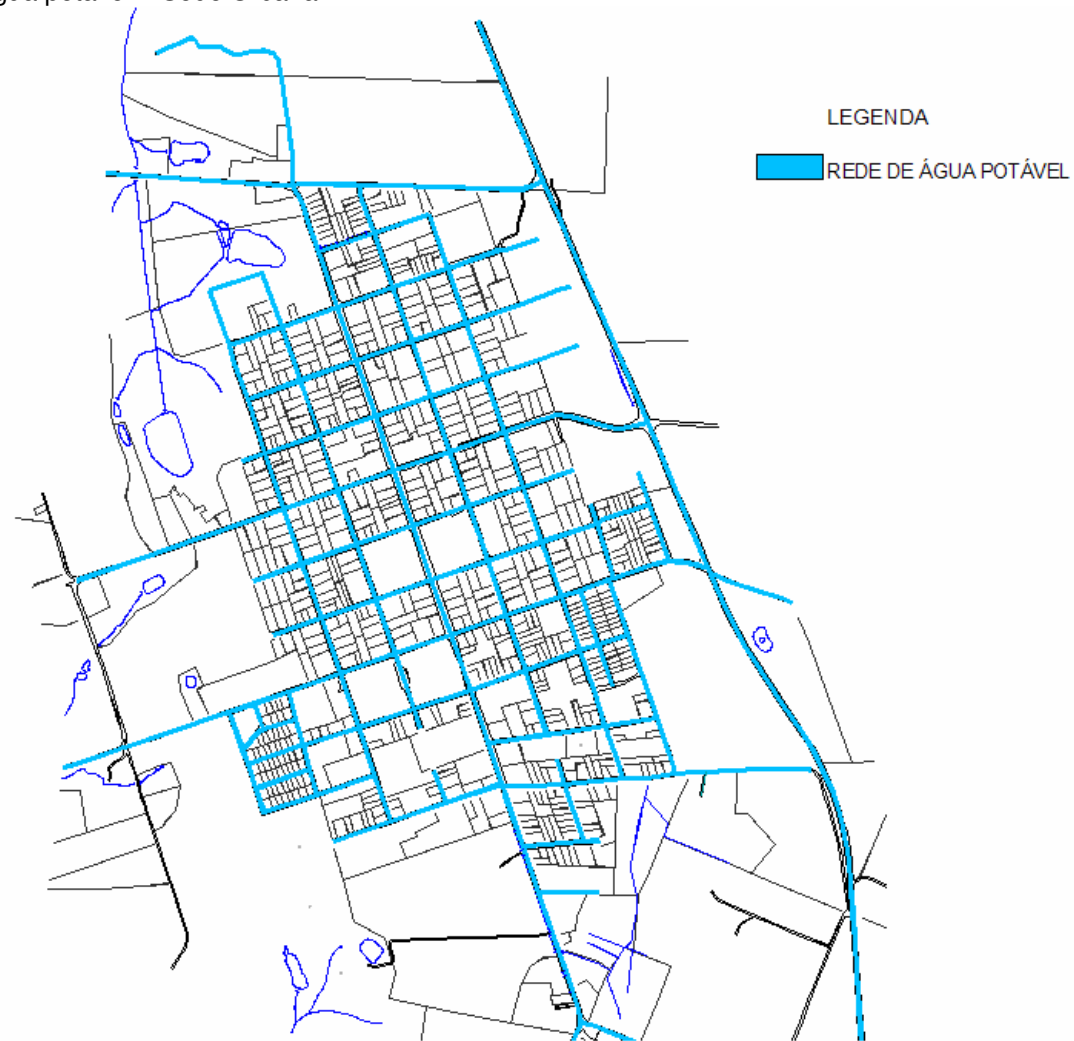
Tabela 43: Abastecimento de Água, Segundo as Categorias – 2007

	Unidades Atendidas
Residenciais	1014
Comerciais	54
Industriais	104
Utilidade pública	14
Poder público	102
TOTAL	1288

Fonte: SEMAE - 2007

NOTA: Unidades (Economias) Atendidas é todo imóvel (casa, apartamento, loja, prédio, etc.) ou subdivisão independente do imóvel, dotado de pelo menos um ponto de água, perfeitamente identificável, como unidade autônoma, para efeito de cadastramento e cobrança de tarifa.

Mapa 11: Rede de distribuição de água potável – Sede Urbana



Fonte: Prefeitura Municipal de Mercedes

5.1.1.2 Esgotamento Sanitário

Mercedes não possui rede de esgoto unificada, sendo que a população em sua maioria faz uso de fossas sépticas ou rudimentares. No momento não há previsão de implantação de rede de esgoto.

Em municípios que não fazem uso de rede de esgoto, o adequado seria a utilização de fossas sépticas. Nesse modelo de fossa os dejetos são tratados ou decantados antes de serem despejados de volta ao solo, porém a maior parte dos domicílios do município de Mercedes faz uso de fossas rudimentares, onde os dejetos ficam armazenados sem nenhum tipo de tratamento ou decantação voltando assim para o solo poluindo rios, nascente e bacias e degradando o solo.

Como é apresentado na tabela a seguir, dos 1.291 domicílios presentes no município de Mercedes 19 fazem uso de redes pluviais, 24 utilizam fossas sépticas, e os outros 1227 empregam fossas rudimentares, ou seja, 95,04% da população faz uso de fossas rudimentares.

Tabela 44: Esgotamento Sanitário

Esgotamento Sanitário			
	Total	Domicílios	Moradores
	1.291	1.291	4.596
Rede geral de esgoto ou pluvial (a)	19	19	66
Fossa séptica (b)	24	24	89
Fossa rudimentar (c)	1.227	1.227	4.367
Vala	5	5	27
Rio, lago ou mar (d)	1	1	3
Outro escoadouro (e)	1	1	4
Não tinham banheiro nem sanitário (f)	14	14	40

Fonte: IBGE - 2000.

5.1.1.3 Drenagem

5.1.1.4 Resíduos Sólidos

O lixo residencial gerado na sede do município é recolhido por caminhão de lixo de empresa terceirizada, que transporta e deposita em aterro na cidade de Diamante do Oeste. Atualmente o lixo gerado na zona rural não é recolhido, sendo o seu destino de responsabilidade de cada morador.

Aproximadamente 50% do lixo reciclável gerado no município é comprado pela empresa Sadi Limpeza da cidade de Mercedes. A empresa classifica e prensa o material para vender para outra classificadora da cidade de Marechal Cândido Rondon, da onde todo o material é despachado para as cidades de Curitiba e São Paulo. São várias as empresas que compram o material. Entre elas podemos citar a Gerdau de Curitiba que compra todo o ferro gerado na região.

Tabela 45: Estimativa do lixo gerado no Município.

Nº de pessoas atendidas pelo sistema de recolhimento	Media diária de lixo gerado por pessoa	Total de lixo gerado por dia no Município	Média mensal	Lixo orgânico	Lixo reciclável
1496	600 g	897 kg	26.981 Kg	79,84%	20,16%

Fonte: Sadi Limpeza Ltda

Tabela 46: Média mensal de resíduos sólidos coletados e reciclados pela empresa SADI Limpeza.

Material	Kg
Papelão	750
Plástico	230
Ferro	1000
Alumínio	80
Cobre	10
Vidro	100

Fonte: Sadi Limpeza Ltda

Tabela 47: Destino do Lixo

Município de Mercedes		
	2000	
	Domicílios	Moradores
Total	1.291	4.596
Coletado	481	1.585
Coletado por serviço de limpeza (a) 	479	1.578
Coletado em caçamba de serviço de limpeza (b) 	2	7
Queimado (c) 	731	2.732
Enterrado (d) 	43	163
Jogado em terreno baldio ou logradouro (e) 	31	100
Jogado em rio, lago ou mar (f) 	-	-
Outro destino (g) 	5	16

Fonte: IBGE - 2000.

5.1.1.5 Limpeza Urbana

O serviço de varrição urbana do município é realizado por servidores públicos municipais, e acontece diariamente em toda a área da sede.

O recolhimento de entulhos como galhos, restos de construção civil entre outros resíduos, é realizado pelo maquinário da prefeitura, sempre na ultima semana do mês.

5.1.2 Energia Elétrica e Iluminação Pública

O fornecimento de energia elétrica no município de Mercedes é realizado pela COPEL (Mapa 12).

No ano de 2006 o número de consumidores no Município de Mercedes era de 1.649, que juntos consumiam em média 11.483 mwh. O fornecimento de energia elétrica atende tanto a área urbana como na área rural com o programa de eletrificação rural.

Os serviços de iluminação pública da sede de Mercedes, são de responsabilidade da prefeitura municipal, e atendem toda a área da sede de Mercedes, assim também como as áreas consideradas urbanas dos dois distritos, Três Irmãs e Arroio Guaçu . Quanto ao fornecimento de energia para o setor industrial, de acordo com informações da COPEL, a potência disponível varia dependendo do local de instalação da indústria.

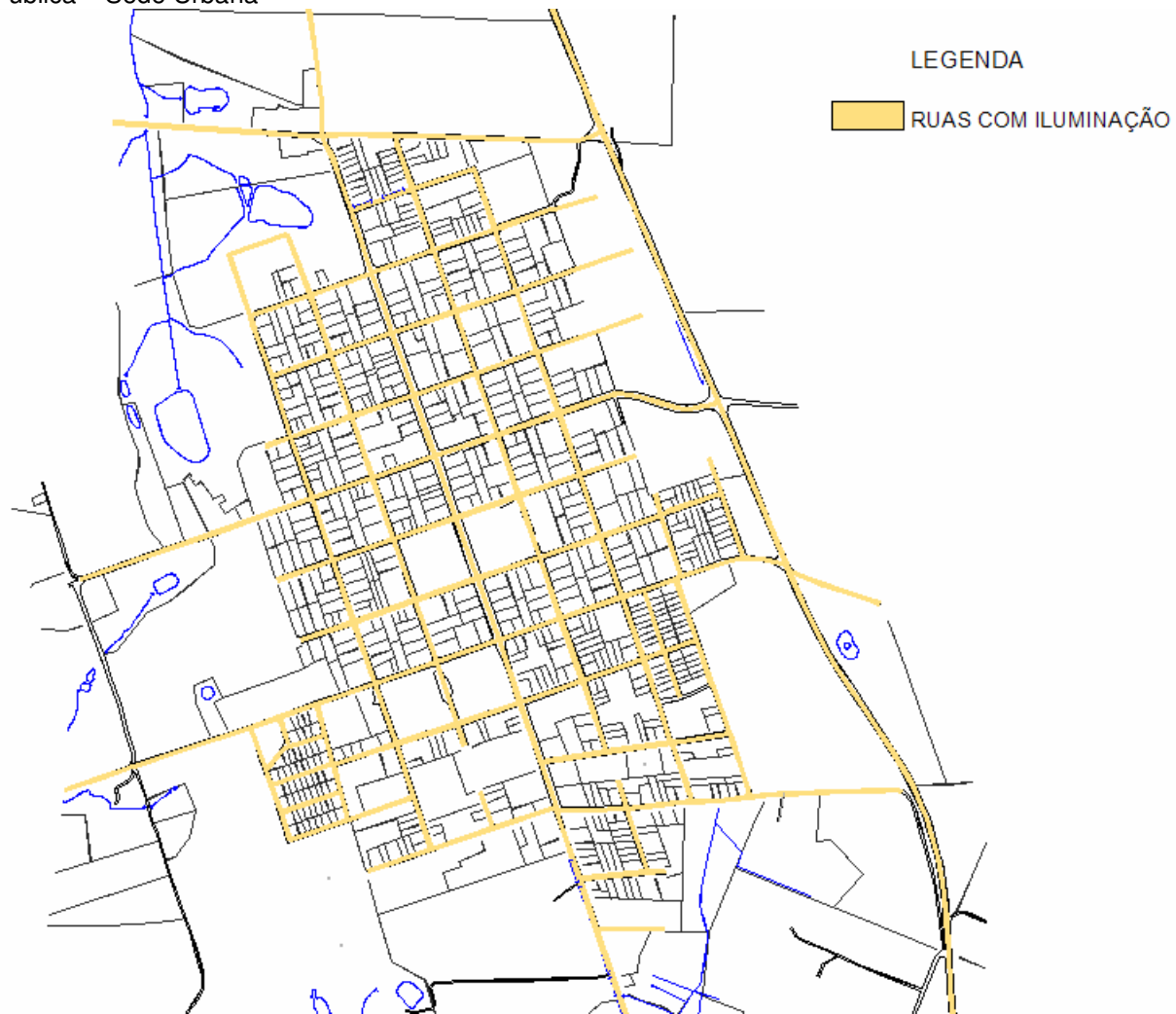
Para determinar as previsões de demanda para subestações de energia, a COPEL faz uso dos dados da estimativa de consumo dividida por classes e da curva de carga característica de cada classe, a partir daí é esses dados são transformados em demanda horária de energia. Além disso são realizadas pesquisas sobre a expectativa do crescimento e a entrada de novas cargas.

Tabela 48: Consumo e número de consumidores de energia elétrica 2006.

CATEGORIAS	CONSUMO (Mwh)	CONSUMIDORES
Residencial	1.628	773
Setor secundário	615	31
Setor comercial	953	126
Rural	7.636	686
Outras classes	686	30
Total	11.483	1.649

Fonte: COPEL, 2006.

Mapa 12: Rede de Iluminação Pública – Sede Urbana



Fonte: Prefeitura Municipal de Mercedes

5.1.3 Pavimentação

A pavimentação asfáltica na sede de Mercedes (Mapa 13), atinge toda a extensão da Avenida João XXIII e a maioria das vias do centro da cidade, sendo um total de 5.920 metros de vias asfaltadas na cidade.

As vias de pavimentação poliédrica irregular ocupam a área dos Loteamentos Pioneiro, Groff V, Progresso, Bela Vista, Tropical e parte do loteamento Papen; cobrindo 3.670 metros das vias urbanas de Mercedes. Já as vias que cortam os loteamentos Nazaré, Fass Binder, Schneider, Radoll, Groff I, Groff II, Groff III e Groff IV não apresentam nenhum tipo de pavimentação, as vias não pavimentadas ocupam 4.330 metros das ruas do perímetro urbano.

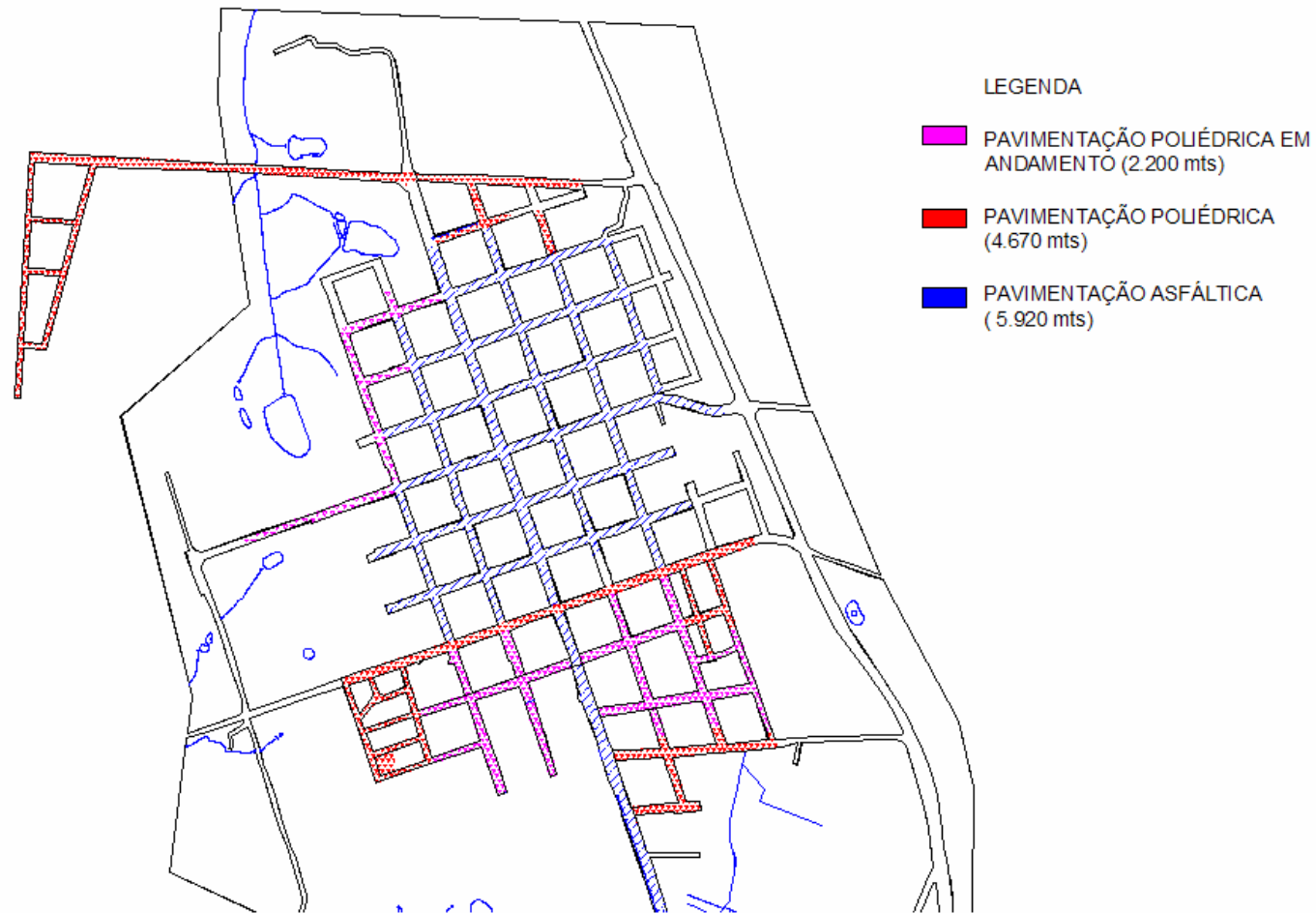
Já estão em construção mais 1000 metros de pavimentação poliédrica que irão beneficiar vias do loteamento Groff III e algumas partes do centro que se encontram ainda sem pavimentação.

Tabela 49: Percentual por tipo de pavimentação na área urbana 2007.

Tipo de Pavimentação na Área Urbana	Distância existente
1.Pavimentação Asfáltica	5.920 m
2.Pavimentação Poliédrica Irregular	4.670 m
4.Pavimentação Poliédrica Irregular em execução	1.000m
5 Sem pavimentação	4.330 m
Total	14.920 m

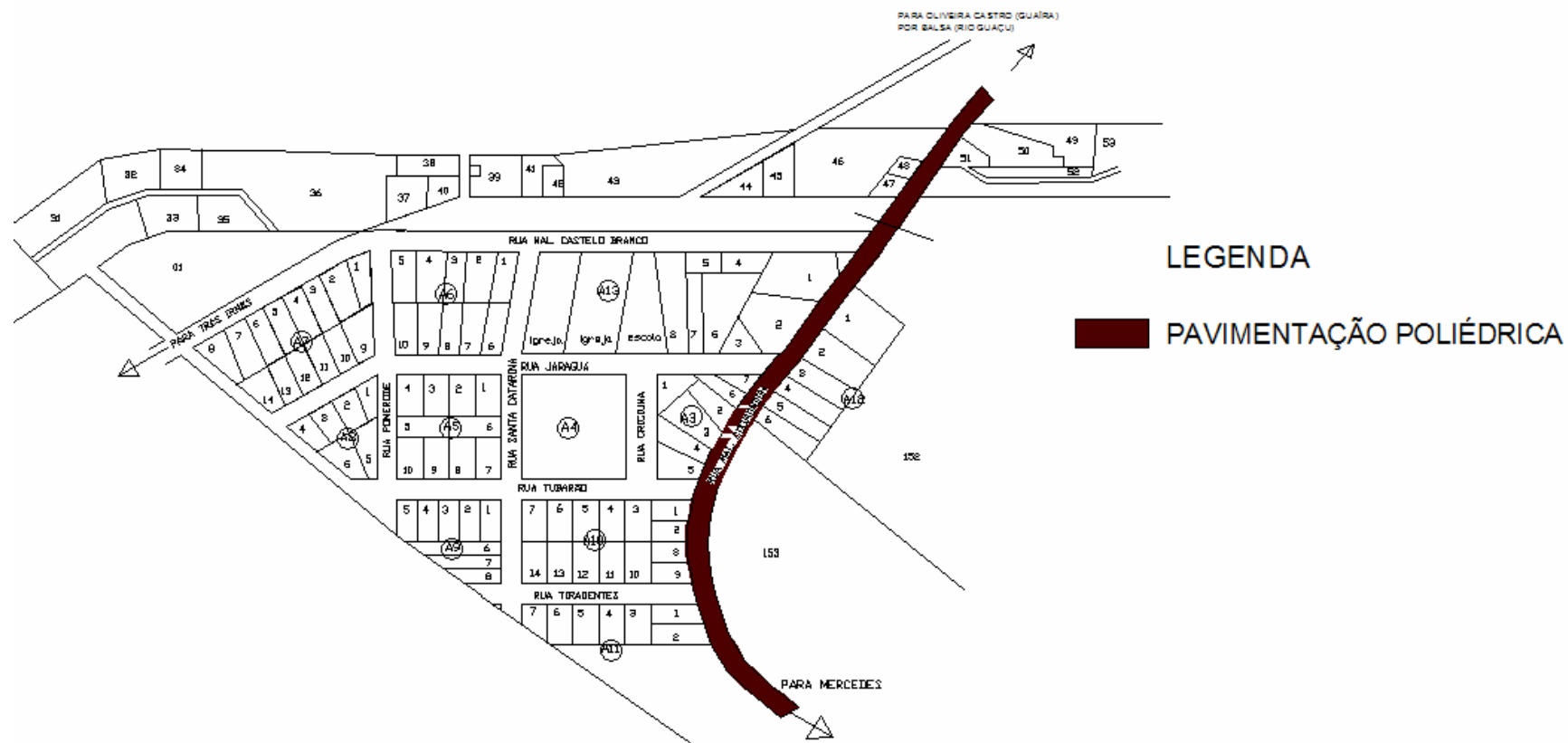
Fonte: Levantamento de Campo ADEOP - 2007.5.1.4

Mapa 13: Pavimentação – Sede Urbana

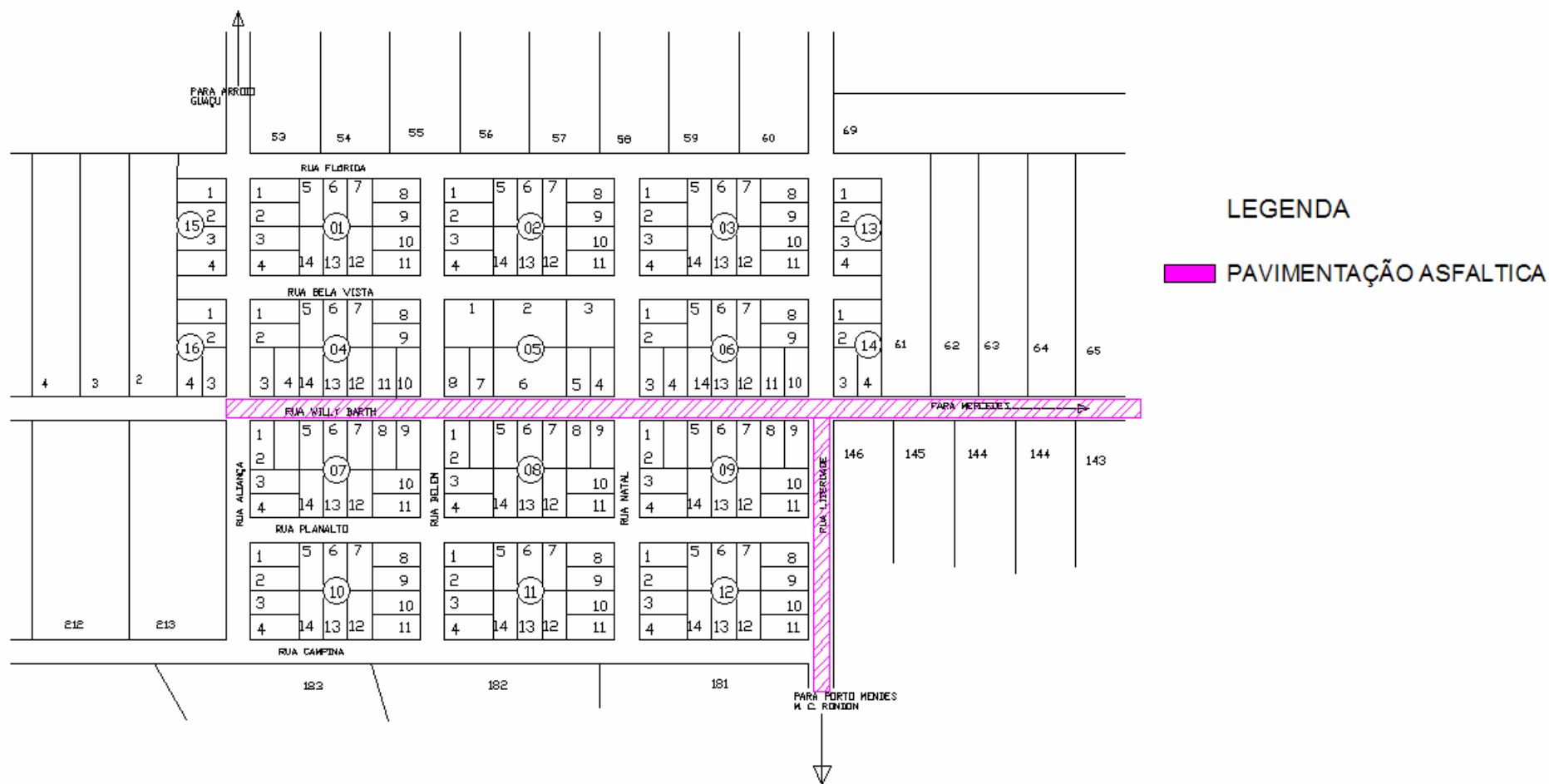


Fonte: Prefeitura Municipal de Mercedes

Fonte: Prefeitura Municipal de Mercedes



Mapa 15: Pavimentação - Distrito Três Irmãs



Fonte: Prefeitura Municipal de Mercedes

5.1.4 Arborização Urbana

A arborização urbana é encontrada na maioria dos passeios públicos, canteiros centrais da Avenida João XXIII e principalmente na Praça Parigot de Souza situada no centro da sede municipal. A arborização na cidade de Mercedes é composta principalmente por árvores de Cipreste, Canela, Ipê, Manga, Ficus, Figueira chilena, Sete copas, Murta, Palmeira real Jaca, Sibipiruna (caisalpínia peltophroides), Pata-de-vaca (bauhinia).

As áreas verdes urbanas proporcionam importantes benefícios ao meio ambiente e aos habitantes das cidades, como melhoria no clima, pois evita a formação de ilhas de calor, melhoria na qualidade do ar, água e solo. Outro ponto positivo das áreas verdes dentro de centros urbanos, é que essas áreas mantêm a permeabilidade dos solos, possibilitando o escoamento da água.

5.1.5 Passeios Públicos

Quanto aos passeios públicos da área urbana de Mercedes, nota-se que estão situados na área central da cidade nas quadras em torno da Avenida João XXIII, já nos loteamentos mais afastados da área central não existem passeios na maior parte. É possível notar certa descontinuidade dos passeios, pois em várias partes da cidade ocorrem interrupções dos mesmos. Outro aspecto importante a se destacar é que os passeios públicos da sede de Mercedes não são adequados para a passagem de deficientes físicos.

5.1.6 Sistema Viário

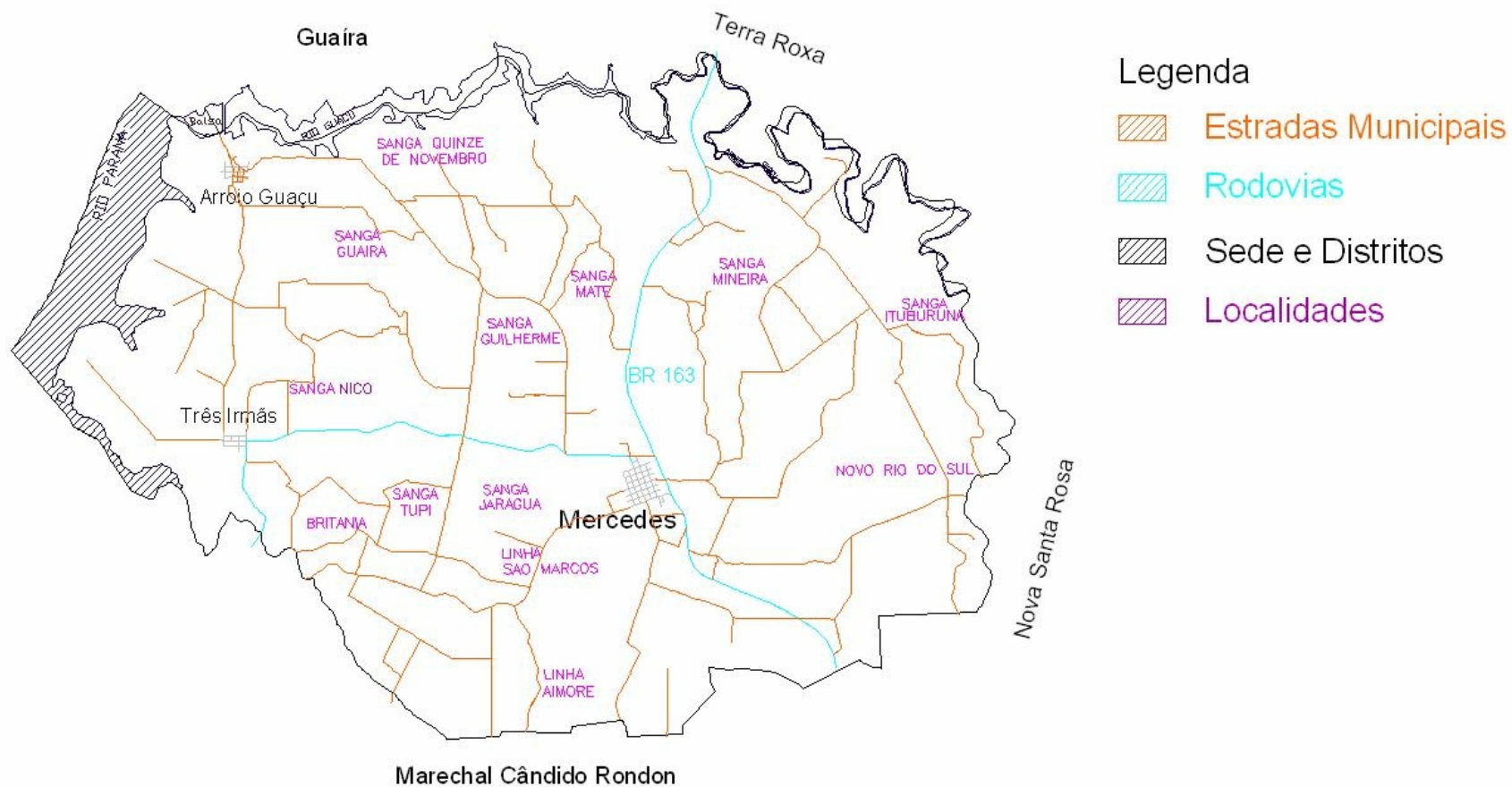
No Município o sistema viário se caracteriza por dois eixos rodoviários principais que são: Rodovia BR 163 e Rodovia Municipal que interliga a sede urbana ao Distrito de Três Irmãs. As demais vias interligam as comunidades locais à sede urbana sendo a maior parte readequadas e uma pequena parte pavimentada com pedra irregular (Mapa 16).

Na sede urbana, o sistema viário se caracteriza pelo esquema de artérias(vias) lineares, cuja via arterial de acesso principal, a Rua Dr.Mário Tota apresenta uma grande capacidade de circulação constituindo-se em um eixo transversal, que se prolonga no sentido Leste-Oeste. (Figura 55) Outra artéria importante na circulação da malha é a Av. João XXIII, sentido Norte-Sul, evidenciada pelo seu entorno com atividades de comércio e serviços em sua maioria, com potencial estruturador do sistema viário (Mapa 17).

Outras vias importantes na estrutura viária são as Ruas Luiz Lorenzoni e Monte Castelo, paralelas à Av. João XXIII, podendo servir de escoamento da mesma.

A principal via de acesso ou de penetração, é a BR 163 que liga Marechal Candido Rondon a Guairá, tornando-se uma barreira física para limitar o perímetro urbano. Em sua maioria, as ruas tem uma caixa viária variando entre 30 a 50m, sendo essa última mais encontrada nas vias pertencentes ao loteamento inicial. A sinalização viária é ainda muito deficiente, sendo colocada como proposta pela comunidade na leitura comunitária.

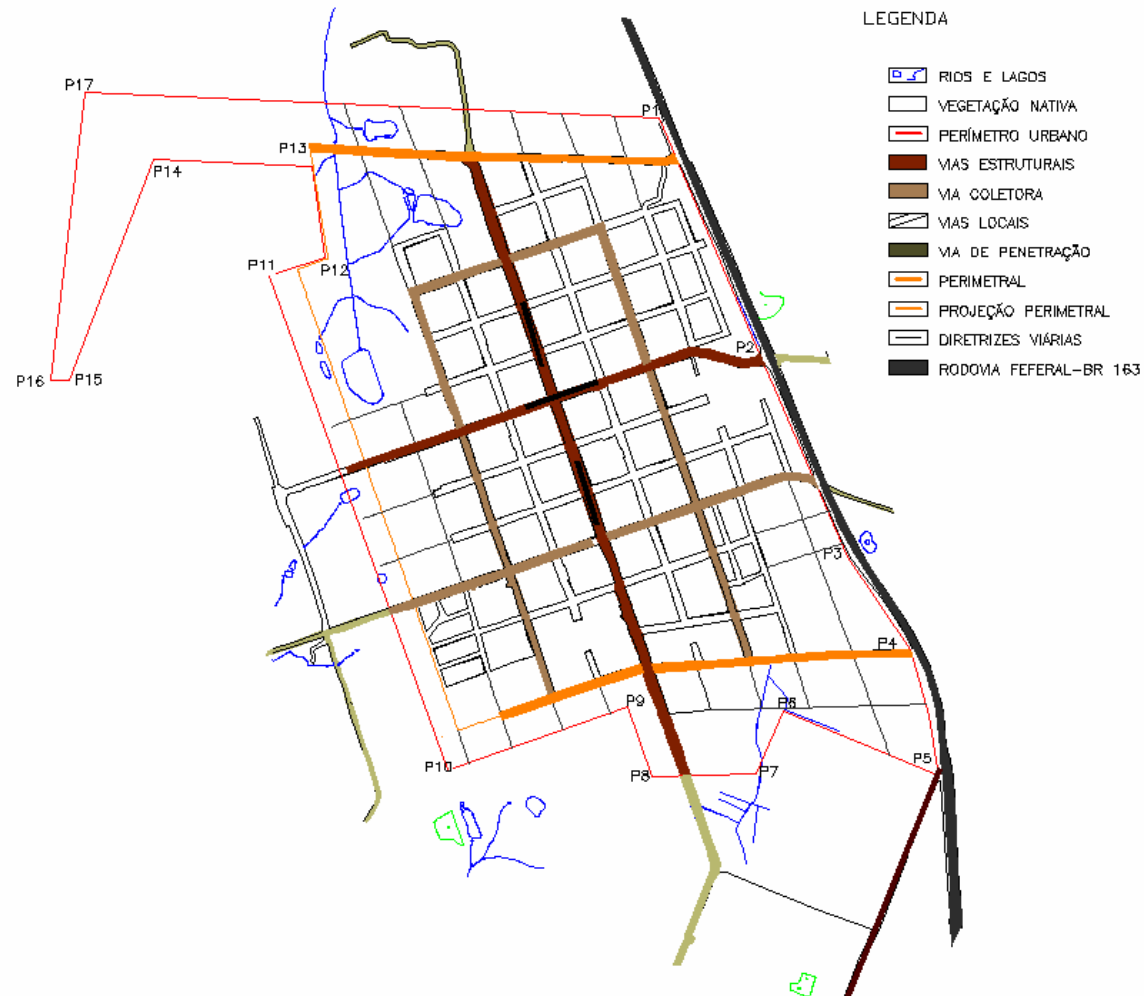
Mapa 16: Sistema Viário Municipal.



Fonte: Prefeitura Municipal de Mercedes

Plano Diretor do Município de Mercedes – Paraná

Mapa 17: Sistema viário Urbano



Fonte: Prefeitura Municipal de Mercedes (PMM) - 2007

Fone/ Fax: (45) 3565-3047 – Rua Marechal Candido Rondon, 490 - Jardim Social
CEP - 85.877-000 - São Miguel do Iguçu – PR



Figura 55: Av. Mário Totta
Fonte: Acervo PMM-2007 (Prefeitura Municipal de Mercedes)



Figura 56: Av. João XXIII
Fonte: Acervo PMM-2007 (Prefeitura Municipal de Mercedes)

5.2 Equipamentos Urbanos

5.2.1 Saúde

Mercedes se encontra na área de abrangência da 20ª Regional de Saúde como sede em Toledo e em influência mútua com os municípios da mesorregião nos atendimentos de saúde através do Consórcio Intermunicipal de Saúde denominado CISCOPAR.

A secretaria da saúde do município de Mercedes conta com um posto de saúde para atendimento ambulatorial na sede, e um em cada distrito, Arroio Guaçu e Três Irmãs (Mapas 18, 19 e 20). Tem a disponibilidade de duas ambulâncias, três veículos e uma moto.

Trabalham ao todo no município

- 6 médicos
- 12 agentes comunitários
- 2 agentes contra a dengue
- 6 dentistas (4 particulares)
- 1 fisioterapeuta (particular)

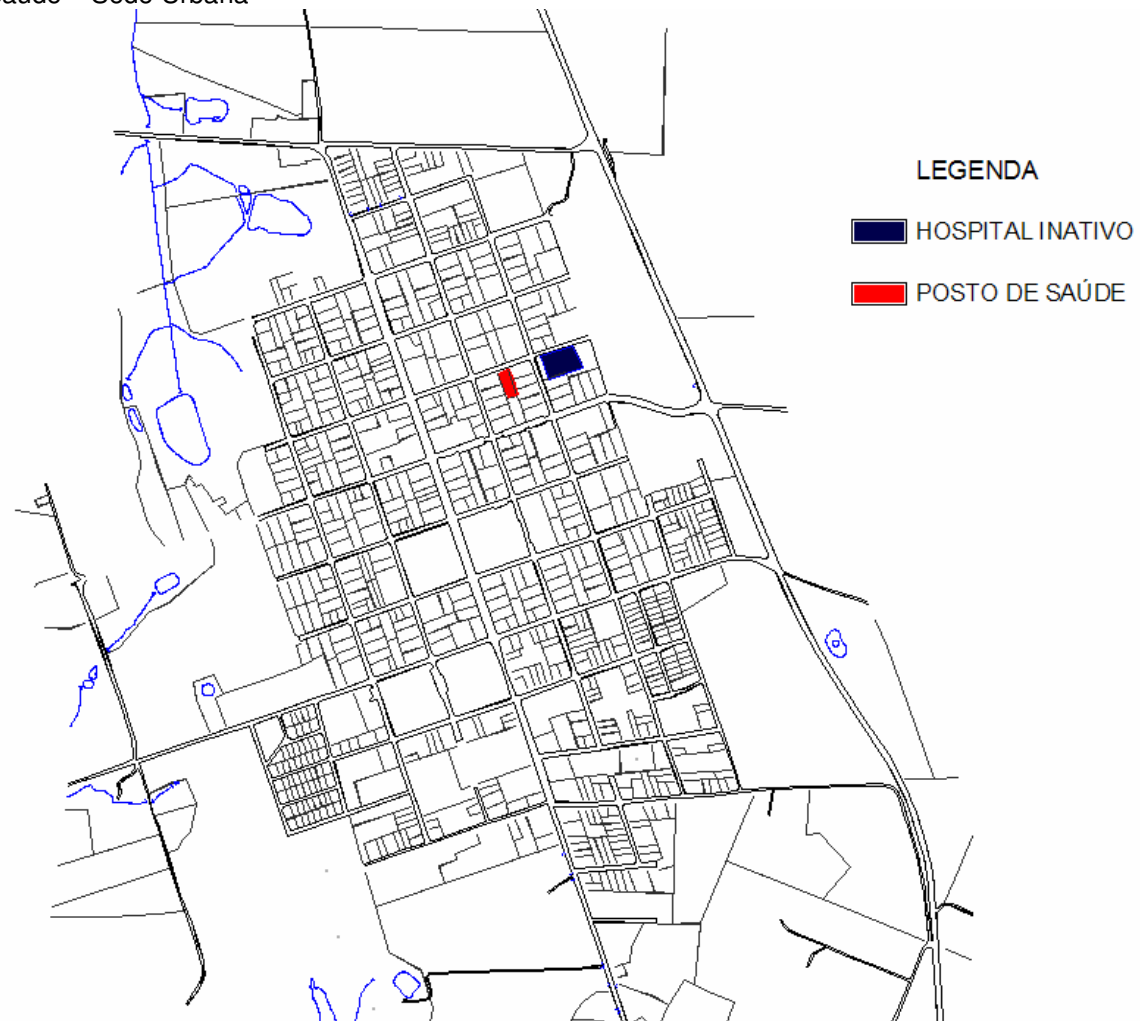
Existe no município projeto de construção de um Centro de Saúde, que será instalado na sede, e tem previsão de ser inaugurado em abril de 2008. Também no distrito de Três Irmãs, já está em andamento a construção de um novo posto de saúde, que contará inclusive com leitos para a internação de pacientes, que irá substituir o já existente trazendo melhorias para a saúde da população local.

Tabela 50: Óbitos Hospitalares 2005

Causas	Numero de óbitos
Aparelho respiratório	01
Aparelho circulatório	01
Neoplasias - tumores	01
Total	03

Fonte: IBGE 2004

Mapa 18: Equipamentos de Saúde – Sede Urbana



Fonte: Prefeitura Municipal de Mercedes (PMM) - 2007

Mapa 19: Equipamentos de Saúde – Distrito Três Irmãos



Fonte: Prefeitura Municipal de Mercedes

Plano Diretor do Município de Mercedes – Paraná

Mapa 20: Equipamentos de Saúde - Distrito Arroio Guaçu



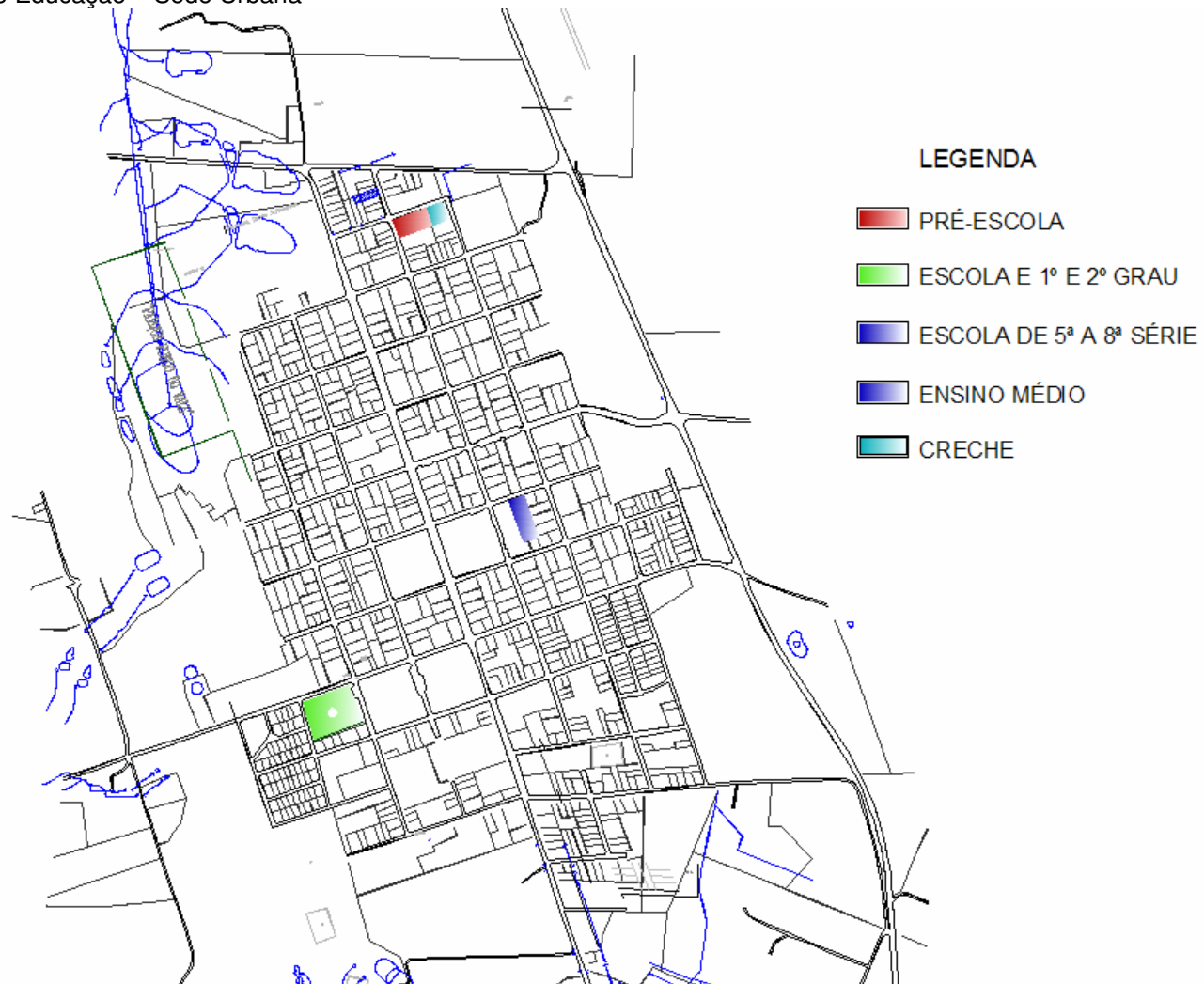
Fonte: Prefeitura Municipal de Mercedes

5.2.2 Educação

Mercedes faz parte da 29ª regional de educação, com sede em Toledo, existem no município 6 estabelecimentos de ensino (Mapa 21), sendo 4 municipais e dois estaduais. São eles:

- Escola Municipal Tiradentes (sede), de 1ª a 4ª séries;
- Colégio Estadual Leonilda Papen (sede), de 5ª a 8ª séries e ensino médio;
- Escola Rural Municipal Caetano Munhoz da Rocha (Arroio Guaçu), (Mapa 23) de 1ª a 4ª séries;
- Escola Estadual Eronildes Francener (Três Irmãs), de 1ª a 4ª séries;
- Escola Rural Municipal José de Alencar (Três Irmãs) (Mapa 22);
- Pré Escola Cantinho feliz (sede).

Mapa 21: Equipamentos de Educação – Sede Urbana



Fonte: Prefeitura Municipal de Mercedes

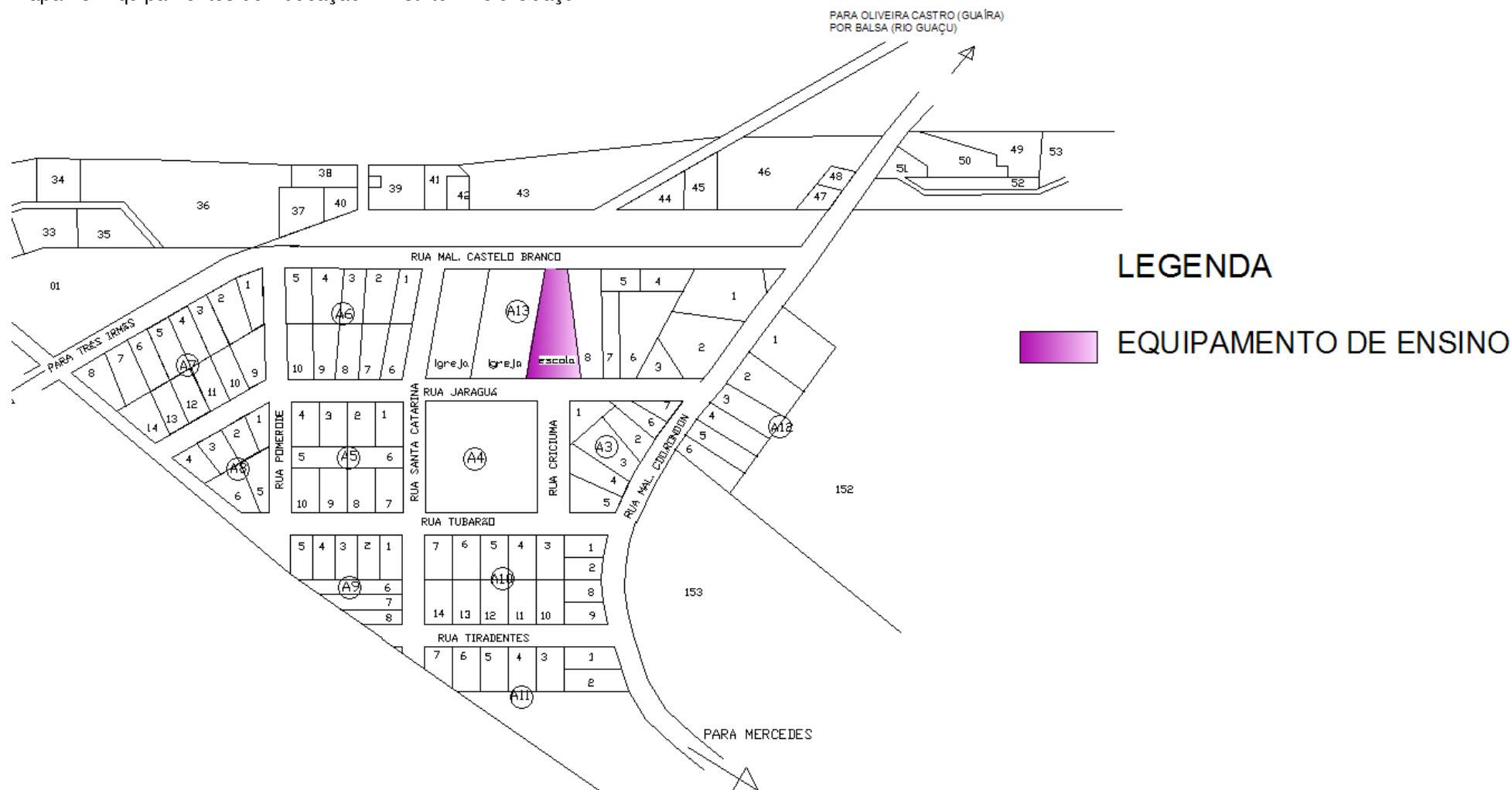
Mapa 22: Equipamentos de Educação – Distrito Três Irmãs.



Fonte: Prefeitura Municipal de Mercedes

Plano Diretor do Município de Mercedes – Paraná

Mapa 23: Equipamentos de Educação – Distrito Arroio Guaçu



Fonte: Prefeitura Municipal de Mercedes

Atuam na rede municipal de ensino 44 professores, 3 secretárias, 23 zeladoras e merendeiras e 2 motoristas; e na rede estadual 31 professores e 17 funcionários entre encarregados do setor administrativo das escolas e zeladoras.

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura realiza diversos programas na área do ensino, envolvendo assuntos como a educação ambiental e a preservação das diversidades culturais, como por exemplo, o projetos “Conhecendo os Rios e Nascentes do Município”, “Conhecendo a Fauna e a Flora Regional”, “Conhecendo o Paraná” voltado para a preservação ambiental, “Preservação das Diversidades Culturais” com ênfase na cultura indígena.

Quanto à evolução do número de matrículas a partir do ano 2000, nota-se que ocorre de forma não linear e há um decréscimo do número de matrículas de 2000 a 2005, esse decréscimo ocorre também quando olhamos separadamente para o número de matrículas no ensino fundamental e médio, contudo a educação infantil obteve crescimento nesse mesmo período.

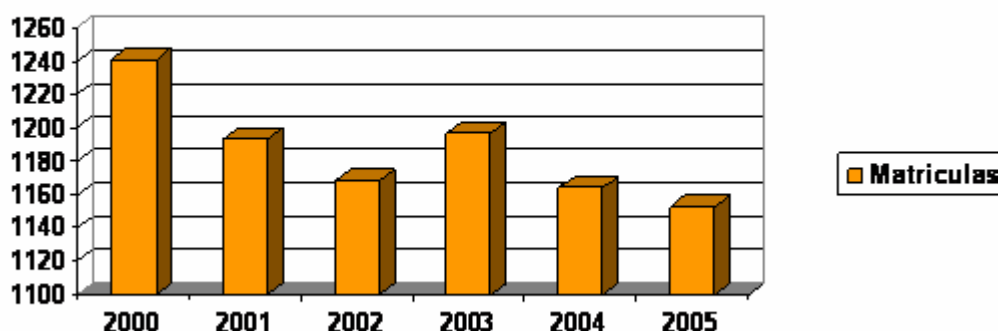


Gráfico 05: Número de Matrículas entre os anos de 2000 e 2005.

Fonte: IBGE

Número de matrículas na educação infantil entre os anos 2000 e 2005

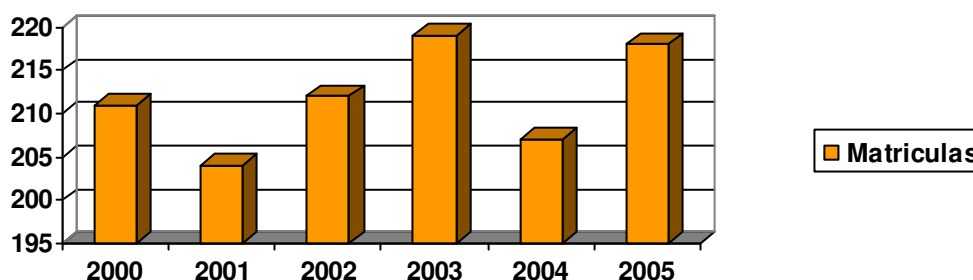


Gráfico 06: Número de Matrículas na educação infantil entre os anos de 2000 e 2005.

Fonte: IBGE

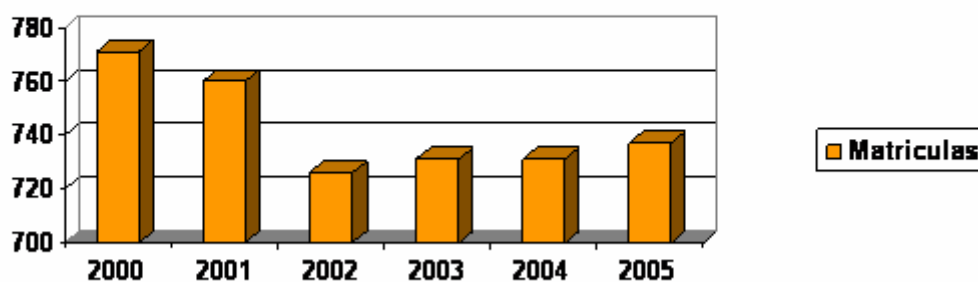


Gráfico 07: Número de matrículas no ensino fundamental entre os anos de 2000 e 2005

Fonte: IBGE

Número de matrículas no ensino médio entre os anos 2000 e 2005

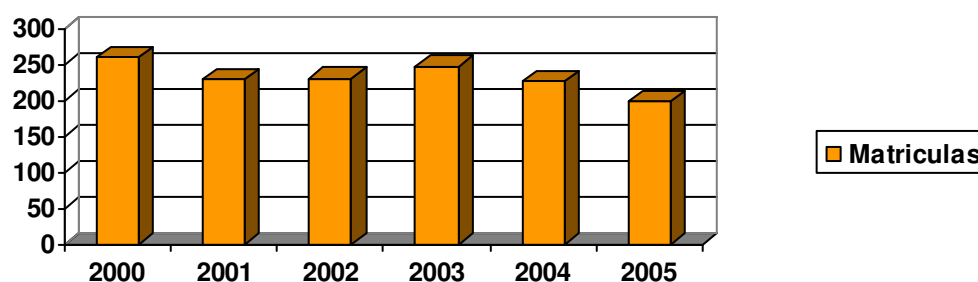


Gráfico 08: Número de Matrículas no ensino médio entre os anos de 2000 e 2005.

Fonte: IBGE

Tabela 51: Número de Matrículas no ano de 2007.

Nome da escola	Nº de alunos
Escola Rural Municipal José de Alencar	64
Escola Municipal Tiradentes	363
Escola Rural Municipal Caetano M. da Rocha	17
Escola Estadual Eronildes Francenes	88
Colégio Estadual Leonilda Papen	521
Pré-escola Cantinho feliz	110

Fonte: Secretaria Municipal da Educação e Cultura

Tabela 52: Taxa de aprovação escolar.

Nível de ensino	Taxa de Aprovação	Taxa de Reprovação	Abandono	Transferência
Educação infantil	96%	-	-	4%
Ensino fundamental	91%	4,7%	-	4,5%
Ensino médio	88%	4%	6%	3,5%
total	91,6%	2,9%	6%	4%

Fonte: Secretaria Municipal da Educação e Cultura



Figura 57: Escola Municipal Caetano Munhoz da Rocha – Distrito Arroio-Guaçu
Fonte: Acervo PMM-2007 (Prefeitura Municipal de Mercedes)

Quanto às taxas de analfabetismo, o Município de Mercedes em relação aos municípios da mesorregião, apresenta uma média baixa de 4,8% a 7,9%. Na taxa de analfabetismo dividida por idade fica claro que os maiores índices se encontram em pessoas com mais de 50 anos.

É importante a educação do município continuar o bom trabalho que vem sendo exercido e tentar melhorar o atendimento para cada vez mais atenuar a taxa de analfabetismo.

Tabela 53: Taxa de analfabetismo segundo as faixas etárias.

Faixa Etária (anos)	Taxa (%)
De 15 ou mais	6,6
De 15 a 19	1,0
De 20 a 24	2,8
De 25 a 29	2,3
De 30 a 39	3,1
De 40 a 49	5,0
De 50 e mais	15,0

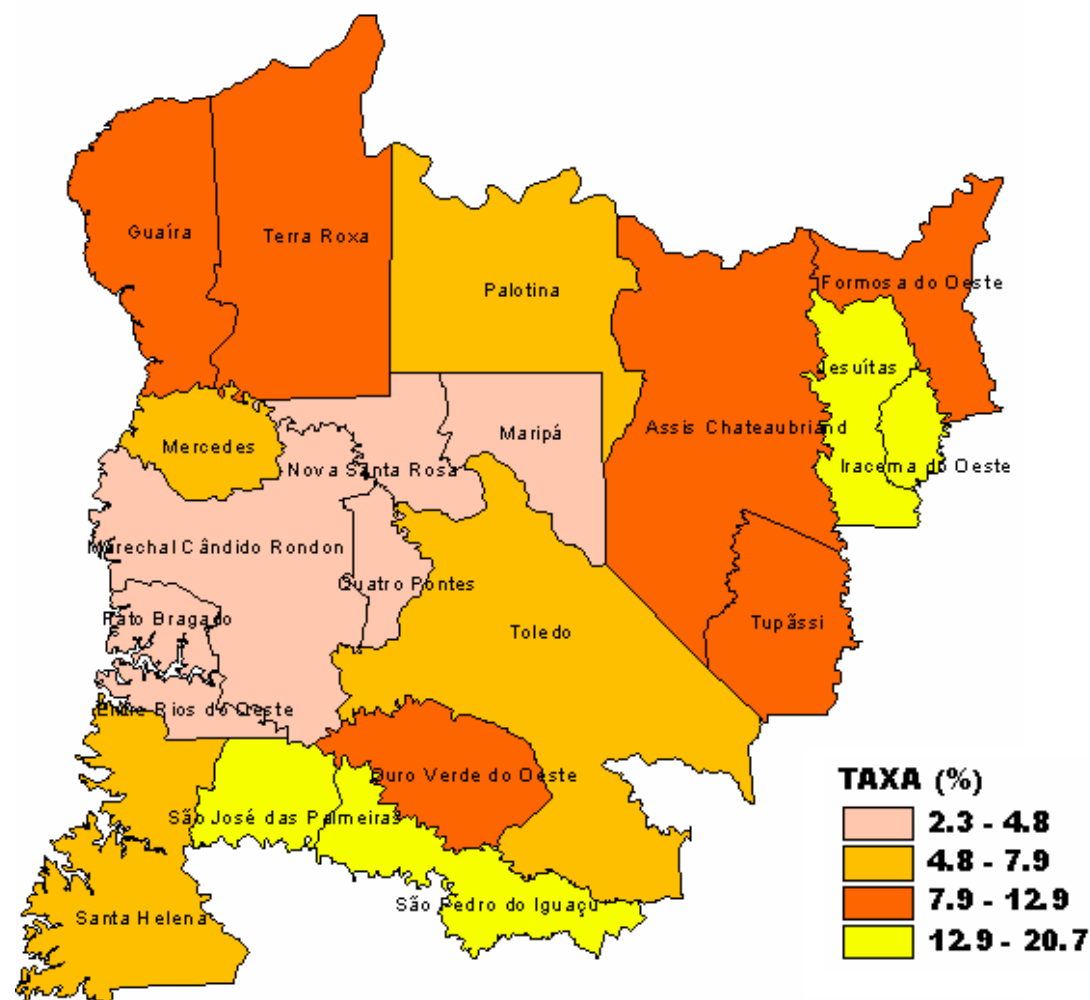


Figura 58: Taxa de Analfabetismo
Fonte: EMATER (2000)

5.2.3 Assistência Social

A Secretaria de Ação Social, além de trabalhar prolas pessoas que mais necessitam, está também se preocupando em oferecer e garantir o acesso à cidadania, bem como, propiciar que crianças, adolescentes, jovens e adultos tenham acesso a cursos profissionalizantes e que os idosos garantam uma velhice segura e prazerosa. Desta forma, a Secretaria de Ação Social, vem desenvolvendo diversos programas em parceria com variados segmentos para propiciar a população de Mercedes o acesso a todos os direitos que lhes são garantidos.

São beneficiados com programas e serviços sócio-assistenciais desta secretaria os moradores do Município de Mercedes que contemplem os seguintes requisitos:

- ✓ Não ultrapassar renda familiar de três salários mínimos;
- ✓ Estar em situação de Vulnerabilidade Social;
- ✓ Apresentar documentos pessoais e dos familiares, comprovante de residência e comprovante de renda;
- ✓ Residir no município no último 01 ano;
- ✓ Só poderão efetuar cadastro nos programas assistenciais, aquelas famílias que possuem documentação em dia;
- ✓ Avaliação sócio-econômica feita pela profissional Assistente Social;
- ✓ Em situação de desemprego deverá apresentar o encaminhamento da Agência do trabalhador;
- ✓ Em caso de possuir propriedade rural deve ter no máximo 03 alqueires de terra;
- ✓ Os dependentes menores de 14 anos devem estar devidamente matriculados nas escolas municipais;
- ✓ As famílias que usufruírem do benefício da cesta básica, deverão ser inseridos nas palestras sócio educativas e cursos profissionalizantes oferecidos pela Secretaria.

5.2.3.1 Benefícios Eventuais

PROGRAMA CESTA BÁSICA: Serão beneficiadas as famílias que se encontra em situação de vulnerabilidade social, que contemplem os requisitos acima descritos, e ainda se enquadrem no que segue:

CARENTES: Famílias que não possuam renda e que o chefe da família estiver incapacitado temporariamente para o desempenho de suas atividade, sendo o fornecimento pelo período que persistir o impedimento ao trabalho.

DEFICIENTES: Famílias que possuam deficientes físicos ou mentais, em que a família encontre dificuldades para se manter.

IDOSOS: Família de idosos, assim compreendidos aqueles que possuam idade superior a sessenta anos e que estejam pagando aluguel, e que a renda familiar não seja superior a dois salários mínimos vigentes.

GESTANTES: Gestantes que não são beneficiadas com auxílio maternidade , num período não superior a quatro meses, podendo ser iniciado a partir do oitavo mês de gestação.

PROGRAMA DE ENFRENTAMENTO A DESNUTRIÇÃO: Atende a famílias carentes com crianças com deficiências alimentares que impliquem no desenvolvimento físico e psico-motor, com a distribuição de leite Nan 1, mediante a apresentação de prescrição médica, sendo 04 latas de leite por criança atendida ao mês. Fornecendo até 100 latas ano.

PROGRAMA DE COMBATE AS NECESSIDADES EMERGENCIAIS: São fornecidas fraldas geriátricas aos idosos, pessoas enfermas ou portadora de alguma necessidade especial. Fornecendo de 02 a 04 pacotes de fraldas ao mês por pessoa.

PROGRAMA DE AUXÍLIO ÓCULOS: Atende a pessoas que possuem alguma deficiência visual e que comprovem a necessidade através de prescrição do oftalmologista, juntamente com comprovante de residência e identidade. É necessário que a pessoa que necessite dos óculos preencha um formulário na Secretaria. O auxílio contempla apenas óculos de lente orgânica e a ótica a ser encaminhado o paciente deverá estar devidamente cadastrada no SUS – Sistema único de Assistência Social.

PROGRAMA GESTANTE: Serão atendidas gestantes com o fornecimento de enxoval para o bebê. A gestante deverá ingressar no programa até o quarto mês de gestação. Para o recebimento do benefício a gestante participará do programa de orientação a ser realizado pela equipe profissional da Secretaria de Saúde. O quite fornecido é em parceria com a Secretaria de Saúde

PROGRAMA AUXÍLIO COBERTOR: Objetiva, através do PROVOPAR, fornecer às famílias que estejam em situação de vulnerabilidade social, na quantidade de até um cobertor por família/ano.

PROGRAMA DE AUXÍLIO FUNERAL: Será fornecido auxílio funeral às famílias, mediante a apresentação da certidão de óbito do falecido entregue pela família na Secretaria de Ação Social. Serão beneficiários deste programa, as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social, e deverão se enquadrar nos requisitos de renda acima mencionados.

PROGRAMA AUXÍLIO PASSAGENS E HOSPEDAGEM: Visa atender necessidades emergenciais mediante o pagamento de passagens, alimentação e hospedagem a andarilhos ou adolescentes em situação de risco, encaminhados pelo Conselho Tutelar ou Ministério Público de acordo com as disposições constantes no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Estes benefícios serão fornecidos desde que a situação não possa ser resolvida no âmbito municipal.

PROGRAMA AUXÍLIO PASTORAL DA CRIANÇA: Destina-se a auxiliar na manutenção necessária ao desenvolvimento das atividades da Pastoral da Criança, de acordo com a disponibilidade e recurso orçamentário disponíveis.

PROGRAMA LEITE DAS CRIANÇAS: São atendidas famílias que possuam crianças de 06 meses a 36 meses. O objetivo do programa é reduzir as deficiências nutricionais, a atender as famílias de baixa renda, com renda per capita inferior a meio salário mínimo. Após efetuarem o cadastro na prefeitura municipal, o mesmo é aprovado pelo comitê gestor e em seguida efetivado no programa.

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 60,01 a R\$ 120,00) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 60,00), de acordo com a Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e o Decreto nº 5.749, de 11 de abril de 2006. (Fonte: www.mds.gov.br/bolsafamilia)

PROGRAMA PETI: O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) é um programa de transferência direta de renda para crianças e adolescentes de 01 a 16 anos que se encontram com seu direito violado, ou seja, em trabalho infantil. A bolsa auxílio para as crianças e adolescentes é no valor de R\$ 25,00, no entanto para receber este auxílio é necessário que estes participem de atividades no contra turno escolar, ou seja, nas atividades do Projeto Piá, Casa da Cultura e Escolinhas de Esporte. Estas atividades são monitoradas pela equipe da Secretaria de Ação Social.

PROJETO PIÁ: As atividades oferecidas na jornada ampliada do Projeto Piá, procuram promover o desenvolvimento de habilidades de maneira prazerosa e agradável. Desta forma a ação pedagógica do trabalho desenvolvido foi elaborada através de diversos projetos, buscando alcançar os objetivos desejados. Sendo desenvolvidas atividades individuais e em grupos, através de oficinas diversificadas e criativas, que permeiam a aprendizagem na construção da cidadania. Atualmente participa das atividades do projeto piá, cerca de 300 crianças e adolescentes e principal público atendido são crianças e adolescentes do programa PETI e Bolsa Família.

5.2.3.2 Atividades Realizadas pela Secretaria

- **Acompanhamento das atividades dos idosos**

O clube de Idosos Fé e Esperança de Mercedes, se reúne semanalmente com o intuito de desenvolver atividades de descontração, dança germânica e coral. A Secretaria de Ação Social vem acompanhando as atividades realizadas semanalmente e disponibilizando toda infra-estrutura para que os mesmos possam também participar de eventos fora do município. O Clube, através do apoio da Secretaria de Ação Social, já levou seu nome a vários eventos, como os jogos da 3º

idade, encontros Artístico promovido pelo SESC, Encontros da 3ª idade realizado pelos quatro municípios, apresentação do grupo de dança em diversas localidades da região e nas noites culturais na Casa da Cultura em Mercedes. Enfim o clube de idosos Fé e Esperança de Mercedes, vem participando de vários encontros e apresentações em toda região, levando assim o nome de Mercedes para diversas localidades.

A Secretaria de Ação Social propicia ainda ao clube diversas outras atividades, com piqueniques Concursos de Miss 3 Idade, apoio as festas de aniversários e também as comemorações de final de ano.

- **Clubes femininos**

A Secretaria atende 22 clubes de mães dentro do município de Mercedes e através de planejamentos anuais são realizados diversos cursos e palestras. Neste ano de 2007 já foram realizados mais de 30 cursos que objetivam principalmente a profissionalização e uma possível geração de renda alternativa para as mulheres que participam como equidade de gênero. Foram também oferecidas diversas palestras com temas diversos, como auto estima, liderança, saúde, entre outros.

- **Projeto conhecendo Mercedes**

A Secretaria de Ação Social de Mercedes em parceria com o departamento de Turismo esta desenvolvendo um Projeto junto aos Clubes femininos do município, chamado “Conhecendo Mercedes”. O Projeto tem o objetivo de divulgar os pontos turísticos do município, bem como promover as mulheres dos clubes femininos a oportunidade de conhecer locais públicos como a Prefeitura Municipal, Creche, Projeto Pia entre outros onde são planejados e desenvolvidos os trabalhos para a população mercedense.

- **Curso profissionalizante de corte e costura**

A secretaria de Ação Social oferece anualmente o curso profissionalizante de Corte e Costura. O mesmo acontece nas dependências da sala de costura da oficina do Projeto Piá, localizado na antiga Igreja de Deus, e tem como objetivo profissionalizar as pessoas que estão em busca de emprego nas facções existentes no município. O curso está atingindo o seu objetivo central que é empregar todas as pessoas que dele participam.

- **Encaminhamento para benefício social e aposentadoria**

Através do Serviço Social, são encaminhados para o Benefício Social - BPC, Idosos que vivem com renda per capita de até 1/4 de salário mínimo e tem idade igual ou superior a 65 anos e também pessoas portadoras de deficiência que não conseguem desenvolver atividades laborativas. As pessoas recebem através do INSS 01 salário mínimo mensal.

Através da Secretaria, é prestado também esclarecimento para pessoas que necessitam encaminhar auxílio doença bem como aposentadoria através de notas fiscais ou carteira assinada.

- **I Semana Municipal Anti Drogas**

Aconteceu entre os dias 18 a 22 de junho a **I Semana Municipal Anti Drogas de Mercedes**, tendo como slogan da Campanha “**A vida é nossa melhor viagem...Não use Drogas**”. A campanha foi iniciativa da Secretaria de Ação Social juntamente com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e Conselho Tutelar do Município. Durante toda semana foram desenvolvidas várias atividades com a comunidade e também com adolescentes com o objetivo principal de sensibilizar a comunidade e o jovem para o problema das drogas. Vale ressaltar que o objetivo da Secretaria é que a campanha tenha continuidade nos próximos anos.

- **Horta comunitária**

O Município de Mercedes, recebeu do Governo do Estado do Paraná um Kit destinado para o Programa Hortas Comunitárias. O Programa é destinado a promover a Inclusão Social de pessoas e grupos sociais sob risco de fome e desnutrição. O programa apóia a Iniciativa de agricultores que se solidarizam para produzir alimentos para consumo. Os kits são financiados pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Cada Kit é composto por equipamentos permanentes (pulverizador, caixa d'água, conjunto de irrigação) e material de consumo (regadores, baldes, mangueiras, telas e ferramentas, além de sementes, adubos, sais, calcário, inseticida etc.) O projeto foi desenvolvido pela Secretaria de Ação Social em Parceria com o Provopar e está beneficiando famílias do Arroio Guaçu que se encontram em Vulnerabilidade Social.

5.2.4 Cultura, Esporte

5.2.4.1 Cultura

Na sede do município se encontra a “Casa da Cultura”, que realiza diariamente diversas atividades culturais e artísticas, como o desenvolvimento de aulas de violão, teclado, flauta e outros instrumentos de sopro, grupos de teatro para crianças, adultos e idosos, grupos de dança Italiana, moderna e contemporânea, coral infantil e Orquestra da Câmara; são atendidas atualmente pela casa da cultura em torno de 300 alunos.

Além dessas atividades a Casa da Cultura realiza programações artísticas e culturais durante todo o ano, como Noite Cultural, Talentos da Terra, Hora da Cultura nas escolas, Desfile de Moda do Comércio, concurso de telas e artesanato, Intercambio Cultural e Auto de Natal.

Na Casa da Cultura também se encontra uma pequena biblioteca pública, além da biblioteca do Colégio Estadual Leonilda Papen, que é aberta para também para o público que não seja estudante da mesma.(Figura 59)

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura faz parte da 10ª Regional da ACEO – Associação de Cultura do Extremo Oeste; atuam na área da cultura do município 6 funcionários entre secretários e profissionais da área da arte.

Mapa 24: Equipamentos de Esporte, Cultura e Lazer – Sede Urbana



Fonte: Prefeitura Municipal de Mercedes

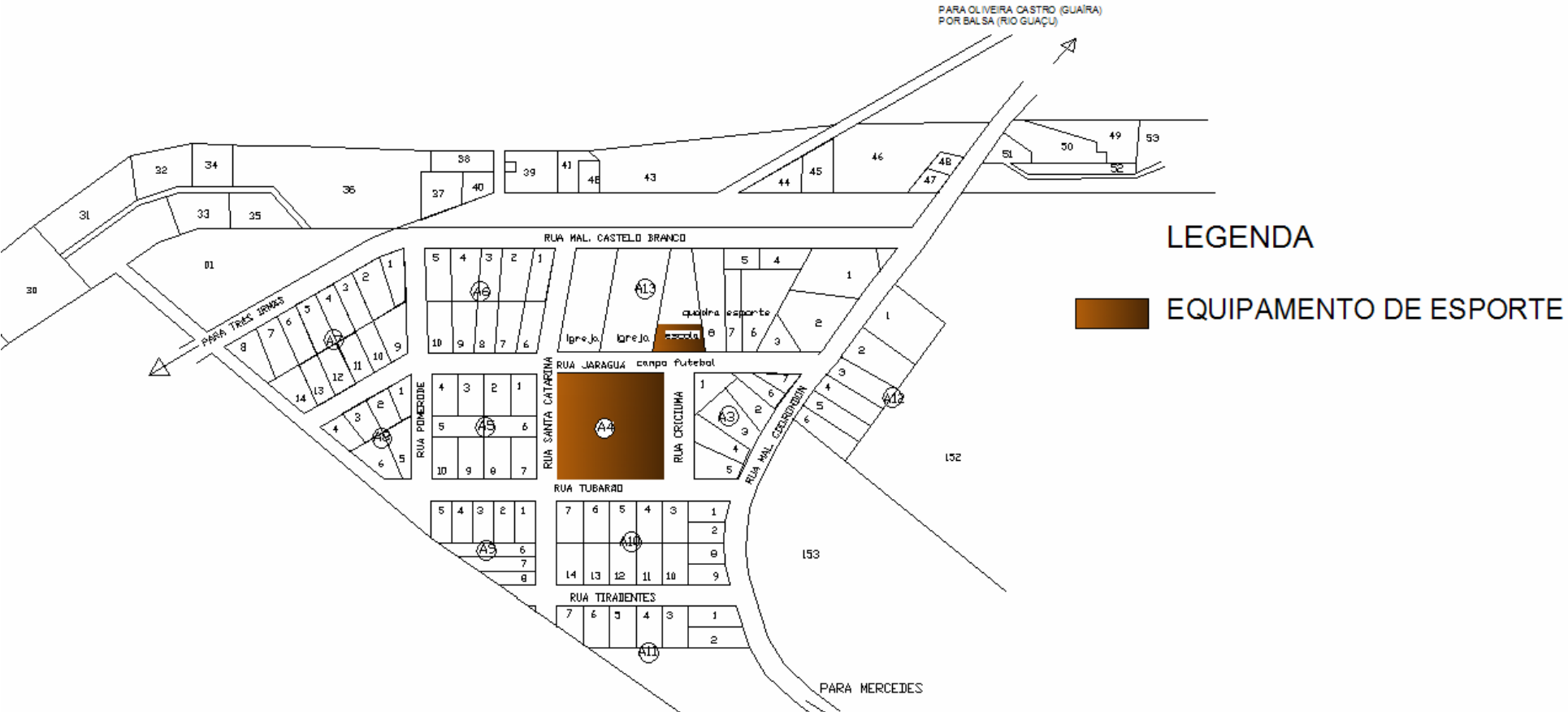
Mapa 25: Equipamentos de Esporte, Cultura e Lazer – Distrito Três Irmãos



Fonte: Prefeitura Municipal de Mercede

Plano Diretor do Município de Mercedes – Paraná

Mapa 26: Equipamentos de Esporte, Cultura e Lazer – Distrito Arroio Guaçu



Fonte: Prefeitura Municipal de Mercedes



Figura 59: Casa da Cultura
Fonte: Acervo PMM-2007 (Prefeitura Municipal de Mercedes)

5.2.4.2 Esporte

A estrutura presente no município (Mapas 24, 25 e 26) para a prática de esportes conta com:

- Ginásio Municipal Elvio Frey (sede)
 - Mini Ginásio de Esportes da Escola Municipal Tiradentes (sede)
 - Mini Ginásio de Esportes do Colégio Estadual Leonilda Papen (sede)
 - Quadra Coberta da Escola Municipal José de Alencar (Três Irmãs)
 - Quadra de Esportes da Escola Rural Municipal Caetano Munhoz da Rocha (Arroio Guaçu)
 - Quadra Esportiva de Sanga Alegre
 - Quadra Esportiva de São Marcos
 - Quadra Esportiva de Sanga Forquilha
- Quadra de areia e pista de patins na Praça Parigot de Souza (sede)

Atuam na Secretaria de Esportes Turismo e Lazer dois profissionais formados em educação física, dois acadêmicos do mesmo curso e um profissional provisionado. A secretaria realiza varias atividades na área de esportes, como treinamento de diversas modalidades de esportes, organização de eventos esportivos, e a participação em eventos regionais e estaduais.

O Projeto Escolinhas Esportivas atende 300 crianças e adolescentes, com treinamentos semanais de modalidades esportivas.

Existem varias outras estruturas de esporte presentes no município, como campos de futebol e futebol sete, piscinas etc..., Porém estas são de propriedade privada ou de associações.

5.2.4.3 Turismo

Mercedes se caracteriza por sua economia voltada principalmente para a agropecuária, porém é importante o município ir atrás de fontes de renda diversificadas, como a região Oeste do Paraná tem um potencial turístico, o turismo é um meio viável de se diversificar a economia e de trazer renda pra o município. Um dos fatores que contribui para a vocação turística da região é a proximidade com o Lago de Itaipu; os espaços de margem ao lago podem ser utilizados para práticas de turismo como o camping, a pesca e os esportes náuticos. Alguns municípios da região investiram em suas praias artificiais e hoje recebem retornos financeiros da parte do turismo.

No Município de Mercedes existe na encosta do lago de Itaipu o Parque de Lazer do Arroio Guaçu que já conta com área de camping, churrasqueiras, mesas, sanitários, rampa para barcos. Segundo pesquisa realizada pela FASUL – Faculdade Sul Brasil - a área do Parque de Lazer do Arroio Guaçu foi considerada um dos melhores locais da região para a prática da pesca esportiva. Mas para que o Parque de Lazer do Arroio Guaçu se transforme realmente em um ponto turístico capaz de gerar renda para o município é necessário o investimento em alguns aspectos, como na parte da infra-estrutura do local que precisa ser melhorada e ampliada para receber turistas; na parte da acessibilidade; na segurança pública do Arroio Guaçu e na divulgação da área de lazer para que os moradores de outros municípios tenham conhecimento da mesma.

Outro potencial turístico do município e da região é o turismo rural, destinado a aqueles turistas que ao visitarem os atrativos da região oeste também desejem momentos de descanso próximos à natureza.



Figura 60: Terminal Turístico – Arroio Guaçu
Fonte: Acervo PMM-2007 (Prefeitura Municipal de Mercedes)

5.2.5 Segurança Pública

As dificuldades na segurança pública existem em toda a região por se tratar de uma área de fronteira o que favorece crimes como contrabandos e furtos de veículos.

Na área da segurança pública Mercedes conta com centro integrado de atendimento ao cidadão na sede composto pelo destacamento da polícia militar e polícia civil e um sub destacamento da policia militar no distrito de Arroio Guaçu. A policia militar de Mercedes conta com uma viatura e o trabalho de 4 policiais.

A média mensal de ocorrências policiais registradas no município é de 35, entre as principais ocorrências estão os assuntos relacionados ao trânsito, furtos, vias de fato, ameaças e lesões corporais.

No município de Mercedes foi aprovado o Regimento Interno da Comissão Municipal da Defesa Civil, conforme Decreto Municipal nº 008/05 de 01 de março de 2005, para auxiliar na regulamentação da defesa e segurança pública. (Anexo 02)



Figura 61: Sub destacamento da policia militar no Distrito de Arroio Guaçu
Fonte: Acervo PMM-2007 (Prefeitura Municipal de Mercedes)

5.2.6 Recreação

São encontrados no município equipamentos de lazer como a Praça Parigot de Souza (figura 62) na sede, que conta com quadra de areia, playground, pista de patins e palco ao ar livre, é um local arborizado com iluminação e sanitários.



Figura 62: Praça Parigot de Souza – sede urbana
Fonte: Acervo PMM-2007 (Prefeitura Municipal de Mercedes)

As localidades da área rural possuem campos ou quadras de futebol e salões comunitários aonde são realizados festas e bailes freqüentemente.

5.3 Serviços Públicos

5.3.1 Transporte

O transporte escolar no município é um serviço terceirizado com exceção do transporte dos alunos da pré-escola, que é realizado por um microônibus de propriedade da Secretaria de Educação e Cultura. Ao todo 548 estudantes da zona rural e urbana utilizam o transporte escolar. Como não existe transporte público intermunicipal que atenda todas as comunidades rurais do município, a população em geral faz uso do transporte escolar o que causa o problema de superlotação dos ônibus escolares, outro problema acontece nas épocas de férias escolares quando a população das comunidades rurais fica sem transporte público.

Duas empresas privadas realizam o transporte público em Mercedes: a Empresa Expresso Princesa dos Campos S/A, que realiza o transporte rodoviário intermunicipal de Mercedes pra Marechal Cândido Rondon, Cascavel, Toledo e Guairá, e a Empresa Transgiro, que faz as linhas pra os dois distritos de Mercedes (arroio Guaçu e Três Irmãs) e também para Marechal Cândido Rondon.

Mensalmente uma média de 2070 utilizam o transporte público intermunicipais e 1200 passageiros utilizam o transporte público nas linhas intramunicipais que fazem a ligação entre a sede e os distritos.

O embarque e desembarque de passageiros na sede do município, acontece na parada de ônibus e ponto de venda de passagens situada na Rua Luiz Lorenzoni anexo à Lanchonete Free Lanches.

5.3.2 Telecomunicações

No território de Mercedes é possível sintonizar os principais canais de televisão aberta brasileira, como também rádios AM e FM da região.

Não existem jornais próprios no município, porém circulam jornais regionais, como O Presente e O Jornal, ambos de Marechal Cândido Rondon.

Os serviços de internet são oferecidos por empresa privada do próprio município, que oferece internet discada e via rádio (wireless), além dos serviços de internet banda larga ADSL oferecidos pela Brasil Telecom.

5.3.2.1 Telefonia

A telefonia fixa do município é oferecida pela Brasil Telecom, que possui antena própria na sede, dispondo de 19 unidades de telefones públicos em todo o município e 506 unidades residenciais e comerciais.

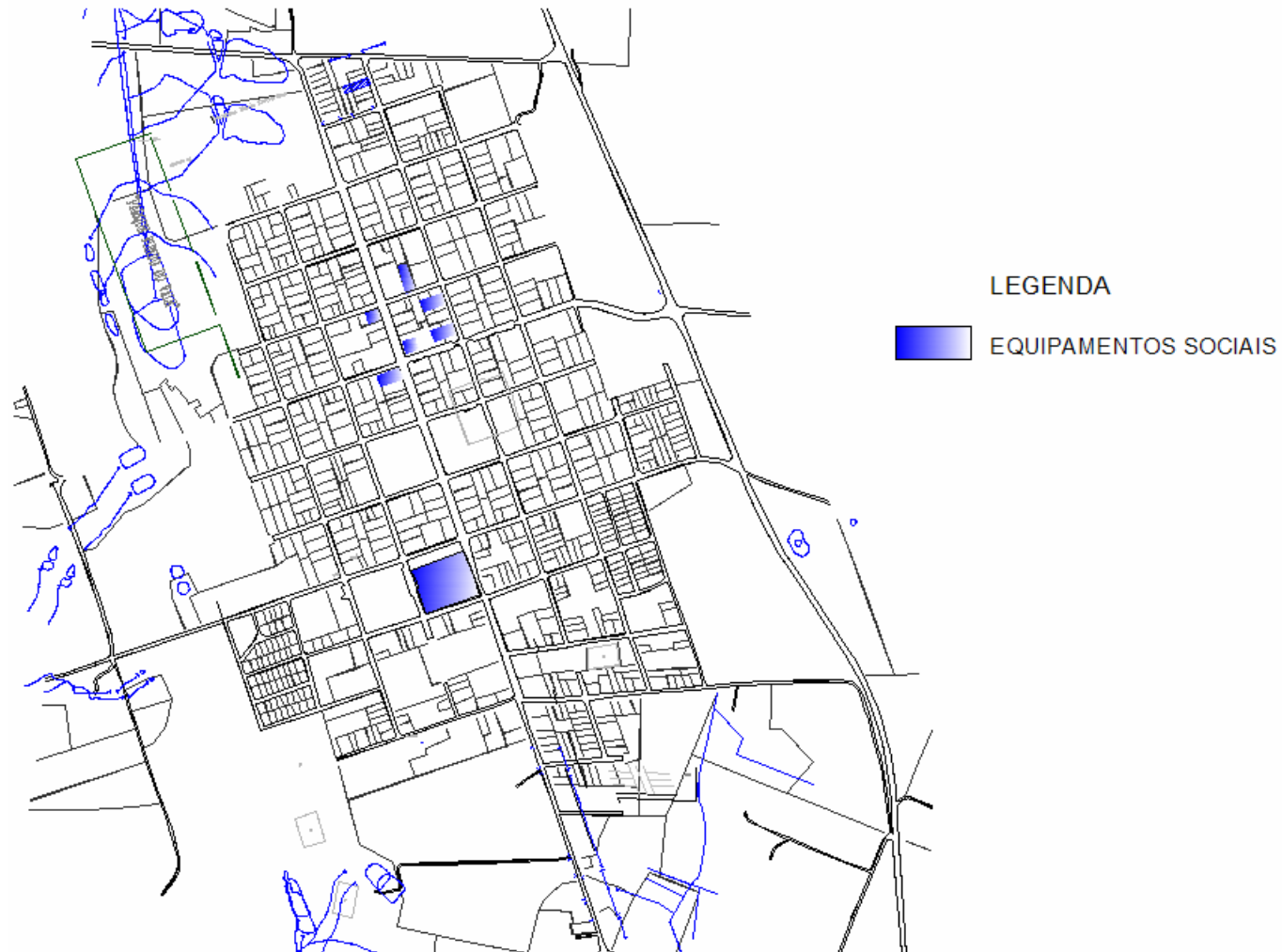
Quanto à telefonia móvel Mercedes encontra sérios problemas, pois não existem torres para celulares no município, sendo assim na maior parte do município o sinal para celulares é fraco ou inexistente.

5.3.3. Equipamentos Administrativos e prestação de serviços

O Município de Mercedes conta com os seguintes equipamentos administrativos e prestadores de serviços (Mapa 27):

- Prefeitura Municipal;
- Câmara Municipal;
- Polícia Militar;
- Correio;
- Centro de Apoio ao Cidadão – CAC;
- Despachante de trânsito;
- Emater;
- Cartório;

Mapa 27: Equipamentos Administrativos – Sede Urbana



Fonte: (Prefeitura Municipal de Mercedes)

5.4. Condicionantes, Deficiências e Potencialidades

Tabela 54: Aspectos Infra-Estrutura e Serviços Públicos - condicionantes, deficiências e potencialidades no Município de Mercedes – 2007

ASPECTOS	CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
Infra-Estrutura e Serviços Públicos	➤ Mobilidade urbana; ➤ BR 163; ➤ Malha Urbana	➤ Ausência de um sistema eficiente de transportes ➤ Falta de rede de esgoto em todo o perímetro urbano; ➤ Falta de Segurança; ➤ Falta de Lazer urbano;	✓ Dimensão viária adequada; ✓ Possibilidade de planos em conjunto com a comunidade científica; ✓ Serviços de saúde bem dimensionados; ✓ Rede escolar bem dimensionada; ✓ Malha Urbana;

Fonte: Equipe Técnica Adeop

6.0 ASPECTOS INSTITUCIONAIS

6.1. Unidades Administrativas Municipais Relacionadas ao Plano Diretor Municipal

A Lei nº 419/2005 de 25/02/2005, dispõe sobre a estrutura administrativa do Município de Mercedes.

A estrutura administrativa da Prefeitura de Mercedes passa a ser constituída dos seguintes órgãos:

I – Órgãos consultivos e deliberativos:

Conselho Municipal de Saúde;

Conselho Municipal de Esportes;

Conselho Municipal de Alimentação Escolar;

Conselho Municipal de Assistência Social;

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Conselho Tutelar;

Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério;

Conselho Municipal de Trânsito;

Conselho Municipal de Turismo;

Conselho Municipal do Idoso;

Conselho Municipal do Trabalho;
Conselho Municipal de Segurança;

II – órgãos de colaboração com o Governo Federal e Estadual

Unidade Municipal de Cadastramento – INCRA
Serviço de Identificação
Junta Militar
SEAB
DETRAN

III – órgãos de assessoramento:

Gabinete do Prefeito;
Assessoria Jurídica;
Assessoria de Imprensa;
Assessoria de Controle Interno.

IV – órgãos de planejamento e administração:

Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças;

V – órgãos de ação governamental:

Secretaria da Educação e Cultura;
Secretaria da Saúde;
Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente;
Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo;
Secretaria de Ação Social;
Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbano.

Organograma da Estrutura do Poder Executivo Municipal de Mercedes

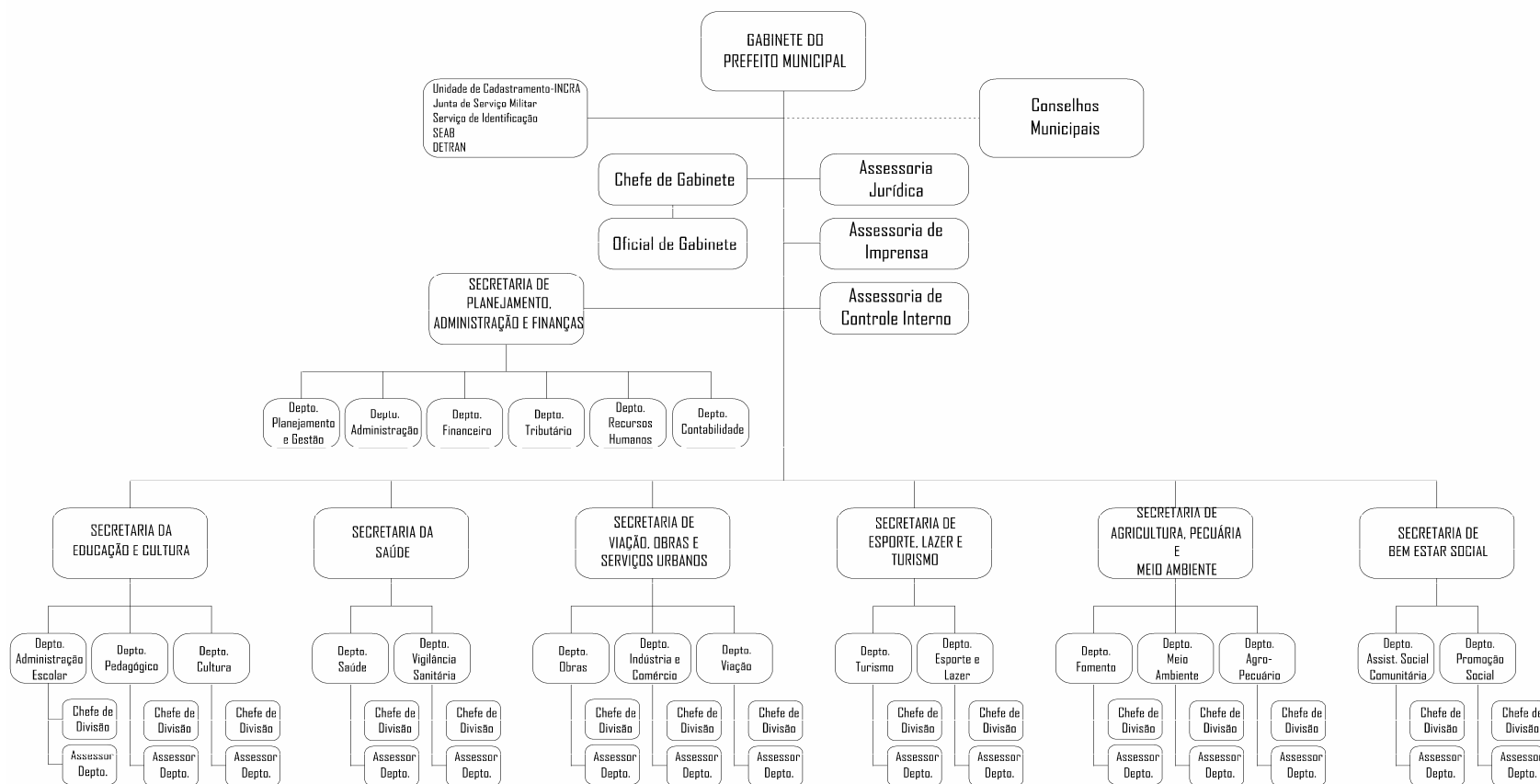


Figura 63: Organograma funcional – Prefeitura Municipal
Fonte: (Prefeitura Municipal de Mercedes)

6.2. Análise da Legislação Vigente no Município

- **Lei Orgânica promulgada em 13/09/1993 com as alterações introduzidas pelas emendas posteriores 2006:** O Município de Mercedes é regido pela Lei Orgânica promulgada em 13/09/1993, além de reafirmar os princípios e diretrizes de ordenamento do espaço territorial urbano previstos na Constituição Federal, compromete-se a estabelecer as diretrizes e bases do planejamento e desenvolvimento municipal equilibrado, integrando-o ao planejamento estadual e nacional e a eles se incorporando e compatibilizando, visando o desenvolvimento urbano e rural e a ordenação do território, o que se fará através do Plano Diretor Municipal;
- **Lei de Parcelamento do Solo Urbano nº 119/95 de 11/07/1995:** que institui normas gerais que visam regulamentar a lei do urbanismo notadamente do que diz respeito à aprovação do projeto de parcelamento, alvarás de construção, alvarás de licença de funcionamento e localização;
- **Lei de Urbanismo nº 120/1995 de 11/07/1995:** que institui normas e padrões de urbanismo e edificação para a cidade de Mercedes e dá outras providências;
- **Lei do Código Tributário nº 047/93 de 14/12/1993:** institui o Código Tributário do Município de Mercedes;
- **Lei Complementar de Posturas nº 001/97 de 16/12/1997:** que disciplina o poder de política administrativa do Município de Mercedes.

(Fonte: Prefeitura Municipal de Mercedes/2007)

6.3 Análise Inter-Relacional das Legislações Federal, Estadual e Municipal Pertinentes

A promulgação da atual Constituição Federal Brasileira, ocorrida em 05 de Outubro de 1988, inaugura a temática da Política Urbana em um texto constitucional de nosso país. As reivindicações dos movimentos em prol do desenvolvimento do espaço urbano e das funções sociais da cidade, com vistas às garantias individuais do cidadão urbano já não era novidade. No entanto, somente com a Constituinte de 1988 é que se alcançou a inclusão de capítulo próprio dentro da Carta Magna, intitulado “Da Política Urbana”, para que a regulamentação das políticas públicas de desenvolvimento urbano fosse exigida dos legisladores ordinários.

A inovação constitucional nesse sentido passa a impor ao Poder Público a intervenção na propriedade urbana quando esta não atende os requisitos formadores da função social da cidade. Assim, aquele que detiver a propriedade de certo lote de solo urbano deverá dar a ele a destinação prevista pelas diretrizes de planejamento e desenvolvimento do território urbano fixadas pelo Município.

O artigo 182 da Constituição Federal de 1988 direciona ao Poder Público Municipal a competência para executar a política de desenvolvimento urbano com vistas ao bem-estar dos cidadãos, segundo diretrizes que, por ordem constitucional, deverão constar de lei federal específica que orientará os municípios neste mister. É acertada a solução do Constituinte, uma vez que, sendo o Município a célula basilar do sistema político nacional, são os seus administradores aqueles que melhores condições têm para avaliar as necessidades e anseios da população.

Tal delegação de competência compactua com o disposto no artigo 30 da CF/88, em seus incisos I (legislar sobre assuntos de interesse local) e VIII (promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano). Delimitada pela Constituição Federal a competência dos municípios para a execução das políticas de desenvolvimento urbano, conforme reza o artigo 182, cabe a análise da Lei Federal que regulamentou o referido dispositivo constitucional.

Trata-se da Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, o qual reúne normas relativas a ação do Poder Público na regulamentação do uso da propriedade urbana em prol do interesse público, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental, além de fixar importantes princípios básicos que irão nortear essas ações.

Destaca-se o direcionamento dado pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Cidade no que diz respeito ao estabelecimento do que seja a função social da propriedade urbana. Ao contrário do que fez a Constituição Federal em relação à função social da propriedade rural, estabelecendo no seu artigo 186 os indeclináveis requisitos a serem observados pelo proprietário de imóvel rural, em relação à propriedade urbana delegou ao legislativo municipal a instituição dos requisitos a serem cumpridos no espaço urbano de forma a atender as funções sociais da cidade. Acertou o constituinte e o legislador ordinário, já que o Município, na sua característica de célula basilar do sistema político nacional, é quem detém melhores condições de avaliar as necessidades dos cidadãos, o que se fará durante o processo de elaboração do Plano Diretor Municipal, para que então se determine a contribuição que cada indivíduo deverá dar no exercício dos direitos inerentes à propriedade urbana, com vistas a atender ao interesse coletivo.

Justamente para que o Poder Público Municipal possa estabelecer quais são as efetivas necessidades e anseios futuros da população das cidades, o Estatuto da Cidade, tal como a Constituição Federal, impõe que nos processos de elaboração do Plano Diretor Municipal sejam promovidas Audiências Públicas que garantam a participação e manifestação amplas do cidadão através de suas respectivas associações representativas ou pessoalmente, ao que o artigo 43 da Lei 10.257/2001 denomina “Gestão Democrática da Cidade”.

O Plano Diretor Municipal deverá dirigir-se à organização do espaço territorial como um todo, contemplando não só a porção urbanizada da cidade, mas também a sua área rural (art. 40, § 3º do Estatuto da Cidade), de forma a integrar as atividades exercidas em ambas, tendo em vista o desenvolvimento sócio-econômico do

Município e do território sob sua área de influência. Tal integração, orientada pelas diretrizes estabelecidas, deverão garantir aos cidadãos o direito à terra, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações. É o que se conhece por sustentabilidade, agora inserida nas políticas públicas municipais.

No encalço da definição e implementação de uma eficaz e efetiva política de desenvolvimento urbano, o Município dispõe de uma gama de instrumentos de Política Urbana elencados no artigo 4º do Estatuto da Cidade. Estas novas ferramentas foram classificadas pelo Estatuto da Cidade como “Institutos jurídicos e políticos”, as quais podem ser descritas da seguinte forma:

- **desapropriação:** possibilidade do Poder Público extrair uma determinada propriedade da esfera de disponibilidade do particular, para que esta passe a integrar o patrimônio público, mediante indenização àquele. A inovação trazida pelo Estatuto da Cidade é a possibilidade da desapropriação motivada pela não utilização, edificação ou parcelamento do solo urbano pelo particular, mesmo após o decurso de cinco anos consecutivos de cobrança progressiva de IPTU, caso em que a indenização dar-se-á através de título da dívida pública;
- **servidão administrativa:** este instituto grava parte de um imóvel particular para que nela seja realizada determinada obra de interesse público ou dela necessite para fins de conservação de bem de utilidade pública. Caso se verifique efetivo prejuízo ao proprietário, dever-se-á indenizá-lo.
- **limitações administrativas:** estabelecidas através de leis que delimitam a extensão dos direitos de uso, fruição e disponibilidade do proprietário e tem seu escopo voltado a atender interesses difusos e não objetivos pontuais, tal como ocorre comumente na servidão administrativa;
- **tombamento de imóveis ou de mobiliário urbano:** através de procedimento administrativo, poderá o Município limitar o exercício dos direitos inerentes à propriedade quando um determinado imóvel for objeto do interesse difuso de conservação ou preservação do patrimônio histórico, cultural, artístico, paisagístico ou natural;
- **instituição de unidades de conservação:** os municípios poderão instituir determinadas áreas como Unidades de Conservação, nas modalidades de Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável, através de lei específica que deverá seguir as regras gerais presentes na Lei 9.985/2000;
- **instituição de zonas especiais de interesse social:** ao definir os usos permitidos do solo urbano na lei de zoneamento, o Município poderá estabelecer condições diferenciadas para uma determinada porção do seu território no intuito de viabilizar acesso à moradia às comunidades mais carentes de recursos financeiros que se enquadrem em regras de uso menos restritivas, de acordo com suas possibilidades. Isto porque, por vezes, não é possível às classes menos abastadas enquadrarem-se às regras de urbanismo, quedando-os à ilegalidade de suas instalações;

- **concessão de direito real de uso:** permite ao proprietário do imóvel urbano ceder o direito de uso que detém em razão do seu direito de propriedade através de um contrato, para que nele seja executada alguma obra ou atividade de interesse social. Esta modalidade segue os termos do artigo 7º do Decreto-Lei 271/76;
- **parcelamento, edificação ou utilização compulsórios:** o Município poderá definir áreas no seu território onde o solo urbano não edificado, sub-utilizado ou não utilizado estará condicionado a condições e prazos para o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios por parte do proprietário, de acordo com as diretrizes do Plano Diretor Municipal da lei que regulamentar o instrumento;
- **usucapião especial de imóvel urbano:** forma de aquisição da propriedade urbana com área não superior a duzentos e cinquenta metros quadrados, quando o possuidor direto ocupar imóvel urbano por cinco anos ininterruptamente e sem oposições, para fins de moradia sua e de sua família. Inova-se pela previsão da possibilidade de uma comunidade constituída e residente há pelo menos cinco anos em lote urbano com mais de duzentos e cinquenta metros quadrados usucapir a área em que residem, quando não lhes for possível identificar a porção competente a cada possuidor;
- **direito de superfície:** forma contratual em que o proprietário concede a um terceiro o direito de utilizar o solo, o subsolo e/ou o espaço aéreo de seu terreno, de forma a atender as exigências urbanísticas. As edificações e benfeitorias realizadas no terreno, após o término do contrato passam ao proprietário do terreno, sem necessidade de indenização, salvo disposição contrária no contrato. É alternativa para os casos de exigências de edificação e utilização compulsórias;
- **direito de preempção:** instituto que garante ao Município a possibilidade de estabelecer quais serão as áreas do seu território onde incidirá a preferência de aquisição do imóvel urbano de interesse público colocado à venda pelo proprietário particular, impondo a este a prévia comunicação ao Executivo Municipal de sua intenção de dispor do bem, a quem se deverá garantir igualdade de condições e preços em relação a terceiros;
- **outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso:** mediante contrapartida (que pode ser integralizada em dinheiro ou outros bens economicamente auferíveis), o proprietário de um imóvel poderá receber créditos de Potencial Construtivo adicionais, com o fim de utilizar o espaço urbano além dos índices de aproveitamento básico previstos para a área do Município em que se encontra. Também mediante uma contrapartida do proprietário, o Município poderá conceder-lhe a possibilidade de utilizar o solo urbano onde recaem seus direitos de forma diversa daquela prevista pela lei de zoneamento, uso e ocupação do solo municipal;
- **operações urbanas consorciadas:** em áreas previamente definidas em lei municipal, poderá o Poder Público coordenar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental provocadas por proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, para tanto autorizando a utilização de instrumentos como a transferência de potencial

construtivo, a outorga onerosa do direito de construir e a alteração de uso do solo. Tais operações, ainda que de iniciativa privada, deverão atentar para os interesses coletivos e às funções sociais da cidade;

- **transferência do direito de construir:** o proprietário de um imóvel urbano gravado pelo relevante interesse social e restringido, pois, no uso, gozo e fruição livre de seu bem, mediante autorização do Poder Público Municipal poderá transferir o potencial construtivo existente no lote. O proprietário pode optar em não utilizar o potencial construtivo em outro imóvel seu, sendo que, neste caso, ser-lhe-á concedido um Certificado, do qual poderá alienar a terceiros;
- **estudo de impacto de vizinhança:** a fim de assegurar o bem-estar e os interesses da coletividade, o Poder Público Municipal poderá delimitar os empreendimentos e atividades que dependerão do Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança para a concessão das licenças de construção, ampliação e funcionamento, de competência municipal.

É interessante observar que a introdução desses novos instrumentos na legislação municipal, obrigatoriamente, deverá estar prevista no Plano Diretor Municipal e posteriormente detalhada em legislação específica. O Plano Diretor Municipal deverá ser revisto, pelo menos, a cada dez anos, sendo que, do processo de revisão também deverá ser dada oportunidade para a participação das associações representativas dos diversos setores da comunidade, incorrendo em improbidade administrativa o prefeito que não o fizer ou impedir que se o faça.

No nível estadual, a Constituição do Estado do Paraná, promulgada em 05 de Outubro de 1989, recepcionou o que fora preconizado pela Constituição Federal de 1988, delegando ao Município a execução da política de desenvolvimento urbano, com vistas ao pleno atendimento às garantias individuais do cidadão, realizando as funções sociais da cidade.

A carta constitutiva do Estado do Paraná alude ao Plano Diretor Municipal como instrumento básico da política de desenvolvimento econômico e social e de expansão urbana, sendo que dele deverão constar: a) normas relativas ao desenvolvimento urbano; b) políticas de orientação da formulação de planos setoriais; critérios de parcelamento, uso e ocupação do solo e zoneamento, prevendo áreas destinadas a moradias populares, com garantias de acesso aos locais de trabalho, serviço e lazer; c) proteção ambiental; d) ordenação de usos, atividades e funções de interesse social.

Mercedes possui, ainda determinadas características que o submetem à necessária observância de certos preceitos constitucionais e legais que poderão ter notável interferência no planejamento do desenvolvimento urbano expresso no Plano Diretor Municipal, sendo oportuna a menção às seguintes:

- **Áreas de Fronteira** – A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 20, estabelece os bens pertencentes à União, sendo que, em seu § 2º, define que “a faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para

defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão regulamentadas em lei”. Por sua vez a Lei 6.634/1979, submete várias atividades exercidas na faixa de fronteira ao prévio assentimento do Conselho de Segurança Nacional (Lei nº 8.183/91 e Decreto nº 893/93). Nesse sentido, primaz que o processo de elaboração do Plano Diretor Municipal contemple também o parecer competente do Conselho de Segurança Nacional.

- **Área de Preservação Permanente – APP:** conforme determina a Lei 4771/65 (Código Florestal), as florestas e demais formas de vegetação natural situadas ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d’água naturais ou artificiais, são consideradas de Preservação Permanente. Referida lei não fixa, no entanto, qual é a extensão da área assim considerada, motivo pelo qual parte da doutrina especializada entende que devem ser observados os critérios estabelecidos na alínea “a” do art. 2º do Código Florestal, onde a APP pode alcançar até 50 metros das margens do lago, em seu mais alto nível. Devem, ainda, ser consideradas as disposições da Resolução CONAMA 302/2002, que “dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno”.

Fonte: Plano Diretor de São Miguel do Iguaçu

6.4 Caracterização das Finanças Municipais

Tabela 55: Demonstrativo segundo categoria econômica – Exercício de dezembro de 2005

Código	Especificações	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
10000000000000	Receitas correntes			9.596.459,63
11000000000000	Receita Tributária		260.868,05	
11100000000000	Recita Tributária		171.876,18	
11120000000000	Impostos sobre o patrimônio e a renda		110.190,81	
11130000000000	Impostos sobre a produção e a circulação		61.685,37	
11200000000000	Taxas		83.337,35	
11210000000000	Taxas exercício do poder de policia		32.880,71	
11220000000000	Taxas pela prestação de serviços		50.456,64	
11300000000000	Contribuição de melhoria		5.654,52	
12000000000000	Receitas de contribuições		45.073,14	
12100000000000	Contribuições sociais		45.073,14	
13000000000000	Receita Patrimonial		63.625,18	
13200000000000	Receitas de valores mobiliários		63.625,18	
13240000000000	Fundo de investimento		63.625,18	

Plano Diretor do Município de Mercedes – Paraná

16000000000000	Receita de serviços		120.296,75	
17000000000000	Transferências correntes		6.022.947,64	
17200000000000	Transferências intergovernamentais		5.879.868,34	
17210000000000	Transferências da união		3.567.782,25	
17220000000000	Transferências do Estado		1.869.259,43	
17240000000000	Transferências multigovernamentais		440.826,66	
17600000000000	Transferências de convênios		143.079,30	
17610000000000	Transf. Conv. União e suas Entidades		63.185,00	
17620000000000	Transf. Conv. Est., Dist, Federal e suas Ent.		63.185,00	
17630000000000	Transf. Convênios munic. E suas entidades		78.544,30	
19000000000000	Outras receitas correntes		1.350,00	
19100000000000	Multas e Juros de mora		3.083.648,87	
19110000000000	Multas e juros de mora dos tributos		7.419,76	
19130000000000	Multas e juros mora dívida ativa tributos		2.354,61	
19200000000000	Indenizações e restituições		5.065,15	
19210000000000	Indenizações		3.047.240,21	
19220000000000	Restituições		23.392,88	
19300000000000	Receita da dívida ativa		23.988,90	
19310000000000	Recita da dívida ativa tributária		23.988,90	
19900000000000	Receitas diversas		5.000,00	
20000000000000	Receitas de Capital			12.510,00
22000000000000	Alienação de Bens		12.510,00	
22100000000000	Alienação de bens móveis		12.510,00	
90000000	Deduções da receita corrente			728.489,56-
97000000	Dedução receita para formação do FUNDEF		728.489,56-	
97200000	Dedução Rec. p/		728.489,56-	

Plano Diretor do Município de Mercedes – Paraná

97210000	formação FUNDEF- Transferência Dedução Rec. p/ form. FUNDEF – Transf. União	473,248,66-	
97220000	Ded. Rec. p/ form. FUNDEF – Transf. Estados	255.240,90-	
Total			8.800.480,07

Fonte: Prefeitura Municipal de Mercedes/2007

Tabela 56: Demonstrativo da Receita segundo Categoria Econômica – Exercício de dezembro de 2006

Código	Especificações	Desdobra- mento	Fonte	Categoria econômica
1000000000000	Receitas Correntes			10.428.739,44
1100000000000	Receita Tributária		292.689,50	
1110000000000	Impostos		207.740,41	
1112000000000	Impostos sobre o patrimônio e a renda		107.797,48	
1113000000000	Impostos sobre a produção e a circulação		99.942,93	
1120000000000	Taxas		69.203,81	
1121000000000	Taxas exercício do poder de polícia		33.187,90	
1122000000000	Taxas pela prestação de serviços		36.015,91	
1130000000000	Contribuição de melhoria		15.745,28	
1200000000000	Receitas de		140.383,24	
1210000000000	Contribuições sociais		7.496,29	
1220000000000	Contribuições econômicas		132.863,95	
1300000000000	Receita patrimonial		3.145.123,47	
1320000000000	Receitas de valores mobiliários		109.729,80	
1324000000000	Fundos de investimento		109.729,80	
1340000000000	Compensações financeiras		3.035.393,67	
1600000000000	Receita de serviço		204.697,72	
1700000000000	Transferências correntes		6.572.833,68	
1720000000000	Transferências intergovernamentais		6.504.581,33	
1721000000000	Transferências da união		4.053.907,52	
1722000000000	Transferências dos Estados		1.977.654,80	
1724000000000	Transferências mul- tiguvernamentais		473.019,01	
1760000000000	Transferências de		68.252,35	

Plano Diretor do Município de Mercedes – Paraná

1761000000000	convênios Trasnf. Convênios união e suas entidades		9.611,34	
1762000000000	Trasnf. Conv. Est. Dist. Federal e suas Entidades		46.491,01	
1763000000000	Trasnf. Convênios Munic. e suas entidades		12.150,00	
1900000000000	Outras receitas correntes		73.011,83	
1910000000000	Multas e juros de mora		12.682,17	
1911000000000	Multas e juros de mora dos tributos		2.129,05	
1913000000000	Multas juros mora dívida ativa tributos		9.803,55	
1914000000000	Multas juros mora div. Ativa		204,37	
1918000000000	contribuições Multas e juros mora de outras receitas		465,40	
1919000000000	Multas de outras origens		80,00	
1920000000000	Indenizações e restituições		29.112,98	
1921000000000	Indenizações		740,00	
1922000000000	Restituições		28.372,98	
1930000000000	Receita da dívida ativa		31.216,68	
1931000000000	Receita da dívida ativa tributária		30.404,18	
1932000000000	Receita da dívida ativa não tributária		812,50	
2000000000000	Receitas de Capital			377.005,00
2100000000000	Operações de crédito		150.000,00	
2110000000000	Operações de crédito internas		150.000,00	
2114000000000	Op. Crédito internas contrat. Prog. governo		150.000,00	
2200000000000	Alienação de bens		6.305,00	
2210000000000	Alienação de bens móveis		5.300,00	
2220000000000	Alienação de bens imóveis		1.005,00	
2224000000000	Alienação de imóveis rurais	1.005,00		
2400000000000	Transferências de capital		220.700,00	
2470000000000	Transferências de convênios		220.700,00	

Plano Diretor do Município de Mercedes – Paraná

2471000000000	Transf. Conv. união e de suas entidades		207.500,00	
2472000000000	Transf. Convênios estados, dist. Fed e ent.		13.200,00	
				786.377,45-
900000000	Deduções da receita corrente			
970000000	Dedução receita para formação do FUNDEF		786.377,45-	
972000000	Dedução rec. p/ formação FUNDEF – Transferência		786.377,45-	
972100000	Dedução rec. p/ form. FUNDEF – transf. União		517.374,94	
972200000	Ded. Rec. p/ form. FUNDEF – transf. Estados		269.002,51	
Total				10.019.366,99

Fonte: Prefeitura Municipal de Mercedes/2007

Tabela 57: Estimativas de arrecadação e investimentos do Município de Mercedes, com a projeção de 5% a.a

	Estimativa de arrecadação (R\$)	Estimativa de investimentos (R\$)
2007	12.246.000,00	2.365.130,00
2008	11.950.000,00	1.304.750,00
2009	12.400.000,00	1.736.000,00
2010	13.020.000,00	1.822.800,00
2011	13.671.000,00	1.913.940,00
2012	14.354.550,00	2.009.637,00
2013	15.072.277,50	2.110.118,85
2014	15.825.891,38	2.215.624,79
2015	16.617.185,94	2.326.406,03
2016	17.448.045,24	2.442.726,33

Fonte: Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças do Município de Mercedes

6.5 Condicionantes, Deficiências e Potencialidades

Tabela 58: Aspectos Institucionais - condicionantes, deficiências e potencialidades no Município de Mercedes – 2007

ASPECTOS	CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
Institucionais	✓ Estrutura funcional da Prefeitura;	✓ Déficit no atendimento dos serviços à população;	✓ Plano Diretor Municipal em fase de desenvolvimento
	✓ Lei Federal – Estatuto da Cidade;	✓ Leis urbanísticas necessitando de remodelação;	✓ Melhoria da qualidade de vida dos habitantes;
	✓ Participação Democrática;	✓ Orçamento municipal;	✓ Participação Democrática através dos diversos Conselhos Representativos dos segmentos sociais;
	✓ Lei de Responsabilidade social	✓	✓ Orçamento municipal;
	✓		

Fonte: Equipe Técnica Adeop

7.RESULTADOS DA ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

7.1. Síntese dos Condicionantes, Deficiências e Potencialidades

7.1.1. Condicionantes

Os **Condicionantes** são os elementos existentes ou projetados que não podem ou não devem ser alterados, devendo ser mantidos ou preservados pelo Plano Diretor Municipal. Podem ser de caráter espacial, funcional, infra-estrutural, ambiental, sócio-econômico, administrativo ou legal.

Os Condicionantes regionais mais significativos são a BR 163. A BR 163 representa um corredor estruturador de veículos, pessoas e mercadorias e o Lago Artificial é uma área turística-ambiental de grande importância no Município. Os condicionantes ambientais estão ligados à produção primária - agropecuária

Os cursos d'água são condicionantes à ocupação, pois formam o sistema de drenagem das águas superficiais, que deve ser preservado através de faixas ciliares de vegetação em consonância com o Código Florestal. Tais faixas de preservação ao longo dos cursos d'água asseguram o livre escoamento das águas em épocas de maior vazão, evitando as enchentes que conflitam com a ocupação urbana. A mata ciliar dos fundos de vale é uma forma de proteção dos taludes dos cursos d'água, contribuindo também para a preservação da qualidade da água.(Fonte: Plano Diretor de São Miguel do Iguaçu/2004). As vias que compõem o sistema viário urbano

(sede) e o uso e a ocupação atual do solo são condicionantes do desenvolvimento da cidade por suas características de eixos ordenadores do crescimento urbano e áreas consolidadas.

7.1.2. Deficiências

As **Deficiências** são situações que significam problemas qualitativos e quantitativos no contexto municipal e que devem ser alterados, melhorados ou eliminados. Assim como as Condicionantes, as Deficiências também podem ser de caráter espacial, funcional, infra-estrutural, ambiental, sócio-econômico, administrativo ou legal e podem ser :

- Áreas urbanas fragmentadas no Município sem a definição de suas áreas de expansão em consonância com as condicionantes ambientais;
- Presença de vazios urbanos da sede municipal, causando a ociosidade da infra-estrutura;
- Carência de equipamento hoteleiro na sede municipal de apoio ao turismo;
- Inexistência dos 20% de reserva legal na maioria das propriedades rurais;
- Não atendimento às demais exigências do Código Florestal como a proteção de nascentes e topos de morros;
- Elevado índice de uso de agrotóxicos nas propriedades rurais;
- Falta de projeto de toda infra-estrutura de turismo;
- Falta de padronização de calçadas;
- Mau uso da água;
- Arborização urbana.

7.1.3. Potencialidades

Entendem-se como **Potencialidades** elementos, recursos ou vantagens que até então não foram aproveitados adequadamente e poderiam ser incorporados positivamente ao sistema urbano, sanando suas deficiências ou melhorando seu estado atual. Podem ser relacionadas:

- População de tradição cultural diversificada através de festas e gastronomia;
- Sede municipal com vazios urbanos, não necessitando a ocupação de novas áreas totalmente desprovidas de redes de infra-estrutura;
- Solos férteis, confirmando uma vocação natural do Município, a agropecuária;
- Posição estratégica regional entre os municípios de Marechal Cândido Rondon e Guaíra;
- Bacia Leiteira como opção sócio-econômica;

7.2. Reuniões Comunitárias

As reuniões comunitárias serviram de subsídios para auxiliar no processo de elaboração das diretrizes e propostas do Plano Diretor Municipal. No período de 20 a 30 de julho de 2007 foram realizadas reuniões em várias comunidades rurais e na sede urbana, com a coordenação da Equipe Técnica Municipal, conforme calendário abaixo:

Tabela 59: Cronograma das Reuniões Comunitárias

Bairro	Dia/Data	Hora	Local
Três irmãs , englobando as Três Irmãs, Linha Tapejara, Linha Nova Esperança e Linha Roth	Sexta – feira 20 de julho de 2007	14:00	Salão Comunitário das Três Irmãs
Beira Rio , englobando o Arroio Guaçu, Sanga Guaíba e Sanga Alegre	Segunda – feira / 23 de julho de 2007	14:00	Salão Comunitário da Comunidade Católica do Arroio Guaçu
Sanga Forquilha , englobando a Sanga Forquilha, Sanga Mineira e Gruta	Quarta-feira, 25 de julho de 2007	14:00	Salão Comunitário da Sanga Forquilha
Novo Rio do Sul , englobando o Novo Rio do Sul e o São Luiz	Quinta – feira 26 de julho de 2007	14:00	Salão da Associação de Moradores de Novo Rio do Sul
Sanga Fruteira , englobando a Sanga Fruteira e a Linha 17 de Setembro	Sexta – feira 27 de julho de 2007	14:00	Salão da Associação da Sanga Fruteira
São Marcos , englobando o São Marcos, Aimoré e a Linha Gleba	Segunda – feira / 30 de julho de 2007	14:00	Salão da Comunidade Católica de São Marcos
Sede do Município , sendo toda a sede	Segunda – feira / 30 de julho de 2007	19:00	Casa da Cultura

Fonte: Prefeitura Municipal de Mercedes 2007

A realização das reuniões configurou uma iniciativa inédita para o planejamento unicipal, tratando-se de PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA de fato, onde a população participa da tomada de decisões relativas ao desenvolvimento do Município, através da externalização e sistematização de sua visão do desenvolvimento estratégico.

A dinâmica utilizada nas reuniões foi através de uma adaptação da metodologia CDP adaptada conforme formulário onde se conhece a realidade do Município, identificam-se as práticas da população, obtêm-se a concepção do Município desejado para se chegar progressivamente a uma visão integrada e estrutural das principais deficiências e potencialidades e desta forma, provocar ações transformadoras.



Município de Mercedes/ PR

PLANO DIRETOR MUNICIPAL Participação Comunitária

DEFICIÊNCIAS

Na coluna 1: Marcar a ordem de gravidade da deficiência.

Na coluna 2: Descrever a deficiência por ordem de gravidade.

Na coluna 3: Descrever em breves palavras a proposta para sanar a deficiência em questão.

GRUPO 1 – ASPECTOS REGIONAIS E DE MEIO AMBIENTE

COLUNA 1 (ORDEM DE GRAVIDADE)	COLUNA 2 - DEFICIÊNCIAS -	COLUNA 3 - PROPOSTA PARA MELHORAR-

GRUPO 2 – AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

COLUNA 1 (ORDEM DE GRAVIDADE)	COLUNA 2 - DEFICIÊNCIAS -	COLUNA 3 - PROPOSTA PARA MELHORAR-

GRUPO 3 – ASPECTOS URBANOS

COLUNA 1 (ORDEM DE GRAVIDADE)	COLUNA 2 - DEFICIÊNCIAS -	COLUNA 3 - PROPOSTA PARA MELHORAR-

GRUPO 4 – INFRA-ESTRUTURA, SERVIÇOS, SISTEMA VIÁRIO E TRANSPORTES.

COLUNA 1 (ORDEM DE GRAVIDADE)	COLUNA 2 - DEFICIÊNCIAS -	COLUNA 3 - PROPOSTA PARA MELHORAR-

Figura 64: Formulário - Deficiência
Fonte: Equipe técnica ADEOP -2007



Prefeitura Municipal de Mercedes/ PR

PLANO DIRETOR MUNICIPAL Participação Comunitária

POTENCIALIDADES

Na coluna 1: Marcar a ordem de importância numerando as potencialidades.

Na coluna 2: Descrever a potencialidade por ordem de importância.

Na coluna 3: Descrever em breves palavras a proposta para maior aproveitamento da potencialidade.

GRUPO 1 – ASPECTOS REGIONAIS E DE MEIO AMBIENTE

COLUNA 1 (Ordem de Importância)	COLUNA 2 - POTENCIALIDADES -	COLUNA 3 - PROPOSTA -

GRUPO 2 – AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA E TURISMO

COLUNA 1 (Ordem de Importância)	COLUNA 2 - POTENCIALIDADES -	COLUNA 3 - PROPOSTA -

1

GRUPO 3 – ASPECTOS URBANOS

COLUNA 1 (Ordem de Importância)	COLUNA 2 - POTENCIALIDADES -	COLUNA 3 - PROPOSTA -

GRUPO 4 – INFRA-ESTRUTURA, SERVIÇOS, SISTEMA VIÁRIO E TRANSPORTES

COLUNA 1 (Ordem de Importância)	COLUNA 2 - POTENCIALIDADES -	COLUNA 3 - PROPOSTA -

Figura 65: Formulário - Potencialidades
Fonte: Equipe Técnica ADEOP – 2007

7.3. Resultados das Reuniões Comunitárias

7.3.1 Potencialidades

As tabelas abaixo são resultados da compilação da participação comunitária. Os itens apresentados correspondem ao número de repetições (intensidade) apresentadas pela comunidade e seguem ordem de importância pela leitura comunitária.

GRUPO 1 – ASPECTOS REGIONAIS E DE MEIO AMBIENTE

COLUNA 1 (ORDEM DE IMPORTANCIA)	COLUNA 2 - POTENCIALIDADES -	COLUNA 3 - PROPOSTA-
1	Solo fértil	
2	Lago Itaipu	
3	Relevo	
4	Água	
5	Localização estratégica	
6	Projeto Cultivando Água Boa	
7	Agricultura orgânica	
8	Conservação do solo	

GRUPO 2 – AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA E TURISMO.

COLUNA 1 (ORDEM DE IMPORTANCIA)	COLUNA 2 - POTENCIALIDADES -	COLUNA 3 - PROPOSTA-
1	Leite	
2	Áreas de Lazer	
3	Agricultura / Pecuária	
4	Turismo	
5	Aviários	
6	Turismo rural	
7	Piscicultura	

GRUPO 3 – ASPECTOS URBANOS

COLUNA 1 (ORDEM DE IMPORTANCIA)	COLUNA 2 - POTENCIALIDADES -	COLUNA 3 - PROPOSTA-
1	Avenida	
2	Lago	

GRUPO 4 – INFRA-ESTRUTURA, SERVIÇOS, SISTEMA VIÁRIO E TRANSPORTES.

COLUNA 1 (ORDEM DE IMPORTANCIA)	COLUNA 2 - POTENCIALIDADES -	COLUNA 3 - PROPOSTA-
1	Escolas	
2	Atendimento na saúde	
3	Posto de saúde	
4	BR 163	
5	Projetos sociais	
6	Boa administração municipal	
7	Farmácias	

7.3.2 Deficiências

As tabelas abaixo são resultados da compilação da participação comunitária. Os itens apresentados correspondem ao número de repetições (intensidade) apresentadas pela comunidade e seguem ordem de gravidade pela leitura comunitária.

GRUPO 1 – ASPECTOS REGIONAIS E DE MEIO AMBIENTE

COLUNA 1 (ORDEM DE GRAVIDADE)	COLUNA 2 - DEFICIÊNCIAS -	COLUNA 3 - PROPOSTA PARA MELHORAR-
1	Segurança	
2	Agrotóxicos	
3	Poluição dos rios	
4	Conservação do solo	
5	Reflorestamento	
6	Mata Ciliar	

Fonte: Equipe Técnica ADEOP – 2007

GRUPO 2 – AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

COLUNA 1 (ORDEM DE GRAVIDADE)	COLUNA 2 - DEFICIÊNCIAS -	COLUNA 3 - PROPOSTA PARA MELHORAR-
1	Lazer (infra-estrutura)	
2	Agroindústria	
3	Emprego	
4	Subsídios agrícolas	
5	Diversificação agrícola	
6	Vias escoamento produto rural	
7	Qualificação profissional	

8	Patrulha rural	
9	Parque Industrial em local inadequado	
10	Biodiesel	
11	Inseminação artificial	
12	Pastagens	
13	Turismo rural	

Fonte: Equipe Técnica ADEOP – 2007

GRUPO 3 – ASPECTOS URBANOS

COLUNA 1 (ORDEM DE GRAVIDADE)	COLUNA 2 - DEFICIÊNCIAS -	COLUNA 3 - PROPOSTA PARA MELHORAR-
1	Zoneamento	
2	Reestruturação urbana do centro	
3	Lotes baldios	
4	Posturas	
5	Arborização urbana	
6	Tráfego pesado no centro	
7	Pavimentação	
8	Capela mortuária	
9	Rede de esgoto	
10	Lazer nos bairros	
11	Padronização das calçadas	
12	Legislação uso do solo	

Fonte: Equipe Técnica ADEOP – 2007

GRUPO 4 – INFRA-ESTRUTURA, SERVIÇOS, SISTEMA VIÁRIO E TRANSPORTES.

COLUNA 1 (ORDEM DE GRAVIDADE)	COLUNA 2 - DEFICIÊNCIAS -	COLUNA 3 - PROPOSTA PARA MELHORAR-
1	Coleta seletiva de lixo	
2	Conservação das estradas e vias urbanas	
3	Transporte escolar	
4	Atendimento na saúde	
5	Hospital	
6	Transporte coletivo	
7	Sinalização viária	
8	Internet / celular	
9	Galerias pluviais	
10	Corpo de Bombeiro	

Fonte: Equipe Técnica ADEOP – 2007

7.4. Temas mais abordados

Na síntese das reuniões comunitárias, com relação às potencialidades, os temas mais abordados pela população foram os seguintes:

Tabela 60: Temas mais abordados nas reuniões comunitárias - POTENCIALIDADES

TEMAS MAIS ABORDADOS	
ORDEM IMPORTÂNCIA	POTENCIALIDADES
1	Solo Fértil
2	- Relevo - Atendimento Saúde
3	- Água - Lago Itaipu - Leite - Educação
4	- Agropecuária - Turismo rural
5	- Áreas lazer - Turismo - Piscicultura

Fonte: Equipe Técnica –ADEOP/2007

Na síntese das reuniões comunitárias, com relação às deficiências, os temas mais abordados pela população foram os seguintes:

Tabela 61: Temas mais abordados nas reuniões comunitárias - DEFICIÊNCIAS

TEMAS MAIS ABORDADOS	
ORDEM IMPORTÂNCIA	DEFICIÊNCIAS
1	- Coleta de lixo
2	- Segurança
3	- Conservação de estradas - Zoneamento - Uso agrotóxico
4	- Reestruturação de centro - Sede urbana - Postura
5	- Agroindústria - Pavimentação - Atendimento saúde

	- Transporte escolar
6	- Poluição dos rios - Mata ciliar - Conservação de solos - Infra-estrutura – lazer - Lotes baldios - Arborização urbana - Rede esgoto
7	- Emprego - Diversificação agrícola - Subsídios agrícolas - Internet / celular - Tráfego pesado no centro - Transporte coletivo - Sinalização viária

Fonte: Equipe Técnica –ADEOP/2007

Os temas acima expostos seguem ordem de importância, apenas os mais citados, colaborando desta forma para geração de políticas públicas através da elaboração das diretrizes e proposições que farão parte da terceira etapa do processo de elaboração do Plano Diretor Municipal.

8.0 Conclusão

Nesta segunda fase, ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA, é o resultado da pesquisa técnica identificada através de leitura técnica mais a pesquisa de como a população enxerga o município como um todo, que é a leitura comunitária.

As leituras (técnica e participativa) foram compiladas e sobrepostas, uma vez que confrontou os dois modos de se fazer uma leitura da cidade, para identificar informações e referenciais convergentes e divergentes. O diagnóstico, depois de confrontado, foi sintetizado em texto, mapas, nos quais procurou identificar as tendências, problemas, carências e potencialidades do município. Todos esses produtos foram elaborados em linguagem acessível a qualquer cidadão e estarão disponíveis através da coordenação da equipe técnica municipal.

A fase de análise temática do município é o subsídio principal para a definição de temas prioritários para as políticas públicas do município e para o acompanhamento do ordenamento territorial de Mercedes. Para isso, é importante trabalhar com perspectiva estratégica, selecionando temas essenciais para o município, num horizonte administrativo de dez anos pelo menos, definindo que município se almeja, bem como, que pacto pode-se firmar entre os diversos atores que compõem a sociedade para alcançar essa situação desejada.

Na definição do município que queremos, devemos definir as estratégias e os instrumentos mais adequados, considerando-se as características e vocação da cidade. Essas estratégias e instrumentos são os caminhos e os meios para construir a cidade que se deseja, e devem ser discutidos e pactuados com todos os participantes do processo, para assegurar as condições necessárias para transformar em ações concretas de promoção e qualidade de vida para a toda a população.

Participaram diretamente desta fase, a Equipe Técnica Consultora, a Equipe Técnica Municipal, Comissão Provisória de Acompanhamento, Sedu Paranacidade e toda a população do município.

9.0 REFERÊNCIAS

AMBIENTE BRASIL. **Mapa Rodoviário**. Disponível em: www.ambientebrasil.com.br. Acesso em 26 junho 2007.

AMBIENTE BRASIL. **Orientações sobre Unidades de Conservação**. Disponível em: www.ambientebrasil.com.br. Acesso em 12 junho 2007.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ – AMPR. **Indicadores de infraestrutura urbana do município**. Curitiba, 2000.

_____. **Indicadores populacionais**. Curitiba, 2000.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ – AMOP. **Plano de Desenvolvimento Regional**. Cascavel, 2000.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES APOSENTADOS DE MEDIANEIRA. **Resgate da Memória de Medianeira**. Curitiba: CEFET-PR, ano 1996.

BNDES. **Número médio de anos de vida esperados para um recém-nascido, mantido o padrão de mortalidade na população residente no município**. Disponível em:

http://federativo.bndes.gov.br/destaques/bdg/bdg_mun.asp?idgeo=410405. Acesso em 22 junho 2007.

CARVALHO, Eusébio. **Direito à Propriedade – do discurso à realidade**. In: Revista Síntese de Direito Civil e Processo Civil, edição nº 24 jul/ago 2003, p. 16. FUNDETEC – **Plano Diretor**, 1995.

GOVERNO DO PARANÁ. **Projeto Paraná Biodiversidade – Brasil: Corredor Araucária, Corredor Caiuá-Ilha Grande e Corredor Iguaçu-Paraná**. Disponível em: <http://www.sur.iucn.org/corredores/pdfs/parana.pdf>. Acesso em 14 junho 2007.

IBGE. **Mapa clima geral do Paraná, Relevo**. Disponível em: <http://mapas.ibge.gov.br/website/clima/vierwer.htm>. Acesso em 12 junho 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Indicadores sócio-econômicos** do município. 2000/2004.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Leituras Regionais: Mesorregião Geográfica Oeste Paranaense/Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social**. Curitiba: IPARDES: BRDE, 2003.

_____. **Perfil Municipal**. Disponível em: www.ipardes.gov.br. Acesso abril 2007.

_____. **Índice de desenvolvimento humano municipal – IDH-M 2000:** anotações sobre o desempenho do Paraná. Curitiba, 2003.

_____. **Indicadores e mapas temáticos para o planejamento urbano e regional.** Curitiba, 2003.

_____. **Os vários Paranas: Identificação de espacialidades socioeconômicas - institucionais como subsídios a políticas de desenvolvimento regional-** Curitiba, IPARDES 2006.

_____. **PRDE – Planos Regionais de Desenvolvimento Estratégico do Estado do Paraná** - Convênio PARANACIDADE/ IPARDES/ UFPR- Curitiba, IPARDES 2006.

MANUAL TÉCNICO DE VEGETAÇÃO BRASILEIRA. Série: Manual Técnico em Geociências nº01. Rio de Janeiro: IBGE, 1992.

MARIN, Roberto. **Lar na História:** Os 40 anos da Cooperativa Agroindustrial Lar. Cascavel: Gráfica Tuicial, ano 2005.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Índice de Desenvolvimento Humano.** Disponível em: <http://pnud.org.br/atlas/ranking>. Acesso em 22 junho 2007.

PLANO DIRETOR DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU. Disponível em <http://www.saomiguel.pr.gov.br/planodiretor/index.php>

SÉRGIO. Mônica. **Abrangência da Mata Atlântica.** Disponível em: <http://www.sosmatatlantica.org.br>. Acesso em: 12 junho 2007.

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE. **Aspectos urbanos, educacionais e de saúde.** Paraná, 2003.

Web sites pesquisados:

www.ana.gov.br
www.cdbrasil.cnpm.embrapa.br
www.cidades.gov.br
www.cnpq.br
www.copel.com
www.curitiba.pr.gov.br
www.dgi.inpe.br
www.emater.pr.gov.br
www.enap.gov.br
www.fsp.usp.br
www.google.com.br
www.iap.org.br
www.ibama.gov.br
www.ibge.gov.br
www.ipardes.gov.br
www.ipeadata.gov.br
www.ippuc.org.br
www.mds.gov.br
www.paranacidade.org.br
www.pelotas.rs.gov.br
www.pnud.org.br
www.pr.gov.br/mineropar
www.pr.gov.br/sedu
www.proadess.cict.fiocruz.br/ans/ans.htm
www.sanepar.pr.gov.br
www.saomiquel.pr.gov.br
www.sema.pr.gov.br
www.simepar.br
www.teses.usp.br
www.tesetecnologia.com.br
www.toledo.pr.gov.br
www.ufpr.br
www.umuarama.pr.gov.br
www.usp.br

10.0 ANEXOS

ANEXO I

PROPOSTAS DO SEMAE (SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO) PARA O PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE MERCEDES

1. Todo o empreendimento residencial, comercial ou industrial com área de cobertura igual ou superior a 120 m² deverá contar com um Sistema de Captação e Reservação de água da chuva para utilizá-la em banheiros, limpeza em geral e irrigação, entre outras finalidades nas quais não se faça necessário o uso de água potável.
2. Todo empreendimento comercial ou industrial que faça uso de caldeiras ou processos de limpeza com alta demanda de água, independentemente das dimensões da área construída, devem instalar um Sistema de Captação e Reservação de água da chuva, ou outro sistema similar, minimizando a sua dependência da água tratada da rede pública de abastecimento do município.
3. O Sistema de Captação e Reservação de água da chuva, ou outro sistema similar deverá ser projetado para atender a demanda emergencial do empreendimento em casos de estiagem ou interrupções eventuais no abastecimento de água da rede pública municipal.
4. Instalação de Rede de Coleta de Esgoto em todo o perímetro urbano da Sede do município bem como a implantação de um Sistema de Tratamento de Esgoto eficiente, eficaz e devidamente dimensionado.
5. Ampliação e manutenção do sistema de reservação de água em todo o sistema de abastecimento de água vinculado ao SEMAE em quantidade necessária e suficiente para atendimento da demanda por um período não inferior a dois dias.
6. Para conceder o “**habite-se**”, toda edificação residencial deverá possuir reservatório de água potável, com capacidade de abastecimento de, no mínimo, 500 L (quinhentos litros) por família, sendo vedado ao SEMAE proceder a instalação de água da rede pública, em caráter definitivo, antes do cumprimento do disposto neste “artigo”.

ANEXO II

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL – REGIMENTO INTERNO